

COLLECÇÃO DAS LI

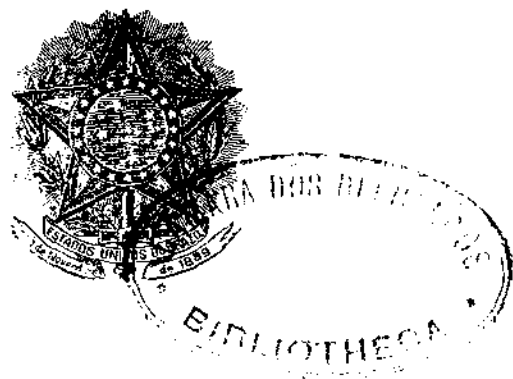
DA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DE

1904

VOLUME I



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1907

INDICE

DOS

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO



	PAGS.
N. 1117—FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1904 — Crea uma Mesa de Rendas de 1. ^a ordem em Bella Vista, Estado de Matto Grosso.....	1
N. 1148—FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1904 — Autoriza a concessão da pensão de 300\$ mensaes a E. Martins Gomensoro Wandenkolk.....	1
N. 1149—FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1904 — Autoriza a abertura de credito extraordinario de 68:761\$051 para restituição de impostos sobre ven- cimentos devida a varios ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal.....	2
N. 1150—INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1904 — Confere pri- vilegio para pagamento de divida proveniente de salarios de trabalhador rural.....	2
N. 1151—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1904 — Reorganiza os serviços da hygiene administrativa da União.....	3
N. 1152—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Crea na secção do Dis- tricto Federal mais uma vara de juiz federal e dá outras providencias.....	11
N. 1153—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito extraordinario de 13:897\$ para indemnizar o Dr. Sylvio Romero da despeza com a impressão de sua obra « Historia da Litteratura Brasileira », e para pagamento do premio que lhe foi arbitrado.....	13

	PAGE.
N. 1154—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a ceder ao Instituto de Protecção e Assistência á Infancia do Rio de Janeiro um dos proprios nacionaes existentes nesta Capital, ou a dar ao mesmo Instituto mensalmente 500\$ para aluguel de casa.....	14
N. 1155— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza a modificação do Regulamento do Instituto Nacional de Musica..	14
N. 1156—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, e em prorrogação, a Augusto Moreno de Alagão, amanuense da Secretaria do Tribunal Civil e Criminal.....	15
N. 1157—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a subvencionar com a quantia de 20:000\$ o Dr. Vital Brazil Mineiro da Campanha.....	15
N. 1158—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder seis mezes de licença, em prorrogação, ao Dr. Oscar Vianna, procurador da Republica na secção da Bahia.....	16
N. 1159—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a mandar pagar a construcção da ponte da praia do Flamengo.....	16
N. 1160—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Manda abonar aos officiaes do corpo de bombeiros, que se reformarem, além do soldo devido, uma gratificação annual correspondente a cada anno de serviço que exceder dos 25 primeiros, e dá outras providencias.....	17
N. 1161—GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:815\$467 para occorrer ao pagamento de ordenado que compete ao mestre da officina de obras brancas do extincto Arsenal de Guerra do Estado da Bahia, Antonio Bento Guimarães.....	17
N. 1162—GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:363\$, par occorrer ao pagamento de vencimentos ao guarda do extincto Arsenal de Guerra do Estado do Pernambuco, Meximo Francisco da Silva.....	18

PÁGS.

N. 1163 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito extraordinário de 115.000\$ para attender ao pagamento de ordens de 1.º e 2.º ordens, ao ex-mestre do gymnasio de Extincta, companhia de aprendizes artífices do Arsenal da Guerra de Mello Grosso, Antonio José Nepomuceno.....	18
N. 1164 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a crear uma Mesa de Rendas do 1.º ordem na Fábrika Tutoya.....	19
N. 1165 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Concede a pensão mensal de 500\$ a Felisberto Caldeira Brant (Visconde de Barbacena).....	19
N. 1166 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de 29.439\$451 para o pagamento devido a Verano Gomes Alonç de Almeida e Manoel Alves da Silva, em virtude do accordo do Supremo Tribunal Federal.....	20
N. 1167 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Concede uma pensão de 120\$ mensaes a José de Souza Lima.....	20
N. 1168 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença a João André de Bakker, 2.º escripturario da Alfandega do Pará.....	21
N. 1169 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito de 399.142\$880, supplementar á rubrica — Imprensa Nacional e <i>Diário Official</i> — do art. 25 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.....	21
N. 1170 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 3.000\$, para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao 1.º escripturario da Alfandega do Maranhão, Felinto Elycio do Nascimento.....	22
N. 1171 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o crédito extraordinário de 20.000\$, para occorrer as despesas com as exequias do Vice-Presidente eleito, Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão.....	22
N. 1171 A — SENADO — Decreto de 12 de janeiro de 1904 — Declara sem vigor o disposto nas letras a, b e c, do art. 16 da lei n. 563, de 31 de dezembro de 1898, e dá outras providencias.....	23

N. 1172—GUERRA —Decreto de 13 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a mandar matricular por mais um anno, nas escolas militares, os alumnos que dellas foram desligados ou deverão sel-o no fim de 1903, por haverem incidido em varias disposições regulamentares.....	23
N. 1173—GUERRA —Decreto de 13 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 84:500\$685, supplementar á rubrica 11. ^a — Classes inactivas — do art. 16 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.....	24
N. 1174—GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1904— Autoriza o Governo a mandar pagar ao capitão Alfredo Ribeiro da Costa a quantia de 3:027\$095, de gratificações de exercicio e quantitativo para criado, que deixou de receber e a que tem direito.	24
N. 1175—MARINHA —Decreto de 13 de janeiro de 1904— Reorganiza o Corpo de Commissarios da Armada.	25
N. 1176—FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1904 — Manda rever os processos para percepção de meio soldo e montepio posteriores aos decretos ns. 1388, de 21 de fevereiro de 1891, e 1054, de 20 de setembro de 1892.....	27
N. 1177—FAZENDA —Decreto de 16 de janeiro de 1904— Reorganiza a Casa da Moeda.....	27
N. 1178—FAZENDA — Decreto de 16 de janeiro de 1904— Crea os logares de contador e procurador fiscal nas Delegacias Fiscaes do Thesouro Federal, e dá outras providencias.....	31
N. 1179—RELAÇÕES EXTERIORES — Decret. de 18 de fevereiro de 1904 — Approva o tratado de permuta de territorios e outras compensações, celebrado em 17 de novembro de 1903, entre o Brazil e a Bolivia.	37
N. 1180—FAZENDA E INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 25 de fevereiro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir os cre- ditos necessarios para pagamento das despesas oriundas do tratado concluido em 17 de novembro de 1903, entre o Brazil e a Bolivia.....	53
N. 1181—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E FAZEN- DA— Decreto de 25 de fevereiro de 1904—Aut. riza o Presidente da Republica a administrar provisoriamente o territorio reconhecido brasileiro, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brazil e a Bolivia, e dá outras providencias	53
N. 1182—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES— Decreto de 29 de fevereiro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça	

e Negocios Interiores os creditos extraordinarios necessarios para pagamento de subsidios aos deputados e senadores e de despezas de ordem material.....	59
N. 1184 (*) — GUERRA — Decreto de 8 de junho de 1904 — Autoriza o Governo a considerar reformado no posto de alferes do Exército, com todas as vantagens inherentes ao mesmo posto, o 2º sargento reformado Januario da Rosa Franco.....	60
N. 1185 — FAZENDA — Decreto de 11 de junho de 1904 — Declara livre de quadras e impostos da União ou dos Estados e Municipios o intercasso das mercadorias nacionaes ou estrangeiras, quando o objecto do commercio dos Estados entre si e com o Districto Federal.....	60
N. 1186 — MARINHA — Decreto de 15 de junho de 1904 — Autoriza o Poder Executivo a reorganizar as Escolas de Aprendizizes Marinheiros, inclusive a de Sergipe, que fica restabelecida, e dá outras providencias.....	62
N. 1187 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de junho de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saude.....	63
N. 1188 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de junho de 1904 — Determina que os officiaes do corpo de bombeiros do Districto Federal perderão a patente, quando condemnados em processo crime a essa pena ou a mais de dous annos de prisão, e dá outras providencias.....	64
N. 1189 — FAZENDA — Decreto de 20 de junho de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 63:977\$067, ouro, e 868:183\$220, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.....	64
N. 1190 — FAZENDA — Decreto de 25 de junho de 1904 — Concede a pensão annual de 360\$ a D. Cecilia Simas de Souza.....	65
N. 1191 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1904 — Torna extensiva aos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos a disposição constante do n. 6 das observações geraes do decreto n. 406, de 17 de	

(*) O decreto n. 1183 não foi publicado no *Diário Oficial*.

	PÁGS.
maio de 1890, consolidado no n. 1 das observações geraes do decreto n. 2417, de 28 de dezembro de 1896, que mandou observar na Estrada de Ferro Central do Brazil o regulamento modificado pela lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.....	66
N. 1192—FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Mi- nisterio da Fazenda o credito extraordinario de 2:940\$012 para o pagamento devido a Francisco de Paula Bandeira Nogueira da Gama, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.....	66
N. 1193—FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1904 — Fixa as percentagens dos collectores e escriptivos das Collectorias federaes, e dá outras providencias....	67
N. 1194—FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 4.º escriptuario da Alfandega de Santos José Thomaz Carneiro da Cunha.....	69
N. 1195—MARINHA — Lei de 6 de julho de 1904 — Fixa a força naval para o anno de 1905.....	69
N. 1196 — FAZENDA — Decreto de 9 de julho de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:521\$727 para ocorrer ao pagamento devido, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal, ao ama- nueuse da Repartição Geral de Estatistica Manoel de Albuquerque Portocarrero.....	70
N. 1197 — GUERRA — Decreto de 13 de julho de 1904— Autoriza a abertura ao Ministerio da Guerra do credito extraordinario de 3:399\$89, para paga- mento de ordenados devidos ao almoxarife aposen- tado do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Climaco dos Santos Bernardes e relativos ao periodo de 17 de outubro de 1900 a 16 de março de 1902.....	70
N. 1198 — GUERRA — Decreto de 13 de julho de 1904— Autoriza a abertura ao Ministerio da Guerra do credito extraordinario de 3:916\$600, para paga- mento dos vencimentos do mestre da extincta offi- cina de corretores do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul. Orosimbo da Silva Marques.....	71
N. 1199 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, a contar de 13 de abril do corrente anno..	71

N. 1200 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 18 de julho de 1904 — Concede prorrogação, por mais um anno, da licença em cujo gozo se acha o Dr. Bernardino Ferreira da Silva, ministro do Supremo Tribunal Federal.....	72
N. 1201 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 18 de julho de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder oito mezes de licença com ordenado ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná.....	72
N. 1202 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 20 de julho de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao desembargador Antonio Joaquim Rodrigues.....	73
N. 1203 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1904— Autoriza o Governo a conceder uma pensão annual de 1:200\$ a D. Maria Francisca de Mello Carvalho.	73
N. 1204 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 25 de julho de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por seis mezes, sem vencimentos, a licença em cujo gozo se acha o Dr. Oscar Vianna, procurador da Republica na secção da Bahia.....	74
N. 1205 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 25 de julho de 1904 — Designa os actos em que os escreventes juramentados do Juizo Federal poderão substituir os respectivos escriptaes.....	74
N. 1206 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 25 de julho de 1904 — E' aberto ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 660\$400 para pagamento de vencimentos a tres officiaes e a um porteiro da Secretaria do Senado ..	75
N. 1207 — MARINHA —Decreto de 27 de julho de 1904— Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1:340\$799 para pagamento de differenças de soldo o etapas a officiaes do quadro extraordinario.....	75
N. 1208 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 27 de julho de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares a diversas verbas do orçamento de 1904, e dá outras providencias.....	76
N. 1209 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1904— Crea uma Mesa de Rendas de 1ª classe na Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.....	76

N. 1210 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1904 — Approva o Accordo provisório entre o Brazil e o Perú.....	77
N. 1211 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1904 — Approva a Convenção de Arbitramento entre o Brazil e o Perú.....	77
N. 1212 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 1 de agosto de 1904 — Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de 4:257\$, para pagamento do augmento de vencimentos ao bibliotecario e a 12 continuos da Secretaria do Senado Federal.....	78
N. 1213 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 8 de agosto de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno de licença em prorrogação da que lhe foi concedida pelo decreto legislativo n. 1014, de 24 de agosto de 1903, com o respectivo ordenado.....	78
N. 1214 — FAZENDA — Decreto de 8 de agosto de 1904— Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Democrito Cavalcanti de Albuquerque, director do Tribunal de Contas.....	79
N. 1215 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 11 de agosto de 1904 — Manda graduar no posto immediatamente superior o official do Exercito e da Armada ou das classes annexas que attingir o n. 1 da respectiva escala.....	79
N. 1216 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—Decreto de 16 de agosto de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Francisco Bráulio Pereira, lente cathedratico da Faculdade de Medicina da Bahia, um anno de licença, a contar de 1 de junho do corrente anno, com todos os vencimentos.....	80
N. 1217 — GUERRA — Decreto de 19 de agosto de 1904— Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 5.000:000\$, para occorrer ás despesas resultantes do movimento de forças, sua permanencia e operações no Alto Purús, Alto Acre e Alto Juruá.....	81
N. 1218 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de	

1:491\$754, para pagamento de ordenado ao Dr. André Dias de Aguiar.....	81
N. 1219 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de agosto de 1904 — Autoriza a abertura do credito especial de 1:200\$ para pagamento de ajuda de custo do empregado de Fazenda incumbido das tomadas de contas da Estrada de Ferro S. Francisco.....	82
N. 1220 — GUERRA — Lei de 24 de agosto de 1904 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1905..	82
N. 1221 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1904 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até ao dia 2 de outubro do corrente anno.	84
N. 1222 — SENADO — Decreto de 30 de agosto de 1904 — Concede mais um anno de licença, sem vencimentos, ao Dr. Samuel da Gama e Costa MacDowell, lente substituto da Faculdade de Direito do Recife.....	84
N. 1223 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1904 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Henrique Martins Teixeira um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier...	85
N. 1224 — GUERRA — Decreto de 31 de agosto de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 5:181\$, para occorrer ao pagamento aos inspectores da Repartição Geral dos Telegraphos Antonio José da Silva Rosa e Casemiro José da Silva Rosa, de diarias que deixaram de receber pelo mesmo Ministerio.....	85
N. 1225 — GUERRA — Decreto de 14 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 6:434\$980, para occorrer ao pagamento a Francisco Affonso Palla, cessionario de diversas ex-praças do Exercito.....	86
N. 1226 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 100:000\$, ouro, para a conclusão dos trabalhos da Missão Especial encarregada de tratar da questão de limites com a Guyana Inglesa.....	86
N. 1228 (*) — FAZENDA — Decreto de 17 de setembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a	

(*) Com o n. 1227 não houve acto algum.

abrir ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario do 15:455\$146 para pagamento de meio soldo e montepio a D. Damazia Malveiro da Motta, mãe do fallecido capitão-tenente da Armada Lindolpho Malveiro da Motta.....	87
N. 1229 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 19 de setembro de 1904 — Estabelece os casos em que é applicavel a disposição do art. 1º do decreto n. 938, de 29 de dezembro de 1902.....	87
N. 1230 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 19 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a modificar a tabella annexa ao decreto n. 1151, de 5 de janeiro do corrente anno.....	88
N. 1231 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 19 de setembro de 1904—Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito de 29:300\$, suppletor a rubrica 9ª do art. 2º da lei n. 1145, de 21 de dezembro de 1903.....	88
N. 1232 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES— Decreto de 19 de setembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 30:230\$370, para execução da sentença que annullou o decreto reformando o alferes da brigada policial dessa Capital Napoleão Gonçalves Guttenberg...	89
N. 1233 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 19 de setembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao procurador da Republica em S. Paulo, Dr. Alcibiades de Toledo Piza, um anno de licença, sem vencimentos, para tratar de seus interesses.....	89
N. 1234 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES— Decreto de 19 de setembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Alfredo Leal de Sá Pereira, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.....	90
N. 1235 — GUERRA — Decreto de 21 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Guerra um credito especial de 107\$850, para occorrer ao pagamento aos soldados do 1º batalhão de artilharia Martinho Xavier dos Santos e Manoel Pinto do Nascimento, de vencimentos relativos ao mez de novembro de 1904.....	90
N. 1236 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS— Decreto de 24 de setembro de 1904 — Modifica o decreto n. 346, de 14 de outubro de 1887.....	91

PÁGS.

N. 1237 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1904 — Autoriza o Presidente da República a conceder mais um anno de licença, em prorrogação, ao praticante dos Correios de Minas Geraes, Jorge Augusto Santiago, com o respectivo ordenado.....	97
N. 1238 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 6:379\$87, para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Hilario Soares de Gouvêa, em virtude de sentença judiciaria.....	98
N. 1239 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 27:915\$150, ouro, importancia com que o Brazil deve contribuir para a construcção do edificio destinado á Secretaria Internacional das Republicas Americanas e para a Bibliotheca Commemorativa do Colombo, em Washington.....	98
N. 1240 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 26 de setembro de 1904— Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por um anno a licença em cujo gozo se acha o amanuense do Tribunal Civil e Criminal Augusto Moreno de Alagão.....	99
N. 1241 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 26 de setembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 58:846\$639, em execução da sentença passada em julgado em favor do major da brigada policial Luiz da Costa Azevedo.....	99
N. 1242 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS—Decreto de 27 de setembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com ordenado, ao telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Jacintho Hygino da Cruz.....	100
N. 1243 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder ao engenheiro Alberto Macedo de Azambuja, ajudante da 6ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil, um anno de licença, com ordenado, em prorrogação daquelle em cujo gozo se acha, para tratar de sua saúde.....	100
N. 1244 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 27 de setembro de 1904—Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual	

	PAOS.
sessão legislativa até ao dia 1 de novembro do corrente anno.....	101
N. 1245 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 6:020\$ para occorrer ao pagamento devido a Eduardo Martins & Comp., em virtude de sentença judicialia.....	101
N. 1246 — MARINHA—Decreto de 1 de outubro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 300:000\$, supplementar á verba 11ª do art. 7º da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1890, para pagamento dos operarios extraordinarios do Arsenal de Marinha da Capital Federal.....	102
N. 1247 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 32:923\$233, supplementar á rubrica 28ª do art. 2º da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903.....	102
N. 1248 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1904 — Autoriza a concessão, no corrente anno, de uma segunda época de exames aos estudantes de preparatorios.....	103
N. 1249 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por um anno, com ordenado, para tratamento de saúde, a licença concedida ao amanuense dos Correios de Pernambuco, bacharel Vulpiano de Aquino Fonseca.....	103
N. 1250 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 3:795\$665, para pagamento ao engenheiro Nano Alves Duarte Silva de gratificação que lhe compete como director interino do Observatorio do Rio de Janeiro.....	104
N. 1251 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por seis mezes, com ordenado, a licença concedida ao ajudante do fiel da thesouraria da Estrada de Ferro Central do Brazil, Julio Mendes Pereira.....	104
N. 1252 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1904 — Autoriza o Governo a prorogar por um anno, com ordenado, a	

- licença concedida ao conductor de trem de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Manoel dos Santos Machado..... 105
- N. 1253 — GUERRA — Decreto de 19 de outubro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao professor da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, major-medico de 3ª classe do Exercito Dr. Affonso Lopes Machado, para tratar de sua saude onde lhe convier..... 105
- N. 1254 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 292:802\$282, supplementar á rubrica do n. 12 do art. 25 da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903..... 106
- N. 1255 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 290:968\$494, para pagamento a Barnabé Moreira Lopes e Braconnot & irmãos..... 106
- N. 1256 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao substituto do juiz federal na secção do Amazonas, bacharel Antonio Demetrio de Souza..... 107
- N. 1257 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao administrador dos Correios do Amazonas, José de Assumpção Santiago, para tratamento de sua saude..... 107
- N. 1258 — FAZENDA — Decreto de 29 de outubro de 1904 — Fixa o numero e os vencimentos do pessoal da Mesa de Rendas de S. Francisco, Estado de Santa Catharina..... 108
- N. 1259 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1904 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 1 de dezembro do corrente anno..... 108
- N. 1260 — FAZENDA — Decreto de 29 de outubro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, sem vencimentos, ao 1º escriptuario da Alfandega de Corumbá, Estado de Matto Grosso, Antonio Vieira de Almeida..... 109
- N. 1261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 31 de outubro de 1904 — Torna obrigatorias.

em toda a Republica, a vaccinação e revaccinação contra a variola.....	109
N. 1262 — GUERRA — Decreto de 3 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o respectivo soldo, ao medico de 4ª classe do Exército Dr. Alfredo de Mello Mattos.....	110
N. 1263 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1904 — Concede, para tratamento de saúde, um anno de licença, com ordenado, ao telegraphista chefe da Repartição Geral dos Telegraphos Alvaro Noya Soares.....	111
N. 1264 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao 2º escripturar.o da Repartição Geral dos Telegraphos José Augusto Martins um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.....	111
N. 1265 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder seis mezes de licença, sem vencimentos, em prorrogação á concedida pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas ao engenheiro Augusto do Rego Toscano de Brito....	112
N. 1266 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:644\$827, para pagamento dos vencimentos que competem ao substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. José Julio Calazans....	112
N. 1267 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 51\$849, ouro, e 604:394\$945, papel, para pagamento de dividas de exorcícios findos.....	113
N. 1268 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1904 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:638\$045, para pagamento á Companhia das Aguas de Macaé, e outros.....	113
N. 1269 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 15 de novembro de 1904 — Reforma a legislação eleitoral, e dá outras providencias.....	114
N. 1270 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1904 — Decreta o estado de sitio, até 30 dias, no territorio do Districto Federal e na comarca de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro, e autoriza o Poder Executivo a suspen-	

PÁGS.

del-o dentro do prazo marcado, desde que não necessite mais da medida excepcional.....	144
N. 1271 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1904 — Autoriza a abertura ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas do crédito extraordinário de 1:553\$770, para pagamento aos herdeiros de Gentil Homem de Oliveira.....	144
N. 1272 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1904 — Autoriza o Presidente da República a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 29:683\$167, em execução de sentença passada em julgado em favor do alferes da brigada policial Alfredo Nunes de Andrade.....	145
N. 1273 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1904 — Concede ao Dr. Lucio de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde.....	145
N. 1274 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1904 — Autoriza o Presidente da República a conceder ao Dr. Albino Alves Filho, procurador da República na secção de Minas Geraes, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.....	146
N. 1275 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1904 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito extraordinário de 12:891\$870, para pagamento aos engenheiros Lucas Proença e José Antonio da Costa Junior, em virtude de sentença judicial.....	146
N. 1276 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 23 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, em prorrogação, ao conductor de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Antonio Tescano de Brito.....	147
N. 1277 — MARINHA — Decreto de 23 de novembro de 1904 — Autoriza o Presidente da República a abrir ao Ministério da Marinha o crédito de 1.304:134\$034, suplementar às rubricas 14ª, 15ª, 19ª, 25ª, 26ª e 27ª do actual orçamento.....	147
N. 1278 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito extraordinário de 500:000\$, papel, para occorrer às	

	PÁGS.
despesas com a execução do accordo provisório, concluído em 12 de julho de 1904, entre o Brazil e o Perú.....	148
N. 1279 — FAZENDA—Decreto de 26 de novembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 3º escripturario da Alfandega de Manaus Brígido Augusto Grana para tratamento de saúde.....	148
N. 1280 — FAZENDA—Decreto de 26 de novembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 11:315:505, para occorrer ao pagamento devido a Lobo & Irmão, em virtude de sentença judicial.....	149
N. 1281 — FAZENDA—Decreto de 26 de novembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 3º escripturario da Alfandega da Bahia Romualdo Justino Netto, para tratamento de saúde.....	149
N. 1282 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES— Decreto de 28 de novembro de 1904 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 30 de dezembro de 1904.....	150
N. 1283 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES— Decreto de 28 de novembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. José Joaquim de Oliveira Fonseca, lente cathedratice da Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.....	150
N. 1284 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 72:855:000 para pagar á <i>Amazon Steam Navigation Company</i> a subvenção relativa aos mezes de novembro e dezembro de 1903.....	151
N. 1285 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir o credito de 12:150:5, para pagamento de diarias aos engenheiros fiscaes das estradas de ferro fiscalizadas pela União, excluidas as arrendadas.....	151
N. 1286 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder a Bento José da Silva, conductor de trem de 1ª classe da Estrada do Ferro Central do Brazil, um anno de licença, com o	

	PÁGS.
respectivo ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.....	152
N. 1287 — GUERRA — Decreto de 30 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Guerra um credito especial de 189\$500, para occorrer ao pagamento ao general de brigada Marciano de Magalhães, importância de custas a que foi condemnada a União na causa por este intentada.....	152
N. 1288 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder, com o respectivo ordenado, um anno de licença ao chefe de secção da Directoria Geral de Estatística João Cancio da Silva, para tratar de sua saúde onde lhe convier.....	153
N. 1289 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1904 — Autoriza a abertura do credito de 20:440\$, para pagamento das diarias que competem aos engenheiros e auxiliares da <i>Rio de Janeiro City Improvements Company, limited</i>	153
N. 1290 — GUERRA — Decreto de 7 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder mais um anno de licença ao alferes do 12º batalhão de infantaria do Exército Alfredo Rô não dos Anjos.....	154
N. 1291 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Gastão Goulis, sub-secretario do Instituto Nacional de Musica, um anno de licença, com o respectivo ordenado.....	155
N. 1292 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1:761\$280 para pagamento da gratificação devida ao ex-secretario do Jardim Botânico, bacharel Joaquim Campos Porto.....	155
N. 1293 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 28:170\$000.....	156
N. 1294 — GUERRA — Decreto de 14 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 737\$633, para occorrer ao pagamento do ordenado devido ao ajudante de porteiro aposentado do extincto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, José Alfredo de Carvalho.....	156

	PÁGS.
N. 1295 — GUERRA — Decreto de 14 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito extraordinário de 9:445\$160, para occorrer ao pagamento de ordenados que competem ao secretario aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, bacharel José Francisco Ribeiro Machado.....	157
N. 1296 — MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1904 — Autoriza o Poder Executivo a encommendar os navios que menciona, a mandar concluir a construção dos monitores de rio <i>Pernambuco</i> e <i>Maranhão</i> , e determina o modo por que deve ser realizada a respectiva despesa.....	157
N. 1297 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1904 — Prorroga o estado de sitio, por trinta dias, no territorio do Districto Federal e na comarca de Niteroy, no Estado do Rio de Janeiro.....	158
N. 1298 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de 554\$351, para o pagamento devido, em virtude de sentença, ao Dr. Raul de Souza Martins, juiz federal no Estado do Espirito Santo.....	159
N. 1299 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1904 — Torna extensivo aos professores e repetidores dos Institutos Benjamin Constant e Nacional de Surdos-Mudos o acrescimo de vencimentos que tiveram os leitos do Gymnasio Nacional pelos dec. etos. as. 1075, de 22 de novembro de 1894, e 1194, de 28 de dezembro de 1892.....	159
N. 1300 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1904 — Concede ao substituto do juiz federal na seção do Maranhão, bacharel Felippe Rodrigues de Azevedo, oito mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.....	160
N. 1301 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, Dr. Arthur do Miran, a Pacheco um anno de licença com ordenado.....	160
N. 1302 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao medico do Hospital de S. Sebastião, Dr. José Lopes da Silva Junior, um anno de licença com o respectivo ordenado, em prorrogação da que lhe foi concedida pelo decreto n. 1084, de 26 de outubro de 1903.....	161

PÁGS.

- N. 1303 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de dezembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 7:263\$871 para pagamento a Arthur Bollo, funcionario da Repartição Geral dos Tellographos, de vencimentos dos exercicios de 1898 e 1899. 161
- N. 1304 — **GUERRA** — Decreto do 21 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:178\$567, para pagamento do ordenado devido ao mestre de musica aposentado da extincta companhia de aprendizes artilheiros do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, Lourenço Francisco da Cunha 162
- N. 1305 — **MARINHA** — Decreto de 21 de dezembro de 1904 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Marinha do credito extraordinario de 1:397\$966, para o pagamento da differença de vencimentos que deixou de receber o operario Ernesto Luciano Martins 163
- N. 1306 — **FAZENDA** — Decreto de 23 de dezembro de 1904 — Fixa o numero, classes e vencimentos do pessoal do Laboratorio Nacional de Analyses da Alfandega do Rio de Janeiro 163
- N. 1307 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de dezembro de 1904 — Permite aos estudantes que já tiverem obtido, pelo menos, uma approvação em qualquer preparatorio dos exigidos para a matricula nos cursos superiores da Republica concluir o curso iniciado pelo systema de exames parcelados, e dá outras providencias 165
- N. 1308 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto do 24 de dezembro de 1904 — Approva a Convenção Sanitaria Internacional, concluida em Pariz aos 3 de dezembro de 1903 166
- N. 1309 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto do 28 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 100:000\$, ouca, destinados ás despesas com uma Missão Especial á Colombia 166
- N. 1310 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto do 28 de dezembro de 1904 — Approva o tratado de limites entre as Republicas do Brazil e do Ecuador, concluido em 6 de maio de 1904 167
- N. 1311 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto do 28 de dezembro de 1904 — Approva o tratado de commer-

	cio e amizade entre o Brazil e a Persia, de 16 de junho de 1903.....	PAGS. 167
N. 1312 —	RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1904 — Approva o projecto de convenção para a repressão do trafico de mulheres brancas, formulado pela Conferencia Internacional reunida em Pariz a 15 de julho de 1902, e o projecto de Arranjo destinado a garantir a execução da convenção referida.....	168
N. 1313 —	FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1904 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1905, e dá outras providencias.....	168
N. 1314 —	JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1904 — Dispensa o resto do tempo que falta ao Externato Aquino para completar os deus annos de fiscalização prévia exigida pelo art. 366 do Código de Ensino.....	183
N. 1315 —	FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:000\$, suplementar á verba n. 22 do art. 25 da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903.....	184
N. 1316 —	FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1904 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1905, e dá outras providencias.....	184
N. 1317 —	FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 52:652\$400, para as despesas com as obras de reparação do que necessita o predio em que está instalada a Alfandega do Recife.....	245
N. 1318 —	FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por seis mezos a licença em cujo gozo se acha o inspector de Fazenda do Thesouro Federal, bacharel Luiz Vossio Brigido.....	246
N. 1319 —	FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Concede a pensão annual de 600\$ á viuva e filhos de Manoel dos Santos, praça do corpo de bombeiros.....	246
N. 1320 —	FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por um anno a licença em cujo gozo se acha o fiel de Thesoureiro da Caixa de Amortização, Francisco Barbosa dos Santos.....	247

	PAGS.
N. 1321 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Approva a separação das missões no Ecuador e na Colombia, estabelece duas Legações permanentes, uma em Quito e outra em Bogotá, e dá outras providencias.....	247
N. 1322 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores os creditos de 30:000\$, papel, e 45:000\$, ouro, sendo o primeiro suplementar a verba 1 ^a e o segundo a verba 7 ^a do art. 5 ^o da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903.	248



folha original em branco

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1904

DECRETO N. 1147 — DE 2 DE JANEIRO DE 1904

Crea uma Mesa de Rendas de 1.^a ordem em Bella Vista, Estado de Matto Grosso.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.^o Fica creada uma Mesa de Rendas de 1.^a ordem em Bella Vista, Estado do Matto Grosso.

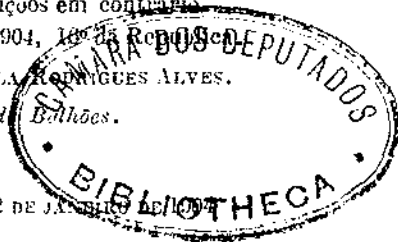
Art. 2.^o O Governo abrirá o necessario credito para a sua installação.

Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1904, 10.^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.



DECRETO N. 1148 — DE 2 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza a concessão da pensão de 300\$ mensaes a D. Martina Gomensoro Wandenkoik.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.^o E' concedida a D. Martina Gomensoro Wandenkoik, mãe do fallecido almirante Eduardo Wandenkoik, a pensão mensal de 300\$000.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1904, 10.^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1149 — DE 2 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza a abertura de credito extraordinario de 68:761\$051 para restituição de impostos sobre vencimentos devida a varios ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 68:761\$051 para attender á restituição de impostos sobre vencimentos devida aos ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal João Antonio de Araújo Freitas Henriques, Luiz Corrêa de Queiroz Barros, Antonio de Souza Mendes, Tristão de Alencar Araújo, Espeditão Elly do Barros Pimentel, Francisco de Faria Lemos, Bento Luiz de Oliveira Lisboa, Joaquim da Costa Barçadas e José Hygino Duarte Pereira, em virtude do accordo do Supremo Tribunal Federal, n. 769, de 15 de outubro de 1892.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1150 — DE 3 DE JANEIRO DE 1904

Confere privilegio para pagamento de divida proveniente de salarios do trabalhador rural.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Art. 1.º É privilegiada a divida proveniente de salarios do trabalhador agricola, attin de ser pago pelo producto da colheita para a qual houver concorrido com o seu trabalho, especialmente a quaesquer outros creditos, salvo as que foram garantidas por hypotheca ou penhor agricola devidamente inscripto e transcripto.

Art. 2.º Este privilegio se refere á importancia da divida resultante do saldo verificado em favor do trabalhador pelo seu salario, no ajuste de conta effectuado, constante de cadernetta existente em mão do trabalhador, aberta, numerada, rubricada e escripturada pelo proprietario ou seu representante, na qual se acham lançadas, nas respectivas datas, as parcelas do debito e credito.

No caso de divergencia do ajuste de contas, admitte-se ha qualquer outro meio procedente de prova da divida, além da caderneta.

Art. 3.º Para a cobrança da divida nas condições dos arts. 1.º e 2.º, o trabalhador terá direito de usar da acção summaria e do embargo ou arresto assecutorio.

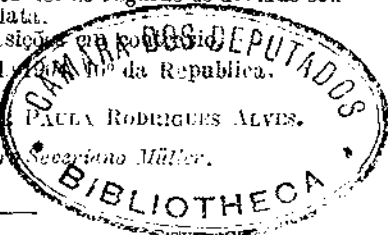
Art. 4.º As disposições desta lei só regerão as dividas contrahidas posteriormente á sua data.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1904.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leitor Secretario Müller.



DECRETO N. 1151 — DE 5 DE JANEIRO DE 1904

Reorganiza os serviços da hygiene administrativa da União

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' reorganizada a Directoria Geral de Saúde Publica, ficando sob sua competencia, além das attribuições actuaes, tudo que no Districto Federal diz respeito á hygiene domiciliaria, policia sanitaria dos domicilios, logares e logradouros publicos, tudo quanto se refere á prophylaxia geral e especifica das molestias infectuosas, podendo o Governo fazer as installações que julgar necessarias e pôr em prática as actuaes posturas municipaes que se relacionem com a hygiene.

§ 1.º O Governo regulamentará todos os serviços dependentes da Directoria Geral de Saúde Publica, admittindo o pessoal constante da tabela annexa, estabelecendo as medidas repressivas necessarias, affin de tornar effectivas a notificação das molestias infectuosas, a vigilância a policia sanitarias, e enfim todas as necessarias medidas executivas e disposições regulamentares.

O isolamento hospitalar só terá lugar quando a residencia do doente não se prestar as medidas sanitarias exigidas pelos regulamentos; e, no caso de internação em hospital, a familia terá direito a acompanhar o doente, sendo-lhes proporcionados todos os recursos por conta do Estado, e podendo o tratamento medico ser dirigido pelo facultativo que o doente ou sua familia quizer, segundo o processo therapeutico que lhe aprouver, respeitada a disciplina interna do estabelecimento.

§ 2.º E' o Governo autorizado a entrar em accordo com a Municipalidade do Districto Federal, affin de que esta ceda,

definitivamente, ao Instituto Sorotherapico Federal, indemnizando-a do respectivo valor, o proprio municipal de Manguinhos.

O Instituto é obrigado a fornecer gratuitamente aos Estados e municipios que os solicitarem os séros e as vacinas que preparar, não incluída no numero destas a vaccina anti-variólica, que continuará como até agora a ser preparada, distribuída e fornecida aos Estados pelo Instituto Vaccinico do Districto Federal.

§ 3.º Fica o Governo autorizado a promulgar oCodigo Sanitario, de accordo com as seguintes bases :

a) regulando tudo quanto diz respeito á hygiene urbana e domiciliaria ;

b) assegurando a prophylaxia geral e especifica das molestias infectuosas ;

c) estabelecendo o serviço sanitario dos portos e a prophylaxia sanitaria internacional ;

d) regulamentando o exercicio da medicina e pharmacia ;

e) abrangendo oCodigo Pharmaceutico ;

f) instituindo como penas ás infracções sanitarias multas até dois contos de réis (2:000\$), que poderão ser convertidas em prisão até o prazo maximo de tres mezes, bem como, cumulados ou não e mesmo como medida preventiva, apprehensão e destruição dos generos deteriorados ou considerados nocivos á saúde publica, sequestro e venda de animaes ou objectos cuja existencia nas habitações fór prohibida, cassação de licença, fechamento e interdicção de predios, obras e construcções.

1. A apprehensão e destruição de generos deteriorados ou considerados nocivos á saúde, assim como a cassação de licença fechamento, serão feitos por simples actos da autoridade administrativa ; o sequestro e venda de animaes ou objectos cuja existencia nas habitações fór prohibida, depois da competente apprehensão pela autoridade administrativa, serão feitos pela autoridade judicial por meio do processo que fór estabelecido.

II. A declaração de interdicção de predios, obras e construcções por parte da autoridade administrativa terá por effeito :

Quanto a.s predios :

1.º Serem elles desoccupados amigavel ou judicialmente pelos inquilinos dentro de um a oito dias, conforao a urgencia ;

2.º Serem reparados ou demolidos pelos seus proprietarios no prazo que lhes fór assignado.

Si estes se recusarem fazel-o, as reparações ou demolições serão feitas á sua custa, ficando em um ou outro caso o predio ou terreno por elle occupado legalmente hypothecado para garantia da despesa feita, desde o dia da declaração da interdicção.

Quanto ás obras e construcções :

1.º Serem ellas immediatamente suspensas ;

2.º Serem reparadas ou demolidas nas mesmas condições e com os mesmos onus que os predios.

§ 4.º O Código Sanitário será observado em todo o territorio da Republica.

Nos Estados as suas infracções serão julgadas pelas justicas locais, reservada a competencia privativa da justiça federal.

§ 5.º Para custeio dos serviços constantes da presente reforma, fica aberto o credito de cinco mil e quinhentos contos de réis (5.500.000\$), discriminado de accordo com a tabella annexa.

§ 6.º No fim de tres annos, a contar da data da decretação dos regulamentos a que se refere a presente lei, seja ou não extinta a febre amarella da cidade do Rio de Janeiro, será o novo pessoal, nomeado em virtude da presente lei, dispensado, voltando os antigos funcionarios da hygiene terrestre a perceber os vencimentos que tinham antes.

Os funcionarios da Directoria Geral de Saúde Publica que, em virtude do decreto n. 4.463, de 12 de julho de 1902, foram transferidos da Municipalidade do Districto Federal para o Governo da União, contarão, para todos os effectos, o tempo de serviço que tinham na repartição de hygiene municipal.

§ 7.º Os serviços de saúde dos portos tambem serão reorganizados, observando-se o seguinte:

a) Em cada porto principal dos Estados maritimos e fluvios haverá um hospital de isolamento com desinfectorio annexo, destinado ao tratamento dos enfermos de moléstias transmissíveis e ao expurgo dos objectos susceptíveis procedentes de navios infeccionados ou suspeitos;

b) De accordo com os governos estaduais a nova regulamentação promoverá a substituição do regimen quarentenario, como medida systematica, pelo da vigilancia medica dos desembarcados e pelo isolamento dos enfermos; cumpri-do aos mesmos governos uniformizar os processos administrativos de hygiene urbana, de modo a ficar assegurada aquella vigilancia;

c) O serviço de saúde dos portos será regulamentado na conformidade das indicações precedentes, attendendo-se á conveniencia de melhorar as condições do pessoal e do material e de fixar-se as relações que os funcionarios federaes hajam de manter com os estaduais em épocas de epidemia e normaes;

d) Enquanto por lei ordinaria não forem votados os fundos precisos para o custeio dos novos serviços, abrirá o Governo os creditos necessarios pela verba de « Soccorros, Publicos » tanto para as installações quo houver de determinar, como para o mesmo custeio.

§ 8.º É instituida uma secção de engenharia sanitaria, composta de tres engenheiros e um desenhista.

§ 9.º É da competencia da secção de engenharia sanitaria:

I. Incumbir-se de todos os assumptos technicos referentes á engenharia sanitaria que forem indicados pela autoridade competente;

II. Emitir parecer sobre as construcções julgadas insalubres pelas autoridades sanitarias medicas e fiscalizar as obras aconselhadas;

III. Incumbir-se de todas as obras e construcções dependentes da Directoria Geral de Saúde Publica.

§ 10. É instituido no Districto Federal o Juizo dos feitos da saúde publica, composto de um juiz, um procurador, um sub-procurador, um escrivão e officiaes da justiça sanitaria.

§ 11. É da competencia do Juizo dos feitos da saúde publica conhecer de todas as acções e processos civis e criminaes em materia de hygiene e salubridade publica, concernentes á execução das leis e dos regulamentos sanitarios attinentes á observancia e effectividade dos mandados o ordens das autoridades sanitarias ou relativos aos actos de officio destas.

§ 12. O Juizo dos feitos da saúde publica tem jurisdicção privativa, em primeira instancia, para o processo e julgamento das causas que tem por objecto :

I. Despejo, demolição, interdicção, desapropriação, obras de predio ou qualquer propriedade ;

II. Cobrança de multas ou taxas sanitarias ;

III. Julgamento dos crimes e contravenções de hygiene e salubridade publicas ;

IV. Qualquer acção em que a saúde publica possa ser interessada.

§ 13. O juiz, o procurador o o sub-procurador serão nomeados pelo Presidente da Republica ; o escrivão e os officiaes pelo juiz. Será escolhido o juiz dentre os bachareis em direito com quatro annos, no minimo, de prática forense e o procurador com dois annos.

§ 14. O juiz servirá por quatro annos, podendo ser reconduzido por quatriennios. Os demais funcionarios serão demissiveis *ad nutum*.

§ 15. Os vencimentos dos funcionarios do Juizo dos feitos da saúde publica são os constantes da tabella annexa. Todos perceberão custas, de accordo com o regimento vigente para a justiça local do Districto Federal.

§ 16. Ao procurador dos feitos da saúde publica compete promover o andamento de todas as causas que interessarem á saúde publica e officiar em todas as questões administrativas, como consultor juridico, devendo ser sempre ouvido em todos os termos dos processos judiciaes.

§ 17. O juiz dos feitos terá tres supplentes, formados em direito, de nomeação do Ministro da Justiça.

§ 18. Ao sub-procurador compete auxiliar o procurador nos casos por este designados e substitui-lo.

§ 19. No impedimento do sub-procurador, o juiz nomeará o seu substituto, por prazo maximo de oito dias ; si, porém, o impedimento exceder desse prazo, a nomeação será feita pelo Ministro da Justiça.

§ 20. Não podem a justiça sanitaria, nem as autoridades judicarias, quer federaes, quer locais, conceder interdictos possessorios contra os actos da autoridade sanitaria exercidos *ratione imperii*, nem modificar ou revogar os actos administra-

tivos ou medidas de hygiene e salubridade por ella determinadas nesta mesma qualidade.

Fica salvo á pessoa lesada o direito de reclamation judicialmente perante a justiça federal, as penas e damnos que lhe couberem, si o acto ou medida da autoridade sanitaria tiver sido illegal, e promover a punição penal, si houver sido criminosa.

Em caso de desapropriação, esta se fará segundo a Constituição Federal e as leis respectivas.

§ 21. As intimações de medidas sanitarias, as communicações de multas, etc., serão feitas, por escripto, pela respectiva autoridade da saúde publica, e fôrão fôr sobre os factos a que se referirem, até prova em contrario.

§ 22. Os actos de infracção das leis e regulamentos sanitarios serão lavrados pelos respectivos funcionarios administrativos, em duplicata, sendo um exemplar remettido á procuradoria dos feitos e outro deixado no local em que fôr encontrado o infractor ou o responsavel pela infracção, com declaração do que este se considera citado para pagar a multa dentro do prazo legal, ou vêr-se processar, findo tal prazo. Além disso, será inserto no jornal que publicar o expediente da Saúde Publica um aviso relativo a cada autoação, com as declarações e communicações necessarias.

§ 23. Os processos civis seguirão o formulario da justiça local do Districto Federal e os criminaes terão a marcha do processo e julgamento de contravenções da lei n. 628, de 28 de outubro de 1890.

O juizo dos recursos é a Corte de Appellação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1901, 16.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.



TABELLA DE VENCIMENTOS E DESPEZAS A QUE SE REFEREM OS §§ 1.º, 5.º E 17.º DO ART. 1.º DO DECRETO LEGISLATIVO N. 1151, DESTA DATA

1 Director geral 18:000\$000

Servico da terra

10 Delegados da saúde, a 10:800\$000 108:000\$000
75 Inspectores sanitarios, a 9:200\$000 675:000\$000

Serviço de prophylaxia da febre amarella

1 Inspector do serviço	14:400\$000
Gratificações aos inspectores sanitarios des- tachados no serviço de prophylaxia da febre amarella, a 1:800\$000	18:000\$000
1 Administrador	7:200\$000
1 Almoxarife	6:000\$000
1 Escriptuario-archivista	4:800\$000
70 Auxiliares academicos, a 2:400\$000	168:000\$000
Trabalhadores	1.314:000\$000
200 Capatazes, a 180\$000	36:000\$000
9 Chefes de turnos, a 3:600\$000	32:400\$000
18 Carpinteiros, a 3:000\$000	54:000\$000
18 Guardas de 1.ª classe, a 2:400\$000	43:200\$000
18 Guardas de 2.ª classe, a 1:800\$000	32:400\$000

Secretaria

1 Secretario	10:800\$000
1 Chefe de secção	8:500\$000
1 Primeiro official	6:000\$000
1 Archivista	5:400\$000
1 Segundo official	4:800\$000
7 Terceiros officials, a 1:200\$000	29:400\$000
1 Porteiro	3:600\$000
4 Contínuos, a 2:400\$000	9:600\$000
6 Serventes, a 1:200\$000	7:200\$000

Serviço do porto

6 Ajudantes do director, a 9:600\$000	57:600\$000
4 Medicos auxiliares, a 7:200\$000	28:800\$000
1 Interpret	3:600\$000

Verba para o serviço geral

Material, construcções e eventuaes	539:864\$000
------------------------------------	--------------

Inspectoria de Isolamento e Desinfecção

1 Inspector	14:400\$000
1 Administrador	7:200\$000
1 Ajudante do administrador	6:800\$000
2 Escriptuarios, a 3:600\$000	7:200\$000
2 Encarregados de secção, a 3:000\$000	6:000\$000
5 Chefes de turma, a 3:600\$000	18:000\$000
1 Depositario arrecadador	2:400\$000
1 Porteiro	1:800\$000
2 Contínuos, a 1:800\$000	3:600\$000

Pessoal sem nomeação

10 Desinfectores de 1ª classe, a 2:400\$	24:000\$000
20 De infectadores de 2ª classe, a 1:800\$	36:000\$000
1 Machinista	2:400\$000
3 Foguistas, a 1:200\$	3:600\$000
1 Feitor das cocheiras	2:400\$000
2 Ajudantes do feitor, a 1:800\$	3:600\$000
20 Cocheiros, a 1:500\$	30:000\$000
20 Serventes, a 1:200\$	24:000\$000

Sustento e forragem de animais	48:000\$000
Combustivel e lubrificantes	6:000\$000
Desinfectantes e desinfecções	32:000\$000
Conservação e remoção do material	31:600\$000
Expediente, a-seio e esmalturas	19:000\$000

Secção topographica

1 Medico demographista	9:000\$000
2 Medicos ajudantes, a 7:200\$.	14:400\$000
1 Cartographo	4:800\$000
3 Auxiliares, a 3:000\$.	9:000\$000

Laboratorio bacteriologico

1 Chefe do laboratorio	9:600\$000
4 Auxiliares technicos, meaos, a 6:000\$.	24:000\$000
1 Escripturari-archivista	3:600\$000
4 Serventes, a 1:200\$	4:800\$000

Material

Instrumentos, apparatus e reactivos	7:200\$000
Bioterio	5:000\$000
Objectos de expediente e livro	2:000\$000
Asseio e eventuais	3:000\$000

Fisc-lisecção das pharmacias

4 Pharmaceuticos, a 6:000\$	24:000\$000
---------------------------------------	-------------

Engenharia sanitaria

3 Engenheiros sanitarios, a 8:400\$	25:200\$000
1 Desenhista	3:600\$000

Juízo dos Feitos da Hygiene Publica

1 Juiz	12:000\$000
1 Procurador.	7:200\$000
1 Sub-procurador	4:800\$000
1 Escrivão	3:600\$000
2 Officiaes de justiça, a 900\$.	1:900\$000

Instituto Sorotheyapico Federal

Para seu custeio.	120:000\$000
Material geral, construcções e alugueis de casas	422:300\$000

Hospitaes de S. Sebastião e Paula Candido

2 Directores, a 9:800\$.	19:600\$000
2 Vice-directores, a 7:200\$.	14:400\$000
5 Medicos dos hospitaes, a 6:000\$.	30:000\$000

Pessoal sem nomeação

1 Foguista.	1:800\$000
1 Servente	1:800\$000
1 Ajudante de cozinha.	1:800\$000

Barca de desinfectção do porto

1 Mestre, com 10\$ diarios.	3:650\$000
1 Machinista, idem	3:650\$000
1 Foguista, com 3\$400 diarios	1:241\$000
4 Desinfectadores, a 2\$400	9:600\$000
6 Marinheiros, com 3\$ diarios	6:570\$000

Verbas não modificadas

Material para a repartição central.	41:300\$000
Estação da visita do porto.	10:366\$000
Material	4:500\$000
Lancha das colonias de alienados.	10:366\$000
Lazareto da Ilha Grande	81:683\$000
Hospital do S. Sebastião (menos o director)	115:800\$000
Hospital Paula Candido (menos o director e vice-director)	65:020\$000

Estados

Primeiro districto sanitario

S. Paulo.	37:150\$000
Rio Grande do Sul	25:200\$000
Paraná.	11:160\$000
Santa Catharina	14:820\$000
Espirito Santo	10:250\$000
Matto Grosso.	4:700\$000

Segundo districto sanitario

Pernambuco	28:100\$000
Bahia	37:150\$000
Alagoas.	12:300\$000
Sergipe e Parahyba.	10:920\$000

Terceiro districto sanitario

Pará	37:150\$000
Maranhão e Ceará	29:880\$000
Rio Grande do Norte	11:640\$000
Piahy.	9:260\$000
Amazonas.	10:250\$000

Hospitaes de isolamento nos Estados.	20:920\$000
Serviço quarentenario em Matto Grosso	50:600\$000

5.500:000\$000

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1904. — J. J. Seabra.

DECRETO N. 1152 — DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Crêa na secção do Districto Federal mais uma vara de juiz federal e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º É creada no Districto Federal mais uma secção da Justiça Federal, que terá a denominação de segunda.

Art. 2.º Na sobrelita secção haverá um juiz federal, um juiz substituto e os respectivos suplentes em jurisdição em todo o Distrito.

§ 1.º A competência desses juizes será regulada especialmente pela Lei e regulamentos relativos aos outros juizes de secção.

§ 2.º No tocante aos provimentos desses cargos vigorarão as disposições das leis vigentes.

Art. 3.º Na secção ora creada e na que actualmente existe, os factos de qualquer natureza serão processados mediante distribuição.

Art. 4.º Para os effeitos do artigo antecedente, fica creado o lugar de distribuidor do Juizo Federal, que accumulará funções de contador e partidor e perceberá os emolumentos estabelecidos no regulamento n.º 3.422, de 30 de setembro de 1899.

Paraphrasis unico. Esse funcionario será nomeado livremente pelo juiz federal e conservado enquanto bem servir.

Art. 5.º O actual segundo escrivão passará a servir na segunda secção.

Art. 6.º Fica reorganizada a Procuradoria da Republica do Distrito Federal, a qual se comporá de tres procuradores com as denominações de 1.ª, 2.ª e 3.ª, convertidos nestes lugares os de 1.º e 2.º adjuntos.

Art. 7.º Os serviços a cargo dos procuradores, excepto os iniciados por elles, que caberão aos iniciantes, serão igualmente distribuidos pelos tres, em livro revestido das formalidades legais, pelo juiz perante quem tiverem de officio.

Paraphrasis unico. O primeiro procurador servirá nas 1.ª, 4.ª, 7.ª, 10.ª e 13.ª preterias; o segundo, nas 2.ª, 5.ª, 8.ª, 11.ª e 14.ª; o terceiro, nas 3.ª, 6.ª, 9.ª, 12.ª e 15.ª.

Art. 8.º Continuam em vigor todas as disposições relativas á Procuradoria da Republica no Distrito Federal, excepto a parte derogada na presente lei, sendo que a cobrança da divida activa e demais serviços de que trata o art. 4.º do decreto n.º 173 B, de 10 de setembro de 1893, serão distribuidos com igualdade entre os 1.º, 2.º e 3.º procuradores pela Direcção do Contencioso.

Art. 9.º Ficam mantidos os dois legaes de solicitadores da Fazenda com designação de 1.º e 2.º, funcionando aquelle perante os juizes das 1.ª e 2.ª secções e este perante as justicas locais.

Art. 10. Fica tambem mantido o lugar de escrevente de procurador da Republica, o qual servirá junto aos procuradores.

Art. 11. Fica creado o lugar de solicitador da Fazenda Nacional para exercer as acções de seu officio perante o Supremo Tribunal Federal, sob a direcção do procurador geral da Republica.

Art. 12. Este funcionario será nomeado pelo Ministro da Fazenda, sob proposta do procurador geral, cabendo-lhe os mesmos vencimentos e vantagens dos que servem perante os juizes das secções do Distrito Federal.

Paragraphe unico). Na sua falta ou impedimento, o procurador geral da Republica nomeará quem o substitua interinamente ou *ad hoc*, conforme a hypothese.

Art. 13. Os vencimentos dos juizes e funcionarios de que trata a presente lei serão os seguintes, considera os dois terços ordenado e um terço gratificação.

Juiz de secção.....	14:000\$000
Juiz substituto.....	6:000\$000
Procurador da Republica.....	6:000\$000
Solicitador.....	2:400\$000
Escrivão.....	1:500\$000
Escrivento.....	1:200\$000

Art. 14. Fica o Governo autorizado a abrir o necessario credito para execução da presente lei.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrario:

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

BIBLIOTHECA

DECRETO N. 1153 — DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito extraordinario de 13:897\$ para indemnizar o Dr. Sylvio Romero da despesa com a impressão de sua obra « Historia da Litteratura Brasileira », e para pagamento do premio que lhe foi arbitrado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 13:897\$, sendo 10:897\$ para indemnização ao Dr. Sylvio Romero, professor de logica do Internato do Gymnasio Nacional, da despesa com a impressão de sua obra *Historia da Litteratura Brasileira*, e 3:000\$ para pagamento ao mesmo, do premio que lhe foi arbitrado pela elaboração da mesma obra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1154 — DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Governo a ceder ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro um dos proprios nacionaes existentes nesta Capital, ou a dar ao mesmo Instituto, mensalmente 500\$ para aluguel de casa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a ceder ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro um dos edificios dos proprios nacionaes existentes nesta Capital, para nelle ser o Instituto alojado, ou dar, mensalmente, a quantia de 500\$ para aluguel de uma casa em condições de bem servir ao referido Instituto, fazendo, neste caso, as necessarias operações de credito.

Art. 2.º O Ministerio da Justica e Negocios Interiores, por intermedio de uma commissão, composta do director geral de Saude Publica, do procurador seccional e do curador de orphãos fará a suprema inspecção deste Instituto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1155 — DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza a modificação do Regulamento do Instituto Nacional de Musica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a modificar o Regulamento do Instituto Nacional de Musica, sem augmento de despesa; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1156 — DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, e em prorrogação, a Augusto Moreno de Alagão, amanuense da Secretaria do Tribunal Civil e Criminal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado e em prorrogação a que lhe foi concedida pelo Poder Legislativo em 13 de julho de 1902, a Augusto Moreno de Alagão, amanuense do Tribunal Civil e Criminal, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1157 — DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a subvencionar com a quantia de 2000\$00 o Dr. Vital Brazil Mineiro da Campanha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a subvencionar com a quantia de 2000 \$000 o Dr. Vital Brazil Mineiro da Campanha para, no estrangeiro, tornar conhecido o tratamento do envenenamento ophidico, e aperfeiçoar os seus estudos sobre seruntherapia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1158 -- DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder seis mezes de licença, em prorrogação, ao Dr. Oscar Vianna, procurador da Republica na secção da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder seis mezes de licença, com ordenado, ao Dr. Oscar Vianna, procurador seccional no Estado da Bahia, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha para tratar de sua saude onde julgar conveniente ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1159 — DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a mandar pagar a construcção da ponte da praia do Flamengo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar pagar, por meio de 375 inscrições do Banco da Republica, do valor de 1:000\$ cada uma, a construcção da ponte da praia do Flamengo, abrindo-se para isso o necessario credito, e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1160 — DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Manda abonar aos officiaes do Corpo de Bombeiros, que se reformarem, além do soldo devido, uma gratificação annual correspondente a cada anno de serviço que exceder dos 25 primeiros, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Além do soldo devido aos officiaes do Corpo de Bombeiros que se reformarem, ser-lhes-ha abençada uma gratificação annual correspondente a cada anno de serviço que exceder dos vinte e cinco primeiros, sendo essa gratificação de 120\$, para os officiaes superiores e de 80\$, para os capitães e officiaes subalternos.

Art. 2.º Os officiaes graduados desse corpo serão equiparados aos effectivos para os effeitos e vantagens da reforma.

Art. 3.º Na contagem do tempo para a reforma dos officiaes e praças, as fôrças excellentes de seis mezes serão contadas como um anno completo.

Art. 4.º Os officiaes do Exercito que occuparem no Corpo de Bombeiros postos superiores aos seus e neste ultimo se inutilizarem para o serviço, serão considerados, para os effeitos da reforma, como si fossem unicamente officiaes do mesmo corpo, uma vez que renunciem o lugar que tem no Exercito.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1161 — DE 7 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:8458469 para occorrer ao pagamento do ordenado que compete ao mestre da officina de obras brancas do extinto Arsenal de Guerra do Estado da Bahia, Antonio Bento Guimarães.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:8458469, para pagamento do ordenado que compete ao mestre da officina

cina de obras ligadas da extincto Arsenal de Guerra do Estado da Bahia, Antonio Bento Guimarães, no período de 10 de fevereiro a 31 de dezembro de 1902 ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Aguiar.

DECRETO N. 1162 — DE 8 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 19038, para occorrer ao pagamento de vencimentos do guarda do extincto Arsenal de Guerra do Estado da Pernambuco, Maximo Francisco da Silva.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 19038, para pagamento dos vencimentos do guarda do extincto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, Maximo Francisco da Silva ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Aguiar.

DECRETO N. 1163 — DE 8 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 190324, para attender ao pagamento do ordenado que compete ao ex-mestre de gymnastica da extincto companhia de aprendizes artesões do Arsenal de Guerra do Mato Grosso, Antonio João Nepomuceno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 478524 para attender ao pagamento, no anno de 1902, de cr-

denado que compete ao ex-mestre de gymnastica da extincta companhia de aprendizes artífices do Arsenal de Guerra do Estado de Matto Grosso, Antonio João Nepomuceno; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1904, 16^o da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Aguiar.

DECRETO N. 1164 — DE 9 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Governo a crear uma Mesa de Rendas de primeira ordem na Bahia de Tucuya.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Art. 1.^o E' o Governo autorizado a crear uma Mesa de Rendas de primeira ordem na Bahia de Tucuya, dovendo situar-se no local que melhor attenção aos interesses do fisco e aos do commercio de toda zona que ella tenha de servir, quer no Estado do Piahy, quer no do Maranhão, abrindo para isso os creditos que forem precisos.

Art. 2.^o Essa Mesa de Rendas será subordinada immediatamente ao Thesouro Federal.

Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1904, 16^o da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bellêes.

DECRETO N. 1165 — DE 9 DE JANEIRO DE 1904

Concede a pensão mensal de 500\$ a Felisberto Caldeira Brant (Visconde de Barbacena).

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Artigo unico. E' concedida a Felisberto Caldeira Brant (Visconde de Barbacena), antigo servidor da patria e maior do Rio

annos, a pensão mensal de 500\$; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de Janeiro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1166 — DE 9 DE JANEIRO DE 1904

Autiza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 29:439\$451 para o pagamento devido a Verano Gomes Alonso de Almeida e Manoel Alves da Silva, em virtude do accordo do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.^o Fica o Governo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 29:439\$451, para pagamento a Verano Gomes Alonso de Almeida e Manoel Alves da Silva, proveniente do principal, juros da mora e custas, a que os mesmos tem direito, em virtude do accordo do Supremo Tribunal Federal de 29 de agosto de 1900, como apprehensores de um contrabando de mobilia, na Alfandega de Santos, onde exerciam os cargos de conferentes.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de Janeiro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1167 — DE 9 DE JANEIRO DE 1904

Concede uma pensão de 120\$ mensaes a José de Souza Lima.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica concedida a José de Souza Lima uma pensão de 120\$ mensaes equivalente ao montepi e meio-soldo de seu filho o Offizal Cas otilio de Souza Lima, fallecido em Ca-

nudos, abrindo-se os necessários créditos e revogando as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1904, 1.^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1168 — DE 9 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença a João André de Bakker, 2.^o escriptuario da Alfândega do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.^o Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a João André de Bakker, 2.^o escriptuario da Alfândega do Pará, um anno de licença com ordenado, para tratamento de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1904, 1.^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1169 — DE 9 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 330:142\$889, supplementar á rubrica — Imprensa Nacional e *Diário Official* — do art. 25 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.^o Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 330:142\$889, supplementar á rubrica 12.^a — Imprensa Nacional e *Diário Official* — do art. 25 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, sendo 148:620\$996 para a sub-consignação — Pessoal amovível — e 250:521\$893 para as sub-consignações — Material e Expediente.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1904, 1.^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1170 — DE 9 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:900\$, para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao 1.º escriptuario da Alfandega do Maranhão, Felinto Elyzio do Nascimento.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:900\$, para pagamento ao 1.º escriptuario da Alfandega do Maranhão, Felinto Elyzio do Nascimento, dos vencimentos que lhe competiam como 2.º escriptuario da Alfandega de Maceió e que deixou de receber no periodo de 1893 a 1898, em que foi illegalmente declarado extincto, com os vencimentos da tabella anterior.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1171 — DE 11 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 20:000\$, para occorrer ás despezas com as exequias do Vice-Presidente eleito, Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 20:000\$, para occorrer ás despezas feitas com as exequias mandadas celebrar pelo Governo, pelo fallecimento do Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão, que fôra eleito Vice-Presidente da Republica, para o periodo presidencial de 1902 a 1906, fazendo as necessarias operações : revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1171 A — DE 12 DE JANEIRO DE 1904

Declara, sem vigor o disposto nas letras *a*, *b* e *c*, do art. 16 da lei n. 590, de 31 de dezembro de 1898, e dá outras providencias.

José Gomes Pinheiro Machado, Vice-Presidente do Senado :

Faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei :

Art. 1.º Fica sem vigor o disposto nas letras *a*, *b* e *c*, do art. 16 da lei n. 590, de 31 de dezembro de 1898.

§ 1.º Na vigencia desta lei será revisto o regulamento da praticagem do porto do Recife, pelo director da mesma praticagem, de accordo com a respectiva associação, sem creção ou augmento alguão de despesa para os cofres federaes, dependendo, porém, sua execução da approvação do Ministerio da Marinha.

§ 2.º Na revisão do regulamento se attenderá aos seguintes pontos :

a) á arrecadação das taxas da praticagem, de accordo com o art. 29 e §§ 1.º, 2.º e 3.º do regulamento de 8 de novembro de 1899, devendo as taxas ser cobradas pela tabella annexa ao vigente regulamento e mais disposições referentes ;

b) á divisão das taxas arrecadadas, que deverá ser feita de accordo com o art. 26 do regulamento de 8 de novembro de 1899 ;

c) á fixação das taxas pelo aduante do material da praticagem e serviço de pessoal avulso da mesma, devido pelas embarcações que demandarem o porto e de accordo com o art. 1.º do regulamento de 8 de novembro de 1899.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 12 de janeiro de 1904, 16.ª da Republica.

José GOMES PINHEIRO MACHADO,

Vice-Presidente do Senado.

DECRETO N. 1172 — DE 13 DE JANEIRO DE 1904

Autoriza o Governo a mandar matricular por mais um anno, nas escolas militares, os alumnos que fellas foram desligados ou daverão selo no fim de 1903, por haverem incidido em varias disposições regulamentares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar matricular por mais um anno, nas escolas militares, os alumnos que fellas foram desligados ou daverão selo no fim de 1903,

por haverem incidido nas disposições do parágrafo unico do art. 69, § 2º do art. 78 e arts. art. 123 do regulamento que baixou com o decreto n. 2741, de 1898.

Art. 2.º Rescendem as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES,

Ministro da Paula Argênta.

DECRETO N. 1170 — de 13 de Janeiro de 1904

Autoriza o Governo a mandar pagar ao capitão Alfredo Ribeiro da Costa a quantia de \$45504385, supplementar da rubrica 11.ª — Clastes Inactivas — do art. 14 da lei n. 957, de 10 de Janeiro de 1902.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Fica sabido que o Congresso Nacional decretou a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de \$45504385, supplementar da rubrica 11.ª — Clastes Inactivas — do art. 14 da lei n. 957, de 10 de Janeiro de 1902.

Art. 2.º Rescendem as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES,

Ministro da Paula Argênta.

DECRETO N. 1171 — de 13 de Janeiro de 1904

Autoriza o Governo a mandar pagar ao capitão Alfredo Ribeiro da Costa a quantia de \$45504385, 1.ª gratificação de a cada a quantia de porcentagem de honra e de sobre a quantia de direito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Fica sabido que o Congresso Nacional decretou a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar pagar ao capitão Alfredo Ribeiro da Costa a quantia de

3927805, importância das gratificações de exercício do cargo de instructor da arma de cavalleria da Escola Militar desta Capital e cetera, vantagens de que ficou privado, em virtude de processo a que respondeu e do que foi absolvido em ultima instancia.

Art. 2.º O Governo abrid o necessario credito para os devidos effeitos desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 1901, 1.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Aragão.

DECRETO N. 1175 — 1.º DE JANEIRO DE 1901

Reorganiza o Corpo de Commissarios da Armada.

O Eu, Idôneo da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º O Corpo de Commissarios da Armada sera constituido da seguinte maneira:

- 1 commissario geral, capitão de mar e guerra ;
- 2 commissarios, capitães de fragata ;
- 8 commissarios, capitães-tenentes ;
- 20 commissarios, 1.ºs tenentes ;
- 40 commissarios, 2.ºs tenentes ;
- 40 commissarios, guardas-marcha ;
- 10 sub-commissarios.

Art. 2.º A promoção do commissario geral sera feita por merecimento ; a dos outros postos, metade por antiguidade e metade por merecimento.

§ 1.º As vagas de sub-commissarios serão preenchidas pelos candidatos que em concurso se mostrarem habilitados nas seguintes materias: portuguez, francez, inglez, arithmetica (com applicação ás diversas questões de contabilidade, ao uso do systema monetario, ao cambio, agio de moedas, aos pesos e medidas e especialmente ao systema metrico), algebra (até

equações do 2.º grão, inclusive), geometria pratica e noções de stereometria, geographia, historia do Brazil, noções de direito publico e administrativo, pratica de escripturação do lorde e em geral do serviço de fazenda, e provarem que são brasileiros, maiores de 18 annos, e com a robustez precisa para a vida do mar, sendo esta comprovada em inspecção de saude.

§ 2.º No regulamento que for expedido para a execução da presente lei, o Governo designará quem deve formar a commissão examinadora, discriminará o que deve constituir incremento e marcará o tempo de intersticio para as promoções.

Art. 3.º A nomeação do primeiro posto será feita por decreto e só contarão antiguidade e tempo de serviço e vencimento vencimentos militares depois da sua apresentação á autoridade competente, data em que se lhes expellirá a respectiva patente.

Art. 4.º Os commissarios nomeados que deixarem de se apresentar, sem motivos justificados, dentro de 30 dias, contados da data da publicação da sua nomeação no *Diario Official* ou ordem do dia do Estado-Maior da Armada, perderão o direito á mesma nomeação.

Art. 5.º O montepio, a reforma e todas as demais vantagens que competem ou vierem a competir aos officiaes do Corpo da Armada competirão tambem aos officiaes do Corpo de Commissarios.

Art. 6.º São extensivas ao Corpo de Commissarios todas as disposições do decreto n. 198 A, de 30 de dezembro de 1889, no que lhe for applicavel.

Art. 7.º Os commissarios exercerão as commissões que, pelo regulamento, forem designadas como correspondentes ás suas graduações.

Art. 8.º Os sub-commissarios vencerão 60\$ de soldo e 190\$ de gratificação, e caber-lhes-ha o mesmo alojamento ora dado aos aspirantes a commissarios.

Paraphræse unico. O uniforme ser-lhes-ha marcado pelo Governo.

Art. 9.º As vagas de guardas-maritima commissarios, resultantes desta organização do corpo, serão preenchidas pelos actuaes aspirantes a commissarios e outros quaesquer candidatos no orden em que forem classificados, em virtude da somma de grãos de habilitação obtida em concurso ou exame a que deverão ser submettidos, versando este sobre nomenclatura de apparelho, artilharia, torpedos, armamento portatil, equipamento, balame, munições navaes e sobre as materias exigidas no § 1.º do art. 2.º.

§ 1.º Em igualdade de condições serão preferidos os actuaes aspirantes a commissarios.

§ 2.º A classe de aspirantes a commissarios ficará extinta logo que se der a reorganização do corpo.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 1175 — DE 14 DE JANEIRO DE 1904

Manda rever os processos para percepção de meio soldo e montepio posteriores aos decretos ns. 1388, de 21 de fevereiro de 1891, e 1054, de 29 de setembro de 1892.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Serão revisados os processos para percepção de montepio e meio soldo posteriores aos decretos ns. 1388, de 21 de fevereiro de 1891, e 1054, de 29 de setembro de 1892, para o fim de serem observados, naquelles que não o foram, as disposições dos mesmos decretos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1177 — DE 16 DE JANEIRO DE 1904

Reorganiza a Casa da Moeda

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º O numero, categoria e vencimento dos empregados da Casa da Moeda são fixados na tabella que acom-

pouca esta Lei, ou, bem assim, o numero de officinas, operarios e aprendizes e seus respectivos salarios.

Art. 2.º Ficão nomeados por decreto do Governor: o director, o contador, o almoxarife, os escripturarios, o thesoureiro, o fiscal das balanças e do sello e os chefes das officinas.

Art. 3.º Quando a nomeação por accesso tiver de receber um empregado da Casa da Moeda, será previamente ouvido o respectivo director, que informará sobre a antiguidade e meritos do empregado.

Art. 4.º Em tudo que for concernente a nomeações, promoções, gratificações, vencimentos, pontos, descontos, substituições, accessos, licenças, suspensões, antiguidade e aposentação dos empregados da Casa da Moeda, vigorarão as regras prescriptas para o Thesouro Federal e Delegacias Fiscaes.

Parágrafo unico. As primeiras nomeações para os lugares creados por esta Lei, exceptuando o cargo de contador, que será provido por um empregado da Fazenda, serão feitas directamente pelo Governor.

Art. 5.º No regulamento que expedir, para boa execução desta Lei, o Governor consolidará todas as disposições vigentes relativas á Casa da Moeda; discriminará os valores, que devam ficar a cargo e sob a responsabilidade do thesoureiro e os que, por sua natureza, caibam á guarda e responsabilidade do almoxarife; fixará o valor da fiança que este deve prestar, antes de entrar em exercício e creará os livros necessarios para minuciosa e clara escripturação e contabilidade do estabelecimento.

Art. 6.º Publicado o regulamento e em inspecção da verba votada para custeio da Casa da Moeda, o Governor abrirá o credito necessario para completar a quantia precisa á execução desta lei.

Art. 7.º A suppressão de lugares e operarios, decretada por esta lei, só se tornará efectiva á proporção que se forem abrindo vagas no quadro actualmento em vigor.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1904. — Da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Luiz Pedro de Bulhões.

Tabela

CASA DA MOEDA

Pessoal

	Ordemado	Qualificação	Total
1 director.....	8.000\$000	4.000\$000	12.000\$000
1 contador, substituto do director.....	6.000\$000	3.000\$000	9.000\$000
2 1 ^{os} escripturarios.....	4.000\$000	2.000\$000	12.000\$000
3 2 ^{os} ditos.....	3.000\$000	1.500\$000	11.400\$000
3 3 ^{as} ditos.....	2.000\$000	1.200\$000	10.800\$000
3 4 ^{as} ditos.....	1.000\$000	500\$000	7.200\$000
1 thesoureiro.....	4.800\$000	2.400\$000	7.200\$000
2 fiscoes.....	2.400\$000	1.200\$000	8.000\$000
1 fiscal das balanças e do sellos.....	5.000\$000	2.000\$000	6.000\$000
1 fisco da fiscal das balanças.....	2.000\$000	1.000\$000	3.000\$000
1 almoxarife.....	3.000\$000	1.500\$000	4.500\$000
1 fisco do almoxarife.....	2.000\$000	1.000\$000	3.000\$000
1 archivista.....	2.000\$000	1.000\$000	3.000\$000
1 porteiros.....	2.500\$000	1.250\$000	3.000\$000
2 contínuos.....	1.300\$000	700\$000	4.000\$000
21			108.000\$000

Officina

Laboratório de análise

1 chefe.....	3.000\$000	1.500\$000	5.000\$000
1 esculptores.....	2.700\$000	1.350\$000	4.050\$000
1 aprendiz de 1 ^a classe.....		1.000\$000	1.000\$000
1 " " 2 ^a " ".....		750\$000	750\$000
1 " " 3 ^a " ".....		500\$000	500\$000
1 servente.....		1.250\$000	1.250\$000
			25.000\$000

Officina de pontagem

1 chefe.....	3.000\$000	1.500\$000	5.000\$000
1 ajudante.....	2.700\$000	1.350\$000	4.050\$000
6 operarios de 1 ^a classe.....		2.500\$000	15.000\$000
3 " " 2 ^a " ".....		2.250\$000	6.750\$000
3 " " 3 ^a " ".....		1.000\$000	7.500\$000
3 " " 4 ^a " ".....		1.000\$000	6.000\$000
3 " " 5 ^a " ".....		1.000\$000	8.000\$000
8 aprendizes de 1 ^a classe.....		1.000\$000	8.000\$000
1 " " 2 ^a " ".....		750\$000	1.500\$000
3 serventes.....		1.250\$000	3.750\$000
			67.500\$000

Officina de limpeza
e conservação

1 chefe.....	3.000\$000	1.500\$000	5.000\$000
1 ajudante.....	2.700\$000	1.350\$000	4.050\$000
1 operarios de 1 ^a classe.....		2.500\$000	7.500\$000
3 " " 2 ^a " ".....		2.250\$000	6.750\$000
3 " " 3 ^a " ".....		1.000\$000	7.500\$000
3 " " 4 ^a " ".....		1.000\$000	8.000\$000
2 serventes.....		1.250\$000	2.500\$000
1 dispensado de 1 ^a classe.....		1.250\$000	1.250\$000
			33.500\$000

Officina de machinas

1 chefe.....	3.000\$000	1.800\$000	50.000\$000
1 ajudante.....	2.700\$000	1.300\$000	4.000\$000
2 operarios especiais a \$500.....		2.500\$000	5.700\$000
2 " de 1ª classe a \$250.....		2.500\$000	7.000\$000
4 " " 2ª " a \$750.....		2.250\$000	21.000\$000
5 " " 3ª " a \$450.....		1.920\$000	39.750\$000
9 " " 4ª " a \$350.....		1.550\$000	11.850\$000
8 " " 5ª " a \$350.....		1.350\$000	10.800\$000
7 aprendizes a 1ª " a \$500.....		1.050\$000	5.250\$000
3 " " 2ª " a \$250.....		750\$000	2.250\$000
2 " " 3ª " a \$150.....		300\$000	900\$000
4 " " 4ª " a \$100.....		300\$000	1.200\$000
2 Serventes..... a \$500.....		1.000\$000	27.000\$000
			79.150\$000

Officina de gravura

1 chefe.....	3.000\$000	1.800\$000	50.000\$000
1 ajudante.....	2.700\$000	1.300\$000	4.000\$000
1 operario especial a \$500.....		2.500\$000	2.500\$000
2 operarios de 1ª classe a \$250.....		2.500\$000	5.100\$000
2 " " 2ª " a \$750.....		2.250\$000	4.500\$000
1 " " 3ª " a \$450.....		1.950\$000	19.500\$000
1 " " 4ª " a \$350.....		1.550\$000	11.550\$000
1 " " 5ª " a \$350.....		1.350\$000	10.800\$000
2 aprendizes a 1ª " a \$500.....		1.050\$000	2.100\$000
2 " " 2ª " a \$250.....		750\$000	1.700\$000
2 " " 3ª " a \$150.....		300\$000	900\$000
3 " " 4ª " a \$100.....		300\$000	600\$000
1 servente..... a \$500.....		1.000\$000	1.350\$000
			27.250\$000

Officina de estampa

1 chefe.....	3.000\$000	1.800\$000	50.000\$000
1 ajudante.....	2.700\$000	1.300\$000	4.000\$000
2 operarios de 1ª classe a \$250.....		2.500\$000	5.100\$000
2 " " 2ª " a \$750.....		2.250\$000	4.500\$000
5 " " 3ª " a \$450.....		1.950\$000	39.750\$000
4 " " 4ª " a \$350.....		1.550\$000	39.200\$000
1 " " 5ª " a \$350.....		1.350\$000	10.800\$000
4 aprendizes a 1ª " a \$500.....		1.050\$000	12.000\$000
4 " " 2ª " a \$250.....		750\$000	3.000\$000
4 " " 3ª " a \$150.....		300\$000	1.800\$000
6 " " 4ª " a \$100.....		300\$000	1.800\$000
1 servente..... a \$500.....		1.000\$000	1.350\$000
			79.220\$000

Officina de lithographia

1 chefe.....	3.000\$000	1.800\$000	50.000\$000
1 ajudante lithographa.....	2.700\$000	1.300\$000	4.000\$000
2 operarios especiais a \$500.....		2.500\$000	5.700\$000
1 " " de 1ª classe a \$250.....		2.500\$000	10.200\$000
6 " " 2ª " a \$750.....		2.250\$000	11.250\$000
6 " " 3ª " a \$450.....		1.950\$000	11.700\$000
6 " " 4ª " a \$350.....		1.650\$000	16.900\$000
6 " " 5ª " a \$350.....		1.350\$000	8.100\$000
6 aprendizes a 1ª " a \$500.....		1.050\$000	6.300\$000
6 " " 2ª classe a \$250.....		750\$000	4.500\$000
6 " " 3ª " a \$150.....		300\$000	2.700\$000
6 " " 4ª " a \$100.....		300\$000	1.800\$000
2 serventes..... a \$500.....		1.000\$000	2.700\$000
			81.350\$000

Sociedade papéis e trabalhos diversos..... 27.000\$000

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1901. — Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1178 — DE 16 DE JANEIRO DE 1904

Cria os logares de contador e procurador fiscal nas Delegações fiscaes do Thesouro Federal, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Ficam creados os logares de contador e procurador fiscal em cada uma das Delegações Fiscaes da Republica, restabelecida a 3.ª Sub-directoria da Contabilidade e a 2.ª Sub-directoria das Rendas do Thesouro Federal e as Juntas Administrativas da Fazenda Federal em cada uma das mesmas Delegações Fiscaes.

§ 1.º O numero, classes e vencimentos das Sub-directorias do Thesouro Federal, da Recebedoria do Rio de Janeiro, das Alfandegas, Delegações Fiscaes e da Caixa de Amortisação serão os constantes das tabelas annexas, ficando nesta ultima reduzida de um terço a gratificação que é abontada aos empregados encarregados do serviço de assignatura de notas.

§ 2.º Os lugares de delegados fiscaes e de inspectores das Alfandegas continuarão a ser exercidos, em communhão, por empregados da Fazenda, que perceberão, além dos vencimentos do seu logar effectivo, a gratificação em quotas marcadas na respectiva tabela; o de procurador fiscal por Auditor ou Bacharel em sciencias jurídicas e sores que tenham a mesma idoneidade.

§ 3.º Ficam pertencendo aos procuradores fiscaes as attribuições dos actuaes procuradores seccionaes competentes ao executivo fiscal, a especialisação dos bens para fisco da Fazenda, justificações de montepio e meio-sobla, terrenos de marinhão e outras de character administrativo.

§ 4.º O lançamento do imposto de industria e profissões será feito annualmente por empregados da Receb. for a designados pelo director o revisor, pela mesma forma, de bens em dois annos os de penhas d'agua.

§ 5.º A Recebedoria, de accordo com as instrucções de 27 do junho de 1902 continuará a cobrar individualmente no Capital Federal a divida activa que for liquidada e a mais por infracções de leis e regulamentos.

§ 6.º Ficam extinctos:

a) as Alfandegas da Machê e da Penha, que serão substituidas por Mesa de Rendas de primeira ordem, sob o regimen e attribuições iguaes ás que tem as de S. Francisco e Antonina, e na dependencia da Alfandega do Rio de Janeiro a da Machê e da 4.ª Maceio e de Penha, conformes proceder com a Mesa de Rendas de Itajahy, pelo art. 1.º, 2.º, 3.º, da lei n. 509, de 31 de dezembro de 1903;

4) os lugares do Inspector da Fazenda a propositão que forem vacando.

§ 7.º Os despachos da importação estrangeira serão apresentados às Alfândegas em tres vias, sendo as terceiras vias, depois de conferidas e alteradas de accordo com a verba de confidencia das primeiras, enviadas quinzenalmente á Repartição do Serviço da Estatística Commercial no Districto Federal, para servirem de base nos trabalhos a cargo da mesma, ficando nesta parte alterado o § 1.º do art. 132 do decreto n.º 2731, de 7 de agosto de 1871.

§ 8.º No provimento dos novos cargos, creal-os por esta lei, serão aproveitados, respectiva a respectiva categoria, todos os empregados cujos lugares são supprimidos, bem como os extintos e das repartições da Fazenda extintas e, só depois de todas e considerações, poderá o Governo, nas primeiras noções que fizer, prover os lugares que faltarem para os aplojar nos respectivos quadros.

§ 9.º Os vencimentos, por substituição, dos empregados da Fazenda se regularão pela escala estabelecida na decisão do Ministerio da Fazenda n.º 231, de 26 de abril de 1873.

§ 10. Para a aposentadoria dos funcionarios nomeados por concurso será computado o tempo de serviço em qualquer repartição da Fazenda, ainda mesmo o de aprendiz.

§ 11. Na contagem do tempo para a aposentadoria não serão descontadas as faltas justificadas por moléstia ou licença, até 50 em cada anno.

§ 12. É permitido aos empregados da Fazenda permularem os respectivos cargos com o Governo os chefes das Repartições a que elles pertencem, não tendo, porém, direito á ajuda de custo de transporte, preparo de viagem e primeiro estabelecimento.

§ 13. Serão concedidos quinze dias uteis de férias, em cada anno, a juizo dos respectivos chefes, a todos os funcionarios da Fazenda.

Os empregados que substituem os que estiverem em gozo de férias não perceberão vantagens de especie alguma.

§ 14. Fica creado o assentamento dos empregados da Fazenda, que será organizado pela Directoria do Expediente do Thesouro Federal e publicado anualmente na Imprensa Nacional, sob o titulo de — *Assentamento da Fazenda*.

1) O Governo determinará o preço por que deve ser vendido cada exemplar do — *Assentamento da Fazenda*.

2) Do *Assentamento da Fazenda* constará o nome do empregado, idade, estado civil, categoria e a historia completa e detalhada de toda a sua carreira publicá, como datas de nomeações e promoções, posse e exercício, como fies, commissões extraordinarias, temporarias e permanentes de licenças, suspensões e glorias, todos actos importantes que tenha executado, serviços relevantes e tudo mais que de elle respeito na sua carreira na Fazenda.

§ 15. São da mesma categoria os empregados da Fazenda que tiverem o mesmo ordenalo.

§ 16. A organização dos balanços nas Alfândegas e nas Delegacias Fiscaes e sua remessa ao Thesouro serão feitas nos prazos e pela forma prescripta na circular do Ministerio da Fazenda, de 18 de agosto de 1897, sob n. 47.

§ 17. Fica supprimido o § 8º, alinea 1ª, do art. 1º do decreto n. 292, de 8 de outubro de 1896.

§ 18. Nos regulamentos que expedir para execução desta lei ás Delegacias Fiscaes e Recebedoria do Rio de Janeiro, o Governo consolidará toda a legislação em vigor, relativa a essas repartições, acrescentando o que fór preciso para regularidade e rapidez do serviço, e podendo impor, como penas disciplinares, multas pecuniarias na importância dos vencimentos dos respectivos empregados, de um a trinta dias.

§ 19. Na insufficiencia das verbas orçamentarias, o Governo poderá abrir o preciso credito para completar a quantia necessaria á execução desta lei.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

Tabellas do numero, classes e vencimentos das repartições da Fazenda Federal, a que se refere o § 1º do art. 1º desta lei

THE SOURO FEDERAL

A — Tabella do numero, classes e vencimentos da 3ª Sub-directoria de Contabilidade

PERSONAL	CLASSES	ORDENADO	GRATIFICACÃO	TOTAL
1	Sub-director.....	6:000\$00	3:600\$00	9:600\$00
2	Primeiros escripturarios.....	4:000\$00	2:000\$00	6:000\$00
3	Segundos ditos.....	3:200\$00	1:600\$00	4:800\$00
3	Terceros ditos.....	2:400\$00	1:200\$00	3:600\$00

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1904. — *Leopoldo de Bulhões.*

Poder Legislativo 1904

B — Tabela do numero, classes e vencimentos da 2ª Sub-directoria das Rendas

PERSONAL	CLASSES	ORDENADO	GRATIFICACÃO	TOTAL
1	Sub-director.....	6:000:000	3:000:000	9:000:000
2	Primeiros escripturarios.....	4:000:000	2:000:000	6:000:000
3	Segundos ditos.....	3:200:000	1:600:000	4:800:000
3	Terceiros ditos.....	2:400:000	1:200:000	3:600:000
1	Continuo.....	1:200:000	700:000	1:900:000

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1904. — Leopoldo de Bulhões.

C — Tabela do numero, classes e vencimentos dos empregados da Recebedoria do Rio de Janeiro

LOTAÇÃO 22.000.000:000 — RAZÃO 0,048 % — QUOTAS = 1/2

PERSONAL	CLASSES	NUMERO DE QUOTAS	TOTAL DAS QUOTAS	ORDENADO	TOTAL DOS ORDENADOS POR CLASSES	QUOTAS POR PIS	PERCENT EM	TOTAL
1	Director.....	40	40	8:000:	8:000:			
1	Sub-director.....	30	30	6:000:	6:000:			
10	Primeiros escripturarios.....	20	200	4:000:	40:000:			
12	Segundos ditos.....	16	192	3:200:	38:400:			
12	Terceiros ditos.....	12	144	2:400:	28:800:			
10	Quartos ditos.....	8	128	1:600:	27:200:			
1	Thesoureiro.....	30	30	6:000:	6:000:			
6	Fieis.....	11	81	2:800:	16:800:	3:000:		
1	Porteiro.....	12	12	2:400:	2:400:			
6	Continuos.....	7	42	1:300:	7:800:			
63			902		170:800:	3:000:		62:500:000

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1904. — Leopoldo de Bulhões.

D— Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Caixa de Amortização

PERSONAL	CLASSES	ORDENADO	GRATIFICACAO	TOTAL
1	Inspector.....	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
2	Chefes de seção.....	6:000\$000	3:000\$000	18:000\$000
5	Primeiros escripturarios.....	4:000\$000	2:000\$000	30:000\$000
5	Segundos.....	3:200\$000	1:600\$000	21:000\$000
5	Terceiros.....	2:400\$000	1:200\$000	18:000\$000
1	Quartos.....	1:000\$000	300\$000	9:600\$000
2	Thesoureiros (quebras 2:000\$000).....	5:700\$000	2:900\$000	19:200\$000
3	Réis.....	3:000\$000	1:500\$000	36:000\$000
1	Corretor.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
4	Ajudantes.....	3:200\$000	1:600\$000	19:200\$000
3	Conferentes.....	3:200\$000	1:600\$000	38:400\$000
1	Archivista.....	1:000\$000	900\$000	2:800\$000
5	Carimbadores.....	1:400\$000	700\$000	10:500\$000
1	Porteiro.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
2	Continuos.....	1:200\$000	700\$000	4:000\$000
34	Certificação a nove serventes a 100\$ mensaes, inclusive 500 réis diários ao encarregado do serviço de guarda.....			2:27:000\$000
				10:982\$000
				263:182\$000

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1931.— Leopoldo de Bulhões.

E—Tabela do numero, classes e vencimentos dos empregados das Delegacias Fiscaes do Pará, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul.

PERSONAL	CLASSES	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGADO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Delegado fiscal.....	—	4.000\$000	4.000\$00	4.000\$000
1	Contador.....	4.800\$000	2.400\$000	7.200\$000	7.200\$000
1	Procurador.....	4.000\$000	2.000\$000	6.000\$000	6.000\$000
4	198 escripturarios.....	3 2 0\$000	1.600\$000	5.800\$000	19 2 0\$000
4	213 ditos.....	2.000\$000	1.400\$000	4.000\$000	21 000\$000
4	213 ditos.....	1.600\$000	800\$000	2.400\$000	11 400\$000
4	213 ditos.....	1.200\$000	700\$000	2.000\$000	10 000\$000
1	Procurador (000\$ para que- bras).....	4.000\$000	2.000\$000	6.000\$00	6.000\$000
2	Fiscal.....	1.600\$000	800\$000	2.400\$00	7 2 0\$000
2	Procurador.....	3.200\$000	1.600\$000	4.800\$000	4.800\$000
4	Contador.....	1.600\$000	800\$000	2.400\$00	2 400\$000
1	Procurador.....	2.400\$000	1.200\$000	3.600\$000	3 600\$000
2	Contador.....	800\$000	400\$000	1.200\$000	3 600\$000
37	Fiel do pagador para o Rio Grande do Sul.....	—	—	—	119.000\$000
					2.400\$000
					121.400\$000

Rio de Janeiro, em 16 de Janeiro de 1904. — Leopoldo de Bulhões.

F—Tabela do numero, classes e vencimentos dos empregados da Delegacia Fiscal de Minas Geraes

PERSONAL	CLASSES	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGADO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Delegado fiscal.....	—	3.000\$000	3.000\$000	3.000\$000
1	Contador.....	4.000\$000	2.000\$000	6.000\$000	6.000\$000
1	Procurador fiscal.....	3.600\$000	1.800\$000	5.400\$000	5.400\$000
2	198 escripturarios.....	2.200\$000	1.600\$000	4.800\$000	11 400\$000
4	213 ditos.....	2.000\$000	1.400\$000	4.000\$000	11 000\$000
4	213 ditos.....	1.600\$000	800\$000	2.400\$000	9 600\$000
4	213 ditos.....	1.200\$000	700\$000	2.000\$000	10 000\$000
1	Procurador (000\$ para que- bras).....	4.000\$000	2.000\$000	6.000\$000	6.000\$000
2	Fiscal.....	1.600\$000	800\$000	2.400\$000	7 2 0\$000
2	Procurador.....	3.200\$000	1.600\$000	4.800\$000	4.800\$000
4	Contador.....	1.600\$000	800\$000	2.400\$000	2 400\$000
2	Procurador.....	800\$000	400\$000	1.200\$000	2 400\$000
20					81.800\$000

Rio de Janeiro, em 16 de Janeiro de 1904. — Leopoldo de Bulhões.

G — Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados das Delegacias Fiscaes do Maranhão, Ceará e Paraná

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGADO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Delegado fiscal.....	3:000\$	3:000\$	3:000\$
1	Contador.....	4:000\$	2:000\$	6:000\$	6:000\$
1	Procurador fiscal.....	3:000\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
3	1.ª escripturarios.....	3:200\$	1:600\$	4:800\$	14:400\$
4	2.ª ditos.....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	14:400\$
4	3.ª ditos.....	1:600\$	800\$	2:400\$	9:600\$
5	4.ª ditos.....	1:200\$	700\$	2:000\$	10:000\$
1	Thesoureiro pagador (400\$ para quebras).....	3:600\$	1:800\$	5:800\$	5:800\$
2	Fleis do.....	1:600\$	800\$	2:400\$	4:800\$
1	Cartorario.....	1:400\$	800\$	2:400\$	2:400\$
1	Porteiro.....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	3:000\$
2	Continuos.....	700\$	300\$	1:000\$	2:000\$
21					80:800\$

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1904. — Leopoldo de Bulhões.

H — Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Delegacia Fiscal do Amazonas

PESSOAL	CLASSE	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGADO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Delegado fiscal.....	—	5:000\$000	5:000\$000	5:000\$000
4	Contador.....	2:400\$000	3:600\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Procurador fiscal.....	2:400\$000	3:000\$000	5:400\$000	5:400\$000
4	1.ª escripturarios.....	2:100\$000	2:700\$000	4:800\$000	19:200\$000
8	2.ª ditos.....	1:000\$000	2:100\$000	3:100\$000	22:800\$000
1	Thesoureiro pagador (500\$ para quebras).....	2:600\$000	3:400\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Fiel do mesmo.....	1:000\$000	1:400\$000	2:400\$000	2:400\$000
2	Porteiro cartorario.....	1:700\$000	1:900\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Continuos.....	700\$000	800\$000	1:500\$000	3:000\$000
20					82:900\$000

Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1904. — Leopoldo de Bulhões.

I — Tabella do numero, classes e vencimento: dos empregados das Delegacias Fiscaes de Alagoas e Matto Grosso

PERSONAL	CLASSES	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGADO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Delegado fiscal.....	—	3:000\$	3:000\$	3:000\$
1	Contador.....	3:600\$	1:800\$	5:400\$	5:400\$
1	Procurador fiscal.....	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
3	1 ^{os} escripturarios.....	2:400\$	1:400\$	3:800\$	9:600\$
2	2 ^{os} ditos.....	1:800\$	800\$	2:600\$	12:000\$
1	Thesoureiro pagador 200\$ para quebras).....	2:600\$	1:600\$	4:200\$	4:200\$
1	Fiel do mesmo.....	1:600\$	800\$	2:400\$	2:400\$
1	Porteiro cartorio.....	1:200\$	800\$	2:000\$	2:000\$
1	Continuo.....	700\$	300\$	1:000\$	2:000\$
10					46:000\$

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1904. — Leopoldo de Bulhões.

J — Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados das Delegacias Fiscaes do Piahy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Espirito Santo, Santa Catharina e Goyaz

PERSONAL	CLASSES	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGADO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Delegado fiscal.....	—	2:400\$	2:400\$	2:400\$
1	Contador.....	2:600\$	1:400\$	4:000\$	4:000\$
1	Procurador fiscal.....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
3	1 ^{os} escripturarios.....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	9:000\$
2	2 ^{os} ditos.....	1:300\$	700\$	2:000\$	10:000\$
1	Thesoureiro pagador 200\$ para quebras).....	2:400\$	1:200\$	3:600\$	3:600\$
1	Fiel do mesmo.....	1:300\$	700\$	2:000\$	2:000\$
1	Porteiro cartorio.....	1:200\$	600\$	1:800\$	1:800\$
1	Continuo.....	700\$	300\$	1:000\$	1:000\$
1					37:700\$

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1904. — Leopoldo de Bulhões.

ALFANDEGAS

A — Tabela do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega da Capital Federal

LOTAÇÃO 65.000:000\$ — RAZÃO 0,73 % — 1.430 QUOTAS

PERSONAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector.....	8:000\$ 00	8:000\$ 00	36	36
1	Ajudante.....	6:240\$ 00	6:240\$ 00	20	20
3	Chefes de seção.....	5:600\$ 00	16:800\$ 00	18	54
24	Contadores.....	5:000\$ 00	120:000\$ 00	16	384
12	Primeiros escriptarios.....	4:000\$ 00	48:000\$ 00	10	120
30	Segundos ditos.....	3:200\$ 00	96:000\$ 00	8	240
32	Terceiros ditos.....	2:400\$ 00	76:800\$ 00	6	192
20	Quartos ditos.....	1:600\$ 00	32:000\$ 00	4	80
1	Guarda-nota.....	5:600\$ 00	5:600\$ 00	20	20
2	Apilante (serviço da barra 1:800\$).....	4:000\$ 00	11:600\$ 00	10	20
1	Thesoureiro (quebras 1:000\$).....	4:000\$ 00	5:800\$ 00	15	15
7	Fleets.....	2:400\$ 00	16:800\$ 00	7	49
1	Porteiro.....	3:600\$ 00	3:600\$ 00	6	6
1	Ajudante.....	2:000\$ 00	2:000\$ 00	5	5
11	Continuos.....	1:300\$ 00	14:000\$ 00	3	30
1	Administrador da alfândega.....	4:800\$ 00	4:800\$ 00	15	15
2	Ajudantes.....	3:200\$ 00	6:400\$ 00	8	16
16	Fleets de armazenagem.....	3:200\$ 00	51:200\$ 00	8	128
165	Serventes da sala do expediente e do arquivo a 115\$ mensais (39).....	41:400\$ 00	—	—	—
			524:000\$ 00	1.430	

Rio de Janeiro, 16 de Janeiro de 1911. — Leopoldo de Barros.

B — Tabela do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega de Santos

LOTAÇÃO 27.000:000\$000 — RAZÃO 0,57 % — QUOTAS 830

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector.....	—	—	40	40
2	Chefes de secção.....	4:000\$000	8:000\$000	20	50
8	Conferentes.....	3:800\$000	30:400\$000	48	144
10	Primeiros escripturarios.....	3:200\$000	32:000\$000	16	160
12	Segundos ditos.....	2:600\$000	31:200\$000	14	186
12	Terceiros ditos.....	1:600\$000	13:200\$000	8	96
12	Quartos ditos.....	1:200\$000	15:600\$000	7	84
1	Guarda-mór.....	4:000\$000	4:000\$000	20	20
1	Ajudante.....	2:600\$000	2:600\$000	11	14
1	Thesoureiro (600\$ para que- bras).....	4:000\$000	4:600\$000	20	20
2	Pies.....	1:600\$000	3:200\$000	8	16
1	Porteiro.....	2:400\$000	2:400\$000	12	12
1	Continuo.....	800\$000	3:200\$000	4	16
67			156:400\$000		830

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1901. — Leopoldo de Bulhões.

C—Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega da Bahia

LOTAÇÃO 44.000:000\$000 — RAZÃO 0,89 % — QUOTAS 883

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector	6:000\$000	6:000\$000	40	40
2	Chefes de secção	4:000\$000	8:000\$000	20	40
3	Conferentes	3:800\$000	30:400\$000	18	144
5	Primeiros escripturarios	3:200\$000	19:600\$000	16	96
10	Segundos ditos	2:600\$000	26:000\$000	14	140
12	Terceiros ditos	1:600\$000	19:200\$000	8	96
12	Quartos ditos	1:300\$000	15:600\$000	7	84
1	Guarda-mór	4:000\$000	4:000\$000	20	20
1	Ajudante	2:600\$000	2:600\$000	14	14
1	Thesoureiro (600\$ para quebras)	4:000\$000	4:600\$000	20	20
2	Fieis	1:600\$000	3:200\$000	8	16
1	Porteiro	2:400\$000	2:400\$000	12	12
1	Ajudante	1:300\$000	1:300\$000	7	18
6	Costeiras	800\$000	4:800\$000	4	14
1	Administrador de capatazias	3:600\$000	3:600\$000	18	98
1	Ajudante	2:600\$000	2:600\$000	14	
7	Fieis de armazem	2:600\$000	18:200\$000	14	
73			171:700\$000		883

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1904. — Leopoldo de Bulhões.

D — Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega de Pernambuco

LOTAÇÃO IN.000:000\$000 — RAZÃO 0,88 % — QUOTAS 875

PERSONAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASS.	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada class.
1	Inspector.....	6:000\$00	6:000\$00	40	40
2	Chefes de seção.....	4:000\$00	8:000\$00	20	40
3	Conferentes.....	3:800\$00	30:400\$00	18	144
6	Primeiros escripturarios.....	3:200\$00	19:200\$00	16	96
10	Segundos ditos.....	2:600\$00	25:000\$00	14	140
12	Terceros ditos.....	1:600\$00	19:200\$00	8	96
12	Quartos ditos.....	1:300\$00	15:000\$00	7	84
1	Guarda-mór.....	4:000\$00	4:000\$00	20	20
1	Ajudante.....	2:600\$00	2:600\$00	14	14
1	Thesougeiro (inclusivo 60,8 para quebras).....	4:000\$00	4:000\$00	20	20
1	Fiel.....	1:600\$00	1:600\$00	8	8
1	Porteiro.....	2:400\$00	2:400\$00	12	12
1	Ajudante.....	1:300\$00	1:300\$00	7	7
6	Contínuos.....	800\$00	4:800\$00	4	24
1	Administrador de capitazias.....	3:600\$00	3:600\$00	18	18
1	Ajudante.....	2:600\$00	2:600\$00	14	14
7	Fieis de Armazem.....	2:600\$00	18:200\$00	11	93
72			170:100\$00		875

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1904. — Leopoldo de Bulhões.

E — Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega do Pará

LEGAÇÃO 17.000:000\$000 — RAZÃO 1,21 % — QUOTAS 872

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector	—	—	40	40
2	Chefe de seção.....	4:000\$000	8:000\$000	20	40
3	Conferentes.....	3:800\$000	20:000\$000	18	144
6	Primeiros escripturarios.....	3:200\$000	19:200\$000	16	96
10	Segundos ditos.....	2:600\$000	26:000\$000	14	140
12	Terceiros ditos.....	1:600\$000	19:200\$000	8	96
12	Quartos ditos.....	1:300\$000	15:600\$000	7	84
1	Guarda-mór.....	4:000\$000	4:000\$000	20	20
1	Ajudante.....	2:600\$000	2:600\$000	14	14
1	Thesoureiro (globos para quô-bras).....	4:000\$000	4:600\$000	20	20
1	Fiel.....	1:600\$000	1:600\$000	8	8
1	Porteiro.....	2:400\$000	2:400\$000	12	12
1	Ajudante.....	1:600\$000	1:600\$000	8	8
5	Continuos.....	800\$000	4:000\$000	4	20
1	Administrador de capatazia.....	3:600\$000	3:600\$000	18	18
1	Ajudante.....	2:600\$000	2:600\$000	14	14
7	Fieis de armazem.....	2:600\$000	18:200\$000	16	96
71			153:600\$000		872

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1904. — Leopoldo de Bulhões.

F — Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega do Rio Grande do Sul

LOTAÇÃO 8.000:000\$000 — RAZÃO 0,7 % — QUOTAS 488

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector	—	—	31	31
2	Chefes de secção	4:000\$000	8:000\$000	17	51
5	Conferentes	3:800\$000	19:000\$000	16	80
5	Primeiros escripturarios	3:200\$000	16:000\$000	11	70
6	Segundos ditos	2:600\$000	15:600\$000	12	72
6	Terceros ditos	1:600\$000	9:600\$000	7	42
6	Quartos ditos	1:300\$000	7:800\$000	5	30
1	Guarda-mór	4:000\$000	4:000\$000	17	17
1	Ajudante	2:600\$000	2:600\$000	10	10
1	Thesoureiro (600\$ para quebras)	4:000\$000	4:600\$000	16	16
1	Fiel	1:800\$000	1:600\$000	7	7
1	Porteiro	2:400\$000	2:400\$000	10	10
2	Contínuos	800\$000	1:600\$000	3	6
1	Administrador de capatazias	3:600\$000	3:600\$000	12	12
1	Fieis de armazem	2:600\$000	10:400\$000	12	48
43			106:800\$000		488

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1901. — Leopoldo de Fritches.

G — Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega de Porto Alegre

LOTAÇÃO 4.000:000\$000 — RAZÃO 1,15 % — QUOTAS 487

CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSER	QUOTAS	
			De cada empregado	Total de cada classe
1 Inspector.....	4:800\$000	4:800\$000	24	24
2 Chefes de secção.....	4:000\$000	8:000\$000	20	40
4 Conferentes.....	3:800\$000	15:200\$000	18	72
5 Primeiros escripturarios.....	3:200\$000	16:000\$000	16	80
6 Segundos ditos.....	2:400\$000	14:400\$000	12	72
6 Terceiros ditos.....	1:600\$000	9:600\$000	8	48
6 Quartos ditos.....	1:300\$000	7:800\$000	7	42
1 Guarda-mór.....	3:300\$000	3:300\$000	17	17
1 Thesoureiro (400\$ para quebras).....	3:600\$000	4:000\$000	18	18
1 Fiel.....	1:600\$000	1:600\$000	8	8
1 Porteiro.....	2:000\$000	2:000\$000	10	10
2 Contínuos.....	700\$000	1:400\$000	3	6
1 Administrador de capatazias.....	2:600\$000	2:600\$000	14	14
3 Fieis de armazem.....	2:400\$000	7:200\$000	12	36
49		97:900\$000		487

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1904. — Leopoldo de Bulhões.

H — Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados
da Alfandega de Manáos

LOTAÇÃO 7.000:000\$000 -- RAZÃO 1,8 % -- QUOTAS 343

PESOA	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector.....	1:800\$000	1:800\$000	30	30
2	Chefes de seção.....	3:300\$000	6:600\$000	17	34
4	Conferentes.....	3:000\$000	12:000\$000	15	60
3	Primeiros escripturarios.....	2:600\$000	7:800\$000	14	42
5	Segundos ditos.....	2:400\$000	9:600\$000	10	40
6	Terceros ditos.....	1:300\$000	7:800\$000	6	36
7	Quartos ditos.....	1:000\$000	6:000\$000	3	18
1	Guarda-mór.....	3:300\$000	3:300\$000	17	17
1	Ajudante.....	1:700\$000	1:700\$000	8	8
1	Thesoureiro (quebras 4003).....	3:200\$000	3:600\$000	14	14
1	Fiel.....	1:300\$000	1:300\$000	7	7
1	Porteiro.....	2:000\$000	2:000\$000	9	9
2	Contínuos.....	700\$000	1:400\$000	3	6
1	Administrador de capatazias.....	2:400\$000	2:400\$000	12	12
1	Fiel de armazem.....	2:400\$000	2:400\$000	10	10
35			72:700\$000		343

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1904. — *Luizaldo de Bulhões*.

I — Tabela do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega do Maranhão

LEITÃO 4.000:000:000 — RAZÃO 1,35 % — QUOTAS 390

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector.....	4:500:000	4:500:000	30	30
2	Chefes de seção.....	3:300:000	6:600:000	17	34
3	Conferentes.....	3:000:000	12:000:000	15	64
4	Primeiros escripturarios.....	2:500:000	7:500:000	14	52
5	Segundos ditos.....	2:400:000	9:600:000	12	48
6	Terceros ditos.....	1:500:000	5:000:000	7	28
7	Quartos ditos.....	1:000:000	4:000:000	4	20
8	Guarda-moedas.....	3:000:000	12:000:000	17	68
9	Ajudante.....	1:700:000	1:700:000	8	8
10	Theourenco (300\$ para quebra).....	3:20:000	3:20:000	12	12
11	Fiel.....	1:3:000	1:300:000	7	7
12	Porteiro.....	2:000:000	2:000:000	10	10
13	Contínuos.....	700:000	1:000:000	3	6
14	Administrador de capatazia.....	2:500:000	2:500:000	12	12
15	Fiel de armazem.....	2:500:000	2:500:000	12	12
16			75:320:000		390

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1934. — Leopoldo de Souza.

J — Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega do Ceará

LOTAÇÃO 2.000:000\$000 — RAZÃO 91, 1 % — QUOTAS 336

PESSEL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector.....	—	—	30	30
2	Chefe de secção.....	3:300\$000	6:600\$000	17	34
3	Conferentes.....	3:000\$000	9:000\$000	15	45
3	Primeiros escripturarios.....	2:600\$000	7:800\$000	14	42
4	Segundos ditos.....	2:600\$000	8:000\$000	10	30
4	Terceiros ditos.....	1:000\$000	4:000\$000	8	32
4	Quartos ditos.....	800\$000	3:200\$000	4	16
1	Guarda-môr.....	3:300\$000	3:300\$000	17	17
1	Thesoureiro (100\$ para quebras).....	3:200\$000	3:600\$000	10	10
1	Fiel.....	1:300\$000	1:300\$000	7	7
1	Porteiro.....	1:600\$000	1:600\$000	9	9
2	Continuos.....	600\$000	1:200\$000	3	6
1	Administrador de capatazias.....	2:400\$000	2:400\$000	12	12
3	Fieis de armazem.....	2:000\$000	6:000\$000	10	30
31			58:000\$000		336

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1901.— Leopoldo de Bulhões.

K—Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados
da Alfandega de Macaé

LOTACÃO 1.700:000\$000 — RAZÃO 2,13 — QUOTAS 250

CLASS.	CLASSES	ORDENADOS	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector.....		—	25	25
2	Chefes de seção.....	3:300\$000	3:300\$000	15	15
2	Conferentes.....	3:000\$000	3:000\$000	15	30
2	Primeiros escripturarios.....	2:600\$000	2:600\$000	14	28
2	Segundos ditos.....	2:000\$000	2:000\$000	10	30
3	Terceros ditos.....	1:200\$000	1:200\$000	6	18
3	Quartos ditos.....	900\$000	2:700\$000	3	9
4	Guarda-mór.....	3:300\$000	3:300\$000	15	15
4	Thesoureiro (pnebras 25:000)	2:600\$000	2:600\$000	14	14
4	Piel.....	1:500\$000	1:500\$000	7	7
4	Porteiro.....	1:000\$000	1:000\$000	5	5
4	Contínuos.....	600\$000	1:200\$000	3	6
4	Administrador de capatazias.....	2:400\$000	2:400\$000	12	12
4	Piéis de armazém.....	2:000\$000	2:000\$000	10	20
25			21.300\$000		250

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1901.—L. de Mello de Moraes.

I — Tabela: do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfândega de Santa Catharina

LETAÇÃO 859:000-0-0 — RAZÃO 2,6 % — QUOTAS 222

PERSONAL	CLASSES	ORDEN DA	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total da cada classe
1	Inspector.....	—	—	20	20
2	Conferentes.....	2:000\$000	6:000\$000	15	30
3	Primeiros escripttaes.....	2:400\$000	10:400\$000	11	33
4	Segundos ditos.....	1:200\$000	2:600\$000	8	11
5	Guarda-livros.....	2:300\$000	3:300\$000	17	17
6	Thesoureiro (quatro a cada classe)	2:500\$000	2:500\$000	11	11
7	Recebedores.....	1:400\$000	1:400\$000	8	8
8	Porteiros e carteiros.....	1:500\$000	1:500\$000	9	9
9	Contingentes.....	500\$000	500\$000	3	3
10	Administradores de capitães.....	1:800\$000	1:800\$000	10	10
11	Recebedores.....	1:600\$000	1:600\$000	8	8
12			10:200\$000		222
13	Salarios a serventes.....		1:200\$000		

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1902. — Leopoldo de Bulhões.

At—Tabela do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega de Paranaquá

DATAÇÃO 1.500.000.000 — RAZÃO 2,31 — QUANTAS 240

POSICÃO	CLASSES	EMPREGADOS	VALOR L. R\$ CADA CLASSE	NOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector.....			20	20
2	Contadores.....	600.000,00	600.000,00	15	30
3	Primeiros escripturários.....	250.000,00	100.000,00	11	6
4	Segundos escripturários.....	150.000,00	120.000,00	8	61
5	Guarda-chaves.....	300.000,00	300.000,00	17	17
6	Thesoureiros e cobradores.....	250.000,00	250.000,00	13	13
7	Fiel.....	1.000.000,00	1.000.000,00		7
8	Porteiros e encanheiros.....	1.500.000,00	1.500.000,00		9
9	Contínuos.....	500.000,00	500.000,00	3	8
10	Administradores de alfândega.....	1.800.000,00	1.800.000,00	1	10
11	Fiel de armazém.....	1.000.000,00	1.000.000,00	8	8
21			44.750.000		240

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1934.—*Leopoldo D. L. S.*

N — Tabela do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega de Corumbá

LOTAÇÃO 1.400:000\$00 — RAZÃO 3,2 % — QUOTAS 175

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector.....	—	—	2	20
2	Primeiros escriptureiros.....	2:400\$000	10:560\$000	4	40
3	Segundos ditos.....	1:600\$000	6:400\$000	4	40
4	Terceiros ditos (quatro 200\$00).....	2:500\$000	25:000\$000	4	40
5	Escrivão.....	1:200\$000	12:000\$000	8	80
6	Porteiro e cartorio.....	1:000\$000	12:000\$000	8	80
7	Contínuos.....	500\$000	5:000\$000	8	80
8	Administrador de repaiazas.....	1:800\$000	18:000\$000	8	80
9	Vel do armazem.....	1:200\$000	12:000\$000	8	80
10			250:000\$000		175

Receita das doç. 15 de junho de 1904. — *Alfandega de Corumbá.*

O — Tabela do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega do Espírito Santo

LOTAÇÃO 250:000\$000 — RAZÃO 6 % — QUOTAS 137

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector.....	—	—	2	20
2	Primeiros escriptureiros.....	2:100\$000	8:400\$000	4	40
3	Segundos ditos.....	1:300\$000	5:200\$000	4	40
4	Terceiros ditos (quatro 200\$00).....	2:100\$000	21:000\$000	4	40
5	Escrivão.....	1:200\$000	12:000\$000	8	80
6	Porteiro e cartorio.....	1:000\$000	12:000\$000	8	80
7	Contínuos.....	500\$000	5:000\$000	8	80
8	Administrador de repaiazas.....	1:800\$000	18:000\$000	8	80
9	Vel do armazem.....	1:200\$000	12:000\$000	8	80
10			250:000\$000		137

Receita das doç. 15 de junho de 1904. — *Alfandega de Esp. Santo.*

P—Tabela de numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega de Aracaju:

LEGAÇÃO 300.000\$000 — RAZÃO 2,4% — QUOTAS 112

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector.....	—	—	16	16
2	Primeiros escripturarios.....	2.000\$000	6.000\$000	16	30
3	Segundos ditos.....	1.300\$000	5.200\$000	16	28
4	Thesoureiros de 8 para quebras.....	2.400\$000	2.400\$000	12	12
5	Fiel.....	1.200\$000	1.200\$000	6	6
6	Porteiros.....	1.100\$000	1.100\$000	8	8
7	Alfomedeiros.....	500\$000	500\$000	3	3
8	Administradores de capatazias.....	1.200\$000	1.200\$000	9	9
9			18.500\$000		112

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1904.—Emprego de Policiaes.

Q — Tabela de numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega de Uruguayana

LEGAÇÃO 300.000\$000 — RAZÃO 3,0% — QUOTAS 153

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector.....	—	—	20	20
2	Primeiros escripturarios.....	2.400\$000	8.400\$000	11	44
3	Segundos ditos.....	1.600\$000	6.400\$000	11	40
4	Thesoureiros de 8 para quebras.....	2.400\$000	2.400\$000	10	10
5	Fiel.....	1.200\$000	1.200\$000	5	5
6	Porteiros.....	1.100\$000	1.100\$000	9	9
7	Alfomedeiros.....	500\$000	500\$000	3	6
8	Administradores de capatazias.....	1.800\$000	1.800\$000	10	10
9	Fiel de armazem.....	1.000\$000	1.000\$000	5	5
10			20.200\$000		153

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1904.—Emprego de Policiaes.

R — Tabela de número, classes e vencimentos dos empregados da Alfândega da Paraíba

Dotação 1920/21 — R\$ 1.000.000,00 — Quota 15%

Pessoal	Classes	Empregados	Venc. de cada classe	Quotas	
				de cada empregado	Total de cada classe
1	Intendente.....	1.000.000	100.000	2	2
2	Primeiro-escrivão.....	2.100.000	21.000	14	28
3	Segundo-escrivão.....	1.600.000	16.000	8	16
4	Terceiro-escrivão.....	2.000.000	20.000	15	30
5	Fiel.....	1.500.000	15.000	10	50
6	Porteiro-escrivão.....	1.000.000	10.000	7	35
7	Contínuo.....	500.000	5.000	3	15
8	Administrador de cofres.....	1.500.000	15.000	10	40
9	Fiel de armazém.....	1.000.000	10.000	5	25
10			1.000.000		15

Total: 15.000 empregados — 15% — 2.250.000

S — Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega do Rio Grande do Norte

LOTAÇÃO 100:000:000 — RAZÃO 8,5 % — QUOTAS 112

PERSONAL	CLASSES	ORD. N.º 190	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector	3:200:000	3 200:000	16	16
1	Principaes escripturarios	2:000:000	6:000:000	10	30
1	Seguidos ditos	1:300:000	5:200:000	7	28
1	Thesoureiro (30.0 para quebras)	2:100:000	2:700:000	12	12
1	Fiel	1:200:000	1:200:000	6	6
1	Porteiro	1:000:000	1:000:000	8	8
1	Contínuo	450:000	450:000	3	2
1	Administrador de capitazia	1:000:000	1:000:000	0	0
13			21:780:000		112

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1901.—*Leopoldo de Bulhões*.

T — Tabela do numero, classes e vencimentos dos empregados da Alfandega da Parnahyba

LOTAÇÃO 500:000\$000 — RAZÃO 2,24 % — QUOTAS 112

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Responsável.....	3:200\$000	3:200\$000	16	16
3	Primeiros escrivães.....	270\$000.0	6:000\$000	10	30
1	Segundos ditos.....	1:30\$000	5:200\$000	7	28
1	Thesoureiro (300\$ para quebrar).....	2:400\$000	2:700\$000	12	12
1	Escriturário.....	1:200\$000	1:200\$000	6	6
1	Porteiro-estovador.....	1:400\$000	1:500\$000	8	8
1	Contador.....	480\$000	480\$000	3	3
1	Administrador de capatazia.....	1:000\$000	1:000\$000	9	9
16			21:780\$000		112

Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 1991. — Leopoldo de Bulhões.

**U — Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados
da Alfandega de Sant'Anna do Livramento**

LOTAÇÃO 300:00\$000 — RAZÃO 3 — QUOTAS 128

PERSONAL	CLASSES	ORDENADO	TOTAL DE CADA CLASSE	QUOTAS	
				De cada empregado	Total de cada classe
1	Inspector	—	—	20	20
2	Primeiros escripturarios	2:000\$000	6:000\$000	11	33
4	Segundos ditos	1:200\$000	5:200\$000	2	32
1	Thesoureiro (300\$ para quebras)	2:400\$000	2:700\$000	11	11
1	Fiel	1:200\$000	1:200\$000	8	8
1	Porteiro	1:500\$000	1:400\$000	2	9
1	Contínuo	180\$000	180\$000	3	3
1	Administrador de correio	1:000\$000	1:000\$000	9	9
13			19:580\$000		128

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1904. — *Leopoldo de Bulhões*.

DECRETO N. 1.729 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1904

Approva o tratado de permuta de territorios e outras compensações celebrado em 17 de novembro de 1903, entre o Brazil e a Bolivia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica approvado, em todas as suas clausulas, o tratado assignado em Petropolis a 17 de novembro de 1903, pelos plenipotenciarios do Brazil e da Bolivia, modificando, mediante permuta de territorios e outras compensações, a linha divisoria

entre os dois países, travada pelo anterior tratado de 27 de março de 1867, promulgado pelo decreto n. 4280, de 28 de novembro de 1868.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1189 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir os creditos necessarios para pagamento das despezas oriundas do tratado concluido em 17 de novembro de 1903, entre o Brazil e a Bolivia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Fa saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado :

I. A abrir os creditos necessarios para pagamento das despezas oriundas do tratado concluido em 17 de novembro de 1903, entre os plenipotenciarios do Brazil e da Bolivia, podendo fazer para tal fim as necessarias operações de credito, inclusive emitir titulos da divida publica de 3 % de juros e 3 % de amortização annuaes, e contrahir empréstimo do fundo de garantia instituido pela lei n. 581, de 29 de julho de 1899; ficando consignada a reconstrução do mesmo fundo toda a renda arrecadada no territorio ora reconhecido como brasileiro.

II. A adoptar o alvitre que julgar mais conveniente para a construção da estrada de ferro, em solução do compromisso assumido no art. VII do mencionado tratado, podendo fazer operações de credito ou emissão de titulos, internos ou externos, que forem necessarios, não excedendo de 4 % de juros e 1/2 % de amortização para os titulos externos e 5 % e 1/2 % para os internos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

Luiz de Siqueira Mattos.

DECRETO N. 1141 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a administrar provisoriamente o territorio reconhecido brasileiro, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brazil e a Bolivia, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faz saber que o Congresso Nacional decretou e em sancção a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado:

I. A administrar provisoriamente o territorio reconhecido brasileiro, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903, entre o Brazil e a Bolivia, continuando a cobrar, até seu limite maximo, as taxas allí arrecadadas ao tempo do *modus vivendi* ajustado com o Governo da Bolivia, e os demais impostos federaes.

II. A abrir os creditos necessarios para pagamento do pessoal, material e construcções que foram precisas.

Art. 2.º Revoluções as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

Leopoldo de Bulhões.

—

DECRETO N. 1182 — DE 29 DE FEVEREIRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos extraordinarios necessarios para pagamento de subsídios aos deputados e senadores e de despesas de ordem material.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faz saber que o Congresso Nacional decretou e em sancção a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos extraordinarios necessarios para pagamento de subsídios aos deputados e senadores e de despesa de ordem material, du-

rante o período da actual sessão extraordinária do Congresso Nacional convocada por decreto n. 5003, de 28 de dezembro de 1903.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1184(1) — DE 8 DE JUNHO DE 1904

Autoriza o Governo a considerar reformado no posto de alferes do Exército, com todas as vantagens inherentes ao mesmo posto, o 2º sargento reformado Januario da Rosa Franco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a considerar reformado no posto de alferes do Exército, com todas as vantagens inherentes ao mesmo posto, o 2º sargento reformado Januario da Rosa Franco: revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argello.

DECRETO N. 1185 — DE 11 DE JUNHO DE 1904

Declara livre de quaesquer impostos da União ou dos Estados e Municipios o intarcurso das mercadorias nacionaes ou estrangeiras, quando objecto do commercio dos Estados entre si e com o Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica livre de quaesquer impostos da União ou dos Estados e Municipios, a contar da data da execução desta lei,

(1) Ver o Appellido no decreto n. 1183.

o intercuro das mercadorias nacionaes ou estrangeiras, quando objecto do commercio dos Estados entre si e com o Districto Federal, quer por via maritima, quer por via terrestre ou fluvial.

Paragrapbo unico. Exceptua-se desta disposiçào o imposto autorizado pelo art. 9.º, n. 1. da Constituição Federal.

Art. 2.º Salvo o disposto no n. 4 e no § 3.º do art. 9.º da Constituição Federal, só é licito aos Estados estabelecer taxas ou tributos que, sob qualquer denominação, incidam sobre as mercadorias estrangeiras ou sobre as nacionaes de produçào de outros Estados, quando concorrerem as seguintes condiçõe:

1.ª, que uma ou outras mercadorias já constituam objecto do commercio interno do Estado e se achem assim incorporadas ao acervo de suas proprias riquezas;

2.ª, que as taxas ou tributos estabelecidos incidam tambem, com a mais completa igualdade, sobre as mercadorias similares de produçào do Estado.

Art. 3.º As mercadorias estrangeiras ou nacionaes que não tiverem similares na produçào do Estado, só poderão por este ser taxadas ou tributadas, quando constituirem objecto de commercio a retalho ou depois de vendidas pelo importador.

Art. 4.º Os municipios, igualmente, só poderão taxar ou tributar as mercadorias estrangeiras ou as nacionaes produzidas por outros municipios do mesmo ou de differente Estado, si, em relação a elles, se verificarem todas as condiçõe estabelecidas para os Estados, nos arts. 2.º e 3.º desta lei.

Art. 5.º Compete aos juizes federaes conceder mandado de manutença ou prohibitorio em favor do possuidor de mercadorias estrangeiras ou nacionaes, que for turbado ou ameaçado na sua posse, em consequencia do dispositivo do 1.º municipal ou municipal que estabeleça impostos fora das condiçõe da presente lei.

Art. 6.º Os mandados de que trata o artigo anterior, só serão expedidos, dentro de 24 horas da apresentação dos requerimentos e intimados ao exactor e ao funcionario que tiver attribuição de representar, em juizo, o Estado ou Municipio.

Art. 7.º Controvérsias mandados só são admissiveis a embargos de falsidade do allegado.

Art. 8.º Os embargos a que se refere o artigo precedente devem ser apresentados até tres dias depois da intimação do mandado ao funcionario que tiver attribuição de representar, em juizo, o Estado ou Municipio, e, na falta ou ausencia desse funcionario até tres dias depois da intimação, ao exactor. Fora desse prazo não serão recebidos.

Art. 9.º Fimdo o prazo do artigo antecedente, sem os embargos ou sem elles, serão os autos conclusos ao juiz, que, dentro de tres dias, pronunciará a sua sentença e mandará ou annullando o mandado.

Art. 10. A sentença confirmatoria produzirá todos os seus effeitos, que não se suspenderão, ainda que o Estado ou municipio proponha recurso politico, perante o Juiz da Federal, nos

termos do art. 60, letira « da Constituição Federal, para haver a importância da taxa ou do imposto impugnado.

Art. 11. A presente lei entrará em execução em toda a União, da data da expedição do respectivo regulamento.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1904. 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1186 — DE 15 DE JUNHO DE 1904

Autoriza o Poder Executivo a reorganizar as Escolas de Aprendiziz Marinhellos, inclusive a de Sergipe, que fica restabelecida, e de outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado:

§ 1.º A dar nova organização ás actuaes Escolas de Aprendiziz Marinhellos, inclusive a de Sergipe que fica restabelecida, desenvolvendo o ensino elemental e profissional em ordem a que possam abastecer de pessoal idoneo as companhias de especialidades do Corpo de Marinhellos Nacionais, podendo, para a aquisição de tudo quanto necessario for a este fim, despendor até a quantia de 600:000\$, abrimdo o necessario credito.

§ 2.º A rever os regulamentos do Corpo de Marinhellos Nacionais, das Escolas de Aprendiziz Marinhellos e do Corpo de Infantiores da Armada.

§ 3.º A crear e regulamentar as seguintes escolas profissionais, correndo a despesa por conta das competentes verbas orçamentarias:

1ª. Escola pratica de artilharia, para os 2.ºs tenentes que já tenham concluido o tempo de embarque, e para as praças que estiverem habilitadas á matricula;

2ª. Escola de foguistas, para supprimento das respectivas companhias;

3ª. Escola de timoneiros, sondadores e signaleiros.

§ 4.º A rever o regulamento da Escola Pratica de Torpedos, tornando-a obrigatoria para os 2.ºs tenentes que já tiverem satisfeito o requisito do embarque.

Art. 2.º Os directores e professores das Escolas de artilharia, de foguistas e de timoneiros, sondadores e signaleiros

teção e vencimentos iguaes aos dos funcionarios de categorias correspondentes da Escola Pratica de Torpedos.

Art. 3.º O tempo de serviço para a reforma dos officiaes inferiores da Armada será computado de conformidade com os principios geraes da legislação militar em vigor, ficando derogados a segunda parte e o final do art. 67 do regulamento que baixou com o decreto n. 3234, de 17 de março de 1899, e § 5.º do art. 33 do que baixou com o de n. 4417, de 20 de maio de 1902.

Art. 4.º Os marinheiros nacionaes que contarem mais de tres annos de serviço, com exemplar comportamento, terão direito a uma gratificação adicional correspondente á metade do soldo, considerando-se derogado o art. 1.º, n. 5, do decreto n. 458, de 9 de dezembro de 1897.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1904, 15.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 1187 — DE 20 DE JUNHO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. João Bacbalho Uchôa Cavalcanti, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. João Bacbalho Uchôa Cavalcanti, licença de um anno com todos os vencimentos, a contar de 10 de abril do corrente anno, para tratamento de saude, sendo onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Sobra.

DECRETO N. 1188 — DE 20 DE JUNHO DE 1904

Determina que os officiaes do corpo de bombeiros do Districto Federal perderão a patente quando condemnados em processo crimine a essa pena ou a mais de dois annos de prisão, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Os officiaes do corpo de bombeiros do Districto Federal perderão a patente quando condemnados, em processo crimine, a essa pena ou a mais de dois annos de prisão.

Art. 2.º Compete ao Governo reformar os ditos officiaes, com o soldo proporcional ao tempo de serviço effectivo, nos casos de:

1.º, pratica de acção aviltante;

2.º, insubordinação reiterada;

3.º, incontinencia publica e escandalosa;

4.º, vicio de jogos prohibidos;

5.º, embriaguez repetida;

6.º, desidia habitual no cumprimento dos deveres;

7.º, falta de gravidade excepcional não comprehendida nos numeros antecedentes; segundo as fórmulas estabelecidas na legislação relativa ao referido corpo.

Paraphrasis unico. Nas hypothesees, porém, dos ns. 3, 4 e 6 deste artigo, dependerá a reforma de sentença proferida em processo crimine (Codigo Penal Militar, art. 147).

Art. 3.º Applicar-se-ha o Codigo Penal Militar aos processos submettidos á jurisdicção dos conselhos organizados de accordo com a legislação referente ao mencionado corpo.

Art. 4.º Revagam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PALLA RODRIGUES ALVES.

A. J. S. Silva.

DECRETO N. 1189 — DE 20 DE JUNHO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 63.977.967, ouro, e 838.183.320, papel, para pagamento de juros de crecimos findos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 63.977.967,

ouro, o 868:183\$220, papel, para attender ao pagamento de dividas de exorcicios findos, constantes da seguinte :

	Ouro	Papel
Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.....	—	40:535\$949
Ministerio da Marinha.....	—	371:818\$645
Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas.....	55:477\$967	225:519\$096
Ministerio das Relações Exteriores..	8:500\$900	25:927\$700
Ministerio da Fazenda.....	—	45:817\$320
Ministerio da Guerra.....	—	158:564\$510

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1190 — DE 25 DE JUNHO DE 1904

Concede a pensão annual de 900\$ a D. Cecilia Simas de Souza

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º É concedida a D. Cecilia Simas de Souza, viuva do machinista da Armada Thomé Xavier de Souza Junior, uma pensão annual de 900\$000.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1191 — DE 28 DE JUNHO DE 1904

Torna extensiva aos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos a disposição constante do n. 6 das observações geraes do decreto n. 406, de 17 de maio de 1890, consolidado no n. 1 das observações geraes do decreto n. 2417, de 28 de dezembro de 1896, que mandou observar na Estrada de Ferro Central do Brazil o regulamento modificado pela lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica extensiva aos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos a disposição constante do n. 6 das observações geraes do decreto n. 406, de 17 de maio de 1890, consolidada no n. 1 das observações geraes do decreto n. 2417, de 28 de dezembro de 1896, que mandou observar na Estrada de Ferro Central do Brazil o regulamento modificado pela lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

Art. 2.º Revoga-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1904. 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leitor Severiano Moller.

DECRETO N. 1192 — DE 2 DE JULHO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:940\$012 para o pagamento devido a Francisco de Paula Bandeira Nogueira da Gama, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:940\$012 para pagamento a Francisco de Paula Bandeira Nogueira da Gama, empregado aposentado da Estrada de Ferro Central do

Brazil, de principal, juro e custas, em virtude de accordo do Supremo Tribunal Federal, n. 842, de 23 de maio de 1902.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1193 — DE 2 DE JULHO DE 1904

Fixa as percentagens dos collectores e escriptães das Collectorias federaes e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Pago saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica servico da arrecadação das rendas federaes porção os collectores e escriptães, em cada exercicio, a seguinte percentagem :

30 % si a cobrança for até.....	20:000\$
25 % da mais de.....	20:000\$ até 35:000\$
20 % » » »	35:000\$ » 50:000\$
15 % » » »	50:000\$ » 65:000\$
10 % » » »	65:000\$ » 80:000\$
5 % » » »	80:000\$ » 100:000\$
2 % » » »	100:000\$ » 200:000\$
1 % » » »	200:000\$ » 400:000\$
0,5 % » » »	400:000\$ » 600:000\$
0,2 % do que exceder de.....	600:000\$

Paraphrasis unico. A percentagem acima será deduzida, mensalmente, da duodecima parte dessas rendas e será dividida em cinco quotas, sendo tres para o collector e duas para o escriptão.

Art. 2.º Quando em uma Collectoria servirem, durante o exercicio, dois ou mais collectores, o ultimo, para a deducção da sua percentagem, levará em conta a renda arrecadada no periodo da gestão dos outros. O mesmo se observará em relação aos escriptães.

Art. 3.º As despozas com a respectiva arrecadação continuão a correr por conta dos dois serventuarios, collector e escriptão, e entre os mesmos dividida na razão da percentagem que recebem, excepto quanto ao aluguel da casa, que, quando esta servir de residencia de algum destes funcionarios, será pago pelo que a occupar.

Art. 4.º Quando a arrecadação estiver a cargo do collectôr estadual, em virtude de accordo com o governo do Estado, e a Collectoria estiver provida de escriptão, este terá direito á percentagem devida aos escriptães federaes, desde que se habilita com a necessaria fiança para exercer igual cargo no serviço da União.

Si, porém, a Collectoria estadual não estiver provida de escriptão, abonar-se-ha ao collectôr toda a percentagem.

Paragrapho unico. Terá igualmente direito ao abono estabelecido no artigo antecedente o collectôr federal quando a Collectoria a seu cargo não estiver tambem provida de escriptão, ou, na falta de collectôr, servir o escriptão.

Art. 5.º No mez de janeiro o collectôr enviará á Directoria de Contabilidade do Thesouro Federal, si a Collectoria estiver situada no Estado do Rio de Janeiro, e ás Delegacias federaes, nos outros Estados, um balancete geral da receita e despesa do anno anterior, demonstrando a percentagem que ainda lhe couber e ao seu escriptão.

§ 1.º Si o exercicio em liquidção tiver na Collectoria renda sufficiente para esse pagamento, o collectôr lançará mão della, recolhendo apenas o saldo; no caso contrario, será o pagamento feito no Thesouro ou nas Delegacias fiscaes, durante o primeiro trimestre a adicional do exercicio.

§ 2.º Dentro desse periodo, a Directoria de Contabilidade e as Delegacias fiscaes darão a liquidção das percentagens abonadas e, verificando que algum collectôr ou escriptão pagou-se de quantia superior á que lhe cabia, providenciarão para que a Fazenda seja indemnizada antes do encerramento do exercicio, suspendendo o abono da percentagem devida pela arrecadação do novo exercicio.

Art. 6.º O collectôr que, depois de expirado o prazo para o recolhimento respectivo, conservar em seu poder o saldo de um mez qualquer do exercicio, sem motivo justificado, perderá o direito á percentagem e ficará sujeito ao juro de nove por cento (9 %) da mora.

Art. 7.º O collectôr que retardar a entrega de livros e documentos ou retiver saldo de dous mezes consecutivos incorrerá na pena de demissão a bem do serviço publico, além das demais de quo se tornar passivel pela legislação em vigor. Si se tratar de exacter estadual, a arrecadação passará para a collectoria mais proxima, dando-se conhecimento do facto ao respectivo Governo, para os fins convenientes.

Art. 8.º Revoga-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1154 — DE 2 DE JULHO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença com ordenado, ao 4.º escriptuario da Alfandega de Santos José Thomaz Carneiro da Cunha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 4.º escriptuario da Alfandega de Santos José Thomaz Carneiro da Cunha, para tratamento de sua saúde, onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1904, 16.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

LEI N. 1195 — DE 6 DE JULHO DE 1904

Fixa a força naval para o anno de 1905

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º A força naval no exercicio de 1905 constará :

§ 1.º Dos officiaes do corpo da Armada e das classes annexas, constantes dos respectivos quadros.

§ 2.º De 89, no maximo, aspirantes a guardas-marinha.

§ 3.º De 4.000 praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, inclusive 118 para a companhia de Matto Grosso.

§ 4.º De 300 foguistas contractados.

§ 5.º De 1500 aprendizes marinheiros.

§ 6.º De 500 praças do Corpo de Infantaria de Marinha.

Art. 2.º Em tempo de guerra, a força naval se comporá do pessoal que for necessario.

Art. 3.º As praças e ex-praças que se reengajarem por tres annos, pelo menos, terão direito á importação, em dinheiro, das peças de fardamento, gratuitamente distribuidas aos recrutas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1904, 19.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 1196 — DE 9 DE JULHO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:521\$727 para occorrer ao pagamento devido, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal, ao amannense da Repartição Geral de Estatística Manoel de Albuquerque Portocarrero.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Fago saber que o Congresso Nacional decretou e em sancionou a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:521\$727 para pagamento ao amannense da Repartição Geral de Estatística Manoel de Albuquerque Portocarrero, da importancia da resiliencia e custas do processo que lhe competem, em virtude da assignação do Supremo Tribunal Federal n. 770, de 2 de julho de 1902, descontada, porém, dessa importancia a quantia de 481\$447 de que trata o decreto n. 1077, de 20 de outubro de 1901, recebida pelo mesmo indevidamente, como se verifica do mesmo processo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1904. E. P. da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de B. Dias.

DECRETO N. 1197 — DE 13 DE JULHO DE 1904

Autoriza a abertura, ao Ministerio da Guerra, do credito extraordinario de 3:396\$999, para pagamento de ordenados devidos ao almoxarife aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Clinacio dos Santos Bernardes e relativos ao periodo de 17 de outubro de 1900 a 16 de março de 1902.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Fago saber que o Congresso Nacional decretou e em sancionou a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3:396\$999, para pagamento de ordenados devidos ao almoxarife aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Cli-

maço dos Santos Bernardos, e relativos ao periodo de 17 de outubro de 1900 a 16 de março de 1902.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 1198 — DE 13 DE JULHO DE 1904

Autoriza a abertura ao Ministerio da Guerra do credito extraordinario de 3:916\$500, para pagamento dos vencimentos do mestre da extincta officina de correioiros do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, Orozimbo da Silva Marques.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3:916\$500, para occorrer ao pagamento dos vencimentos do mestre da extincta officina de correioiros do Arsenal de Guerra do Estado do Rio Grande do Sul, Orozimbo da Silva Marques, cujos serviços foram aproveitados na Intendencia Geral da Guerra; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 1199 — DE 18 DE JULHO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, a contar de 12 de abril do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder seis mezes de licença ao ministro do Supremo Tri-

buual Federal Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, a contar de 13 de abril do corrente anno, com todos os vencimentos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1200 — DE 18 DE JULHO DE 1904

Concede prorrogação, por mais um anno, da licença em cujo gozo se acha o Dr. Bernardino Ferreira da Silva, ministro do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' concedida ao Dr. Bernardino Ferreira da Silva, ministro do Supremo Tribunal Federal, prorrogação, por mais um anno, da licença com todos os vencimentos, que lhe foi dada por decreto legislativo n. 989, de 15 de julho de 1903; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1201 — DE 18 DE JULHO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder oito mezes de licença com ordenado ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz seccional do Paraná, licença pelo prazo de oito mezas, com ordenado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1202 — DE 20 DE JULHO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença com todos os vencimentos ao desembargador Antonio Joaquim Rodrigues.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao desembargador Antonio Joaquim Rodrigues, abrindo para esse fim os necessarios creditos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1904. 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1203 — DE 23 DE JULHO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder uma pensão annual de 1:200\$ a D. Maria Francisca de Mello Carvalho.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a D. Maria Francisca de Mello Carvalho, filha do coronel João Francisco de Mello e viuva do constructor naval Trajano Augusto de Carvalho, uma pensão annual de 1:200\$; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1201 — DE 25 DE JULHO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a prorrogar por seis mezes, sem vencimentos, a licença sem gozo concedida ao Dr. Oscar Vianna, procurador da Republica na secção da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a prorrogar por seis mezes, sem vencimentos, a licença em cujo gozo se acha, para tratamento de sua saúde, o Dr. Oscar Vianna, procurador da Republica na secção da Bahia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1202 — DE 25 DE JULHO DE 1904

Designa os actos em que os escreventes juramentados do Juizo Federal poderão substituir os respectivos escrivães.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Os escreventes juramentados do Juizo Federal poderão substituir os escrivães:

1º, em todos os actos de seu officio, inclusive a inquirição de testemunhas e termos nos autos, subcrevendo o escrivão;

2º, nos impedimentos occasionaes, por designação do juiz federal.

Art. 2.º No Districto Federal as appellações recebidas em ambos os effeitos serão expedidas nos proprios autos, independente de traslado, mediante carga em protocollo especial, na superior instancia.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1206 — DE 25 DE JULHO DE 1904

É aberto ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 608\$400 para pagamento de vencimentos a tres officiaes e a um porteiro da Secretaria do Senado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. É aberto ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 608\$400 para pagar a tres officiaes e a um porteiro da Secretaria do Senado, em virtude da deliberação da mesma Camara de 7, 10 e 12 de dezembro de 1903, sendo : 312\$968, repartidamente, aos dois officiaes Dr. Gil Gontart Filho e João Pedro de Carvalho Vieira ; 138\$986 ao official Benevenuto dos Santos Pereira, e 200\$545 ao porteiro, dispensado do serviço, Antonio Lopes Guerra ; vencimentos que lhes competem até o fim do exercicio de 1903, e contar para os dois primeiros, de sete, para o terceiro, de 19, e para o quarto, de 12, tudo do referido mez de dezembro ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1207 — DE 27 DE JULHO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1:340\$799 para pagamento de differenças de soldo e etapas a officiaes do quadro extraordinario.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1:340\$799 para pagamento de differenças de soldo e etapas a officiaes do quadro extraordinario.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 1208 — DE 27 DE JULHO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justica e Negocios Interiores, creditos supplementares a diversas verbas do orçamento de 1904, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justica e Negocios Interiores, os seguintes creditos supplementares:

a) de 90:000\$000 á verba da Faculdade de Direito de São Paulo ;

b) de 2:000\$000 á da Escola Nacional de Bellas Artes ;

c) de 270\$90 á da Policia do Districto Federal ;

d) de 1:885\$186, ouro, á de pensões a alumnos na Europa ;

e) de 3:162\$317, ouro, á de pensões a artistas premiados na Exposição Geral ;

f) de 5:206\$000, á de exames preparatorios no Gynnasio Nacional ;

g) de 245:335\$000, á da Assistencia a Alienados.

Art. 2.º E' igualmente autorizado o Presidente da Republica a utilizar a verba de 600\$, consignada no orçamento vigente do Ministerio da Justica sob a rubrica — Externato do Gynnasio Nacional — e que ficou sem applicação na respectiva tabella explicativa, no pagamento do aluguel da casa do respectivo director.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1904, 16.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1209 — DE 30 DE JULHO DE 1904

Cria uma Mesa de rendas de 1.ª classe na Foz do Iguaçu, Estado do Parana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica creada uma Mesa de rendas de 1.ª classe no lugar denominado «Foz do Iguaçu», no Estado do Parana, e que terá o pessoal e vencimentos que por lei lhe competirem.

Art. 2.º Para o estabelecimento da referida Mesa de rendas, serviço de capatazias e o que for preciso, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1210 — DE 30 DE JULHO DE 1904

Approva o Accordo provisorio entre o Brazil e o Perú

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica approvedo o accordo provisorio, concluido no Rio de Janeiro em 12 de julho de 1904, entre os Governos do Brazil e do Perú.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1211 — DE 30 DE JULHO DE 1904

Approva a Convenção de Arbitramento entre o Brazil e o Perú

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica approveda a Convenção de Arbitramento entre o Brazil e o Perú, para a solução de reclamações dos seus nacionaes, concluida no Rio de Janeiro aos 12 de julho de 1904.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1212 — DE 1 DE AGOSTO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o credito extraordinario de 4:257\$, para pagamento do augmento de vencimentos ao Bibliothecario e a 12 continuos da Secretaria do Senado Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Governo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de 4:257\$, para pagamento do augmento de vencimentos ao bibliothecario e a 12 continuos da Secretaria do Senado Federal, sendo para aquelle 608\$, correspondente a cinco dias do mez de dezembro de 1903 e 12 mezes do corrente exercicio, e para estes 3:649\$, em igual periodo, tudo calculado na razão de dous terços de ordenado e um terço de gratificação, de accordo com a deliberação do Senado de 27 de dezembro de 1903 que elevou de 600\$ os vencimentos do bibliothecario e de 10 % os dos continuos.

Rio de Janeiro. 1 de agosto de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1213 — DE 8 DE AGOSTO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno de licença em prorrogação da qual he foi concedida pelo decreto legislativo n. 1014, de 24 de agosto de 1903, com o respectivo ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Art. 1.^o Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno de

licença em prorrogação da que lhe foi concedida pelo decreto legislativo n. 1014, de 24 de agosto de 1903, com o respectivo ordenado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1904. 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1214 — DE 8 DE AGOSTO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Democrito Cavalcanti de Albuquerque, director do Tribunal de Contas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Democrito Cavalcanti de Albuquerque, director da 1ª Directoria do Tribunal de Contas, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1904. 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

LEI N. 1215 — DE 11 DE AGOSTO DE 1904

Manda promulgar no p. to immediatamente superior ao official do Exército e da Armada ou das classes annexas que attingir o n. 1 da respectiva escala.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1.º O official do Exército e da Armada ou das classes annexas, sem nota que desabone sua conducta civil e militar,

ao atingir o n. 1 da respectiva escala, será graduado no posto immediatamente superior, dentro dos limites do quadro a que pertencer.

Paragrapho unico. No posto de general da brigada do estado maior general, a graduação só será conferida ao n. 1 dos coroneis combatentes, de accordo com o § 1º do art. 3º do Decreto n. 192, de 27 de junho de 1891.

Art. 2.º Ficam extensivos aos officiaes graduados, na conformidade do art. 1º, as vantagens contidas na resolução de 30 de outubro de 1819, para a reforma dos generaes graduados.

Art. 3.º Para execução da presente lei, revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 1216 -- DE 16 DE AGOSTO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Francisco Braulio Pereira, lente cathedratico da Faculdade de Medicina da Bahia, um anno de licença, a contar de 1 de junho do corrente anno, com todos os vencimentos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao lente cathedratico da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Francisco Braulio Pereira, um anno de licença, com todos os vencimentos, a contar de 1 de junho do corrente anno, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1217 — DE 19 DE AGOSTO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir no Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 5.000:000\$, para occorrer ás despesas resultantes do movimento de forças, sua permanencia e operações no Alto Purús, Alto Acre e Alto Juruá.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 5.000:000\$, para occorrer ás despesas resultantes do movimento de forças, sua permanencia e operações no Alto-Purús, Alto-Acre e Alto-Juruá.

Paraphrasso unico. Por conta deste credito correrão as despesas com o regresso das forças que seguiram para o Estado de Matto Grosso, por occasião dos successos do Acre, e que foram transportados pelos vapores *Itapacy*, *Itaituba* e *Itaperuna*, da Companhia Nacional de Navegação Costeira, annuallando-se na verba 5.ª — Material, rubrica n. 32 — Transporte de tropas — do orçamento vigente, a importancia dos pagamentos de fretes dos alludidos vapores.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argello.

DECRETO N. 1218 — DE 22 DE AGOSTO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:491\$751, para pagamento do ordenado ao Dr. André Dias de Aguiar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:491\$751, para pagamento do ordenado que compete ao secretario aposentado da Faculdade de Direito de S. Paulo,

Dr. André Dias de Aguiar, no período de 9 de julho a 22 de novembro de 1903.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. N. Seabra.

DECRETO N. 1219 — DE 23 DE AGOSTO DE 1904

Autoriza a abertura do credito especial de 1:200\$ para pagamento de ajudas de custo do empregado de Fazenda incumbido das tomadas de contas da Estrada de Ferro S. Francisco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 1:200\$ para pagamento de ajudas de custo do empregado de Fazenda incumbido das tomadas de contas da Estrada de Ferro S. Francisco, nos annos de 1901 e 1902; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Laura Secretário Müller.

LEI N. 1220 — DE 24 DE AGOSTO DE 1904

Fixa as forças de terra para o exercicio de 1905.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º As forças de terra para o exercicio de 1905 consistirão:

§ 1.º Dos officiaes das differentes classes do exercito;

§ 2.º Dos actuaes alumnos das escolas militares, ficando suspensas as matriculas nas escolas preparatorias e de tática;

§ 3.º De 23.100 praças do pret distribuidas de accordo com a organização em vigor, as quaes poderão ser elevadas ao dobro ou mais em circumstancias extraordinarias.

Art. 2.º As praças a que se refere o § 3.º do artigo antecedente serão obtidas pela forma expressa no art. 87, § 4.º da Constituição Federal, e na lei n. 2556, de 2.º de setembro de 1874, com as modificações estabelecidas no art. 3.º da lei n. 39 A, de 30 de janeiro de 1892.

Paraphrasso unico. Continúa em vigor o paraphrasso unico do art. 3.º da lei n. 391, de 9 de outubro de 1892.

Art. 3.º Enquanto não for executado o sorteio militar, o tempo de serviço para os voluntarios será de tres annos, podendo o engajamento dos que tiverem concluido esse tempo do serviço ter lugar por mais de uma vez e por tempo nunca menor de tres annos.

Art. 4.º As praças que, findo o seu tempo de serviço, continuarem sem interrupção nas fileiras com engajamento por tres annos, pelo menos, terão direito á importância em dinheiro das peças do fardamento que se abonam gratuitamente aos recrutas no ensino e bem assim á gratificação diaria de 250 réis, estipulada na lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894.

Art. 5.º As ex-praças que de novo se alistarem com engajamento ou reengajamento por tres annos, terão direito ás peças do fardamento que se abonam aos recrutas no ensino, gratuitamente, e á gratificação diaria de 250 réis.

Art. 6.º O Governo providenciara para que nas colonias militares sejam convenientemente localizadas as praças que o desejarem, quando forem exculpas do serviço, por conclusão do tempo, garantindo-as na posse dos respectivos lotes.

Art. 7.º O Ministerio da Guerra terá um registro dos voluntarios, segundo os Estados onde tenham verificado praça, para o fim de deluzir-se do contingente a ser sorteado em cada Estado (Constituição art. 87 e seus paraphrassos) o numero daquelles voluntarios.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1904, 16.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Ayello.

DECRETO N. 1221 — DE 27 DE AGOSTO DE 1904

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até ao dia 2 de outubro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorrogar a actual sessão legislativa até ao dia 2 de outubro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1222 — DE 30 DE AGOSTO DE 1904

Concede mais um anno de licença, sem vencimentos, ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente substituto da Faculdade de Direito do Recife.

Afonso Augusto Moreira Penna, Presidente do Senado :

Faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte lei:

Artigo unico. É concedida ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, prorrogação por mais um anno, sem vencimentos, da licença que lhe foi dada por decreto n. 1015, de 24 de agosto de 1903, para tratar de sua saúde e interesses onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, 30 de agosto de 1904, 16ª da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

DECRETO N. 1223 — DE 30 DE AGOSTO DE 1904

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conferente de 3.^a classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Henrique Martins Teixeira um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.^o Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao conferente de 3.^a classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Henrique Martins Teixeira licença de um anno, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1904. 16.^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1224 — DE 31 DE AGOSTO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 5:181\$, para occorrer ao pagamento aos inspectores da Repartição Geral dos Telegraphos Antonio José da Silva Rosa e Casemiro José da Silva Rosa, de diarias que deixaram de receber pelo mesmo Ministerio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' autorizado o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 5:181\$, para occorrer ao pagamento aos inspectores da Repartição Geral dos Telegraphos Antonio José da Silva Rosa e Casemiro José da Silva Rosa, das diarias que deixaram de receber durante o tempo em que serviram na commissão constructora das linhas telegraphicas de Cuyabá e Corumbá ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1904, 16.^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 1225 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 6:434\$980, para occorrer ao pagamento a Francisco Affonso Palla, cessionario de diversas ex-praças do Exercito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faco saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 6:434\$980, para occorrer ao pagamento a Francisco Affonso Palla, cessionario de diversas ex-praças do Exercito estacionadas no Estado de Matto Grosso, proveniente de peças de fardamento que venceram e não receberam no devido tempo; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 1226 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 100:000\$, ouro, para a conclusão dos trabalhos da Missão Especial encarregada de tratar da questão de limites com a Guyana Inglesa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faco saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$, ouro, para a conclusão dos trabalhos da Missão Especial encarregada de tratar da questão de limites com a Guyana Inglesa, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1228 (1) — DE 17 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 15:455\$146 para pagamento de meio soldo e montepio a D. Damazia Malveiro da Motta, mãe do fallecido capitão-tenente da Armada Lindolpho Malveiro da Motta.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito extraordinario de 15:455\$146 para pagamento a D. Damazia Malveiro da Motta, mãe do fallecido capitão-tenente da Armada Lindolpho Malveiro da Motta, do meio soldo e montepio, desde 14 de setembro de 1893, data do fallecimento de seu filho, até a data de sua habilitação, em 3 de setembro de 1900; fazendo as necessarias operações, e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1229 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1904

Estabelece os casos em que é applicavel a disposição do art. 1º do decreto n. 938, de 29 de dezembro de 1902.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. A disposição do art. 1º do decreto n. 938, de 29 de dezembro de 1902, com referencia ao art. 59, ns. 1 e 3, da Constituição, só é applicavel nos casos do citado art. 59, n. 1 e § 1º; derogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Sobrinho.

(1) Com o n. 1227 não houve nenhum.

DECRETO N. 1230 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo e modificar a tabella annexa ao decreto n. 1151, de 5 de janeiro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º E' autorizado o Presidente da Republica a deduzir do credito de 530:864\$000, destinado a material, construcções e eventuaes, na tabella annexa ao decreto n. 1151, de 5 de janeiro do corrente anno, a quantia de 100\$000, relativa á differença verificada entre a somma total das verbas alli previstas e o credito de 5.500:000\$000, fixado no art. 1º, § 5º do mesmo decreto; bem como a importancia de 27:734\$000, necessaria a integrar a dotação da verba — Estação da Visita do Porto — mencionada na tabella referida.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1231 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 29:300\$, supplemantar á rubrica 1ª do art. 2º da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito 29:300\$000, supplemantar á rubrica 1ª do art. 2º da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1232 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 30:230\$670, para execução da sentença que annullou o decreto reformando o alfores da brigada policial desta Capital Napoleão Gonçalves Guttenberg.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 30:230\$670, para execução da sentença confirmada pelo accordão n. 768, do 23 de julho de 1902, do Supremo Tribunal Federal, que annullou o decreto de 26 de maio de 1894, reformando o alfores da brigada policial desta Capital Napoleão Gonçalves Guttenberg; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1233 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao procurador da Republica em S. Paulo, Dr. Alcibiades de Toledo Piza, um anno de licença, sem vencimentos, para tratar de seus interesses.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao procurador da Republica em S. Paulo, Dr. Alcibiades de Toledo Piza, um anno de licença, sem vencimentos, para tratar de seus interesses onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1231 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Alfredo Leal de Sá Pereira, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licenca, com ordenado, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. Alfredo Leal de Sá Pereira, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1235 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra um credito especial de 107\$850, para occorrer ao pagamento aos soldados do 1º batalhão de artilharia Martinho Xavier dos Santos e Manoel Pinto do Nascimento, de vencimentos relativos ao mez de novembro de 1904.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra um credito especial de 107\$850, para occorrer ao pagamento aos soldados do 1º batalhão de artilharia de posição Martinho Xavier dos Santos e Manoel Pinto do Nascimento, de seus vencimentos relativos ao mez de novembro de 1904 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 1236 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1904

Notifica o decreto n. 3116, de 11 de outubro de 1887.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou o seguinte a resolução seguinte :

Art. 1.º O industrial ou negociante tem o direito de assignalar as suas mercaderias ou productos por meio de marcas especiaes.

Art. 2.º As marcas de industria e de commercio podem consistir em tudo o que esta lei não prohiba e faça differenciar os objectos de outros identicos ou semelhantes de proveniencia diversa.

Qualquer nome, denominação necessaria ou vulgar, firma ou razão social e as letras ou cifras sómente servirão para esse fim revestindo forma distinctiva.

Paraphra. unico. As marcas podem ser usadas tanto nos artigos, directamente, como sobre os recipientes ou envolvero dos ditos artigos.

Art. 3.º Para que seja garantido o uso exclusivo das ditas marcas, são indispensaveis o seu registro, deposito e publicidade nos termos desta lei.

Art. 4.º E' competente para registro a Junta ou a Inspectoria Commercial da sede do estabelecimento, ou do principal, quando mais de um da mesma especie pertencerem a um só dono. Tambem é competente a Junta Commercial do Rio de Janeiro para o registro das marcas estrangeiras e deposito central das registradas em outras Juntas ou Inspectorias.

Art. 5.º Para effectuar-se o registro é necessaria petição do interessado ou seu procurador especial, acompanhada de tres exemplares da marca, contendo :

1.º, a representação do que constitua a marca, com todos os seus accessorios e explicações ;

2.º, declaração do genero de industria ou de commercio a que se destina, profissão do requerente e seu domicilio.

Art. 6.º O secretario da Junta ou o empregado da Inspectoria, para esse fim designado, certificará em cada um dos modelos o dia e hora de sua apresentação e, ordenado o registro, archivará um dellos, entregando os demais a parto, com indicação do registro e sua numeração.

Art. 7.º Dentro de trinta dias fará o interessado publicar no jornal que inserir o expediente do Governo Federal ou Estadual a certidão do registro, contendo a explicação dos caracteristicos da marca, transcripta da declaração exigida no art. 5.º, n. 1; e dentro de sessenta, contados estes prazos da data do mesmo registro, effectuará na Junta Commercial do Rio de Janeiro o deposito de um dos modelos, na forma do art. 4.º.

Art. 8.º É prohibido o registro de marca que contiver ou consistir em:

1.º, armas, bractes, medalhas ou distinctivos publicos ou officiaes, nacionaes ou estrangeiros, quando para seu uso não tenha havido autorização competente;

2.º, nome commercial ou firma social de que legitimamente não possa usar o requerente;

3.º, indicação de localidade determinada ou estabelecimento que não seja da proveniencia do objecto, quer a esta indicação esteja junto um nome supposto ou alheio, quer não;

4.º, palavras, imagens ou representações que envolvam offensa individual ou ao decore publico;

5.º, reprodução de outra marca já registrada para objecto da mesma especie;

6.º, imitação total ou parcial de marca já registrada para producto da mesma especie, que possa induzir em erro ou confusão o comprador. Considerar-se-ha verificada a possibilidade de erro ou confusão sempre que as differenças das duas marcas não possam ser reconhecidas sem exame attento ou confrontação.

Art. 9.º No registro observar-se-ha o seguinte:

1.º, a precedencia no dia e hora da apresentação da marca estabelece preferencia para o registro em favor do requerente; na simultaneidade desse acto relativamente a duas ou mais marcas identicas ou semelhantes, será admitida a daquelle que a tiver usado ou possuido por mais tempo, e, na falta deste requisito, nenhuma será registrada sem que os interessados a modifiquem;

2.º, movendo-se duvida sobre o uso ou posse da marca, determinará a Junta ou Inspectoria que os interessados liquidem a questão perante o juizo commercial, procedendo ao registro na conformidade do julgado;

3.º, si as marcas identicas ou semelhantes, nos termos do art. 8.º ns. 5 e 6, forem registradas em Juntas ou Inspectorias diversas, prevalecerá a de data anterior, e, no caso de simultaneidade de registro, qualquer dos interessados poderá recorrer ao mesmo juizo commercial, que decidirá qual deve ser mantida, tendo em vista o mais que está disposto no n. 1 deste artigo;

4.º, do despacho que negar o registro haverá agravo, no Districto Federal, para a Côrte de Appellação e, nos Estados, para o tribunal judicial de instancia superior:

I. Quem por ella se julgar prejudicado em marca registrada.

II. O interessado nos casos do art. 8.º, numeros 2 e 3.

III. O offendido no caso do n. 4, primeira parte.

IV. O promotor publico nos dos ns. 1 e 4, ultima parte.

O prazo para a interposição dossos recursos será de cinco dias, a contar da publicação do despacho; si, porém, a parte não residir no logar em que ella se fizer, e não tiver ahí procurador especial, começará a correr trinta dias depois.

Art. 10. Nem a falta de interposição do recurso nem o seu indeferimento dirimem o direito que a outrem assiste, na forma do artigo antecedente, de propor acção:

1.º, para ser declarada a nullidade do registro feito contra o que determina o art. 8.º;

2.º, para obrigar o concorrente que tenha direito a nome identico ou semelhante a modificá-lo por forma que seja impossivel erro ou confusão (art. 8.º, n. 6, parte final). Esta acção cabe sómente a quem provar posse anterior da marca ou nome para uso commercial ou industrial, embora não o tenha registrado, e prescreve, assim como a referente ao art. 8.º, ns. 2.º, 3.º e 4.º, primeira parte, si não forem intentadas até seis mezes depois do registro da marca.

Art. 11. O registro prevalecerá para todas os seus effeitos por quinze annos, findos os quaes poderá ser renovado, e assim por diante.

Considerar-se-ha o registro sem vigor si, dentro do prazo de tres annos, o dono da marca registrada não fizer uso della.

Art. 12. A marca sómente pôde ser transferida com o genero de industria ou de commercio para o qual tenha sido adoptada, fazendo-se no registro a competente annotação, á vista de documentos authenticos.

Igual annotação far-se-ha si, alteradas as firmas sociaes, subsistir a marca. Em ambos os casos é necessaria a publicidade.

Art. 13. Será punido com as penas de prisão de seis mezes a um anno e multa a favor do Estado, de 500\$ a 5.000\$, aquelle que:

1.º, usar da marca alheia legitima, em producto de falsa procedencia;

2.º, usar de marca alheia, falsificada no todo ou em parte;

3.º, vender ou expuzer á venda objectos revestidos de marca alheia, não sendo taes objectos de proveniencia do dono da marca;

4.º, vender ou expuzer á venda objectos revestidos de marca alheia, falsificada no todo ou em parte;

5.º, reproduzir, sem ser com licença do dono ou do seu legitimo representante, por qualquer meio, no todo ou em parte, marca de industria ou de commercio devidamente registrada e publicada;

6.º, imitar marca de industria ou de commercio, de modo que possa illudir o consumidor;

7.º, usar de marca assim imitada;

8.º, vender ou expuzer á venda objectos revestidos de marca imitada;

9.º, usar de nome ou firma commercial que lhe não pertença, ou que não faça parte da marca registrada.

§ 1.º Para que se dê a imitação a que se referem os ns. 6.º a 9.º deste artigo, não é necessario que a semelhança da marca seja completa, bastando, sejam quaes forem as differenças, a possibilidade de erro ou confusão, na forma do art. 8.º, n. 6 parte final.

§ 2.º Reputar-se-ha existente a usurpação de nome ou firma commercial de que tratam os ns. 5º e 6º, quer a reprodução seja integral, quer com acrescentamentos, omissões ou alterações, contando que haja a mesma possibilidade de erro ou confusão do consumidor.

Art. 14. Será punido com as penas de multa de 500\$ a 500\$ em favor do Estado o que :

1º, sem autorização competente, usar, em marca de industria ou de commercio, de armas, brazões ou distinctivos publicos ou officiaes, nacionaes ou estrangeiros ;

2º, usar de marca que offenda o decoro publico ;

3º, usar de marca de industria ou de commercio que contiver indicagão de localidade ou estabelecimento que não seja o da proveniencia da mercadoria ou producto, quer a esta indicação esteja junto um nome supposto ou alheio, quer não ;

4º, vender ou expuzer á venda mercadoria ou producto revestido de marca nas condições dos ns. 1º e 2º deste artigo ;

5º, vender ou expuzer á venda mercadoria ou producto nas condições do n. 3º.

Art. 15. Com as mesmas penas do artigo anterior será punido aquelle que usar de marca que contiver offensa pessoal, vender ou expuzer á venda objectos della revestidos.

Art. 16. A acção criminal contra os delictos previstos nos ns. 1º, 2º e 4º do art. 14 será intentada pelo promotor publico da comarca onde forem encontrados objectos revestidos das marcas de que alli se trata.

E' competente para promovel-a contra os dos ns. 3º e 5º qualquer industrial ou commerciante de genero similhar que residir no lugar da proveniencia, e o dono do estabelecimento falsamente indicado ; e contra as dos arts. 14 e 15 o offendido ou o interessado.

Art. 17. A reincidencia será punida com o dobro das penas estabelecidas nos arts. 13, 14 e 15, si não tiverem decorrido dez annos depois da anterior condemnacão por algum dos delictos previstos nesta lei.

Art. 18. As referidas penas não isentam os delinquentes da satisfacão do damno causado, que os prejudicados poderão pedir por acção competente.

Art. 19. As sentenças proferidas sobre os delictos de que trata esta lei serão publicadas na sua integra, pela parte vencedora, no mesmo jornal em que se der publicidade aos registros, sem o que não serão admittidas á execucao.

Art. 20. O interessado poderá requerer :

1º, busca ou visioria para verificar a existencia de marcas falsificadas ou imitadas, ou de mercadorias e productos que as contenham ;

2º, apprehensão e destruição de marcas falsificadas ou imitadas nas officinas em que se preparam, ou onde quer que sejam encontradas, antes de utilizadas para fim criminoso ;

3.ª, destruição das marcas falsificadas ou imitadas nos volumes ou objectos que as contiverem, antes de serem despachados nas repartições fiscaes, ainda que estragados fiquem os envoltorios e as proprias mercadorias ou productos ;

4.ª, apprehensão e deposito de mercadorias ou productos revestidos de marca falsificada ou imitada ou que indique falsa proveniencia, nos termos do art. 8.º, n. 3.

§ 1.º A apprehensão e o deposito só teem logar como preliminares da acção, ficando de nenhum effeito si não for intentada no prazo de trinta dias.

§ 2.º Os objectos apprehendidos servirão para garantir a effectividade da multa e da indemnização da parte, para o que serão vendidos em hasta publica, no correr da acção, si facilmente se deteriorarem, ou na execução, exceptuados os productos nocivos á saúde publica, que serão destruidos.

Art. 21. A apprehensão dos productos falsificados com marca falsa ou verdadeira, usada dolosamente, será a base do processo.

Art. 22. A apprehensão será feita a requerimento da parte ou *ex-officio* :

a) A requerimento da parte, por qualquer autoridade policial, pretor ou juiz do Tribunal Civil e Criminal, no Districto Federal ; e nos Estados, pelas autoridades competentes para a busca ;

b) *Ex-officio* : pelas Alfandegas, no acto da conferencia ; pelos fiscaes de impostos de consumo, sempre que encontrarem taes falsificações nos estabelecimentos que visitarem ; por qualquer autoridade, quando em quaesquer diligencias deparar com falsificações.

Art. 23. Feita a apprehensão *ex-officio*, serão intimados os donos da marca ou seus representantes para procederem contra os responsaveis, assignando-se-lhes o prazo de 30 dias para isso, sob pena de ficar sem effeito a apprehensão.

Art. 24. A busca e apprehensão a requerimento da parte serão ordenadas mediante termo de responsabilidade assignado perante a autoridade que ordenar a diligencia.

Parapho unico. Neste termo o autor tomará o compromisso de pagar as perdas e damnos que causar com a busca, si o resultado for negativo e a parte contra quem foi requerida provar que o dito autor agiu com má fé.

Art. 25. Feita a apprehensão, serão arrecadados os livros encontrados no local assim como todos os machinismos e maos, objectos que servirem, directa ou indirectamente, para a falsificação.

Art. 26. Para a concessão da fiança é competente a autoridade que effectuar a apprehensão.

Art. 27. No acto da apprehensão serão presas em flagrante as pessoas de que trata o art. 33 desta lei.

Art. 28. Feita a apprehensão, proceder-se-á a corpo do delicto para verificar-se a infracção commetida.

Art. 29. Dentro de trinta dias da data da apprehensão será apresentada a queixa contra os responsáveis, acompanhada dos autos de apprehensão, corpo de delicto e prisão em flagrante, si est. tiver sido effectuada, rol de testemunhas e indicação de diligencias necessarias.

Paragrapho unico. No Districto Federal é competente para conhecer da acção o Tribunal Civil e Criminal, que observará o processo estabelecido no paragrapho unico do art. 101 do decreto n. 1030, de 14 de novembro de 1890. Nos Estados seguir-se-ha o processo determinado pela respectiva legislação, competindo sempre o julgamento em primeira instancia á justiça singular.

Art. 30. O fóro para as acções de que trata esta lei é o do domicilio do réo ou o do lugar em que forem encontradas as mercadorias assignaladas por marca falsificada ou imitada, ou marca legitima, indebitamente usada.

Art. 31. A competencia de que trata o art. 12 da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, é relativa ao art. 60 lettra f da Constituição, nos casos de convenção ou tratado de reciprocidade.

Art. 32. São solidariamente responsáveis pelas infracções dos arts. 13, 14 e 15:

1º, o dono da officina onde se prepararem marcas falsificadas ou imitadas;

2º, a pessoa que as tiver sob sua guarda;

3º, o vendedor das mesmas;

4º, o dono ou morador da casa ou local onde estiverem depositados os productos, desde que não possam mencionar quem o seu dono;

5º, aquelle que houver comprado a pessoa desconhecida ou não justificar a procedencia do artigo ou producto.

Art. 33. As disposições desta lei são applicaveis a brasileiros ou estrangeiros, cujos estabelecimentos estiverem fóra do territorio nacional, concorrendo as seguintes condições:

1ª, que entre a União e a Nação em cujo territorio existam os referidos estabelecimentos haja convenção diplomatica assegurando reciprocidade de garantia para as marcas brasileiras;

2ª, que as marcas tenham sido registradas na conformidade da legislação local;

3ª, que tenham sido depositados na Junta Commercial do Rio de Janeiro o respectivo modelo e a certidão de registro;

4ª, que a certidão e a explicação da marca tenham sido publicadas no *Diario Officiel*.

Paragrapho unico. Gozarão das garantias desta lei os estrangeiros que, em vez de depositarem certidão do registro feito em seu respectivo paiz, requererem directamente o registro de sua marca no Brazil.

Art. 34. Prevalece em favor das marcas registradas nos paizes estrangeiros que firmaram a convenção promulgada pelo decreto n. 9233, de 28 de junho de 1891, ou a ella adhe-

riram, concorrendo os requisitos do artigo antecedente, ns. 2º a 4º, o disposto no art. 9º, n. 3, pelo prazo de quatro mezes, a contar do dia em que se effectuar o registro, segundo a legislação local.

Art. 35. As marcas registradas com as leis anteriores são applicaveis as garantias nesta conferidas.

Art. 36. O Governo reverá o regulamento n. 9.828, de 1887, pondo-o de accordo com as disposições desta lei.

Art. 37. São modificados os arts. 353 a 355 do Código Penal, na conformidade do que dispõem os arts. 13, 14 e 15 desta lei.

Art. 38. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1237 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder mais um anno de licença, em prorrogação, ao praticante dos Correios de Minas Geraes, Jorge Augusto Santiago, com o respectivo ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder mais um anno de licença, em prorrogação, ao praticante dos Correios de Minas Geraes, Jorge Augusto Santiago, com o ordenado respectivo; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1238 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de 6:379\$587, para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Hilário Soares de Gouveia, em virtude de sentença judicial.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de 6:379\$587, em execução de sentença passada em julgado em favor do Dr. Hilário Soares de Gouveia, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1904, 10^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1239 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de 27:915\$150, ouro, importancia com que o Brazil deve contribuir para a construção do edificio destinado á Secretaria Internacional das Republicas Americanas e para a Bibliotheca Commemorativa de Colombo, em Washington.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de 27:915\$150, ouro, importancia com que o Brazil deve contribuir para a construção do edificio destinado á Secretaria Internacional das Republicas Americanas e para a Bibliotheca Commemorativa de Colombo, em Washington; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1240 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a prorrogar por um anno a licença em cujo gozo se acha o amanuense do Tribunal Civil e Criminal Augusto Moreno de Alagão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a prorrogar por um anno, com direito ao respectivo ordenado, a licença em cujo gozo se acha o amanuense do Tribunal Civil e Criminal Augusto Moreno de Alagão, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1241 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 58:886:639, em execução da sentença passada em julgado em favor do major da brigada policial Luiz da Costa Azevedo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 58:886:639, em execução de sentença passada em julgado em favor do major da brigada policial Luiz da Costa Azevedo; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1242 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com ordenado, ao telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Jacintho Hygino da Cruz.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder seis mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier, ao telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Jacintho Hygino da Cruz.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Miller.

DECRETO N. 1243 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder ao engenheiro Alberto Macedo de Azambuja, ajudante da 6ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil, um anno de licença, com ordenado, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha, para tratar de sua saúde, ao ajudante da 6ª divisão provisoria da Estrada de Ferro Central do Brazil, engenheiro Alberto Macedo de Azambuja: revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Miller.

DECRETO N. 1244 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1901

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 1 de novembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolve prorogar novamente a actual sessão legislativa até ao dia 1 de novembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1901, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1245 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1901

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 6:020\$ para occorrer ao pagamento devido a Eduardo Martins & Comp., em virtude de sentença judicial.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 6:020\$, em execução da sentença passada em julgado em favor de Eduardo Martins & Comp.; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1901, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1246 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 200:000\$, supplementar á rubrica 11ª do art. 7º da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903, para pagamento dos operarios extraordinarios do Arsenal da Marinha da Capital Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 200:000\$, supplementar á rubrica 11ª do art. 7º da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903, para pagamento, até o fim do presente exercicio, dos operarios extraordinarios que trabalham no Arsenal de Marinha da Capital Federal e suas dependencias.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Nogueira.

DECRETO N. 1247 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 32:923\$233, supplementar á rubrica 28ª do art. 2º da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 32:923\$233, supplementar á rubrica 28ª do art. 2º da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903, para pagamento de despesas com aulas supplementares do 1º e 2º annos do Gymnasio Nacional: revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1248 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza a concessão, no corrente anno, de uma segunda época de exames aos estudantes de preparatorios.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a conceder, no corrente anno, uma segunda época de exames aos estudantes de preparatorios, abrindo para isso o necessario credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1249 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por um anno, com ordenado, para tratamento de saude, a licença concedida ao amanuense dos Correios de Pernambuco, bacharel Vulpiano de Aquino Fonseca.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a prorogar por um anno, com ordenado, para tratamento de saude, a licença concedida pelo decreto n. 1143, de 29 de dezembro do anno passado, ao bacharel Vulpiano de Aquino Fonseca, amanuense dos Correios de Pernambuco ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1250 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 3:795\$695, para pagamento ao engenheiro Nuno Alves Duarte Silva de gratificação que lhe compete como director interino do Observatorio do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 3:795\$695, para pagar ao engenheiro Nuno Alves Duarte Silva a gratificação que lhe compete como director interino do Observatorio Astronomico do Rio de Janeiro, no periodo de 21 de janeiro a 31 de dezembro de 1903 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1251 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por seis mezes, com ordenado, a licença concedida ao ajudante do fiel da thesouraria da Estrada de Ferro Central do Brazil, Julio Mendes Pereira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder seis mezes de licença, com ordenado, ao ajudante do fiel da thesouraria da Estrada do Ferro Central do Brazil, Julio Mendes Pereira, em prorrogação da licença em cujo gozo se achava, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1252 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o Governo a prorogar por um anno, com ordenado, a licença concedida ao conductor de trem de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Manoel dos Santos Machado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a prorogar por um anno a licença, com ordenado, concedida pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas ao conductor de trem de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Manoel dos Santos Machado, para tratar de sua saúde ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1253 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao professor da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, major-medico de 3ª classe do Exercito Dr. Affonso Lopes Machado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Affonso Lopes Machado, major-medico de 3ª classe do Exercito, professor da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, um anno de licença com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argello.

DECRETO N. 1254 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 292:802\$282, supplemmentar á rubrica do n. 12 do art. 25 da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 292:802\$282, supplemmentar á rubrica do n. 12 do art. 25 da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1255 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 291:968\$494, para pagamento a Barnabé Moreira Lopes e Braconnot & Irmãos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 290:968\$494, para pagamento das quantias devidas a Barnabé Moreira Lopes e Braconnot & Irmãos, por serviços feitos no Hospicio Nacional de Alienados, sendo : 285:804\$780 ao primeiro e 5:163\$714 aos segundos ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1256 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao substituto do juiz federal na secção d' Amazonas, bacharel Antonio Demetrio de Souza.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao substituto do juiz federal na secção do Estado do Amazonas, bacharel Antonio Demetrio de Souza, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lho convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1257 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao administrador dos Correios do Amazonas, José de Assumpção Santiago, para tratamento de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao administrador dos Correios do Amazonas, José de Assumpção Santiago, para tratamento de sua saúde.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1253 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1904

Fixa o numero e os vencimentos do pessoal da Mesa de Rendas de S. Francisco, Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º A Mesa de Rendas de 1.ª classe de S. Francisco, no Estado de Santa Catharina, terá o pessoal e os vencimentos seguintes :

1 administrador.....	\$
1 escriptão.....	\$
6 guardas com 800\$ de ordenado e 400\$ de gratificação.....	7:200\$000
6 trabalhadores de captaçães a 2\$000 diários.....	4:320\$000
1 patrão de escalor a 70\$ mensaes.....	840\$000
6 remeiros a 60\$ mensaes cada um.....	4:320\$000

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 do outubro de 1904, 16.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1259 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1904

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 1 de dezembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1.º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorrogar novamente a actual sessão legislativa até ao dia 1 de dezembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1904, 16.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1260 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, sem vencimentos, ao 1.º escripturario da Alfandega de Corumbá, Estado de Matto Grosso, Antonio Vieira de Almeida.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao 1.º escripturario da Alfandega de Corumbá, Antonio Vieira de Almeida, um anno de licença, sem remuneração alguma, para tratar dos seus interesses onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1904, 16.º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES,

Leopoldo de Bulhões.

LEI N. 1251 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1904

Torna obrigatorias, em toda a Republica, a vaccinação e a revaccinação contra a variola.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º A vaccinação e revaccinação contra a variola são obrigatorias em toda a Republica.

Art. 2.º Fica o Governo autorizado a regulamentar a sob as seguintes bases:

a) A vaccinação será praticada até o sexto mez de idade, excepto nos casos provados de molestia, em que poderá ser feita mais tarde;

b) A revaccinação terá lugar sete annos após a vaccinação e será repetida por septennios;

c) As pessoas que tiverem mais de seis mezes da idade serão vaccinadas, excepto si provarem de mole cabal terem soffrido esta operação com proveito dentro dos ultimos seis annos;

d) Todos os officiaes e soldados das classes armadas da Republica deverão ser vaccinados e revaccinados, ficando os commandantes responsaveis pelo cumprimento desta ;

e) O Governo lançará mão, affim de que sejam fielmente cumpridas as disposições desta lei, da medida estabelecida na primeira parte da letura f do § 3º do art. 1º do decreto n. 1151, de 5 de janeiro de 1904 ;

f) Todos os serviços que se relacionem com a presente lei serão postos em pratica no Districto Federal e fiscalizados pelo Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por intermedio da Directoria Geral de Saude Publica.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1262 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o respectivo soldo, ao medico de 4ª classe do Exercito Dr. Alfredo de Mello Mattos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao medico de 4ª classe do exército Dr. Alfredo de Mello Mattos a licença de um anno, com o respectivo soldo ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 1263 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1904

Concede, para tratamento de saúde, um anno de licença, com ordenado, ao telegraphista-chefe da Repartição Geral dos Telegraphos Alvaro Noya Soares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica concedido um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde, ao telegraphista-chefe da Repartição Geral dos Telegraphos Alvaro Noya Soares; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1264 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao 2^o escriptuario da Repartição Geral dos Telegraphos José Augusto Martins um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.^o Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao 2^o escriptuario da Repartição Geral dos Telegraphos José Augusto Martins um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1265 — DE 3 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder seis mezes de licença, sem vencimentos, em prorrogação á concedida pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas ao engenheiro Augusto do Rego Toscano de Brito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao engenheiro Augusto do Rego Toscano de Brito, subdirector da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil, seis mezes de licença, sem vencimentos, em prorrogação daquelle em cujo gozo se acha e que lhe foi concedida pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, para tratar de seus interesses fora do paiz ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Laura Severiano Müller.

DECRETO N. 1266 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:644\$827, para pagamento dos vencimentos que competem ao substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. José Julio Calazans.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:644\$827, para pagamento dos vencimentos que competem ao substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. José Julio Calazans, no periodo de 17 de fevereiro a 31 de dezembro do corrente anno ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1267 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir no Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 51\$819, ouro, e 604:394\$045, papel, para pagamento de dividas dos exercicios findos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 51\$819, ouro, e 604:394\$045, papel, para effectuar o pagamento das dividas dos exercicios findos, constantes da relação seguinte:

	Ouro	Papel
Ministerio da Fazenda.....	171:783\$592
Ministerio da Marinha.....	157:783\$983
Ministerio da Viacao.....	140:899\$307
Ministerio da Guerra.....	105:536\$905
Ministerio da Justica.....	26:956\$983
Ministerio do Exterior.....	51\$819	1:428\$170

Revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro. 12 de novembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1268 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:638\$045, para pagamento á Companhia das Aguas de Alcaes, e outros.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda um credito de 2:638\$045, para pagamento de forragens, agua e objectos de expediente aos herdeiros do Sabino Officiera Ferreira, á Companhia das Aguas de

Macció e Francisco & Filhas, proveniente de fornecimentos feitos por conta do Ministério da Guerra, nos exercícios de 1894, 1895, 1897 e 1898: revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1904, 19^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

LEI N. 1260 — DE 15 DE NOVEMBRO DE 1904

Reforma a legislação eleitoral, e de outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte:

CAPITULO I

DOES ELEITORES

Art. 1.^o Nas eleições federaes, estaduais e municipais sómente serão admittidos a votar os cidadãos brasileiros, maiores de 21 annos, que se alistarem na forma da presente lei.

§ 1.^o São cidadãos brasileiros:

1.^o os nascidos no Brazil, ainda que de paiz estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação;

2.^o os filhos de paiz brasileiro e os illegítimos de mãe brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, si estabelecerem domicilio na Republica;

3.^o os filhos de paiz brasileiro que estiver em outro paiz a serviço da Republica, embora nella não venham domiciliar-se;

4.^o os estrangeiros que, achando-se no Brazil a 15 de novembro de 1889, não declararam, dentro de seis meses, depois de ter entrado em vigor a Constituição, o animo de conservar a nacionalidade de origem;

5.^o os estrangeiros que possuirem bens immoveis no Brazil e forem casados com brasileiras, contanto que residam no Brazil, salvo si manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;

6.^o os estrangeiros por outro modo naturalizados.

§ 2.º Os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem ou perdem nos casos aqui particularisados:

1º, suspendem-se:

a) por incapacidade physica ou moral;

b) por condemnação criminal, enquanto durarem os seus efeitos;

2º, perdem-se:

a) por naturalização em paiz estrangeiro;

b) por accitação de emprego ou pensão de governo estrangeiro, sem licença do Poder Executivo Federal;

c) por allegação de crença religiosa com o fim de isentar-se de qualquer onus imposto por lei aos cidadãos;

d) por accitação de condecorações ou titulos nobiliarchicos estrangeiros.

Art. 2.º Não podem alistar-se eleitores:

1º, os mendigos;

2º, os analfabetos;

3º, as prações de pret, exceptuados os alumnos das escolas militares de ensino superior;

4º, os religiosos de ordens monasticas, companhias, congregações ou comunidades, de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediencia, regra ou estatuto que importe a renuncia da liberdade individual.

CAPITULO II

DO ALISTAMENTO

Art. 3.º O alistamento dos eleitores será preparado em cada municipio por uma comissão especial.

Art. 4.º Publicada esta lei, providenciará o Governo para que as Delegações fiscaes, nos Estados, o a Secretaria do Interior no Distrito Federal, remetam aos presidentes das juntas de recursos (art. 11) os livros necessarios ao serviço do alistamento, sendo quatro para cada comissão, os quaes serão immediatamente rubricados pelos mesmos presidentes e por elles distribuidos ás comissões de alistamento, começando a distribuição pelos municipios mais distantes.

§ 1.º Esses livros servirão: um, para as actas das reuniões das comissões de alistamento; outro, para a transcrição do alistamento, logo que a comissão termine os seus trabalhos, e os dois ultimos para a inscrição do nome, idade, profissão, estado e habitação dos alistados.

§ 2.º Quando, até cinco dias antes do em que deve instalar-se, a comissão de alistamento não tiver recebido os referidos livros, requisitar-os-á do presidente do governo municipal, que os fornecerá por conta da União.

§ 3.º Nesse caso serão os livros rubricados pelos membros da comissão e só servirão si, até á vespera do dia designado para o inicio dos trabalhos do alistamento, não forem recebidos es que o presidente da junta de recursos deveria remetter.

§ 4.º Na hypothese dos paragraphos antecedentes, a comissão communicará, immediatamente, á junta de recursos a requisição feita ao governo municipal.

Art. 5.º Os collectores ou agentes encarregados da arrecadação das rendas publicas extrahirão dos livros de lançamentos de impostos uma lista dos maiores contribuintes do municipio as-im classificades: 15 do imposto predial e 15 dos impostos sobre propriedade rural ou de industrias e profissões (art. 9º); ou a requisitarão dos chefes das repartições competentes, si os livros já tiverem sido recolhidos.

§ 1.º Essas listas serão publicadas pela imprensa, onde a houver, ou por edital affixado á porta do edificio das collectorias ou agencias, e ao mesmo tempo remettidas, por cópia, á autoridade que tiver de presidir a comissão de alistamento, acompanhadas dos necessarios esclarecimentos; obrigados os funcionarios, aos quies incumbe a remessa das mesmas listas, a prestarem todas as informações que posteriormente lhes forem solicitadas, inclusive a exhibição dos livros de lançamentos.

Os collectores ou agentes que não cumprirem esta disposição ficarão sujeitos á multa de 200\$ a 600\$, imposta pelo presidente da comissão de alistamento, além da sanção penal em que incorrerem. Soffrerão as mesmas penas, si fornecerem documentos ou certidões falsas, ou fizerem lançamentos de modo a inverter a ordem ou classe a que devam pertencer os contribuintes.

Incorrera em igual multa, além da sanção penal, tolo aquelle que falsificar ou por qualquer modo fraudar a lista dos contribuintes, ou os livres de lançamentos e quaesquer documentos concernentes.

§ 2.º Essas listas deverão conter o nome por extonso de cada um dos contribuintes, com discriminação da somma dos impostos que elles tiverem pago durante o exercicio financeiro, definitivamente encerrado. Para o primeiro alistamento servirão o exercicio de 1902.

§ 3.º Si houver contribuintes de igual quantia em numero superior ao de quo trata este artigo, os referidos collectores ou agentes os incluirão nas mencionadas listas.

§ 4.º Na organização das listas não serão contemplados os impostos pagos em nome de firmas sociaes.

Art. 6.º O contribuinte, cujo nome não fizer parte da lista organizada pelo collector ou agente fiscal, de accordo com esta lei, poderá requerer á autoridade que tiver de presidir a comissão de alistamento ser na mesma incluido, juntando para prova do seu direito os respectivos conhecimentos do pagamento de impostos, ou certidão passada pela repartição competente.

Paragrapho unico. Essa autoridade decidirá em ultima instancia, ouvindo, salvo impossibilidade de tempo, o collector ou agente fiscal que tiver enviado a lista.

Art. 7.º Aos collectores ou agentes incumbem publicar e remetter as listas de que trata o art. 5.º, 10 dias antes do fixado para a reunião da comissão de alistamento.

Paraphrasis unico. Si até ao quinto dia não o tiverem feito, a autoridade a quem competir a presidencia da comissão de alistamento requisitará, com urgencia, dos mesmos funcionarios e do governo do Estado, a remessa das mencionadas listas, e no dia da reunião da comissão do alistamento, si ainda não as tiver recebido, adiara os trabalhos até que lhe sejam presentes as mesmas listas, promovendo immediatamente a responsabilidade criminal dos culpados, e dando disto conhecimento ao presidente da junta de recursos.

Art. 8.º Quatro mezes depois da publicação desta lei, o juiz de direito da comarca, ou quem suas vezes fizer, convocará, por edital, reproduzido na imprensa, onde a houver, os maiores contribuintes do municipio, conforme as listas recebidas, os membros effectivos do governo municipal e seus immediatos em votos, em numero igual, a se reunirem, no prazo de 10 dias, ás 11 horas da manhã no edificio do governo municipal, afim de se proceder á organização da comissão de alistamento.

§ 1.º Nos municipios onde houver mais de um juiz de direito, a convocação e presidencia da comissão de alistamento competirá ao juiz que fór designado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

§ 2.º Nos municipios que não forem sede do comarca, fará essa convocação e presidirá a comissão de alistamento a autoridade judiciaria estadual de mais elevada categoria.

§ 3.º Nos municipios em que não houver autoridade judiciaria estadual, convocará o presidirá a comissão de alistamento o ajudante do procurador da Republica.

§ 4.º No Districto Federal fará a convocação o presidirá a referida comissão o presidente do Tribunal Civil e Criminal.

§ 5.º Nos Estados onde houver membros do governo municipal eleitos por todo o municipio o outros eleitos por districtos, a classificação destes e dos immediatos será feita indistinctamente entre uns e outros, tendo-se em vista somente o numero de votos que cada um tiver obtido.

Art. 9.º A comissão de alistamento compor-se-á, na sede da comarca, do juiz de direito ou do seu substituto legal em exercicio; nos municipios que não forem sede de comarca, da autoridade judiciaria estadual de mais elevada categoria, e onde não houver autoridade judiciaria estadual, do ajudante do procurador da Republica, como presidente, só com voto de qualidade; dos quatro maiores contribuintes domiciliados no municipio, que sejam cidadãos brasileiros e saibam ler e escrever, sendo dois do imposto predial e dois dos impostos sobre propriedade rural, qualquer que seja a sua denominação, e de tres cidadãos eleitos pelos membros effectivos do governo municipal e seus immediatos em votos, em numero igual.

Nas capitais e onde não houver contribuintes de impostos sobre propriedade rural, servirão os dois maiores contribuintes

do imposto de indústrias e profissões (estabelecimentos commerciaes) e outros tantos do imposto predial urbano.

§ 1.º Reunidos, no dia, logar e hora designados, os cidadãos de que trata este artigo, sob a presidencia da autoridade judiciaria competente, os membros do governo municipal que comparecerem e seus immediatos em votos elegerão tres membros effectivos e outros tantos supplentes para a commissão de alistamento, votando cada um em dois nomes. Serão declarados membros effectivos os 1.º, 3.º e 5.º mais votados, e supplentes os 2.º, 4.º e 6.º.

§ 2.º Na mesma occasião o presidente apresentará as listas remittidas pelos collectores ou agentes fiscaes e proclamará os nomes dos maiores contribuintes que terão de servir, quer como membros effectivos da commissão, quer como supplentes.

Aos membros effectivos substituirão os supplentes e a estes os que se seguirem na ordem da contribuição.

No caso de igualdade de condições entre os contribuintes (§ 3.º do art. 5.º), o presidente sorteará, dentre os mesmos, os que terão de servir na mesma commissão.

Art. 10. Finda a reunião, será lavrada no livro competente a respectiva acta, escripta por um dos escriptães do judicial, designado pelo presidente da commissão, e por todos assignada.

Art. 11. Organizada por essa forma a commissão de alistamento, os nomes dos cidadãos escolhidos para compo-la serão immediatamente publicados pela imprensa e, na falta desta, por edital affixado á porta do edificio municipal.

Art. 12. Cinco dias depois começarão as commissões de alistamento os seus trabalhos.

A autoridade que tiver presidido á organização dellas mandará tornar publicos o dia, logar e hora das reuniões, e convidará por officio os respectivos membros.

Paraphrasis unico. A falta dessa publicação, porém, não impedirá que as commissões se reunam e procedam ao alistamento de conformidade com esta lei.

Art. 13. As commissões de alistamento reunir-se-ão ás segundas, terças, quintas e sextas-feiras, das 10 horas da manhã ás 3 da tarde, durante 60 dias, contados do da installação; só poderão funcionar com a presença da maioria de seus membros.

Nas capitães, as commissões funcionarão durante 90 dias, ás segundas, quartas, sextas e sabbados, das 11 horas da manhã ás quatro da tarde.

Nos ultimos 10 dias funcionarão diariamente, quer nas capitães, quer nos outros municipios, podendo, quando fôr preciso, prorrogar os trabalhos até ás seis horas da tarde.

Art. 14. O local designado nesta lei para os trabalhos da commissão de alistamento só poderá ser mudado, por motivo de força maior devidamente comprovado, feitas as devidas notificações.

Art. 15. O mesmo escriptão que tiver lavrado a acta de que trata o art. 10 fará o lançamento das actas dos trabalhos da commissão, conservando sob sua guarda todos os papeis e livros.

Art. 15. Não só as actas, como o alistamento, serão lançados nos livros especiais de que trata o § 1.º do art. 4.º.

Art. 17. O cidadão que quizer alistar-se apresentará, pessoalmente, á comissão, requerimento por elle escripto, datado e assignado, reconhecida a firma por tabellião do lugar, e do qual conste, além do nome, idade, profissão, estado e filiação do alistando, a affirmação de sua residencia no municipio por mais de dois mezes, de qua sabe ler e escrever, e de que é maior de 21 annos.

Art. 18. As provas serão dadas :

§ 1.º A de idade, por meio de certidão competente, ou por qualquer documento que prove a maioridade civil.

§ 2.º A de saber ler e escrever, escrevendo o alistando, perante a comissão e no acto de apresentar o seu requerimento, em livro especial, seu nome, estado, filiação, idade, profissão e residencia.

§ 3.º A de residencia, por attestado de qualquer autoridade judiciaria ou policial do respectivo municipio, e, no caso de recusa, por declaração de tres cidadãos commerciantes ou proprietarios, residentes no municipio.

Para que se considere o cidadão domiciliado no municipio é necessario que nelle resida, pelo menos, durante os dois mezes immediatamente anteriores ao dia do alistamento.

Art. 19. A comissão não poderá, sob pretexto algum, recusar o cidadão alistavel, residente no municipio, que se apresentar como representante de qualquer agremiação politica, requerendo ser admittido como fiscal dos trabalhos.

Art. 20. As petições ou documentos não poderão ser restituídos aos alistandos. Ser-lhes-ão, porém, dadas quizes puer certidões que requererem.

Art. 21. O escrivão que funcionar perante a comissão dará recibo dos documentos que lhe forem entregues, quando a parte o exigir.

Art. 22. A comissão não poderá alistar por iniciativa propria, por indicação de autoridade ou mediante procuração, ainda mesmo que o alistando tenha notoriamente as qualidades de eleitor.

Art. 23. Em cada requerimento de alistamento não poderá figurar mais de um cidadão.

Art. 24. As actas dos trabalhos da comissão serão lançadas no livro proprio, e nellas se fará menção não só da falta do comparecimento de qualquer de seus membros e das correspondentes substituições, como tambem da inclusão e não inclusão dos eleitores, das deliberações tomadas sobre cada caso, com a declaração dos votos divergentes, e dos protestos e reclamações que forem apresentados pelos interessados, ou pelos fiscaes.

Art. 25. No ultimo dia do prazo do alistamento a acta concluirá pela declaração do encerramento dos trabalhos.

§ 1.º Em seguida, conferido o alistamento com os documentos que lhe serviram de base, será lançado no livro proprio, assi-

gnado pela comissão e authenticado pelo escrivão que tiver servido perante a mesma comissão, lavrando-se a acta final, na qual se mencionará o numero total e os nomes dos cidadãos incluídos e os dos não incluídos. Essa acta será, como as parciaes, assignada pela comissão e pelos fiscoes.

§ 2.º Della fará a comissão tirar uma cópia, que, dentro de oito dias, contados do encerramento dos trabalhos, será publicada por edital, reproduzido na imprensa, onde for possível, e no qual convidará os interessados a apresentar os seus recursos á junta competente, dentro do prazo de 15 dias.

§ 3.º A publicação será repetida cinco vezes, em dias alternados, quando for feita pela imprensa, ou seguidamente até à terminação do prazo, si for simplesmente por affixação de edital.

Art. 26. Terminado o alistamento, a mesma comissão que o tiver organizado fará a divisão do municipio em secções, e, numeradas estas, serão logo designados os edificios em que se terá de proceder ás eleições.

§ 1.º A divisão do municipio em secções obedecerá ao numero de eleitores alistados, não podendo nenhum d'ellas exceder de 250 eleitores, nem conter menos de 150 eleitores.

Em nenhum municipio haverá menos de duas secções electorales, qualquer que seja o numero do eleitores.

§ 2.º Os edificios em que tiverem de funcionar as mesas electorales não poderão, sob pena de nullidade do processo, ser situados fora do perimetro da sede do municipio, ou de cada uma de suas subdições judicarias creadas pelas Constituições estaduais.

§ 3.º Serão designados para o processo eleitoral os edificios publicos e, na falta destes, poderão ser escolhidos os edificios particulares, ficando estes equiparados áquelles para todos os effeitos de direito.

§ 4.º A designação dos edificios, uma vez feita, não poderá ser alterada durante a legislatura, salvo o caso de força maior, comprovada por vistoria, devendo então a nova designação anteceder de 15 dias, pelo menos, ao da eleição.

Art. 27. A autoridade que houver presidido ao alistamento remetterá aos tres supplentes do substituto do juiz seccional a lista dos membros effectivos e supplentes da comissão de alistamento, para a convocação de que trata o art. 82, bem assim cópia da acta ou actas referentes á divisão do municipio em secções e á designação dos edificios em que se terá de proceder ás eleições, para a organização das respectivas mesas.

Paragrapho unico. Qualquer cidadão poderá requerer certidões dessas listas e actas, não lhe podendo ser recusadas sob pretexto algum.

Art. 28. Os presidentes das comissões de alistamento farão extrahir, com antecedencia, cópias authenticas do alistamento, por secções, segundo as divisões feitas, e as remetterão de fórma a serem entregues, na vespera do dia designado para a eleição, aos presidentes das mesas electorales, que darão recibo da entrega.

Art. 29. Qualquer eleitor poderá requisitar do escrivão cópia do alistamento da respectiva secção, e o dito serventuário satisfará immediatamente a requisição, podendo cobrar por esse trabalho emolumentos na razão de metade do que estiver estabelecido no regimento de custas para as cortidões em geral.

Art. 30. Os presidentes das comissões de alistamento são responsáveis pelos livros de alistamento e actas, assim como pelas substituições ou alterações dos nomes dos cidadãos nelles alistados.

CAPITULO III

DOS RECURSOS

Art. 31. Haverá na capital dos Estados uma junta para conhecer dos recursos.

Art. 32. Os recursos serão interpostos :

a) no caso de alistamento indevido, por qualquer cidadão do município;

b) no de não inclusão no alistamento, sómente pelo proprio prejudicado.

Paraphrasso unico. O recurso de alistamento indevido só poderá referir-se a um cidadão, não ficando prejudicado pela interposição de outro sobre o mesmo individuo.

Art. 33. Esses recursos não terão effeito suspensivo e serão apresentados ao presidente da commissão recorrida, o qual fará recibo, e os informará no prazo de 10 dias, contados da data do recebimento delles, depois do que os restituirá aos recorrentes, si o exigirem, ou enviará ao presidente da junta de recursos, pelo Correio e sob registro, devendo constar, expressamente, não só do respectivo envolvero, como do conhecimento do Correio, a declaração do recurso eleitoral e, na hypothese da letra a) do artigo anterior, por quem interposto ou a favor de quem.

§ 1.º Si o presidente da commissão de alistamento recusar receber qualquer recurso, ou não o restituir á parte, que o exigir, ou não o encaminhar dentro do respectivo prazo, incorrerá na multa de 500\$, além da responsabilidade criminal, e poderão os interessados renovar os recursos perante a junta respectiva.

§ 2.º Nas mesmas penas incorrerá o recorrente, no caso de allegações falsas, bem assim o agente do Correio que fizer desaparecer os papeis do recurso, ou demorar a sua remessa.

Art. 34. A junta de recursos se comporá do juiz seccional, como presidente, do seu substituto, e do procurador geral do Estado, ou do Districto Federal na Capital da Republica, onde funcionará o juiz seccional mais antigo e seu substituto.

I. A junta reunir-se-á na capital dos Estados e no Districto Federal, no edificio do governo municipal, 30 dias depois do

prazo fixado na 1.^a parte do art. 13, em que deverá ser encerrado o alistamento, e trabalhará o tempo necessário para a decisão de todos os recursos.

II. Ao juiz seccional cumpre fazer todas as communicações ou requisições, dar as necessarias providencias para a composição e installação da junta, annunciando, com antecedencia, o dia e a hora em que a mesma junta deverá celebrar suas reuniões ordinarias, assim como as extraordinarias que fór preciso convocar.

§ 1.^o No dia acima designado, reunida a junta, o presidente fará organizar uma relação, por municipios, dos recursos recebidos, e dará começo aos trabalhos. A materia de cada um dos recursos será exposta pelo presidente, ou pelo membro da junta que elle designar, e este, por maioria de votos e sem alicamento por mais de 24 horas, proferirá sua decisão: pena de responsabilidade criminal contra o culpado na demora da decisão do recurso.

§ 2.^o Os recursos que foram recebidos depois de installada a junta serão igualmente relacionados e terão a mesma marcha.

§ 3.^o A junta dará preferencia aos recursos dos municipios mais distantes.

§ 4.^o Decidido o recurso, o presidente fará immediatamente as necessarias communicações aos presidentes das commissões de alistamento, e publicará pela imprensa as decisões da junta, para conhecimento dos interessados.

§ 5.^o Negado provimento ao recurso, serão entregues á parte que o requerer, mediante recibo, os documentos com que o tiver instruido.

Art. 35. Recobidas pelas presidentes das commissões do alistamento as communicações do que trata o § 4.^o do artigo antecedente, farão elles immediatamente proceder ás devidas correções, em termo especial, no livro em que foi lançado o alistamento, dando disto tambem sciencia aos interessados, por edital, que será reproduzido na imprensa, onde a houver.

Paragrapho unico. Feitas as correções, extrahir-se-ão tres cópias do alistamento, as quaes, devidamente authenticadas, serão remettidas: uma á Secretaria da Camara dos Deputados, outra á Secretaria do Senado, e a terceira ao Juiz Seccional nos Estados, ou ao Ministro do Interior no Districto Federal.

Art. 36. Dentro de 30 dias após a publicação do alistamento, na forma do art. 25, § 2.^o, é permitido a qualquer cidadão recorrer de todo o alistamento para a junta de recursos, por inobservancia dos preceitos legais relativos á organização das commissões respectivas. Esse recurso não terá effeito suspensivo e será interposto perante o presidente da commissão de alistamento, que dará recibo da entrega, mencionando a data do recebimento, e o encaminhará no prazo de 10 dias, devidamente informado, á junta de recursos, pela forma estabelecida no art. 33, e sob as penas especificadas no § 1.^o do citado artigo, verificados os casos ali previstos.

Art. 37. Da decisão da junta, annullando ou não o alistamento, haverá para o Supremo Tribunal Federal recurso

voluntário, que devora ser interposto dentro do prazo de 15 dias, contados da publicação da mesma sentença.

Art. 38. Servirá de secretario da junta de recursos um dos escrivães do juízo seccional, ficando sob sua guarda todos os papeis e documentos referentes aos mesmos.

CAPITULO IV

DA REVISÃO DO ALISTAMENTO

Art. 39. O alistamento procedido de accordo com esta lei é permanente.

Art. 40. No dia 10 de janeiro de cada anno reunir-se-ão as comissões de alistamento, observadas as formalidades prescriptas no capitulo II desta lei, afim de procederem à revisão do alistamento somente para os seguintes fins:

I, eliminar os eleitores que houverem fallecido, mediante certidão de obito de autoridade competente; os que houverem mudado de residencia para fóra do municipio, sendo a requerimento do proprio eleitor, ou em face do documento que prove ter elle accedido emprego ou exercicio, em outro municipio, função que determine obrigatoriamente a sua residencia ali, e os que houverem perdido a capacidade civil, ou a politica, nos termos do art. 71 da Constituição;

II, alistar os cidadãos que requererem e provarem, na forma estabelecida por esta lei, acharem-se em condições de ser alistados.

Art. 41. Na revisão dos alistamentos, as respectivas comissões serão presididas pela autoridade de que trata o art. 9.º e compor-se-ão de quatro contribuintes da receita publica, sendo dois do imposto predial, sorteados dentre os quinze maiores contribuintes da classe, e dois dos impostos sobre propriedades ruraes, ou, na falta destes, dos de industrias e profissões (art. 9.º, ultima parte), igualmente sorteados dentre os quinze maiores contribuintes da respectiva classe, e de tres cidadãos eleitos, por voto unanímil, pelos membros do governo municipal e seus immediatos em votos, em numero igual.

§ 1.º As listas de taes contribuintes serão extrahidas dos livros de lançamento dos referidos impostos pagos no ultimo exercicio financeiro definitivamente encerrado, observadas as formalidades prescriptas para o primeiro alistamento.

§ 2.º Essas comissões funcionarão durante 30 dias, ás segundas, quintas e sabbados, do meio dia ás tres horas da tarde.

Art. 42. Terminada a revisão do alistamento, os eleitores nelle incluídos serão pelo presidente da commissão distribuídos pelas secções do respectivo municipio, podendo, nesse caso, ser excedido o numero de 250 eleitores, até que, finda a legislatura, se proceda a nova divisão das secções.

Art. 43. Quinze dias antes do fixado para a installação dos trabalhos da revisão, a autoridade judiciaria a quem competir a presidencia das commissões acima designadas fará publicar edital, que será reproduzido pela imprensa, onde a houver, annunciando que se vai proceder á revisão do alistamento.

Paragrapho unico. Quando a referida autoridade até oito dias antes não tiver publicado aquelle edital, qualquer dos membros da commissão de alistamento deverá fazel-o; podendo, entretanto, os cidadãos que se acharem nas condições legais apresentar-se perante a commissão desde o dia marcado para o inicio dos trabalhos.

Art. 44. Da revisão do alistamento feita pelas commissões respectivas, haverá recurso para a respectiva junta, cabendo intental-o:

- I, no caso de alistamento indevido, a qualquer eleitor;
- II, no de não alistamento, ao prejudicado;
- III, no de eliminação, ao eliminado;
- IV, no de não eliminação, a qualquer eleitor do municipio.

Paragrapho unico. Este recurso só terá effeito suspensivo no caso do n. III.

Art. 45. Os livros necessarios aos trabalhos de revisão do alistamento serão fornecidos, como os de alistamento, pela junta de recursos; com a necessaria antecedencia, ella os requisitará ás Delegacias fiscaes, nos Estados, e á Secretaria do Interior, no Districto Federal, e os remetterá, devidamente rubricados, aos presidentes das commissões de alistamento.

Art. 46. Terminados os trabalhos, a commissão fará lançar no livro proprio o alistamento e, depois de decididos os recursos, feitas no mesmo livro as devidas alterações, extrahir-se-ão tres cópias, que, conferidas e concertadas, serão enviadas ás Secretarias da Camara dos Deputados e do Senado e ao Juizo seccional, nos Estados, ou ao Ministro do Interior, no Districto Federal.

Art. 47. Trinta dias depois de ultimados os trabalhos da revisão do alistamento, a junta de recursos se reunirá para conhecer dos recursos, que deverão ser interpostos pela forma proscripta no capitulo III.

CAPITULO V

DOS TITULOS DOS ELEITORES

Art. 48. Os titulos deverão conter, além do anno do alistamento, a indicação do municipio, o nome, profissão, estado, filiação, idade e o numero de ordem do eleitor no alistamento geral do municipio.

Art. 49. Os livros de talões, impressos e carimbados de accordo com o modelo que fôr adoptado em regulamento, serão fornecidos ás juntas de recursos, com maxima brevidade

e mediante recibo dos presidentes, nos Estados pelas Delegacias fiscaes e no Districto Federal pela Secretaria do Interior.

§ 1.º Recebidos os livros de talões, os presidentes das juntas rubricarão, sem demora, todos os títulos, podendo usar da rubrica de chancella. Em seguida os remetterão, independentemente de requisição, aos presidentes das comissões de alistamento, pelo Correio e sob registro, incorrendo em responsabilidade si deixarem de fazel-o em tempo.

§ 2.º A remessa será feita na ordem da distancia dos municipios.

§ 3.º Os presidentes das comissões de alistamento declararão no verso do recibo do Correio o numero de livros e a data em que estes lhes forem entregues.

Art. 50. Não sendo recebidos em tempo pelos presidentes das comissões de alistamento os livros de talões, elles os reclamarão pelo telegrapho, onde o houver, ou mediante registro postal, á junta de recursos, e na mesma occasião e do mesmo modo representarão ao Ministro do Interior, para que providencie. Si até quinze dias antes do fixado para a eleição, a falta não tiver sido sanada, o presidente da comissão de alistamento poderá, a partir dessa data, expedir títulos provisionarios, impressos ou manuscritos.

Esses títulos servirão exclusivamente para a eleição a que se tiver de proceder, e, retidos pelas mesas eleitoraes, serão remettidos ao poder verificador, juntamente com as authenticas da eleição.

Art. 51. No dia seguinte ao do recebimento dos livros de talões, o presidente da comissão de alistamento fará publicar edital, que será reproduzido na imprensa, onde a houver, convidando os eleitores a virem receber os seus títulos.

§ 1.º Durante 30 dias, o mesmo presidente permanecerá no edificio do governo municipal, do meio-dia ás tres horas da tarde, para attender aos eleitores que pessoalmente vierem solicitar os seus títulos. Os títulos lhes serão entregues depois de assignados pelo presidente e pelo proprio eleitor, passando este recibo em livro especial, fornecido nos Estados pelas Delegacias fiscaes e no Districto Federal pela Secretaria do Interior. É permittida a entrega do título mediante procuração, feita e assignada pelo eleitor a quem pertencer, reconhecida a lettra e firma por tabellião do lugar.

§ 2.º Mesmo depois de decorrido aquelle prazo, a entrega do título em caso algum poderá ser recusada ou demorada, sob pena de responsabilidade criminal.

Art. 52. Sómente por meio de requerimento escripto, assignado e pessoalmente entregue pelo proprio eleitor ao presidente da comissão, ser-lhe-á expellido segundo título, no caso de erro ou extravio do primeiro. Este título terá a declaração de — segunda via.

Paragrapho unico. O título errado será archivado.

Art. 53. O uso de um título falso ou alheio será punido com a multa de 500\$ a 1:000\$, além da sanção penal em que incorrer o delinquent.

CAPITULO VI

DAS ELEIÇÕES

Art. 54. A eleição ordinaria para os cargos de Deputados e Senadores se fará em toda a Republica, no dia 31 de janeiro, finda a anterior legislatura, mediante suffragio directo dos eleitores alistados na conformidade desta lei.

Art. 55. A eleição de Senador será feita por Estado votando o eleitor em um só nome para substituir o Senador cujo mandato houver terminado.

Paragrapho unico. Si houver mais de uma vaga a preencher na mesma occasião, votará o eleitor em cada uma separada para cada uma dellas.

Art. 56. A eleição ordinaria para Presidente e Vice-Presidente da Republica será feita no dia 1 de março do ultimo anno do periodo presidencial, por suffragio directo da Nação e maioria absoluta de votos, votando o eleitor em dois nomes, escriptos em cédulas distinctas, sendo uma para Presidente e outra para Vice-Presidente.

Paragrapho unico. No caso de vaga da Presidencia ou Vice-Presidencia, não havendo decorrido dois annos do periodo presidencial, a eleição para preenchimento da vaga se effectuará dentro em tres mezes depois de aberta.

Art. 57. A eleição será por scrutinio secreto, mas é permitido ao eleitor votar a descoberto.

Paragrapho unico. O voto descoberto será dado apresentando o eleitor duas cédulas, que assignará perante a mesa eleitoral, uma das quaes será depositada na urna e a outra ficara em seu poder, depois de datadas e rubricadas ambas pelos mesmicos.

Art. 58. Para a eleição de Deputados, os Estados da União são divididos em districtos eleitoraes de cinco Deputados, equiparando-se aos Estados para tal fim o Districto Federal.

Na sua divisão se attenderá á população dos Estados e do Districto Federal, de modo que cada districto tenha, quanto possivel, população igual, respeitandose a contiguidade do territorio e integridade dos municipios.

§ 1.º Os Estados que derem sete Deputados ou menos, constituirão um só districto eleitoral.

§ 2.º Quando o numero de Deputados não for perfeitamente divisivel por cinco, para a formação dos districtos, juntar-se-á a fracção, quando de um, ao Districto da capital do Estado e sendo de dois, ao primeiro e ao segundo districtos, cada um dos quaes elegirá seis Deputados.

§ 3.º Cada eleitor votará em tres nomes nos Estados cuja representação constar apenas de quatro Deputados; em quatro nomes nos districtos de cinco; em cinco nos de seis; e em seis nos districtos de sete Deputados.

Art. 59. Na eleição geral da Camara, ou quando o numero de vagas a preencher no districto for de cinco ou mais Deputados, o eleitor poderá accumular todos os seus votos ou parte delles em um só candidato, escrevendo o nome do mesmo candidato tantas vezes quantos forem os votos que lhe quizer dar.

§ 1.º No caso do eleitor escrever em uma cedula um nome unico, só um voto será contado ao nome escripto.

§ 2.º Si a cedula contiver maior numero de votos do que aquelles de que o eleitor pôde dispor, serão apurados sómente, na ordem da collocação, os nomes precedentemente escriptos, até se completar o numero legal, desprezando-se os excedentes.

CAPITULO VII

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 60. A eleição se fará por secções de municipio (art. 26), perante as mesas encarregadas do recebimento das cedulas e mais trabalhos do processo eleitoral.

Art. 61. As mesas serão organizadas por uma junta composta do 1.º supplente do substituto do juiz seccional, como presidente, sem voto, do ajudante do procurador da Republica, tambem sem voto, dos membros effectivos da commissão de alistamento e dos seus respectivos supplentes.

§ 1.º No Districto Federal funcionará o 1.º procurador seccional e na capital dos Estados o procurador da Republica.

§ 2.º O 1.º supplente do substituto do juiz seccional será substituido, em suas faltas e impedimentos, pelos outros supplentes, na respectiva ordem.

§ 3.º Funcionará como secretario da junta o ajudante do procurador seccional, o qual lavrará as actas em livro proprio, que ficará sob sua guarda.

Art. 62. No dia 20 de dezembro do ultimo anno de cada legislatura, o 1.º supplente do substituto do juiz seccional convidará, por officio e por edital, os membros da junta de que trata o artigo anterior a se reunir, no dia 30 do mesmo mez, no edificio do governo municipal, ao meio-dia, para a organização das mesas eleitoraes.

§ 1.º Si o 1.º supplente do substituto do juiz seccional até ao dia 25 de dezembro não tiver convocado a referida junta, será feita a convocação pelos seus substitutos, pelo ajudante do procurador seccional ou por qualquer dos membros da junta.

§ 2.º Em todo caso, a junta reunir-se-á no dia fixado para organização das mesas, e, na falta do 1.º supplente do substituto do juiz seccional e de seus immediatos, elegirá, a pluralidade de votos, o presidente de entre os seus membros.

§ 3.º A junta funcionará no dia, lugar e hora designados, com os membros que comparecerem, não sendo permitida a

substituição das que faltarem, houverem fallecido ou mudado de residência.

Art. 63. Cada mesa compor-se-á de cinco membros effectivos, havendo igual numero de supplentes, que terão de substituir aquelles em suas faltas, segundo a ordem da collocação.

Parapho unico. Essas mesas serão constituídas pela forma prescripta nos artigos seguintes.

Art. 64. Reunida a junta no dia, logare hora designados no art. 62, é permittido a cada grupo de 30 eleitores ou mais, da mesma secção eleitoral, apresentar nomes para mesarios da secção a que pertencerem.

§ 1.º Essa apresentação será feita por officio dirigido á junta e assignado por 30 eleitores, pelo menos, reconhecidas as firmas por tabellião publico, e instruido com certidões que provem serem eleitores da respectiva secção, não podendo a apresentação recahir em cidadão que não seja eleitor no municipio, nem conter cada officio mais de uma apresentação.

O tabellião que se recusar a reconhecer as firmas para o disposto neste artigo incorrerá em multa de 500\$, além da responsabilidade criminal, podendo, em caso de duvida, fazer o reconhecimento pelo confronto das firmas do officio com as do livro em que os eleitores assignaram por occasião do alistamento.

§ 2.º Nenhum eleitor poderá, sob pena de falsidade, assignar mais de um officio, e, si o fizer, não será o seu nome contemplado em nenhum desses officios.

§ 3.º As apresentações feitas de accordo com as proscripções deste artigo não poderão ser recusadas.

Art. 65. Si os officios de apresentação forem em numero superior aos mesarios, serão preferidos para membros effectivos os cidadãos apresentados por maior numero de eleitores, e para supplentes os que se lhes seguirem.

Parapho unico. No caso de igualdade do numero de assignaturas da apresentação, decidirá a sorte entre effectivos e supplentes.

Art. 66. A's duas horas da tarde do mesmo dia 30 de dezembro, a junta procederá á apuração dos officios apresentados para cada secção do municipio. Em seguida elegerá os mesarios ou supplentes que faltarem, ou toda a mesa, si nenhum officio tiver sido apresentado, votando cada membro da junta em dois nomes escolhidos, dentre os eleitores da respectiva secção, conforme o alistamento feito, qualquer que seja o numero de officios ou supplentes a eleger.

§ 1.º No primeiro caso, completarão as mesas, quer como membros effectivos, quer como supplentes, os cidadãos mais votados na ordem da collocação, decidindo a sorte si houver empate.

§ 2.º No caso de ser a eleição para toda a mesa, consideram-se membros effectivos os 1.º, 3.º, 5.º, 7.º e 9.º mais votados e supplentes os 2.º, 4.º, 6.º, 8.º e 10.º, decidindo igualmente a sorte si houver empate.

Art. 67. Lavrada a respectiva nota em livro creado pela junta, quando não fornecido pelas Delegacias fiscaes nos Estados,

e pela Secretaria do Interior no Districto Federal, o presidente da junta mandará, sob pena de responsabilidade, publicar incontinenti, pela imprensa, onde a houver, ou por edital afixado no lugar competente, os nomes dos mesarios e supplentes escolhidos.

Desses nomes serão dadas, immediatamente, certidões aos cidadãos que as requererem, não podendo ser recusadas, sob pena também de responsabilidade.

§ 1.º Os officios que tiverem sido apresentados para a organização das mesas, devidamente rubricados pelos membros da junta, serão archivados e delles remetidas cópias ao poder verificador.

§ 2.º Da acta da reunião da junta e organização das mesas serão extrahidas cinco cópias: uma para ser publicada por edital, reproduzido na imprensa, onde a houver, e as outras para serem remetidas, uma ao presidente da comissão de alistamento, para o fim de que trata o art. 28, outra ao presidente da junta apuradora do districto, outra ao juiz seccional, e outra à Camara dos Deputados ou Senado, conforme a eleição de que se tratar.

§ 3.º A nenhum cidadão será recusada certidão da acta da organização das mesas, sob pena de responsabilidade criminal.

Art. 68. Dentro de tres dias após a reunião da junta, o seu presidente, por officios ou cartas registradas pelo Correio, communicará a cada um dos mesarios effectivos e supplentes a sua eleição e a designação do edificio em que tiver de funcionar a respectiva mesa eleitoral.

Art. 69. As mesas eleitoraes constituídas por esta forma prescreverão a todas as eleições para preenchimento de vagas que se abrirem no periodo de cada legislatura.

Art. 70. Sempre que se tiver de proceder à eleição em virtude desta lei, o 1º supplente do substituto do juiz seccional e, na sua falta ou impedimento, o seu immediato, mandará, com antecedencia de vinte dias, afixar edital, ou publical-o pela imprensa, onde a houver, convidando os eleitores a darem os seus votos, declarando o dia, lugar e hora da eleição.

Art. 71. Os livros necessarios para eleição serão, com a devida antecedencia, fornecidos pelas Delegacias fiscaes nos Estados e pela Secretaria do Interior no Districto Federal, aos 1ºs supplentes do substituto do juiz seccional, que, no caso de demora, os requisitarão. Esses livros, abertos, numerados, rubricados e encerrados pelos mesmos supplentes e, na sua falta ou impedimento, pelo seu immediato, serão enviados às mesas eleitoraes, de modo que a entrega se faça a cada uma dellas, mediante recibo, na vespera do dia fixado para a eleição, sob pena de responsabilidade criminal, além da multa de 500\$000.

Paragrapho unico. Não recebendo as mesas os livros, procederão, não obstante, à eleição, servindo neste caso, outros livros ou cadernos, rubricados por todos os mesarios.

Art. 72. No dia anterior ao da eleição, reunidos, no edificio designado, às 10 horas da manhã, os membros da mesa eleitoral,

elegerão dentre si, a pluralidade de votos, o seu presidente. Este, logo depois de eleito, designará o secretário, o encarregado da chamada dos eleitores, o de examinar os títulos respectivos e o de verificar a regularidade dos envelopes das cédulas, e declarará installada a mesa, sendo lavrada a respectiva acta em livro especial, dos de que trata o artigo antecedente.

Art. 73. Si na véspera da eleição, até ao meio-dia, não comparecerem mesarios e supplentes em numero sufficiente para a installação da mesa, ficará este acto adiado para o proprio dia da eleição, uma hora antes da marcada para o começo dos trabalhos.

Paraphrasis unico. Si até ás 10 horas do dia da eleição não comparecerem cinco mesarios, effectivos ou supplentes, não haverá eleição.

Art. 74. A eleição começará ás 10 horas da manhã, pela chamada dos eleitores, na ordem em que estiverem seus nomes na cópia do alistamento.

§ 1.º Na falta desta cópia, os eleitores votarão, por ordem alphabetica, com a simples exhibição de seus títulos, devidamente legalizados.

Esses títulos, rubricados pelo presidente da mesa e pelos fiscaes, serão archivados e restituídos aos eleitores depois de definitivamente julgada a eleição.

§ 2.º O recinto em que estiver a mesa eleitoral será separado por um gradil, na sala em que se reúnem os eleitores, de modo, porém, que lhes seja possível fiscalizar a eleição.

§ 3.º O eleitor não poderá ser admittido a votar sem prévia exhibição de seu título, bastando que o exhiba para lhe não ser recusado o voto pela mesa. Entretanto, si esta tiver razões fundadas para suspeitar da identidade do eleitor, tomara o seu voto em separado e reterá o título exhibido, enviando-o, com a cédula, a junta apuradora do districto.

§ 4.º Ante de depositar na urna a sua cédula ou cédulas, assignará o eleitor o livro de presença, de maneira que a cada linha da folha corresponda um só nome, e esta será por elle também numerada em ordem successiva, antes de lançar sua assignatura.

De igual modo assignará o eleitor uma ou duas listas, conforme a eleição de que se tratar, observando-se o disposto no art. 75. Estas listas serão enviadas uma á Camara dos Deputados e a outra ao Senado, com a cópia da acta da eleição.

§ 5.º É vedada a assignatura, por outro, do nome do eleitor no livro de presença, sob qualquer pretexto, considerando-se como ausente aquelle que não puder fazel-o pessoalmente.

§ 6.º Na mesa dos trabalhos estarão os livros de actas e de presença dos eleitores, bem como uma urna, fechada á chave, a qual, antes da chamada, será aberta e mostrada pelo presidente ao eleito, para que verifique estar vazia.

Art. 75. Encerrada a chamada, o presidente fará levantar termo do encerramento, em seguida á assignatura do ultimo

eleitor, e nesse termo será declarado o numero de eleitores que tiverem comparecido e votado e dos que não o houverem feito. O termo de encerramento será datado e assignado pelos mesarios e fiscaes.

§ 1.º O eleitor que comparecer depois de terminada a chamada e antes de se começar a lavrar o termo de encerramento no livro de presença, será admittido a votar.

§ 2.º Lavrado o termo de encerramento, far-se-á a apuração pelo modo seguinte: aberta a urna pelo presidente contará este as cédulas recebidas, e, depois de annunciar o numero dellas, conforme a eleição de que se tratar, as emmaçará de accordo com os rotulos, recolhendo-as immediatamente á urna.

A' proporeção que o presidente proceder á leitura de cada cédula, devesa passal-a aos fiscaes e mesarios, para a verificação dos nomes por elle lidos em voz alta.

§ 3.º O voto será escripto em cédula collocada em envolturo fechado e sem distinctivo algum, podendo ser impressa e devendo trazer a indicação da eleição de que se tratar. Embora não se ache inteiramente fechada alguma cédula sera não obstante, apurada.

A cédula que não tiver rotulo será também apurada, excepto no caso de, na mesma occasião, se proceder á eleição para mais de um cargo e de cada eleitor votar com mais de uma cédula.

§ 4.º Serão apuradas em separado as cédulas que contiverem alterações por falta, augmento ou suppressão de sobrenome ou appellido do cidadão votado, de modo que não se possa verificar que se refere visivelmente a individuo determinado.

§ 5.º As cédulas apuradas em separado serão rubricadas pela mesa e remettidas á junta apuradora do districto.

§ 6.º Não serão apuradas as cédulas:

a) quando contiverem nome riscado e substituido por outro ou não;

b) quando, procedendo-se a mais de uma eleição conjuntamente, contiverem declaração contrária á do rotulo, ou, no caso acima previsto, de não haver indicação no envolturo;

c) quando se encontrar mais de uma dentro de um mesmo envolturo, quer estejam escriptas em papéis separados, quer no proprio envolturo.

Art. 70. Concluida a votação e depois de lavrado o termo de encerramento no livro de presença, a mesa dará aos candidatos o aos fiscaes, boletim datado e assignado por ella, declarando o numero de eleitores que tiverem comparecido e votado e o numero dos que deixarem de comparecer; e, terminada a apuração dos votos, immediatamente lhes entregará outro boletim, também datado e assignado, contendo a votação que cada um dos candidatos houver obtido.

§ 1.º Os candidatos e fiscaes passarão recibos de amlas os boletins, no acto da entrega de cada um d'ellos, lo que se fará menção na acta, bem como si se recusarem a passar os dltos recibos.

§ 2.º Terminada a apuração, o presidente proclamará, em voz alta, o resultado da eleição, procedendo á verificação, si alguma reclamação fór apresentada: por mesario, eleitor, fiscal ou candidato, e fará lavrar no livro proprio a acta da eleição, a qual será assignada pelos mesarios, fiscaes e candidatos.

§ 3.º A eleição começará e terminará no mesmo dia.

Art. 77. Poderá ser fiscal o cidadão brasileiro que tenha as condições de elegibilidade, embora não esteja alistado eleitor; e, sendo eleitor, ainda que de outro município, mas, do mesmo districto eleitoral, o seu voto será apurado na secção em que estiver exercendo o encargo de fiscal, apresentando o seu titulo.

Art. 78. A nomeação de fiscal será feita em officio dirigido á mesa eleitoral, datado e assignado, pelo candidato ou seu procurador, independente de reconhecimento de firmas, podendo o mesmo officio ser entregue em qualquer estado em que se achar o processo eleitoral.

§ 1.º O mesmo direito é conferido aos eleitores, desde que formem um grupo de 10, pelo menos.

§ 2.º A mesa, em caso algum, poderá recusar os fiscaes.

Art. 79. Os eleitores em cuja secção houver recusa de fiscal, ou em que não se reunir a mesa eleitoral, poderão votar na secção mais proxima, sendo seus votos tomados em separado e ficando-lhes retidos os titulos para serem remetidos á junta apuradora do districto.

Art. 80. Da acta da eleição constará:

- a) o dia, logar e hora da eleição;
- b) o numero dos eleitores que comparecerem e dos que faltarem;
- c) o numero de cédulas recolhidas e apuradas para cada eleição;
- d) os nomes dos cidadãos votados, com o numero, em extenso, dos votos obtidos;
- e) o numero das cédulas apuradas em separado, com a declaração dos motivos, os nomes dos votados nas mesmas cédulas e dos eleitores que assim tiverem votado;
- f) os nomes dos mesarios e fiscaes que se recusarem a assignar a acta e os dos que o fizeram;
- g) todas as occorrencias que se derem no processo da eleição.

Art. 81. Finda a eleição e lavrada a acta, será esta immediatamente transcripta em livros de notas de qualquer tabelião ou, na falta deste, de escrivão *ad hoc*, nomeado e juramentado pela mesa, os quaes darão certidão da mesma acta aos candidatos e fiscaes que a pedirem.

§ 1.º A transcripção da acta por escrivão *ad hoc* será feita em livro especial, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo 1.º suppleente do substituto do juiz seccional, e por este remetido á mesa eleitoral juntamente com os livros de actas e de presença.

§ 2.º A distribuição dos tabelliões e escriptões incumbê á autoridade judiciaria que tiver presidido a commissão do alistamento e será publicada por edital, reproduzido na imprensa, onde a houver, com antecedencia, pelo menos, de dez dias a da eleição.

§ 3.º A transcripção da acta será assignada pelos membros da mesa e pelos fiscaes que o quizerem.

Art. 82. Qualquer eleitor da secção, fiscal ou candidato, poderá offerrecer protestos escriptos quanto ao processo eleitoral, passando a mesa recibo ao protestante. Os protestos depois de rubricados por ella e de contra-protestados ou não, constarão da acta e serão appensos, em original, á cópia da mesma acta que fôr remettida á junta apuradora do districto.

Art. 83. Si a mesa recusar o protesto, poderá este ser lavrado em livro de notas do tabellião, dentro em 24 horas após a eleição.

Art. 84. A mesa fará extrahir, no mesmo dia, quatro cópias da acta da eleição, as quaes, depois de assignadas pelos mesarios e concertadas por tabellião ou por escriptão *ad hoc*, serão enviadas sob registro postal, no prazo de tres dias: uma ao Senado, uma á Camara dos Deputados, outra á junta apuradora do districto, e a quarta ao presidente da junta apuradora da capital do Estado ou do Districto Federal.

Paragrapho unico. Serão dispensadas as cópias para a junta apuradora da capital dos Estados e para o Senado, si se tratar apenas de eleição para Deputados, e dispensadas as cópias para a Camara e junta apuradora dos districtos quando não se tratar de eleição para Deputados.

Art. 85. A mesa eleitoral funcionará sob a direcção do presidente, a quem cumpre, de accordo com os mesarios, resolver as questões que se apresentarem, regular a policia no recinto da assembléa, prender os que commetterem crime, fazer lavrar o respectivo auto, remettendo immediatamente, com o mesmo auto, o delinquente á autoridade competente.

Não são permittidas discussões prolongadas entre os eleitores e entre os proprios mesarios.

Art. 86. É prohibida a presença de força publica dentro do edificio em que se proceder á eleição.

Art. 87. Não ha incompatibilidade para os membros da commissão de alistamento, junta organizadora das mesas, mesa eleitoral ou junta apuradora, entre si.

Art. 88. Não é nullidade a falta de assignatura de mesarios ou fiscal na acta, desde que se declare, mesmo com a nota — em tempo — o motivo por que deixou de fazel-o um ou outro.

Art. 89. Os livros e mais papeis concernentes á eleição serão remettidos, dentro do prazo de cinco dias, pelos presidentes ou secretarios das mesas eleitoraes aos 1.ºs supplentes do substituto do juiz seccional, que darão recibo da entrega e os manterão sob sua guarda, á disposição do Congresso Nacional, até á conclusão da verificação de poderes dos eleitos; depois do que os enviarão aos presidentes das commissões de alistamento, que os farão archivar em cartorio, até serem requisitados para nova eleição.

CAPITULO VIII

DA APURAÇÃO

Art. 90. A apuração geral da eleição de Deputados será feita nas sedes dos respectivos districtos eleitoraes, e a do Senadores, Presidente e Vice-Presidente da Republica na capital dos Estados, pela mesma junta que apurar as eleições do districto da capital.

Paragrapho unico. No Districto Federal todas as eleições serão apuradas por uma só junta.

Art. 91. A junta apuradora compor-se-á :

I. Na sede dos districtos, excepto os da capital dos Estados e do Districto Federal, do 1.º supplente do substituto do juiz seccional, como presidente, só com o voto de qualidade, e dos presidentes dos conselhos, camaras ou intendencias municipaes da respectiva circumscripção eleitoral, ou dos seus substitutos locais em exercicio.

Na falta do 1.º supplente e de seus immediatos, presidirá a junta o presidente do governo municipal da sede do districto.

II. Na capital dos Estados, do substituto do juiz seccional, como presidente, tambem só com voto de qualidade, e dos presidentes dos conselhos, camaras ou intendencias municipaes da respectiva circumscripção eleitoral, ou dos seus substitutos locais em exercicio.

Na falta do substituto do juiz seccional, a presidencia competirá ao presidente do governo municipal da capital.

III. No Districto Federal, a junta será presidida pelo juiz de secção que não tiver funcioneado na junta de recursos, e compor-se-á dos juizes das pretorias urbanas.

Na falta do juiz seccional, funcionará o seu respectivo substituto.

Art. 92. O presidente da junta convocará por officio, com antecedencia de 10 dias, os respectivos membros, o na mesma occasião anunciará por edital, reproduzido na imprensa, onde a houver, o dia e a hora em que deverão começar os trabalhos.

Paragrapho unico. Na falta ou impedimento do presidente e de seus substitutos, servirá o membro da junta por este eleito.

Art. 93. Caso não tenha sido feita a convocação, os cidadãos que, em virtude desta lei, são chamados a fazer parte da junta, deverão comparecer no lugar designado no § 1.º do artigo seguinte e dar começo aos trabalhos.

§ 1.º A junta só poderá funcionar com a presença pelo menos, e cinco de seus membros, além do presidente.

§ 2.º Não incorrem em multa, nem em responsabilidade criminal, os que, por causa justa, deixarem de comparecer.

Art. 94. A apuração começará 30 dias depois da eleição.

§ 1.º A junta reunir-se-á no edificio do governo municipal da sede do districto, ás 11 horas da manhã, e funcionará, dia-

riamente, durante o tempo necessario para a conclusão de seus trabalhos.

§ 2.º Servirá como secretario da junta, na capital dos Estados e no Districto Federal, um dos escrivães do juizo seccional, e nos demais districtos um dos escrivães do judicial da comarca da séle.

Art. 95. As sessões das juntas serão publicas, e é permitido aos candidatos ou aos seus procuradores fiscalizar o processo da apuração.

Art. 96. A apuração se fará pelas authenticas recebidas ou pelos boletins e certidões que forem apresentados por qualquer eleitor, desde que nenhuma duvida off-recerem.

Art. 97. Considera-se cópia authentica a que estiver devidamente conferida e concertada pelo escrivão que fizer a transcripção da acta, e boletim authentico o que tiver as firmas dos mesarios reconhecidas por notario publico.

Art. 98. A junta limitar-se-á a sommar os votos obtidos pelos candidatos, não podendo entrar na apreciação de nullidades da eleição ou da inelegibilidade dos cidadãos votados, devendo mencionar as duvidas, que forem encontradas, sobre a organização do qualquer mesa eleitoral, fazendo expressa menção dos votos obtidos pelos candidatos.

Art. 99. No caso de duplicata, a junta observará as seguintes disposições:

I. Preferirá a authentica da eleição realizada no lugar previamente designado.

II. Si ambas as eleições forem feitas no mesmo local, preferirá a que tiver sido realizada perante a mesa legalmente nomeada.

III. Faltando a junta base para verificar as hypothèses previstas nos numeros anteriores, deixará de apurar as duplicatas, mencionando na acta a occurrencia, e as remetterá ao poder verificador.

Art. 100. Serão apurados os votos dados ao candidato com o nome com que se houver apresentado ou com o que fôr notoriamente conhecido.

Art. 101. Dos trabalhos da junta lavrar-se-á, diariamente, a acta correspondente, em que se mencionará, em resumo, o trabalho feito no dia, designando-se a votação apurada.

Art. 102. Concluida a apuração, lavrar-se-á a acta geral, contendo todas as occurrencias e a votação total, e nella se fará menção das representações, reclamações ou protestos que forem apresentados perante a junta, com a declaração dos motivos em que se fundarem. Em seguida serão publicados os nomes dos cidadãos votados, na ordem numerica dos votos recebidos.

§ 1.º Da acta geral extrahir-se-ão as cópias necessarias, as quaes, depois de assignadas pela junta apuradora, serão remettidas: uma a cada uma das Secretarias da Camara dos Deputados e do Senado, outra ao juiz seccional nos Estados ou ao Ministro do Interior no Districto Federal, e uma a cada um dos eleitos, para lhes servir de diploma.

As cópias, quando impressas, deverão ser concertadas pelos membros da junta e igualmente por elles assignadas.

§ 2.º Considerar-se-á diploma a cópia autographa da acta geral da apuração, assignada pela maioria dos membros da junta que av não funcioneiro.

No caso de duplicata de apuração, reputar-se-á simples contestação a que fór assignada pela maioria da junta.

Art. 103. Não poderão ter entrada na Secretaria de qualquer das Casas do Congresso livros e papeis electoraes não enviados pelo Correo do Estado em que se tiver procedido á eleição, salvo exhibir os portulocos officiaes assignados pela maioria das juntas.

Art. 104. Não se comprehendem na prohibição do artigo antecedente documentos destinadas a instruir ou fundamentar as contestações que qualquer candidato tiver de apresentar.

CAPITULO IX

DA ELEGIBILIDADE

Art. 105. São condições de elegibilidade:

I. Para o Congresso Nacional:

1.º, estar em goza dos direitos de cidadão brasileiro e ser alistavel como elector;

2.º, para a Camara dos Deputados, ter mais de quatro annos do cidadão brasileiro e para o Senado mais de seis annos, e ser maior de 35 annos da idade;

II. Para Presidente e Vice-Presidente da Republica:

1.º, ser brasileiro nato;

2.º, estar no goza dos direitos politico;

3.º, ser maior de 35 annos.

CAPITULO X

DA INELEGIBILIDADE

Art. 106. A inelegibilidade importa a nullidade dos votos que recaírem sobre as pessoas que nelle incidam, para o effeito de considerar-se electo o municipal em votos, salvo a disposição no art. 111.

Art. 107. São inelegiveis para o Congresso Nacional:

§ 1.º Em todo o territorio da Republica:

I. o Presidente e Vice-Presidente da Republica, os governadores ou presidentes e os vice-governadores ou vice-presidentes dos Estados;

II, os Ministros do Presidente da Republica e os directores de suas Secretarias e do Thesouro Federal ;

III, os chefes do Estado-Maior do Exercito e do Estado-Maior General da Armada ;

IV, os magistrados federaes ;

V, os presidentes ou directores de bancos, companhia ou empresa que goze dos seguintes favores do Governo Federal :

a) garantias de juros ou qualquer subvencção ;

b) privilegio para emissão de notas ao portador, com lastro em ouro, ou não ;

c) isenção ou redução de impostos ou taxas federaes, constantes de lei ou de contracto ;

d) privilegio de zona ou de navegação ;

e) contractos de tarifas ou concessão de terrenos.

§ 2.º Nos respectivos Estados, equiparado a estes o Districto Federal.

I, os magistrados estadoaes ;

II, os commandantes de districto militar ;

III, os funcionarios investidos do commando de forças de terra e mar, de policia ou milicia, não comprehendidos os officiaes da Guarda Nacional ;

IV, os funcionarios administrativos federaes e estadoaes demissiveis independentemente do sentença.

§ 3.º Nas circumscripções onde exerçam as suas funções — as autoridades policiaes.

Art. 108. As causas de inelegibilidade, previstas nos tres paragraphos do artigo antecedente, vigoram até tres mezes depois de cessada a função publica.

Art. 109. São condições essenciaes para ser Presidente da Republica ou Vice-Presidente :

1º, ser brasileiro nato ;

2º, estar na posse o gozo dos direitos politicos ;

3º, ser maior de 35 annos.

Art. 110. Não podem ser eleitos Presidente ou Vice-Presidente da Republica :

1º, os parentes consanguineos e affins nos 1º e 2º grãos do Presidente e Vice-Presidente que se achar em exercicio no momento da eleição ou que o tenha deixado até seis mezes antes ;

2º, os Ministros do Estado ou os que tiverem sido até seis mezes antes da eleição ;

3º, o Vice-Presidente que exercer a presidencia no ultimo anno do periodo presidencial, para o periodo seguinte, e o que a estiver exercendo por occasião da eleição.

Paragrapho unico. Entender-se á por ultimo anno do periodo presidencial, para os effeitos do presente artigo, o em que se der a vaga que tiver de ser preenchida, contando-se até 90 dias depois da mesma vaga.

Art. 111. O immediato em votos ao inelegivel só poderá ser reconhecido eleito, si tiver reunido, pelo menos, metade dos votos por este obtidos. No caso contrario, far-se-á nova eleição, para a qual se considera prorogada a inelegibilidade definida nesta lei.

CAPITULO XI

DA INCOMPATIBILIDADE

Art. 112. Durante as sessões, o mandato legislativo é incompativel com o exercicio de qualquer outra função publica, considerando-se como renuncia do mandato semelhante exercicio depois de reconhecida ou empossado o Deputado ou Senador.

Art. 113. Não se comprehende na disposição do artigo anterior o desempenho das missões diplomaticas, commissões ou commandos militares, desde que preceda licença da Camara a que pertencer o representante da Nação, e nos casos de guerra ou aquelles em que a honra e a integridade da União se achem empenhadas.

CAPITULO XII

DAS NULLIDADES

Art. 114. As eleições só podem ser annulladas nos casos expressamente previstos neste capitulo.

Art. 115. As infracções da presente lei, ainda que não definidas como causa de nullidade de eleição, sujeitarão, contudo, os infractores ás penalidades nella estatuidas.

Art. 116. São nullas as eleições:

1º, quando feitas perante mesas constituidas por motivo diverso do prescripto em lei;

2º, quando realizadas em dia diverso do legalmente designado;

3º, quando haja prova de fraude, que altere o resultado da eleição;

4º, quando houver recusa de mesarios ou de fiscaes, apresentados de conformidade com esta lei;

5º, quando se fizer por alistamentos clandestinos ou fraudulentos.

Art. 117. São annullaveis:

1º, quando feitas em logar diverso do designado pelo poder competente;

2º, quando começarem antes da hora marcada.

Art. 118. A Camara ou o Senado mandará proceder a nova eleição, sempre que, no reconhecimento dos poderes do seus membros, annullar, sob qualquer fundamento, mais de metade dos votos do candidato diplomaio, deduzidos do calculo os votos de duplicatas desprazadas por impossibilidade de verificação da legitimidade de uma das séries do actas.

CAPITULO XIII

DAS VAGAS

Art. 119. O cidadão que fôr eleito Deputado ou Senador póde depois do reconhecimento, renunciar a todo tempo o mandato.

Art. 120. Aos governadores, nos respectivos Estados, e ao Ministro do Interior, no Districto Federal, compete providenciar quanto ao preenchimento das vagas que se derem na representação nacional, uma vez comprovadas.

Parapho unico. Dar-se-á por comprovada a renuncia de algum representante, quando o governador do Estado ou o Ministro do Interior della tiverem conhecimento por communicação da Mesa da respectiva Camara a que o representante tenha enviado a sua renuncia, e a vaga assim aberta será preenchida no prazo maximo de tres mezes, contados do recebimento da referida communicação.

CAPITULO XIV

DAS MULTAS

Art. 121. Além das multas comminadas nos casos já previstos por esta lei, serão também multados:

§ 1.º Pelos presidentes das comissões de alistamento e das mesas eleitoraes:

I, na quantia de 100\$ a 500\$, os cidadãos escolhidos para fazerem parte das referidas comissões e mesas, si se recusarem a esse serviço ou abandonarem os trabalhos sem causa justificada;

II, na quantia de 500\$ a 1:000\$, repartidamente, entre os membros das mesmas comissões e das mesas eleitoraes, si não se reunirem nos prazos e logares marcados nesta lei ou deixarem de cumprir ou cumprirem, fóra dos prazos e das prescripções nella estabelecidas, os deveres que lhes são impostos.

§ 2.º Pelos presidentes das juntas de recursos:

I, na quantia de 200\$ a 500\$, os presidentes das comissões de alistamento que deixarem de cumprir ou não

cumprirem, no tempo e pelo modo legal, qualquer das obrigações que lhes incumbem com relação às garantias do alistamento;

II, na mesma quantia e igual previsão do numero antecedente, os membros das juntas de recursos.

§ 3.º Pelo Ministro do Interior, na mesma quantia e nos mesmos casos, os presidentes das juntas de recursos.

§ 4.º Pelas autoridades judiciais com quem servirem, na quantia de 100\$ a 500\$, além das penas de falsidade: os secretarios das comissões ou juntas, tabeliães, escrivães ou pessoas legalmente incumbidas de escrever, transcrever ou copiar, livros, papéis ou actas eleitoraes, si na escripturação, traslado, cópia ou citaes que fizerem, ou nas certidões que passarem, incorrerem em falta, transpondo, omitindo, accrescentando ou alterando nomes, qualificativos, indicações, datas ou numeros.

Art. 122. Os casos de não imposição de multa pelas autoridades competentes, previstos nesta lei, serão suppridos por acto proprio ou mediante denuncia de qualquer elector:

I, pelos presidentes das juntas de recursos — quanto aos presidentes das comissões de alistamento;

II, pelo Ministro do Interior — quanto aos presidentes das juntas de recurso e de apuração.

Art. 123. A imposição das multas pelos presidentes das comissões de alistamento, mesas eleitoraes e juntas de recursos far-se-á por termo lavrado pelos respectivos secretarios o assignado pelos mesmos presidentes, que o remettirão, por officio, ao procurador da Republica ou aos procuradores seccionaes e seus ajudantes, para os devidos effectos.

Art. 124. Das multas impostas pelos presidentes das comissões de alistamento e mesas eleitoraes haverá recurso para os presidentes das juntas de recursos, e das impostas por estes para o Ministro do Interior.

Art. 125. Os recursos serão interpostos dentro do prazo de tres dias depois da intimação.

Art. 126. Incorrerão na multa de 100\$ a 500\$, além da responsabilidade criminal, os funcionarios que se recusarem a dar as certidões a que são obrigados pela presente lei.

Art. 127. Incorrerá na multa de 200\$ a 500\$ o I supplente do substituto do juiz seccional, ou quem suas vezes fizer, que não comparecer no lugar, dia e hora designados na lei afim de receber os officios dos electores para a organização das mesas eleitoraes, recusar tais officios ou deixar de praticar outros actos que lhe incumbem.

Art. 128. O processo para a cobrança das multas será o executivo fiscal, sendo a importancia dellas recolhida aos cofres federaes.

CAPITULO XV

DISPOSIÇÕES PENAES

Art. 129. Além dos definidos no Código Penal, serão considerados crimes contra o livre exercício dos direitos políticos os factos mencionados nos artigos seguintes:

Art. 130. Deixar qualquer dos membros da mesa eleitoral de rubricar os boletins da eleição dados aos fiscaes:

Pena — de dois a seis meses de prisão.

Art. 131. A fraude, de qualquer natureza, praticada pela mesa eleitoral ou junta apuradora, será punida com a seguinte:

Pena — de seis meses a um anno de prisão.

§ 1.º A falsificação de actas eleitoraes será punida com o dobro da pena estabelecida neste artigo.

§ 2.º Serão isentos dessa pena o membro ou membros da junta apuradora ou mesa eleitoral que contra a fraude protestarem no acto de ser praticada.

Art. 132. Deixar o funcionario federal de denunciar, promover ou dar andamento aos termos do processo, por crimes definidos nesta lei:

Pena — suspensão dos direitos políticos por dois a quatro annos, e perda do emprego, com inhabilitação para outro, pelo mesmo tempo.

Art. 133. O cidadão que usar documento falso para ser incluído no alistamento, ou de título falso ou alheio para votar:

Pena — prisão por dois a quatro meses.

Art. 134. Deixar o 1.º supplente do substituto do juiz seccional, ou quem o substituir, de comparecer no lugar, dia e hora designados pela lei, afim de receber os officios dos eleitores para a organização das mesas eleitoraes, recusar taes officios ou deixar de praticar outros actos que lhe incumbem:

Pena — de dois a seis meses de prisão.

Art. 135. Deixar qualquer funcionario de dar as certidões a que é obrigado pela presente lei:

Pena — de um a tres meses de prisão.

Art. 136. Todas as vezes que a Camara ou o Senado, na verificação e reconhecimento dos poderes de seus membros, julgar nullos ou não apurar — por vicios e fraudes — documentos ou actas eleitoraes, remetterá, por intermedio da respectiva mesa, as mesmas actas e documentos á competente autoridade, para que, pelos meios legais, se torne effectiva a responsabilidade dos que para taes fraudes e vicios houverem concorrido.

Art. 137. Os crimes definidos na presente lei e os de igual natureza do Código Penal serão de acção publica, cabendo dar

denuncia, nas comarcas das capitães dos Estados, aos procuradores da Republica perante o juiz seccional, e, nas comarcas, aos ajudantes dos mesmos procuradores, perante os supplentes e substituto do juiz seccional.

§ 1.º A denuncia por tales crimes poderá ser igualmente dada perante as referidas autoridades por cinco eleitores, em uma só petição.

§ 2.º O processo correrá perante a justiça federal, e a forma será a estabelecida na legislação vigente para os crimes de responsabilidade dos empregados publicos; competindo originariamente ao Supremo Tribunal Federal, quando o culpado fôr o Governador ou Presidente do Estado.

§ 3.º As penas serão accrescidas de um terço quando os crimes forem commettidos por funcionarios publicos.

CAPITULO XVI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 138. Em cada um dos municipios em que se dividirem os Estados haverá tres supplentes do substituto do juiz seccional e um ajudante do procurador da Republica.

Art. 139. O Governo Federal creará agencias de Correios nas sédes dos municipios que ainda não as tiverem, e providenciara, como fôr melhor, autorizada para isso a creação de cargos e despesas necessarias, sobre a guarda de papeis, livros e documentos a que esta lei se refere, na Secretaria do Interior, para que esta os faça distribuir com a precisa antecedencia pelas Delegacias fiscaes.

Art. 140. E' considerada constrangimento illegal, salvo o caso de flagrante delicto, a prisão ou detenção pessoal de membros das comissões de alistamento, das mesas eleitoraes, das juntas organizadoras das mesas, das de recursos e de apuração, desde que estejam constituidas até terminarem os respectivos trabalhos; bem assim a prisão ou detenção pessoal do eleitor, desde cinco dias antes, até cinco dias depois da eleição.

Art. 141. Depois de ultimado o primeiro alistamento, de accordo com esta lei, serão considerados insubsistentes os que tiverem sido anteriormente organizados, e nulos, para todos os effeitos, os titulos delles emanados.

Art. 142. As vagas que se derem no periodo da presente legislatura serão preenchidas de accordo com a legislação ora vigente.

Art. 143. Para as novas legislaturas, as mesas eleitoraes serão organizadas na forma dos arts. 60 e seguintes, pelas comissões que tiverem funcionado na ultima revisão do alistamento.

Art. 144. Fica o Governo autorizado a fazer, por conta da União, todas as despesas necessárias á execução desta lei, abrindo para isso o credito extraordinario que fór preciso.

Art. 145. Os requerimentos e documentos para fins electoraes serão isentos de sellos e de quaesquer direitos, sendo gratuito o reconhecimento de firmas, exceptuadas as certidões de que trata o art. 29.

Art. 146. O trabalho eleitoral prefere qualquer outro serviço publico, sendo considerado feriado o dia das eleições.

Art. 147. As Mesas da Camara e do Senado tem competência para se dirigirem aos governadores dos Estados e mais autoridades administrativas e judicias, federaes ou estaduais, solicitando qualquer informação ou documento referente a materia eleitoral.

Art. 148. As mesas electoraes tem competencia para lavrar auto de flagrante delicto contra o cidadão que votar ou tentar votar com titulo que lhe não pertença, e para apprehender o titulo suspeito; devendo livrar-se solto, independentemente de fiança, o delinquente, logo que estiver lavrado o auto, que será remettido, com as provas do crime, á autoridade competente.

Art. 149. Todos os livros destinados ao serviço eleitoral, de conformidade com o disposto na presente lei, serão assignalados com o carimbo das repartições que os expedirem.

Art. 150. O Governo organizará a divisão dos districtos electoraes, e a submeterá á approvação do Poder Legislativo, no primeiro mez da proxima sessão.

Paraphrasis unico. Os districtos serão designados por numeros ordinarios, e para sede de cada um será preferido o logar mais central e importante dello.

Art. 151. Fica o Governo autorizado a expedir as instruções necessárias á execução desta lei.

Art. 152. Ficam revogadas as leis ns. 35, de 26 de janeiro de 1892; 153, de 3 de agosto de 1893; 184, de 23 de setembro de 1893; 380, de 22 de agosto de 1896; 426, de 7 de dezembro de 1896, e mais disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1904, 10^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1270 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1904

Decreta o estado de sítio, até trinta dias, no território do Districto Federal e na comarca de Niteroy, no Estado do Rio de Janeiro, e autoriza o Poder Executivo a suspender o estado dentro do prazo marcado, desde que não necessite mais da medida excepcional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1.º Ficam declarados em estado de sítio, até trinta dias, o território do Districto Federal e a comarca de Niteroy, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º O Poder Executivo fica autorizado a suspender o estado de sítio dentro do prazo marcado, desde que não necessite mais da medida excepcional.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1271 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza a abertura ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas do credito extraordinario de 1:553\$770, para pagamento aos herdeiros de Gentil Homem de Oliveira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas o credito extraordinario de 1:553\$770, para pagamento aos herdeiros de Gentil Homem de Oliveira, dos ordenados que deixou de receber como telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, de 22 de março a 31 de dezembro de 1895 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1272 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 29:683\$167, em execução de sentença passada em julgado em favor do alferes da brigada policial Alfredo Nunes de Andrade.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 29:683\$167, em execução de sentença passada em julgado em favor do alferes da brigada policial Alfredo Nunes de Andrade ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1273 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1904

Concede ao Dr. Lucio de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Artigo unico. E' concedida ao Dr. Lucio de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal, licença por seis mezes, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1274 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Albino Alves Filho, procurador da Republica na secção de Minas Geraes, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Albino Alves Filho, procurador da Republica no Estado de Minas Geraes, um anno de licença, com o ordenado a que tiver direito, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1275 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 12:801\$870, para pagamento aos engenheiros Lucas Proença e José Antonio da Costa Junior, em virtude de sentença judicial.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 12:801\$870, em execução de sentença passada em julgado em favor dos engenheiros Lucas Proença e José Antonio da Costa Junior; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leuro Severiano Müller.

DECRETO N. 1276 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença com ordenado, em prerogação, ao conductor de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Antonio Toscano de Brito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao conductor de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Antonio Toscano de Brito, em prerogação áquella em cujo gozo se acha, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1277 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1,304:134\$094, supplementar ás rubricas 14ª, 15ª, 19ª, 25ª, 26ª e 27ª do actual organamento.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1,304:134\$094, supplementar ás rubricas 14ª, 15ª, 19ª, 25ª, 26ª e 27ª, do art. 7º da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903, sendo: 901:148\$324, para pessoal, e 13:094\$500, para material da rubrica 14ª; 46:059\$474, para material da rubrica 15ª; 3:825\$696, para pessoal da rubrica 19ª; 95:443\$700, para os navios e estabelecimentos de marinha da rubrica 25ª; 167:139\$144, para pessoal, 36:523\$706, para material da rubrica 26ª, e 40:000\$ para material da rubrica 27ª; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha,

DECRETO N. 1278 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 500:000\$, papel, para occorrer ás despesas com a execução do accordo provisório, concluido em 12 de julho de 1904, entre o Brazil e o Perú.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de quinhentos contos de réis (500:000\$000), papel, para occorrer ás despesas com a execução do accordo provisório, concluido em 12 de julho do corrente anno, entre os Governos do Brazil e do Perú; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1279 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 3^o escriptuario da Alfandega de Manaus Brígido Augusto Grana para tratamento de saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao 3^o escriptuario da Alfandega de Manaus Brígido Augusto Grana, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1280 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 14:313\$005, para occorrer ao pagamento devido a Lobo & Irmão, em virtude de sentença judicialia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 14:313\$005, em execução de sentença passada em julgado em favor de Lobo & Irmão; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1281 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 3^o escriptuario da Alfandega da Bahia Romualdo Justino Netto, para tratamento de saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.^o Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Romualdo Justino Netto, 3^o escriptuario da Alfandega da Bahia, licença, com ordenado, pelo prazo de um anno, para tratar de sua saude onde lho convier.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1282 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1904

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 30 de dezembro de 1904.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição, resolveu prorrogar novamente a actual sessão legislativa até ao dia 30 de dezembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 28 de novembro do 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1283 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. José Joaquim de Oliveira Fonseca, lente cathedratico da Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. José Joaquim de Oliveira Fonseca, lente cathedratico da Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1234 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 72:853\$600 para pagar á *Amazon Steam Navigation Company* a subvenção relativa aos mezes de novembro e dezembro de 1903.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 72:853\$600 para pagar á *Amazon Steam Navigation Company* a subvenção relativa aos mezes de novembro e dezembro de 1903, de accordo com o contracto celebrado em 22 de outubro de 1902; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Laura Severiano Müller.

DECRETO N. 1285 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir o credito de 42:480\$, para pagamento de diarias aos engenheiros fiscaes das estradas do ferro fiscalizadas pela União, excluidas as arrendadas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 42:480\$, para pagamento das diarias que competem aos engenheiros fiscaes das ferro-vias fiscalizadas pela União, excluidas as arrendadas.

Paraphrasis unico. O Presidente da Republica fará organizar a tabella das diarias como julgar mais conveniente ás necessidades do publico serviço e de modo a não exceder a importancia da despesa feita com a fiscalização á somma das contribuições pagas pelas empresas fiscalizadas, de accordo

com o disposto no n. XXXV do art. 17 da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1286 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder a Bento José da Silva, conductor de trem de 1.ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreto e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Bento José da Silva, conductor de trem de 1.ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, um anno de licença, com o respectivo ordenado, em prorrogação á que lhe foi concedida por decreto n. 1078, de 20 de outubro de 1903, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1287 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra um credito especial de 189\$500, para occorrer ao pagamento ao general de brigada Marciano de Magalhães, importancia de custas a que foi condemnada a União na causa por este intentada.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreto e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra um credito especial de 18-\$500, para occorrer ao pagamento ao general da brigada Marcellano de Magalhães, importancia das custas a que foi condemnada a União, na causa por este intentada para annullar os effeitos do decreto n. 3129, de 19 de junho de 1899; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 1288 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder, com o respectivo ordenado, um anno de licença ao chefe de secção da Directoria Geral de Estatistica João Cancio da Silva, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, com o respectivo ordenado, um anno de licença ao chefe de secção da Directoria Geral de Estatistica João Cancio da Silva, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Luiz Soceriano Müller.

DECRETO N. 1289 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza a abertura do credito de 20:440\$, para pagamento das diarias que competem aos engenheiros e auxiliares da *Rio de Janeiro City Improvements Company, limited.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de

20:440\$, para pagamento das diárias que competem aos engenheiros e auxiliares da *Rio de Janeiro City Improvements Company, limited*.

Paragrapho unico. O Presidente da Republica fará organizar a tabella das diarias como julgar mais conveniente ás necessidades do publico serviço.

A importancia da despesa com a fiscalização não poderá exceder da contribuição paga pela companhia, a que se refere esta lei, de accordo com o disposto no n. XXXVI do art. 17 da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1290 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a conceder mais um anno de licença ao alferes do 12º batalhão de infantaria do Exército Alfredo Romão dos Anjos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder mais um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saúde, ao alferes do 12º batalhão de infantaria do Exército Alfredo Romão dos Anjos ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argello.

DECRETO N. 1291 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Gastão Jeolás, sub-secretario do Instituto Nacional de Musica, um anno de licença, com o respectivo ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Gastão Jeolás, sub-secretario do Instituto Nacional de Musica, um anno de licença, com o respectivo ordenado, em prorrogação áquella em cujo gozo se acha para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1292 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1:761\$280 para pagamento da gratificação devida ao ex-secretario do Jardim Botânico, bacharel Joaquim Campos Porto.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1:761\$280 para pagamento da gratificação devida ao ex-secretario do Jardim Botânico, bacharel Joaquim Campos Porto, como director interino do mesmo Jardim, de 21 de março a 21 de agosto de 1897 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1293 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas o credito extraordinario de 28:170\$000.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas o credito extraordinario de 28:170\$, para pagamento das diarias que competem aos engenheiros fiscaes das estradas de ferro arrendadas pela União.

Paraphrase unico. O Presidente da Republica fará organizar a taquilla das diarias como julgar mais conveniente ás necessidades do publico serviço.

A importancia da despesa feita com a fiscalização não poderá exceder á somma das contribuições pagas pelos arrendatarios das estradas fiscalizadas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Lauro Severiano Müller.

DECRETO N. 1294 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 737\$633, para occorrer ao pagamento do ordenado devido ao ajudante de porteiro aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, José Alfredo de Carvalho.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 737\$633, para occorrer ao pagamento do ordenado devido ao ajudante de porteiro aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Pernambuco José Alfredo de Carvalho, de 19 de janeiro

de 1899 a 10 de abril de 1900; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 1295 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 9:445\$160, para occorrer ao pagamento de ordenados que competem ao secretario aposentado do extincto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, bacharel José Francisco Ribeiro Machado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 9:445\$160, para occorrer ao pagamento dos ordenados que competem ao secretario aposentado do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, bacharel José Francisco Ribeiro Machado, de 13 de janeiro de 1899 a 25 de dezembro de 1902; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 1296 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Poder Executivo a encomendar os navios que menciona, a mandar concluir a construção dos monitores de rio *Pernambuco e Maranhão*, e determina o modo por que deve ser realizada a respectiva despesa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.^o Fica o Presidente da Republica autorizado :

a) a encomendar á industria pelo Ministerio da Marinha os navios seguintes :

Tres couraçados de 12.500 a 13.000 toneladas de deslocamento ;

Tres cruzadores couraçados de 9.200 a 9.700 toneladas ;

Seis caça-torpedeiras de 400 toneladas ;

Seis torpedeiras de 130 toneladas ;

Seis torpedeiras de 50 toneladas ;

Tres submarinos ;

Um transporte para carregar 6.000 toneladas de carvão ;

Um navio escola, com deslocamento não excedente de 3.000 toneladas ;

b) a mandar concluir, com a possível brevidade, a construção dos monitores de rio *Pernambuco* e *Maranhão*.

Art. 2.º As despesas para a execução desta lei serão providas com os recursos orçamentarios de cada exercicio.

Art. 3.º As quantias não applicadas serão levadas ao exercicio seguinte, conservando o seu destino primitivo, sendo os respectivos contractos effectuados á proporção que forem executados os de cada triennio.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Noronha.

DECRETO N. 1297 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1904

Proroga o estado de sítio, por trinta dias, no territorio do Districto Federal e na comarca de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1.º O estado de sítio decretado pela lei n. 1270, de 16 de novembro do anno corrente, para esta Capital e a comarca de Nitheroy, é prorogado por 30 dias.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1298 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 554\$351, para o pagamento devido, em virtude de sentença, ao Dr. Raul de Souza Martins, juiz federal no Estado do Espirito Santo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraradinario de 554\$351, para pagamento ao Dr. Raul de Souza Martins, juiz federal no Estado do Espirito Santo, do que lhe é devido, em virtude de sentença, sendo 350\$311 do principal e 195\$040 de custas.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1299 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1904

Torna extensivo aos professores e repetidores dos Institutos Benjamin Constant e Nacional de Surdos-Mudos o acrescimo de vencimentos que tiveram os lentes do Gymnasio Nacional pelos decretos ns. 1075, de 22 de novembro de 1890, e 2194, de 28 de dezembro de 1892.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.^o Fica extensivo, da data desta lei em deante, aos professores e repetidores dos Institutos Benjamin Constant e Nacional de Surdos-Mudos o acrescimo de vencimentos que tiveram os lentes do Gymnasio Nacional pelos decretos n. 1075, de 22 de novembro de 1890, e n. 1194, de 23 de dezembro de 1892, de accordo com o disposto no art. 210 do regulamento anexo ao decreto de 17 de maio de 1890 e art. 7.^o da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, fazendo o Governo para esse fim a necessaria operação de credito.

Paragrapho unico. A dictante-copista do Instituto Benjamin Constant terá o mesmo acrescimo de vencimentos que tiverem os repetidores.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1300 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1904

Concede ao substituto do juiz federal na secção do Maranhão, bacharel Felipe Rodrigues de Azevedo, oito mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. São concedidos ao Dr. Felipe Rodrigues de Azevedo, juiz substituto federal na secção do Maranhão, oito mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1904, 16º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1301 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica Dr. Arthur de Miranda Pacheco um anno de licença com ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica Dr. Arthur de Miranda Pacheco um anno de licença,

com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1292 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao medico do Hospital de S. Sebastião, Dr. José Lopes da Silva Junior, um anno de licença com o respectivo ordenado, em prerogação da que lhe foi concedida pelo decreto n. 1084, de 24 de outubro de 1903.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao medico do Hospital de S. Sebastião, Dr. José Lopes da Silva Junior, mais um anno de licença, com o respectivo ordenado, em prerogação da que lhe foi concedida pelo decreto n. 1084, de 24 de outubro de 1903; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1293 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viacao e Obras Publicas o credito extraordinario de 7:200\$834 para pagamento a Arthur Ballo, funcionario da Repartição Geral dos Telegraphos, de vencimentos dos exercicios de 1903 e 1904.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viacao e Obras Publicas o

credito extraordinario de 7:263\$874, para realizar o pagamento do que é devido a Arthur Bello, funcionario da Repartição Geral dos Telegraphos, importancia de vencimentos dos exercicios de 1898 e 1899; para isso fará as necessarias operações de credito.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1904. 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo Succinno Müller.

DECRETO N. 1301 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:178\$567, para pagamento do ordenado devido ao mestre de musica aposentado da extincta companhia de aprendizes artífices do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, Lourenço Francisco da Cunha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:178\$567, para pagamento do ordenado devido ao mestre de musica aposentado da extincta companhia de aprendizes artífices do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, Lourenço Francisco da Cunha, no periodo decorrido daquelle extincção á data de sua aposentadoria; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Francisco de Paula Argollo.

DECRETO N. 1305 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza a abertura ao Ministério da Marinha do credito extraordinario de 1:397,006, para o pagamento da differença de vencimentos que deixou de receber o operario Ernesto Luciano Martins.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1:397,006, para pagamento ao operario serralheiro lampista Ernesto Luciano Martins, da differença de vencimentos que deixou de receber em virtude do decreto n. 3234, de 17 de março de 1899 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Julio Cesar de Nacento.

DECRETO N. 1306 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1904

Fixa o numero, classes e vencimentos do pessoal do Laboratorio Nacional de Analyses da Alfandega do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.^o O numero, classes e vencimentos dos empregados do Laboratorio Nacional de Analyses da Alfandega do Rio de Janeiro serão os constantes da tabella annexa a esta lei.

Art. 2.^o Na insufficiencia da verba votada para o serviço do Laboratorio Nacional de Analyses da Alfandega do Rio de Janeiro, o Governo abrirá o preciso credito para a execução desta lei.

Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

TADELLA DO NÚMERO, CLASSES E VENCIMENTOS DOS EMPREGADOS
DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ANALYSES DA ALFANDEGA DO
RIO DE JANEIRO

Pessoal	Ordenado	Quotas	Total
1 Director.....	8:000\$00	41	8:000\$000
2 Technicos de 1ª classe.....	4:800\$000	25	19:200\$000
3 Titos de 2ª classe.....	4:000\$000	21	24:000\$000
4 Titos auxiliares.....	3:000\$000	14	9:000\$000
5 Escrivão.....	4:000\$000	20	4:000\$000
6 Contador.....	2:000\$000	12	2:000\$000
7 auxiliares de escripta.....	1:000\$000	8	6:000\$000
8 Conservador portófolo.....	2:000\$000	13	2:000\$000
9 Quotas na razão de 25 % sobre o ordenado máximo de 14:000\$000.....			40:000\$000
Para o salário de 4 serventes.....			116:200\$000
Material :			4:900\$000
Livros, jornais scientificos, objectos de expe- rimento, talões e publicações.....			5:500\$000
Aquisição de reactivos e de instrumentos e con- servação destes.....			8:000\$000
Gastos de luz.....			1:500\$000
Despesas extraordinarias e eventuales, inclusive aluguel do edificio.....			1:000\$000
Para aquisição de mesas de trabalhos chimicos, sanitários e nova canalização de gaz e agua....			6:000\$000
			143:100\$000

Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 1911.— *Leilão de*
.....

DECRETO N. 1307 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1904

Permite aos estudantes que já tiverem obtido, pelo menos, uma aprovação em qualquer preparatório dos exigidos para a matrícula nos cursos superiores da Republica concluir o curso iniciado pelo systema de exames parcellados, e de outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Aos estudantes que já tiverem, na data desta lei, obtido, pelo menos, uma aprovação em qualquer preparatório dos que se exigem para a matrícula nos cursos superiores da Republica permite-se concluir o curso iniciado pelo systema de exames parcellados, observadas as disposições do regulamento não revogadas por esta lei.

Art. 2.º O prazo para o exercicio desta faculdade, de que trata o artigo antecedente, é de quatro annos.

Art. 3.º No Districto Federal, as commissões examinadoras serão nomeadas pelo director do Externato do Gymnasio Nacional dentre os lentes dessa estabelecimento e do internato.

Nos Estados serão taes commissões organizadas pelas congregações dos institutos officiaes e equiparados ao Gymnasio Nacional com os lentes dos mesmos institutos.

Art. 4.º Na falta ou impedimento dos membros do corpo docente de quizesquer dos institutos a que se refere o artigo anterior, serão convidadas pessoas de reconhecida idoneidade e notoria competencia.

Paragrapho unico. Não poderão fazer parte das mesas examinadoras os directores de collegios particulares, equiparados ou não.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1904, 16 da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1308 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1904

Approva a Convenção Sanitaria Internacional, concluída em Paris aos 3 de dezembro de 1903.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica approvada a Convenção Sanitaria Internacional concluída em Paris aos 3 de dezembro de 1903.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1904, 10ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1309 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 100:000\$, ouro, destinados ás despesas com uma Missão Especial á Colombia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 100:000\$, ouro, destinados ás despesas com uma Missão Especial á Colombia ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1904, 10ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1310 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1904

Approva o tratado de limites entre as Republicas do Brazil e do Ecuador, concluido em 6 de maio de 1904.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica approvedo o tratado de limites, concluido em 6 de maio de 1904, na cidade do Rio de Janeiro, entre as Republicas do Brazil e do Ecuador.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1311 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1904

Approva o tratado de commercio e amizade entre o Brazil e a Persia, de 16 de junho de 1903.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' approvedo o tratado de commercio e amizade entre a Republica dos Estados Unidos do Brazil e o Imperio da Persia, concluido nesta Capital em 16 de junho de 1903; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Rio-Branco.

LEI N. 1312 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1904

Approva o projecto de convenção para a repressão do trafico de mulheres brancas, formulado pela Conferencia Internacional reunida em Pariz a 15 de julho de 1902, e o projecto de Arranjo destinado a garantir a execução da convenção referida.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º É approvado o projecto de convenção para a repressão do trafico de mulheres brancas, formulado pela Conferencia Internacional reunida em Pariz a 15 de julho de 1902, e com elle o projecto de Arranjo destinado a garantir a execução da convenção referida.

ALL. 2.º R.º Vozes e seus disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1904, 16.ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Rio-Branco.

LEI N. 1313 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1904

Orga a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1905, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º A Receita Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil é orçada em 48.294:840\$889, ouro, e 263.343:000\$, papel, e será realizada com o producto do que fôr arrecadado dentro do exercicio da presente lei, sob os seguintes titulos :

ORDINARIA

IMPORTAÇÃO

	Ouro	Papel
1. Direitos de importação para consumo, de accordo com a tarifa expedida pelo decreto n. 3617, de 19 de março de 1902, observadas as modifica-		

	Ouro	Papel
ções introduzidas pela lei n. 1141, de 30 de dezembro de 1903, elevadas: de mais 10 réis a taxa por kilo de xarquo (classe 4 ^a , n. 52 das Tarifas); para 80 réis a taxa por kilo de batatas e para 300 réis a taxa por kilo de cebolas (classe 8 ^a , ns. 106 e 109 das Tarifas)..	33.600:000\$000	126.600:000\$000
2. 2 %, ouro, sómenta sobre cs ns. 93 e 95 (cevada em grão), 96, 97, 98, 100 e 101 da classe 7 ^a das Tarifas (cercacs), cobrados em toda a Republica sobre o valor official da mercadoria, como presentemente, na vigencia da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903; elevado para 120 réis o imposto sobre o arroz, modificada a razão relativa a esse artigo de 10 a 15 %.....	250:000\$000	
3. Expediente de generos livres de direitos de consumo.....		1.800:000\$000
4. Dito de capatazias.....		1.400:000\$000
5. Armazenagem.....		3.200:000\$000
6. Taxa de estatística.....		280:000\$000

ENTRADA, SAHIDA E ESTADIA
DE NAVIOS

7. Imposto de pharões.....	290:000\$000	
8. Dito de docas.....	110:000\$000	10:000\$000

ADDITIONAIS

9. 10 % sobre o expediente dos generos livres de direitos..		180:000\$000
---	--	--------------

EXPORTAÇÃO

10. Direitos de exportação do territorio do Acre, sendo cobrados sobre a borracha 18 % <i>ad valorem</i> ¹		6.000:000\$000
---	--	----------------

¹ Vide art. 14 desta lei.

INTERIOR

	Ouro	Papel
11. Roda da Estrada de Ferro Central do Brazil.....		34.000:00\$000
12. Dita do Correio Geral.....		6.700:000\$000
13. Dita dos Telegraphos.....	350:000\$000	5.600:000\$000
14. Dita da fazenda de Santa Cruz e outras.....		70:000\$000
15. Dita da Casa de Correção....		7:00 \$000
16. Dita da Imprensa Nacional e <i>Diário Official</i>		350:000\$000
17. Dita do Laboratorio Nacional de Analyses.....		200:000\$000
18. Dita dos Arsenaes.....		10:000\$000
19. Dita da Casa da Moeda.....		10:000\$000
20. Dita do Gymnasio Nacional.....		70:000\$000
21. Dita dos Institutos dos Sordos-Mudos e dos Meninos Cegos.....		20:000\$000
22. Dita do Instituto Nacional de Musica.....		10:000\$000
23. Dita das matriculas nos estabelecimentos de instrução superior.....		300:000\$000
24. Dita da Assistencia a Alienados.....		100:000\$000
25. Dita arrecadada nos Consulados.....	900:000\$000	
26. Dita de proprios nacionaes....		130:00\$000
27. Dita da Estrada de Ferro do Rio do Ouro.....		200:000\$000
28. Imposto de sellos.....	4:000\$000	13.000:000\$000
29. Dito de transporte.....		4.200:000\$000
30. Dita de 3 1/2 % sobre o capital das loterias federaes e 5 % sobre as estadoaes....		1.500:000\$000
31. Dito sobre subsidios e vencimentos, exceptuados os dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do Supremo Tribunal Militar e os dos juizes federaes, effectivos e aposentados.....	40:000\$000	3.300:000\$000
32. Dito sobre o consumo de agua.....		2.600:000\$000
33. Dito de 2 1/2 % sobre os dividendos dos titulos de bancos, companhias ou sociedades anonymas.....		1.500:000\$000
34. Dito sobre casas de <i>sport</i> de qualquer especie, na Capital Federal.....		10:000\$000

	Ouro	Papel
35. Imposto sobre annuncios em cartazes, manuscriptos ou impressos, affixados nos lugares publicos ou distribuidos em avulsos.....		1:000\$000
36. Contribuição das companhias ou empresas de estradas de ferro e outras.....	100:636\$067	1.270:000\$000
37. Fôros de terrenos de marinha.....		30:000\$000
38. Laurems.....		70:000\$000
39. Premios de depositos publicos.....		30:000\$000
40. Taxa judiciaria.....		130:000\$000
41. Dita de aterição de hydro-metros.....		1:000\$000

CONSUMO

42. Taxa sobre o fumo, ficando reduzida a uma só — \$800 a relativa ao fumo picado, destilado e migado, de produção nacional, seja qual for a qualidade.....		5.000:000\$000
43. Dita sobre bebidas, observadas as modificações do artigo 11.....		4.500:000\$000
44. Dita sobre phosphores.....		6.500:000\$000
45. Dita sobre o chlorureto de sodio de qualquer procedencia, reduzida a \$920 a taxa fixada pela lei n. 641, de 14 de novembro de 1899, para o typo commun ou grosso*, começando de 15 de janeiro de 1905 em diante a cobrança do augmento de cinco réis sobre a taxa votada para o exercicio de 1904.....		3.700:000\$000
46. Taxa sobre calçado.....		1.100:000\$000
47. Dita sobre velas.....		320:000\$000
48. Dita sobre perfumarias.....		380:000\$000
49. Dita sobre especialidades pharmaceuticas.....		550:000\$000

* 30 réis.

* 15 réis.

	Ouro	Papel
50. Taxa sobre vinagre.....	160:000\$000
51. Dita sobre conservas.....	1.000:000\$000
52. Dita sobre cartas de jogar...	200:000\$000
53. Dita sobre chapéus.....	1.000:000\$000
54. Dita sobre bengalas.....	30:000\$000
55. Dita sobre tecidos.....	8.400:000\$000
56. Dita sobre vinho estrangeiro engarrafado até 14º de alcohol absoluto, 50 réis por garrafa; acima de 14º, 100 réis....	600:000\$000

EXTRAORDINARIA

57. Montepio da Marinha.....	400\$000	120:000\$000
58. Dito militar.....	100\$000	250:000\$000
59. Dito dos empregados publicos	8:000\$000	670:000\$000
60. Indemnizações.....	4:000\$000	600:000\$000
61. Juros de capitães nacionaes..	500:000\$000	200:000\$000
62. Ditos dos titulos das Estradas de Ferro da Bahia e de Per- nambuco.....	1:614\$222	
63. Remanescentes dos premios de bilhotes de loterias.....	26:000\$000
64. Imposto de transmissão de propriedade, no Districto Federal.....	2.000:000\$000
65. Dito de industrias e profissões, no Districto Federal.....	2.600:000\$000
66. Productos do arrendamento das arcas monaziticas.....	360:000\$000

RENTA COM APLICAÇÃO ESPECIAL

Fundo de resgate do papel-
moeda :

67.	1.º Renda em papel prove- niente de arrenda- mento das estradas de ferro da União.....	350:000\$000
	2.º Productos da cobrança da divida activa da União. em papel.....	600:000\$000
	3.º Todas e quaesquer rendas eventuaes percebidas em papel.....	2.000:000\$000
	4.º Os saldos que forem apu- rados no orçamento..	\$

	Ouro	Papel
Fundo de garantia do papel-moeda:		
1.º Quota de 5 %/, ouro, sobre todos os direitos de importação para consumo.....	8.400:000\$000	
2.º Cobrança da dívida activa, em ouro.....	100\$000	
3.º Os saldos das taxas arrecadadas em ouro, deduzidos os serviços que, nesta especie, o Thesouro é obrigado a custear.....	\$
4.º Producto integral do arrendamento das estradas de ferro da União, que tiver sido em lbr estipulado em ouro.....	110:000\$000	
5.º Tolas e quaesquer rendas-aventuras, em ouro.....	10:00\$000	
68. Fundo para a caixa do resgate das apolices das estradas de ferro encampadas: Arrendamento das mesmas estradas de ferro.....	100:000\$000	1.658:000\$000
Fundo de amortização dos empréstimos internos:		
1.º Receita proveniente da venda de generos e de proprios nacionaes.....	150:000\$000
70. Depósitos:		
2.º Saldo em excesso entre o recebimento e as restituições.....	5.000:000\$000
71. Fundo destinado ás obras de melhoramentos dos portos, executadas á custa da União:		
Rio de Janeiro.....	3.000:000\$000	500:000\$000
Maranhão.....	150:000\$000
Fortaleza.....	200:000\$000
Natal.....	130:000\$000
Parahyba.....	100:000\$000
Paranaguá.....	100:000\$000
Recife.....	800:000\$000

	Ouro	Papel
Maceió (Jaraguá).....	100:000\$000
Florianópolis.....	150:000\$000
Rio Grande do Sul.....	150:000\$000	800:000\$000

Art. 2.^o E' o Presidente da Republica autorizado:

I. A emitir como anticipação da receita, no exercicio desta lei, bilhetes do Thesouro até a somma de 25.000:000\$, que serão resgatados até o fim do mesmo exercicio.

II. A receber e restituir, de conformidade com o disposto no art. 41 da lei n. 628, de 17 de setembro de 1851¹, os dinheiros provenientes dos cofres dos orphãos, de bens de defuntos e ausentes e do evento, de premios de loterias, de depositos das caixas economicas e montes de soccorro e dos depositos de outras origens. Os saldos que resultarem do encontro das entradas com as sahidas poderão ser applicados ás amortizações dos empréstimos internos ou os excessos das restituções serão levados ao balanço do exercicio.

III. A cobrar do imposto de importação para o consumo 25 % em ouro, sendo 5 % para o fundo de garantia e 75 % papel.

IV. A cobrar para o fundo destinado ás obras de melhoramentos dos portos executadas á custa da União:

1.^o, a taxa até 2 % ouro, sobre o valor official da importação do porto do Rio de Janeiro e das alfandegas do Rio Grande do Sul, exceptuadas as mercadorias de que trata o n. 2 do art. 1.^o;

2.^o, a taxa de um a cinco réis por kilogramma de mercadoria que fór carregada ou descarregada, segundo seu valor, destino ou procedencia dos outros portos.

Paragrapho unico. Para accelerar a execução das obras referidas poderá o Presidente da Republica aceitar donativos ou mesmo auxilios a titulo oneroso, offerecidos pelos Estados, municipios ou associações interessadas no melhoramento, com tanto que os encargos resultantes de taes auxilios não excedam ao producto da taxa indicada.

V. A prorogar até 9 horas da noite a visita de entrada aos vapores de linha regular.

Os empregados incumbidos das visitas, tanto aduaneiras, como de policia e saúde, são obrigados a executar esse serviço independentemente de maior remuneração; podendo, entretanto, o Ministro da Fazenda arbitrar-lhes uma gratificação por esse acrescimo de

¹ Art. 41 da lei n. 628, de 17 de setembro de 1851: « Não obstante a disposição do artigo antecedente, serão comprehendidas nos orçamentos as referidas rubricas com a avaliação da renda que poderem produzir, mas em capitulo especial, debaixo do titulo — Depositos diversos. Da mesmo fórma serão contempladas nos balanços com sua despesa propria; e o saldo que houver sido empregado na despesa geral do Estado será representado entre as mais rendas debaixo do titulo unico e especial — Receita de Depositos. — Si os pagamentos reclamados durante um exercicio excederem ás entradas, o excesso será pago com a renda ordinaria e contemplado na respectiva rubrica do balanço. »

serviço, a qual será paga pelas companhias proprietarias dos vapores que gozarem deste favor.

VI. A prorogar ou alterar, de accordo com os interessados, o regimen instituido para o Banco da Republica do Brazil pela lei n. 689, de 20 de setembro de 1900⁵, podendo transigir e submittendo posteriormente o acto respectivo á approvação do Congresso Nacional.

VII. A adoptar o papel sellado na arrecadação do imposto do sello do papel.

VIII. A arrendar os campos da fazenda de Santa Cruz.

IX. A entrar em accordo com os governos dos Estados, quando julgar conveniente, a fim de transferir-lhes a verba do art. 1.º, n. 71, para conservação e melhoramentos de ancoradouros e portos, desde que se obriguem e possam realizar os serviços respectivos.

X. A conceder favores, inclusive premios, ao sal nacional beneficiado, que, submittido á analyse chimica, depois de dessecado a 100°, no seu estado natural de divisão, contiver, no maximo, dois millesimos de chlorureto de magnesio anhydry e no minimo 98 % de chlorureto de sodio, abrindo para esse fim os necessarios creditos.

XI. A conceder franquia postal ás revistas de character agricola, industrial e commercial, publicadas pelos governos dos Estados ou do Districto Federal, uma vez que tenham distribuição gratuita, assim como á correspondencia, publicações e sementes distribuidas pela Sociedade Nacional de Agricultura e pelas sociedades congeneres estaduais, e bem assim para os boletins officiaes dos Estados, destinados á propaganda agricola.

XII. A conceder isenção de direitos aduaneiros:

1.º, aos instrumentos de lavoura e machinismos destinados ao fabrico e beneficio de productos agricolas, assim como aosapparelhos para fabrico de lacticinios, directamente importados pelos agricultores ou respectivas emprezas, sendo a taxa do expediente paga nos termos do final do art. 5.º da tarifa vigente⁶;

2.º, ás drogas e utensilios que forem importados para uso das associações ou ligas contra a tuberculose;

3.º, ás sementes e exemplares de plantas vivas, do reproductores finos de gado vaccum, cavallar, mular, lanigero e suino;

4.º, aos ovulos do bicho da seda.

XIII. A reformar a tabella dos emolumentos consulares approvada pelo decreto n. 2.832, de 11 de março de 1898.

⁵ Lei n. 689, de 20 de setembro de 1900—Autoriza o Governo a recolher em conta corrente ao Banco da Republica do Brazil até a somma de 1.000.000 esterlino, e dá outras providencias.

⁶ Art. 5.º da Tarifa vigente: «As mercadorias comprehendidas nas disposições dos §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 30, 31, 32, 34 e 35 do art. 2.º, além da isenção dos direitos de consumo ahí estabelecida, se concederá tambem isenção do expediente de 10 %, de que trata o art. 360 da Consolidação das Leis das Alfandegas.

As mercadorias, de que trata o § 36 do art. 2.º pagarão sómente uma taxa de expediente de 5 % do seu valor official.»

XIV. A admitter a matricula as concessões de isenção de direitos feitas à *The Amazon Steam Navigation Company, Limited*, e à Companhia das Águas de S. Luiz do Maranhão, pelo decreto n. 4.593, de 13 de outubro de 1902⁷, clausula 23^a, e lei n. 721, de 4 de dezembro de 1909⁸, e também a restituir às mesmas companhias os direitos que por falta da referida formalidade tenham porventura pago pelo material importado para os seus serviços.

Art. 3.^o Fica isento de direitos, à requisição dos governos dos Estados, dos municípios e do Districto Federal, o material importado para ser applicado pelos mesmos em suas obras, feitas por administração ou contracto, e que tenham por fim: o saneamento, embelezamento, abastecimento de agua, rões de esgoto, calçamento, inclusive britadores, motores respectivos e rolos ou compressores para macadamização, melhoramento e conservação de barragens e portos, construção de fornos para incineração do lixo, dentes, iluminação, estradas de ferro e viação electrica, inclusive o que se destinar ao desenvolvimento de forças para estes fins. Outrossim, e pela mesma forma, é isento o material destinado a laboratorios de analyses e ao desenvolvimento da instrucção ministrada directamente por aquelles governos.

Art. 4.^o Fica isento de direitos o material importado para construção de engenhos contraes, assim como para construção e prolongamento de estradas de ferro e obras de portos, quer executadas directamente pelo Presidente da Republica, quer por concessão a particulares, pagando 1% de emolumentos os artigos cuja taxa não for inferior a esta.

Art. 5.^o Ficam isentas do imposto de importação e pagaria o expediente de 5% as folhas estampadas para fabricação de latas para manteiga ou banha, quando directamente importadas pelos produtores destes artigos.

Art. 6.^o Continúa em vigor a disposição contida no art. 27, n. IX, da lei n. 1.111, de 30 de dezembro de 1903⁹, que isenta de

⁷ Decreto n. 4.593, de 13 de outubro de 1902 — Autoriza a importação do contracto com a *The Amazon Steam Navigation Company, Limited*, para a navegação a vapor nos rios Amazonas e outros, nas Estados do Amazonas e Pará.

⁸ Lei n. 721, de 4 de dezembro de 1909 — Isenta de direitos o material importado pela « Companhia das Águas de S. Luiz do Maranhão » para o abastecimento de agua à mesma cidade.

⁹ Art. 29 da lei n. 1.111, de 30 de dezembro de 1903: « E' o Governo autorizado a: »

IX. A conceder isenção de direitos de importação e expediente aos cataventos, pões tubulares, bombas, encanamentos e mais accesorios destinados ao abastecimento de agua nos diversos municípios do Estado do Ceará e nos que forem flagellados pela seca, e que forem importados pelas respectivas Camaras com o fim de entregal-os á servidão publico. Igual favor será concedido á pessoa que os importar por sua conta e para seu uso nos referidos Estados.

A dispensa dos direitos, nesses casos, será solicitada ao Ministro da Fazenda pelos intendentes municipaes.

direitos de importação e expediente os materiaes necessarios ao abastecimento de agua nos municipios do Ceará e outros Estados flagellados pelas secas.

Art. 7.º Aos individuos ou empresas, que se propuzerem a realizar a cultura nacional e economica do café, cacão, fumo, algodão e fibras textis, animaes e vegetaes, e proceder ao seu beneficiamento em installações centraes, convenientemente montadas, o Presidente da Republica concederá isenção de direitos para o material destinado aos estabelecimentos respectivos.

Com o intuito de impulsionar a cultura nacional, o Presidente da Republica promoverá junto ás estradas de ferro federaes e ás companhias de navegação subvencionadas ou de qualquer outra forma auxiliadas pelo Estado, uma redução razoavel nas tarifas de transporte para os productos beneficiados nesses estabelecimentos.

§ 1.º Si os estabelecimentos forem fundados por syndicatos agricolas, organizados de accordo com a lei de 6 de janeiro de 1903 ¹⁰, os materiaes pagarão 5 % *ad valorem*, independentemente de despacho do Ministro da Fazenda, na forma das leis alfandegarias.

§ 2.º Só gozarão das vantagens estatuidas no presente artigo as installações centraes e os productos nella beneficiados, quando os governos locais dos Estados ou do Districto Federal, onde forem estabelecidas, lhes concederem tambem favores.

Art. 8.º Além dos machinismos, apparelhos e objectos constantes do art. 3.º das Preliminares da Tarifa ¹¹, quando os que abaixo vão discriminados forem importados por syndicatos agricolas, organizados de conformidade com a lei n. 979, de 6 de janeiro de 1903 ¹², pagarão sómente 5 % *ad valorem* de impostos de importação :

¹⁰ Decreto n. 979, de 6 de janeiro de 1903, publicado no *Diário Official* de 8 do mesmo mez e anno — Faculta aos profissionais da agricultura e industrias rurais a organização de syndicatos para defesa de seus interesses. (Este decreto acha-se transcripto á nota n. 3 apposta á lei n. 1.114 de 1903.)

¹¹ Art. 3.º das Preliminares da Tarifa: « Aos objectos, de que tratam os §§ 12 a 15 (§ 12. Roupa ou futo usado dos passageiros, instrumentos, objectos ou artigos de seu serviço diario ou profissão; § 13. Roupa ou futo usado dos capitães e das pessoas das tripulações dos navios; os instrumentos nauticos, livros, cartas, mappas e utensilios proprios de seu uso e profissão, quer os conservem a bordo, quer os retirem ou levem consigo quando deixarem os navios em que serviam; § 14. Os livros mercantis escripturados, e quaesquer manuscritos; os retratos de familia; os livros de uso dos passageiros, comtanto que não haja mais de um exemplar de cada obra: os desenhos e esboços, acabados e por acabar, pertencentes a artistas que vierem residir na Republica, e, em geral, os utensilios e objectos usados, necessarios para o exercicio de sua arte ou profissão; § 15. Os bahús, malas e saccos de viagem usados, pertencentes ás bagagens dos passageiros e tripulação dos navios, e necessarios para uso pessoal e diario durante a viagem), se poderá conceder isenção de direitos, ainda quando não acompanharem os passageiros e pessoas da tripulação dos navios da mesma embarcação.»

¹² Decreto n. 979, de 6 de janeiro de 1903 — Vide nota n. 10 a esta lei.

1.^o, locomoveis agrícolas; 2.^o, válvulas de borracha para bombas de ar e para outras machinas de qualquer fórma ou feitio; 3.^o, telas de arame de cobre ou latão, cones de papelão ou couro para turbinas e peças componentes de baterias de diffusão; 4.^o, escovas de arame, ferro ou latão, ou raspadeiras para limpeza de tubos; 5.^o, manómetros para indicar pressão de vapor e de vacuo, indicadores de temperatura; 6.^o, tubos de cobre, ferro ou latão para caldeiras e paraapparelhos de concentração e evaporação; 7.^o, moinhos para quebrar e pulverizar asseccao; 8.^o, crivos e seus supports, e travessões para torralhas; 9.^o, facas, moendas e engranagens com os seus accessorios; 10.^o, apparelhos de movimento ou transmissão comprehendendo polias, eixos, manoes, luvas, chavetas, aneis e collares de suspensão; 11.^o, trilhoes, com todos os seus accessorios, grampos, chapas de junção, pátentes, desvios, contra-trilhoes, cruzamentos ou cornéis, agulhas para o desvio e apparelhos de manobralhas; 12.^o, locomotivas e vagões com os seus accessorios; 13.^o, alambiques e columnas destillatorias com seus troços-ornas; 14.^o, fórmas passadeiras, crystallizadores para purgar e refinar asseccao e especial para fabricação, 15.^o, bombas de ferro ou outro metal para qualquer liquido ou massas ou abastecimento de agua quente ou fria; 16.^o, vidros e tubos de vidro para apparelhos de evaporação e concentração, para indicadores de nível de agua ou outro liquido dentro dos apparelhos ou caldeiras; 17.^o, arame farpado e ovalado das seguintes dimensões: — 18x16 e 19x17, inclusive molções de ferro ou aço para cercas, e os respectivos alçabadores; 18.^o, os desmeturantes e carburantes do alcool; 19.^o, os tonéis de ferro, estanhados, para o transporte de alcool, e os apparelhos destinados de applicções industriais do alcool.

4.^o Provas que o syndicato, prevalecendo-se do favor da lei, importou os objectos mencionados com a redução do imposto para vendidos ou cedidos a pessoa estranha á associação, será imposta a multa de 2x aos importadores, sendo pelo pagamento responsaveis solidariamente os desccitados.

5.^o No caso de reincidencia, a multa será do dobro e o syndicato será dissolvido por acção da administração publica.

Art. 5.^o Na concessão das isenções de direitos de importação permittidas pela presente lei serão sempre respeitadas as disposições do decreto n. 947 A, de 4 de novembro de 1890¹³, podendo as companhias ou empresas que gozarem desse favor requerer a matricula durante a vigencia das respectivas concessões.

Art. 10. A disposição do art. 2.^o, § 9.^o, das Preliminares da Tarifa¹⁴ será observada de accordo com o seguinte additamento:

« Nesta disposição não se comprehendem os artigos de produção nacional que houverem servido de envoltorio aos productos exportados do paiz.»

¹³ Decreto n. 947 A, de 4 de novembro de 1890 -- Regula e fiscaliza as concessões de isenção de direitos de importação ou consumo.

¹⁴ Art. 2.^o das Preliminares da Tarifa: « Será concedida isenção de direitos de consumo, mediante as cautelas fiscaes que o inspector da Alfau-

Art. 11. As taxas sobre bebidas constantes do art. 12, § 2º, do decreto n. 3.622, de 26 de março de 1900, e art. 1º, n. 42, da lei n. 1.141, de 30 de dezembro de 1903, ficam modificadas pela seguinte forma :

Bebidas constantes do n. 130 da classe 9 da Tarifa, a saber : licções communs ou doces de qualquer qualidade, para uso de mesa ou não, como as de limão, laranja, cachaça, laranja e semelhantes : a americana, o urdo, herba doce, hesperidina, kummel e outras que se lhes assemelhem, exceptuados apenas os licções medicinaes classificados no n. 227 da mesma Tarifa :

Por litro.....	\$300
Por garrafa.....	\$200
Por meia garrafa.....	\$100

Bebidas constantes do n. 131, da classe 9 da Tarifa, a saber : absyntho, aguardente de França, do Jamaica, do Reino ou do Ruem, brandy, cegaae, branjinha, eucalypsinho, gonebra, kirsch, rhum, whisky e outras semelhantes ou que lhes possam ser assemelhadas, excepto o aguardente e o alcohol fabricados no paiz :

Por litro.....	\$200
Por garrafa.....	\$200
Por meia garrafa.....	\$100

Art. 12. Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1905 o prazo de que trata o art. 20 da lei n. 1.141, de 30 de dezembro de 1903 ^{1º}.

Art. 13. Os fabricantes, negociantes e mercadores ambulantes de mercadorias sujeitas a imposto de consumo deverão registar annualmente, até 31 de março, nas estações fiscaes competentes, não só os estabelecimentos que tiverem, como os nomes dos individuos que empregarem na venda ambulante, ficando nesta parte alterado o art. 4º da lei n. 611, de 14 de novembro de 1899 ^{2º}.

dega ou administrador da Mesa de Rendas julgar necessarias, ás seguintes mercadorias e objectos :

§ 3.º As mercadorias da producção e industria nacional ou nacionalizadas pelo pagamento dos direitos, que, tendo sido exportadas, regressarem á Republica em qualquer embarcação, comtanto que taes mercadorias : 1º, sejam distinguiveis ou possam ser differenciadas de outras semelhantes de origem estrangeira ; 2º, regressem dentro de um anno, contado da data de sua saída do porto nacional ; 3º, venham acompanhadas de certificado da Alfandega do porto de retorno, legalisado pelo agente consular brasileiro, e, na sua falta, pela forma indicada no art. 342 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas. »

^{1º} Art. 20 da lei n. 1.141, de 30 de dezembro de 1903 — O prazo de que se refere esta disposição, é o do decreto n. 4.697, de 12 de dezembro de 1902, que regula e fiscaliza a rotulagem dos productos nacionaes. (*Nota de transcripto na nota n. 14, apposta á lei n. 1.141.*)

^{2º} Pelo art. 4º da lei n. 611, de 14 de novembro de 1899, este prazo terminava a 28 de fevereiro.

Art. 14. As rendas do territorio do Acre, posto que classificadas como renda ordinaria, são, todavia, especies provisoriamente, até que fique reconstituído o fundo de garantia, como prescreve o n. 1 do art. 1º do decreto n. 1.180, de 25 de fevereiro de 1904 ¹⁷.

Art. 15. Ficam approvados os arts. 24 do regulamento expedido pelo decreto n. 5.141, de 27 de fevereiro de 1904 ¹⁸, e 4 e 17 do expedido pelo decreto n. 5.142, da mesma data ¹⁹.

Art. 16. O Presidente da Republica providenciara sobre a desmopetização das moedas de nickel dos antigos cunhos, mandando-as recolher até a importancia correspondente áquellas emissões.

As moedas do novo cunho serão dadas e recebidas em pagamento até a quantia de 25000.

Art. 17. As salinas maritimas, em que a evaporação natural, ao sol e ao vento, for o unico processo industrial, ficam sujeitas ao registro exigido pelo art. 4º da lei n. 641, de novembro de 1889, independentemente da taxa cobrada pelo art. 10 da mesma lei.

Art. 18. O sello das patentes dos officiaes da Guarda Nacional, nos Estados onde não houver delegacia fiscal, será pago nas collectorias dos municipios a que pertencerem.

Art. 19. Nos portos em que ha ou venha a haver obras de caes, dragagem ou outras, concedidas ou executadas por contracto ou administração, nos termos dos decretos ns. 1.746, de 13 de outubro de 1889, e 4.889 ²⁰, de 8 de junho de 1903, nenhuma mercadoria, seja qual for a sua natureza ou destino, que entre pela barra,

¹⁷ Decreto n. 1.180, de 25 de fevereiro de 1904, art. 1º : « Fica o Presidente da Republica autorizado: 1. A abrir os creditos necessarios para pagamento das despesas oriundas do tratado concluido em 17 de novembro de 1903, entre os plenipotenciarios do Brazil e da Bolivia, podendo fazer para tal fim as necessarias operações de credito, inclusive emitir titulos da divida publica ao 3 % de juros e 3 % de amortização annua e contrahir emprestimo do fundo de garantia instituido pela lei n. 581, de 20 de julho de 1889; ficando consignada á reconstituição do mesmo fundo toda a renda arrecadada no territorio ora reconhecido como brasileiro. »

¹⁸ Art. 24 do regulamento expedido com o decreto n. 5.141, de 27 de fevereiro de 1904: « Os que infringirem o art. 1º, ns. 2 e 3, ficam sujeitos á multa de 50\$ a 100\$000. »

¹⁹ Art. 4º do regulamento que baixou com o decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1904: « A importancia da taxa proporcional nunca será menor de 20\$000. »

Art. 17 do mesmo regulamento: « Os infractores do art. 38, letras b, c, d e e, incorrerão em multa de importancia igual á de um semestre do imposto, não excedente de 100\$000. »

²⁰ O artigo citado criou o registro para os fabricantes, negociantes e mercadores ambulantes de mercadorias sujeitas a imposto de consumo e o art. 19 estabeleceu as taxas para esses registros.

²¹ O decreto legislativo n. 1.746, de 13 de outubro de 1889, autoriza o Governo a contractar a construcção, nos diferentes portos do imperio, de docas e armazens para carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação.

poderá ser desembarcada sem transitar por aquelles cães ou obras, sujeita sempre ao pagamento das taxas respectivas. Esta disposição applica-se nos mesmos termos e em todos os casos ás mercadorias a embarcar.

Parapho unico. Nos portos servidos por transito fóra da barra, canal ou rio, offerecendo accesso ao porto, compete ao Presidente da Republica providenciar para que se faça effectiva esta disposição, a qual, por sua vez, só terá applicação naquelles portos, em que as obras, a juizo do mesmo Presidente, já proporcionem prompto embarque e desembarque ás mercadorias.

Art. 20. Os 2 %, ouro, de que trata o n. 2 do art. 1.º, que forem cobrados no porto do Rio de Janeiro e nas alfândegas do Estado do Rio Grande do Sul, serão applicados aos fundos respectivos constituidos pela taxa de que trata o n. IV, parte 1.ª, do art. 2º desta lei.

O do executivo n. 4.859, de 8 de junho de 1903, estabelece regimen especial para execução de obras de melhoramento de portos, como segue:

« Art. 1.º As obras de melhoramento dos portos da Republica, que forem submettidas ao regimen deste decreto, serão iniciadas á medida que o Governo Federal approvar os planos e orçamentos correspondentes e determinar as demais condições para a respectiva execução.

Art. 2.º As obras serão executadas por administração ou por contracto, podendo comprehender as que, embora fóra dos cães, forem necessarias ao trafego das mercadorias para os mesmos cães e a exploração commercial destes será estabelecida segundo o regimen que mais convenha a cada porto.

Art. 3.º Para as despesas necessarias á execução dos melhoramentos desses portos, o Governo fará as precisas operações de credito, podendo emittir titulos em papel ou em ouro, que correspondam, por seus juros e amortização, ás responsabilidades que, para cada um, possam ser providas pelas taxas que ali serão cobradas, estabelecidas nas leis e concessões em vigor.

Parapho unico. O producto desses titulos que, até sua applicação, ficará em deposito e por conta especial, não poderá ser empregado em outros serviços.

Art. 4.º Os titulos, que se tiverem de emittir para melhoramento de « Portos do Brazil » terão taxas de juros e amortização uniformes, mas a emissão será feita por secções independentes e relativas a cada porto, em conformidade com o artigo antecedente.

Art. 5.º Para o serviço de juros e amortização dos titulos emittidos, haverá em cada porto uma Caixa especial, constituida com os recursos seguintes:

I. Renda das propriedades adquiridas e desapropriadas e o producto da alienação das que se tornarem dispensaveis para o serviço do porto.

II. Productu da taxa até 2 %, ouro, sobre o valor da importação pelo porto.

III. Renda dos cães, armazens e demais serviços do porto, mediante pagamento das taxas que forem estabelecidas.

IV. Qualquer outra renda eventual relativa ao porto ou estabelecida em lei.

Art. 6.º A direcção e fiscalização das obras e serviços, bem como a da Caixa especial, ficarão a cargo de uma comissão que o Governo organizará para cada porto, segundo o regimen que mais convenha. »

Art. 21. A publicação ordenada pelo art. 19 da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891 ²², passará a ser feita no *Diário Oficial* a expensas do concessionário da isenção, si esta não fôr derivada de contracto ou feita a representantes do corpo diplomatico e consular.

Quanto a estas, si a publicação fôr de isenção derivada de contracto, a despesa respectiva correrá por conta do Ministerio com quem o contracto houver sido pactuado; si fôr de isenção feita a representantes do corpo diplomatico e consular, a despesa será por conta do Ministerio das Relações Exteriores.

Art. 22. Na reorganização do serviço do abastecimento de agua para a Capital Federal, segundo a autorização constante do Orçamento da Industria Viação e Obras Publicas, o Presidente da Republica fará as necessarias alterações nos regulamentos ns. 2.794 ²³, de 13 de janeiro de 1898, e 3.056, de 24 de outubro do mesmo anno; tendo por fim applicar o disposto nos §§ 1º e 5º do art. 1º da lei n. 2.639, de 22 de setembro de 1875 ²⁴, determinando o numero conveniente de grupos de predios classificados pelo valor locativo, como estabelecidos no art. 8º paragrapho unico da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902 ²⁵.

²² Art. 19 da lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891: « Nos boletins mensaes do rendimento das alfandegas se mencionará tambem a importancia dos direitos de importação não cobrados, em virtude de concessões do poder competente, mencionanse com doçetoda clareza discriminadas mente, a natureza e quantidade dos objectos assim importados, o nome da pessoa, empresa, companhia ou instituição em favor da qual se concedeo a isenção dos mesmos direitos, qual o acto que autorizou e outros quaesquer esclarecimentos julgados uteis pela respectiva repartição fiscal.»

²³ O decreto n. 2.794, de 13 de janeiro de 1898, dá regulamento para a arrecadação das taxas de consumo d'agua na Capital Federal.

O de n. 3.056, de 24 de outubro do mesmo anno, approva o regulamento para a concessão de agua dos encanamentos publicos da Capital Federal.

²⁴ Art. 1º do decreto n. 2.639, de 22 de setembro de 1875: « E' autorizado o Governo para despende a quantia de 19.000:000\$ com as desapropriações e obras necessarias ao abastecimento d'agua á Capital do Imperio, observadas as seguintes condições :.....

..... § 1.º As referidas taxas terão por base o valor locativo dos predios; serão addicionadas á decima urbana e graduadas até o maximo de 120\$ annuas, devendo decrescer logo que produzirem juro superior a 6 % e mais de 1 % sobre o capital ainda não amortizado.

§ 5.º Gozarão de supprimento gratuito as casas de caridade e os predios de valor locativo inferior a 60\$ por anno.»

²⁵ Art. 8º da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902: « Continuam em vigor o § 1º do art. 7º da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 (esta disposição em transcripta á nota n. 2, apposta á lei n. 953, de 1902), e o respectivo regulamento.

Paragrapho unico. Aos grandes consumidores para usos industriaes ou de commercio, á taxa de 150 réis será feito um abatimento de 50 %, de tantas vezes 1 % quantas forem as parcelas de 4.000 metros cubicos de seu consumo em cada semestre. »

Art. 23. O gado vaccum, de corte, introduzido pelas fronteiras terrestres fica sujeito ao mesmo imposto applicado ao que é importado por via maritima, começando este imposto a ser cobrado de 15 de fevereiro de 1905 em diante.

Art. 24. Continuam em vigor o n. 6 do art. 2º e os arts. 10 e 11 da lei n. 1.144, de 30 de dezembro de 1903 ²⁶, assim como todas as leis de orçamento antecedentes, que não versarem particularmente sobre a fixação da receita e despesa, sobre autorisação para marcar ou augmentar vencimentos, reformar repartições ou legislação fiscal e que não tenham sido expressamente revogadas.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1314 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1904

Dispensa o resto do tempo que falta ao Externato Aquino para completar os dous annos de fiscalização prévia exigida pelo art. 366 do Código de Ensino.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica dispensado o resto do tempo que falta ao

²⁶ Art. 2º da lei n. 1.144, de 30 de dezembro de 1903: « E' o Governo autorizado:..... »

VI. A entrar em accordo com os Governos das Republicas do Uruguay e Paraguay, no sentido de liquidar tudo quanto a qualquer titulo as mesmas deverem á União.

Art. 10. Continuam em vigor o art. 3º da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902, e seus paragraphos (*estas disposições vêm transcriptas á nota n. 7, apposta á lei n. 1.144, de 1903*), sendo: o § 1º comprehensivo de todos os impostos, quaesquer que sejam, inclusive o de pharoes, convertidos no fixo e equiponente de £ 2.0.0, para desembaraço de navio ou vapor.

Art. 11. Continúa em vigor o art. 16 da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902, na parte referente á isenção do imposto de importação para todo o material destinado á construcção de um mercado nos terrenos da praia de D. Manoel, na Capital Federal. »

Externato Aquino para completar os dous annos de fiscalização prévia exigida pelo art. 366 do Código de Ensino.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra.

DECRETO N. 1315 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:000\$, supplementar á verba n. 22 do art. 25 da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de dez conto de réis (10:000\$), supplementar á verba n. 22 do art. 25 da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

LEI N. 1316 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1905, e da outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º A despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1905 é fixada na quantia de 47.244:431\$720, ouro, e 276.209:237\$085, papel, distribuida pelos respectivos Ministerios na forma abaixo indicada.

Art. 2.º O Presidente da Republica é autorizado a despendere pelas Repartições do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 24.557:016\$577, papel, e 12:114\$245, ouro, a saber :

	Ouro	Papel
1. Subsidio do Presidente da Republica.....	130:000\$000
2. Subsidio do Vice-Presidente da Republica.....	36:000\$000
3. Despezas com o Palacio do Presidente da Republica.....	101:440\$000
4. Gabinete do Presidente da Republica.....	33:600\$000
5. Subsidio dos Senadores.....	567:000\$000
6. Secretaria do Senado — Augmentada de 19:200\$, sendo : no pessoal, 600\$ para o bibliothecario e 3:600\$ para os continuos, tudo na razão de 2/3 de ordenado e 1/3 de gratificação, na conformidade da deliberação do Senado de 27 de dezembro de 1903; e 15:000\$, no material para aquisição de obras destinadas á bibliotheca, encyclopedias e revistas recentemente publicadas.....	358:132\$118
7. Subsidio dos Deputados.....	1.908:000\$000
8. Secretaria da Camara dos Deputados — Augmentada de 13:000\$ no — Material—sendo destinada a importancia de 15:000\$ para—Objectos de expediente—e a de 20:000\$ para — Compra de livros, assignatura de jornaes, revistas, encadernações, etc., para a bibliotheca.....	486:868\$118
9. Ajudas de custo aos membros do Congresso Nacional — Augmentada de 32:000\$000.....	122:000\$000
10. Secretaria de Estado.....	364:353\$118
11. Gabinete do consultor geral da Republica.....	19:600\$000
12. Justiça Federal — Mantida a consignação de 6:000\$ para remuneração provisoria de serviços na Procuradoria Geral da Republica.....	879:704\$118

Ouro

Régul

13. Justiça do Districto Federal — A consignação para aluguel da casa em que funciona a Assistência Judiciária será assim redigida: « Aluguel da casa e mais despesas da Assistência Judiciária ».....	341:373\$059
14. Ajuda de custo a magistrados..	12:000\$000
15. Polícia do Districto Federal — Diminuída de 2:880\$ para ser reduzido o numero de inspectores da Escola Correccional Quinze de Novembro, de oito a seis—Aumentada no material da Repartição da Polícia de quantia de 2:190\$, destinada a diaria de 48\$ para alimentação de dois officios da Inspectoria da Polícia do Porto, quando em serviço da barra..	3:324:112\$063
16. Casa de Correção—No — Material — Aumentada a rubrica de 10:170\$, sendo: 6:570\$, para diarias, no razão de 250\$ ao director; de 48\$ ao ajudante, ao medico, ao escrivão e ao almoxarife; e de 1800\$ aos tres amanuenses; ao professor e ao pharmacutico; e 2:600\$ para salario do mestre da officina de ferraria; e destinada a importância de 41:847, correspondente a um anno de um empregado que presta o parecer diario.....	344:336\$307
17. Guarda Nacional.....	50:170\$000
18. Junta Commercial — Aumentada de 2:000\$ a sub-consignação destinada á publicação e concerto de mercis.....	41:016\$113
19. Archivo Publico.....	37:337\$118
20. Assistência a alumnos — Aumentada a quantia de 31:400\$, sendo: no pessoal de nomeação do director: 3:600\$ para um electricista; 1:800\$ para um machinista; 1:200\$ para um foguista, destinados ao serviço da usina electrica;	

Curo

Papet

4:800\$ para quatro enfermeiros ; 7:200\$ para dez guardas destinados ao serviço sanitario, pavilhões e serviços de Klynotherapia; 250\$ para um mestre e 600\$ para um ajudante das officinas de vassonras e esteiras; no — Material — 8:500\$ para combustivel, 3:000\$ para instrumentos e utensilios..... 1.791:940\$98

21. Directoria Geral de Saúde Publica

— Elevada: de 9:350\$ a 15:000\$ a consignação — Impressões, publicações e despesas eventuaes, no — Material — da Repartição Central, inclue a contribuição annual de 210\$ para o Bureau Internacional de Tuberculose; de 1:241\$ e 4:241\$, para ser augmentado de um a dois o numero de feguristas da Lare de desinfectão do porto, com a diaria de 68; e de 6:570\$ a 14:000\$, para oito marinheiros da mesma Lare, com a diaria de 5; de 9:729\$ a 10:800\$, para ser augmentado de nove a dez o numero de serrentes no Hospital Paula Gaudilho, de 54:000\$ a 20:000\$ no — Material — para o serviço de prophylaxia de molestias infectuosas. Minuida a importância de 1:000\$, correspondente a dois desinfectores da Lareção da Visita do Porto; e para o mesmo Lare de 1:800\$, relativa a um serrente no Hospital Paula Gaudilho. — Reduzida de 170:000\$ a 130:000\$ a consignação Material geral — da sub-consignação — Para acquisição, concertos, combustivel, etc., — na Capital Federal e no Estado do Rio de Janeiro. — Reduzida de 82:000\$ a 40:000\$, a consignação — Móveis, objectos

Ouço

Papet

de expediente, concertos, instalação, despezas eventuaes das Delegacias de Saúde. Reduzida de 503:010\$ a 410:011\$ na — Repartição Central — a consignação «Material, construcções, eventuaes» para o serviço geral. Na rubrica — Material — dos Estados comprehendidos nos districtos sanitarios em que ha consignação destinada a — Combustivel e lubrificantes — substituido este enunciado por — Custeio e conservação dos transportes maritimos. Na rubrica — Material — augmentada de 369:800\$, para a aquisição de lanchas eapparelhos aperfeiçoados para desinfecção nos portos dos Estados e o respectivo custeio, comprehendida a quantia necessaria para a compra de duas lanchas destinadas ao serviço de saúde nos portos de Pernambuco e Alagoas.....		5.889:500\$000
22. Faculdade de Direito de São Paulo	291:410\$000	
23. Faculdade de Direito do Recife — Da consignação — impressões, publicações, etc. — destinada a importancia de 400\$ para aluguel da casa de residencia do porteiro.....	304:780\$000	
24. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro — Augmentada da quantia de 20:000\$ para melhorar a instalação de aulas e laboratorios e aquisição de productos chimicos, instrumentos e apparelhos para laboratorios e clinicas.....	645:892\$236	
25. Faculdade de Medicina da Bahia — Augmentada de 25:000\$ para gratificação a Santa Casa de Misericordia por franquear os seus hospitaes ás clinicas da Faculdade.....	772:732\$100	
26. Escola Polytechnica.....	500:981\$118	

	Ouro	Papel
27. Escola de Minas— Augmentada de 5:000\$ a rubrica—Material —para montagem e conservação de machinas.....	243:700\$000
28. Gymnasio Nacional.....	541:603\$354
29. Escola Nacional de Bellas Artes.....	12:114\$245	128:052\$236
30. Instituto Nacional de Musica..	183:262\$118
31. Instituto Benjamin Constant — Augmentada de 29:040\$ para aquisição de material pedagogico especial e do instrumental para a banda de musica, reforma das officinas de typographia e encadernação, machinas e typos, reparos urgentes para segurança do edificio, construção de uma lavanderia e de um galpão para secar roupa.....	238:278\$118
32. Instituto Nacional dos Surdos-Mudos — Augmentada de 3:500\$, sendo 3:200\$ para elevar a 26:200\$ a verba de 23:000\$ destinada á alimentação e combustivel da consignação — Material — e 300\$ para elevar a gratificação do roupeiro-enfermeiro de 720\$ a 1:080\$000.....	123:039\$118
33. Bibliotheca Nacional—Augmentada da quantia de 5:200\$, sendo : no —Pessoal sem nomeação — na sub.consignação para serventes de 12:000\$ a 13:200\$; no —Material — de 15:00 \$ a 16:000\$, para aquisição de livros, manuscritos, mappas, estampas, moedas, medalhas e sellos; na sub.consignação —Conservação de livros, periodicos, manuscritos, etc.—Custeio das officinas—de 32:000\$ a 35:000\$000.....	207:012\$118
34. Museu Nacional— Augmentada de 4:400\$, sendo: 2:400\$ para mais dois trabalhadores e 2:000\$ para armarios.....	152:073\$118
35. Serventuarios do culto catholico.....	181:060\$000

Ouro

Papéis

34. Socorros públicos — Aumentada de 50:000\$ sendo: 12000\$ para o auxílio de 1:000\$ mensal à assistência pública aos pobres, dirigida pelo Sr. Dr. Paula, no Hospital Federal e 40:000\$ para auxílios despendidos da Maternidade do Hospital Federal.....	150:000\$00
35. Obras — Aumento de 74:000\$ sendo: 40:000\$ para a conclusão das obras para a edificação do edifício do Ministério da Justiça para a construção do edifício de ensino da Faculdade de Direito do Recife; 70:000\$ para a conclusão das obras da Faculdade de Medicina da Bahia; 10:000\$ para a conclusão das obras da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; 20:000\$ para auxiliar a conclusão das obras da Maternidade do Hospital do Estado da Bahia.....	1.100:475223
36. Corpo de Bombeiros.....	781:310550
37. Magistrados em disponibilidade.....	372:000\$00
38. Eleições feitorias.....	20:000\$00
39. Empregados de repartições extintas.....	1:800\$00
40. Prefeituras, juntas e outras despesas no território do Acre.....	957:800\$00
41. Eventuais.....	100:000\$00

Art. 3.º Fica o Presidente da Republica autorizado :

I — a mandar imprimir na Imprensa Nacional a *Revista de Hist. e Geographia do Brasil*.

II — a mandar construir um edificio destinado ao Congresso Nacional, segundo o plano e local que forem previamente combinados com as Mesas da Camara e do Senado, podendo despendar para esse fim, no exercicio de 1905, até a somma de 500:000\$, abrindo para isso os creditos necessarios.

Art. 4.º Só o serviço effectivo do magisterio nos institutos civis e militares de ensino secundario e superior dará direito ao acrescimo de vencimentos, derogada a ultima parte do § 2º do art. 31 doCodigo de ensino, approvedo pelo decreto n. 3.890, de 1

de janeiro de 1901¹, bem como qualquer outra disposição em sentido contrario a esta.

Art. 5.º O Presidente da Republica é autorizado a despendere pelo Ministerio das Relações Exteriores as sommas de 1.037:000\$ em ouro e 332:000\$ em papel, com os serviços designados nas seguintes verbas:

1.ª Secretaria de Estado :

	ouro	papel
Pessoal.....		162:200\$000
Material.....		54:800\$000
2.ª Representação em Disponibilidade.....		70:000\$000
3.ª Extraordinarias de Indemnidade.....		45:000\$000
4.ª Legações e Consulados:		
Alemanha :		
Pessoal e material da Legação.....	25:500\$000	
Consul geral e chanceller em Hamburgo.....	14:000\$000	
Vice-consul em Bremen.....	4:000\$000	
Argentina :		
Pessoal e material da Legação.....	35:500\$000	
Consul geral em Buenos-Aires.....	10:000\$000	
Vice-consul em Rosario.....	4:000\$000	
Vice-consul em Posadas.....	1:000\$000	
Austria-Hungria:		
Pessoal e material da Legação.....	27:500\$000	
Consul em Trieste.....	10:000\$000	
Belgica e Hollanda :		
Pessoal e material da Legação.....	23:500\$000	
Consul em Antuerpia.....	10:000\$000	

¹ Art. 31, § 2º, do Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, approvedo pelo decreto n. 3820, de 1 de janeiro de 1901 :

« Só o serviço effectivo do magisterio dará direito ao accrescimento do vencimento, salvo o caso de disponibilidade por determinação de lei. »

	QUANTO	VALOR
Bolivia :		
Pessoal e material da Legação....	21:500\$000	
Canada :		
Consul em Montreal.....	110:00\$000	
Chile :		
Pessoal e material da Legação....	22:500\$000	
Consul em Valparaíso.....	10:000\$000	
Ecuador e Colombia :		
Pessoal e material da Legação....	15:500\$000	
Estados Unidos da America :		
Pessoal e material da Legação, augmentada a 25:000\$ a sub-assignação de 11:000\$ destinada á representação para o Envio Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	45:500\$000	
Consul e chanceller em Nova-York.....	10:000\$000	
Francia :		
Pessoal e material da Legação....	41:000\$000	
Consul geral no Havre.....	10:000\$000	
Consules em Paris, Marselha e Bordeaux.....	21:000\$000	
Consul em Cayena, ordenado 2:500\$, gratificação 5:000\$, expediente 500\$000....	8:500\$000	
Gran-Bretanha :		
Pessoal e material da Legação....	13:500\$000	
Consul geral e chanceller em Liverpool.....	14:00\$000	

	OURO	PAPEL
Consules em Londres, Cardiff e Southampton...	21:000\$000	
Espanha :		
Pessoal e material da Legação....	23:500\$000	
Consul geral em Barcelona.....	10:000\$000	
Vice-consul em Vigo.....	4:000\$000	
Italia :		
Pessoal e material da Legação....	35:500\$000	
Consul geral e chanceller em Gencva.....	14:000\$000	
Consul em Napoles	7:000\$000	
Japão :		
Pessoal e material da Legação....	16:500\$000	
Paraguay :		
Pessoal e material da Legação....	21:500\$000	
Consul em Assumpção.....	7:000\$000	
Peru :		
Pessoal e material da Legação	21:500\$000	
Consul geral em Iquitos.....	10:000\$000	
Portugal :		
Pessoal e material da Legação	36:000\$000	
Consul geral e chanceller em Lisboa.....	11:000\$000	
Consul no Porto.	7:000\$000	
Russia :		
Pessoal e material da Legação	27:500\$000	
Santa Sé :		
Pessoal e material da Legação	24:500\$000	
Suissa :		
Pessoal e material da Legação	23:500\$000	
Consul em Gencbra	10:000\$000	
Uruguay :		
Pessoal e material da Legação	35:500\$000	
Poder Legislativo 1904		

Consul geral em Montevideo....	10:000\$000
Consul em Salto..	7:000\$000
Venezuela :	
Pessoal e mate- rial da Legação	16:500\$000 877:000\$000
5.ª Ajudas de custo..	130:000\$000
6.ª Extraordinárias no exterior	60:000\$000

Art. 6.º O Presidente da Republica é autorizado a despendar pelo Ministerio da Marinha, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 31.306:630\$408, papel, e 659:650\$580, ouro:

	OURO	PAPEL
1. Secretaria de Estado.....	208:007\$000
2. Conselho Naval — (Diminuida de 700\$ a consignação de 3:000\$ para material, ficando este assim especificado: — Expe- diente, 1:500\$ — Impressões e encadernações, 600\$ — Asseio da casa 200\$000.....	46:140\$000
3. Quartel General.....	98:331\$000
4. Supremo Tribunal Militar.....	26:040\$000
5. Contadoria da Marinha.....	233:932\$500
6. Commissariato Geral da Armada...	43:760\$000
7. Auditoria.....	21:775\$000
8. Corpo da Armada e classes annexas	3.009:844\$000
9. Corpo de Marinheiros Nacionais — Augmentada de 79:577\$000, sendo:		

Pessoal:

Gratificações

1 Comman- dante....	2:000\$000
1 Immediato...	2:070\$000
1 Commissario.	1:500\$000
1 Fiel (sendo de 1ª classe 1:560\$, e de 2ª 1:200).....	1:500\$000
1 Professor do ensino ele- mentar.....	1:400\$000
1 Escrevente de 2ª classe....	1:200\$000
1 Cirurgião, 2º tenente, pela rubrica 15 — Hospitales.	

Orç.

Pag. 1

1 Enfermeiro de 2ª classe, grat. a 1:200\$, na rubrica 15 — Hospitales.			
1 Mestre, 2º sargento.....	3.005.500		
1 2º sargento...	240.000		
2 Cabos a 180\$ por anno.....	36.000		
2 Marinheiros nacionaes de 1ª classe a 120\$, idem...	240.000		
100 Aprendizizes, soldo a 3\$ por mez.....	3.600.000		
3 Cozinheiros.....			
2 Despen-seiros.....			
2 Criados.....			
		15.070.000	
Material :			
Impressão e encadernação...	25.000		
Expediente e objectos para aula de primeiras letras.	350.000		
Aluguel da casa	1.800.000		
Arfamento para aprendizes marinhos.....	32.101.000		
Installação da escola.....	30.000.000	61.501.000	2.808.589.000
10. Corpo de Infantaria de Marinha....			373.670.700
11. Arsenaes — Augmentada de 60.000\$ a consignação para pagamento das pensões aos operarios invalidos dos extinctos Arsenaes de Marinha da Bahia e de Pernambuco..			3.818.514.868
12. Capitania de portos — Augmentada de 100.000\$ para acquisição de um rebocador para as barras de Sergipe.....			530.084.000
13. Balisamento de portos.....			50.000.000
14. Força Naval — Augmentada de 4.260\$, sendo:			

	Ouro	Papel
Pessoal:		
3 Cozinheiros, gratificação de 840\$ para um e de 600\$ para dois, por anno.....	2:040\$000	
2 Dispenseiros, um a 720\$ e um a 540\$000,	1:260 \$000	
2 Criados, gratificação, um a 540\$ e um a 420\$000...	960\$000	4.451:324\$146
15. Hospitres — Augmentada de 3:952\$;		
sendo:		
Pessoal — Enfermaria da Escola:		
1 Cirurgião de 5ª classe, 2º tenente, gratificação.....	1:752\$000	
1 Enfermeiro de 2ª classe, gratificação..	1:200\$000	2:052\$000
Material:		
Utensilios.....	400\$000	
Coleções, cammas, travesseiros, etc....	200\$000	
Lavagem de roupa.....	300\$000	
Luzeas	400\$000	1:000\$000
		380:555\$000
16. Repartição da Carta Marítima		
— Augmentada de 160:000\$, sendo: 90:000\$ para aquisição e montagem de um pharol de 4ª classe na praia de Pernambuco, no Estado do Rio Grande do Sul, e 70:000\$ para a remoção do pharelete do morro de João Dias para a ponta do Sumidouro e instalação do pharol da ilha da Paz, em Santa Catharina, e montagem dos pharões Simão Grande, Machadinhas e Gaivetas, no Estado do Pará. Na rubrica — Diversas quotas —, incluídas as palavras — combustivel e sobressalentes —, na Consignação — Para aquisição de oleos, mechas, chaminés e outros artigos.....		
		829:820\$000
17. Escola Naval, etc.....		
		387:200\$000

	Ouro	Papel
18. Reformados — Augmentada de 30:214\$400, sendo addicionadas as importancias: de 31:926\$400, em consequencia de reformas concedidas; de 15:010\$ para pagamento de soldo e quotas a dois almirantes graduados reformados por decretos de 21 e 30 de novembro de 1904; deluzida a de 16:752\$ correspondente a quatro officiaes que falleceram	707:236\$000
19. Companhia de Invalidos.....	160:667\$680
20. Armamento e equipamento.....	150:000\$005
21. Munições de bocca — Augmentada de 54:077\$ para as rações aos aprendizes e ao pessoal da taifa, a 1\$400 em 305 dias..	7.922:099\$450
22. Munições navaes — Augmentada de 500\$ no material para a acquisição de artigos de sobressalentes.....	1.350:500\$000
23. Material de construcção naval, etc.—Augmentada de 30:200\$, sendo: 30:200\$ para construir e adaptar a qualquer embarcação, a juizo do poder competente, o invento de turbina a vapor a que se refere a lettra d do art 8º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903 ² , e 200\$ para a acquisição de artigos de construcção, etc....	1.780:200\$000
24. Obras— Augmentada de 50:000\$ para as obras urgentes de que carece a doca da Capitania do Porto do Estado da Bahia, nos terrenos do extincto Arsenal de Marinha.....	480:000\$000

² Art. 8º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903 : « Fica o Poder Executivo autorizado :.....

a) a mandar construir, para experiencia, os submarinos de invenção nacional, que forem julgados aceitaveis, depois de curvidas e publicadas as opiniões de competentes sobre o assumpto; e a despende até 30:000\$ para construir e adaptar a qualquer embarcação, a juizo do poder competente, a turbina a vapor de invenção do Dr. Antonio Alves Pereira de Lyra, podendo para esse fim abrir credito até a quantia de 700:000\$000. »

	Ouro	Papel
25. Combustivel — Augmentada de 1:562\$200 para a escola (aprendizes e praças).....	1.001:562\$200
26. Fretes, passagens, ajudas de custo, etc.....	220:000\$000
27. Eventuaes — Augmentada de 150\$, sendo: 100\$ no pessoal, enterros e outras despesas não previstas e 50\$ no material, tratamento de officiaes e praças fóra da enfermaria.....	210:150\$000
28. Comissões em paiz estrangeiro	650:653\$580	

Art. 7.º Fica o Presidente da Republica autorizado :

a) a vender o material reputado inutil, aproveitando o producto da venda nos reparos do material fluctuante e proprios nacionaes ;

b) a reorganizar o Conselho Naval e a respectiva secretaria, ficando o acto para execução dependendo de approvação do Congresso ;

c) a rever o regulamento da Escola Naval, fazendo as alterações que julgar convenientes, devendo, porém, ter execução depois da approvação do Congresso ;

d) a mandar construir, para experiencia, os sub-marinós de invenção nacional que forem julgados acceptaveis, depois de ouvidas e publicadas as opiniões competentes sobre o assumpto, podendo para esse fim abrir credito até a importancia de 670:000\$000 ;

e) a contractar, na vigencia da presente lei, o serviço da praticagem da barra do Rio Grande do Sul, mediante concorrência publica, com proponente brasileiro ou empresa nacional, com os favores e onus conferidos em identicas condições.

Art. 8.º Fica derogado o art. 10 da lei n. 3.018, de 5 do novembro de 1880³, para o fim de poder o Presidente da Republica celebrar contractos por tempo nunca maior de cinco annos, quando estes versarem sobre aluguel de casas, construcções navaes e illuminação de fortalezas, ilhas do Ministerio da Marinha e navios de guerra ou fornecimento de agua a qualquer dessas dependencias.

Art. 9.º O Presidente da Republica é autorizado a despendar pelo Ministerio da Guerra, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 44.118:987\$070, papel, e 50:000\$, ouro.

³ Art. 19 da lei n. 3.018, de 5 de novembro de 1880 : « O Governo não pôde, sem autorização expressa do Poder Legislativo, fazer contractos por tempo excedente do anno financeiro, que estiver correndo, nem para serviços não contemplados na lei do orçamento vigente. »

	Ouro	Papel
1.ª Administração Geral.....	197:915\$900
2.ª Supremo Tribunal Militar e auditores.....	143:800\$000
3.ª Direcção Geral de Contabilidade da Guerra.....	230:580\$000
4.ª Intendencia Geral da Guerra — Aumentada de 9:85\$ para a lança <i>Duque de Caxias</i> , sendo 1:825\$ para um 3.º patrão com diarias de 5\$, 2:920\$ para um machinista com diarias de 8\$, 1:825\$ para um foguista com diarias de 5\$ e 3:285\$ para tres remadores com diarias de 3\$000.....	287:310\$000
5.ª Instrução Militar.....	1.040:894\$500
6.ª Arsenaes, depositos e fortalezas..	1.235:972\$414
7.ª Fabricas e laboratorios.....	350:871\$300
8.ª Serviço de saúde.....	220:310\$000
9.ª Soldos e gratificações — Reduzida de 181:740\$, sendo : em soldos de 2.ª tenentes e alferes, 312:480\$; em gratificações de subalternos, 117:180\$, e em gratificações de criados, 52:980\$ pela eliminação de 217 dos referidos officiaes.....	14.357:392\$900
10.ª Etapas — Reduzida de 721:532\$, sendo 443:548\$ correspondentes a etapas para 217 alferes, que para mais foram incluídos tanto nesta rubrica como na relativa a soldos e grati- ficações e 277:984\$ correspon- dentes a etapas para 133 al- feres, que tambem figuram para mais nesta rubrica além dos 217. Acrescentadas as se- guintes consignações: 450:000\$ para asylados ; 100:000\$ para abono do terço de etapa aos of- ficiaes que servirem nos Es- tados do Amazonas, Pará, Matto Grosso e em S. Gôrja, Sant'Anna do Livramento e Colonia do Alto Uruguay, no Rio Grande do Sul ; 50:000\$ para diarias a officiaes no desempenho de trabalhos de campo, de ac-		

	Ouro	Papel
sendo com a rubrica 1. ^a e 20:000\$ para diarias a desertores e presos, de accordo com a rubrica 15. ^a , sub-rubrica — Despesas especiaes.....		15.812:030-000
11. ^a Classes inactivas.....		2.222:979-950
12. ^a Ajudas do custo.....		200:000\$000
13. ^a Colonias militares.....		125:800\$000
14. ^a Obras militares — Augmentada de 980:000\$, sendo : 250:000\$ para as obras de fortificações do porto de Santos ; 100:000\$ para as obras do sanatorio militar dos Campos do Jordão; 150:000\$ para a Estrada de Ferro de Lorena a Bemfica, Estado de S. Paulo ; 150:000\$ para as obras do Arsenal de Guerra da Capital Federal ; 200:000\$ para a construção da fabrica de polvora sem fumaça ; 100:000\$ para a reconstrução da fachada e platibanda do edificio em que funciona o Ministerio da Guerra e 30:000\$ para a construção de um quartel, em Bella Vista, na fronteira com o Paraguay. Depois das palavras — inclusive a conservação da estrada de rolagem D. Francisca, em Santa Catharina — acrescentadas as seguintes palavras «para a qual fica consignada a quantia de 100:000\$000.» Depois das palavras — obras, reparos e conservação de quartéis — acrescentadas as seguintes : «inclusive a Escola Militar do Brazil e a construção de um quartel em Lorena, Estado de S. Paulo.» Destinada a quantia de 40:000\$ para as obras do quartel de S. João d'El-Rey, Estado de Minas Geraes e a de 100:000\$ para a construção de um novo pavilhão no Collegio Militar, que servirá para refeitório.		

Ouro

Papel

Discriminada a consignação de 150:000\$ para a linha de Nioac a Porto Murtinho, do seguinte modo : 10:000\$ para a conclusão do ramal de Nioac a Porto Murtinho, passando por Bella Vista, na fronteira com o Paraguay, e 50:00\$ para o ramal de Cuyabá a S. Luiz de Cáceres, na fronteira com a Bolivia, passando por Livramento e Poconé. Destinada a quantia de 50:000\$ para a continuação das obras do quartel de S. Luiz do Maranhão.....			3.080:000\$000
15.ª Material.....			8.498:095\$000
16.ª Comissão em paiz estrangeiro.	50:000\$000	

Art. 10. E' o Presidente da Republica autorizado, na vigencia desta lei :

a) a mandar para outros paizes, como addidos militares ou em commissão, para estudar os diversos assumptos militares e o progresso dos respectivos conhecimentos, officiaes generaes superiores ou capitães completamente habilitados, sendo um para a Europa, um para a America do Norte, um para o Prata e outro para o Pacifico ;

b) a despendar até a quantia de 50:000\$ com a criação do cavallo de guerra e para desenvolver a invernoada nacional de Saycan ;

c) a adquirir, por conta da rubrica 14ª, o edificio que tem servido de enfermaria militar em S. João d'El-Rey, si julgar conveniente ;

d) a mandar para diversos paizes, afim de se aperfeiçoarem nos conhecimentos militares, por espaço de um anno, até dois officiaes por armas ou corpos especiaes, com o respectivo curso e capacidade reconhecida, correndo a despesa por conta da rubrica 16ª do art. 1º ;

e) a desenvolver, pelo modo que julgar mais conveniente, as officinas dos Arsenaes de Guerra do Rio Grande do Sul e Matto Grosso, de maneira a que prestem ellas todos os serviços de que carecerem as forças estacionadas naquelles Estados e quaesquer outros que devam ser affectos a esses arsenaes, inclusive o preparo de cartuchos, abrindo para isso o credito necessario ;

f) a reorganizar todo o serviço relativo ao ensino militar, com diminuição da despesa que actualmente se faz, podendo, conforme julgar mais conveniente, em relação ás disciplinas ou cursos, reformar o regimen actual, e, em relação aos estabelecimentos, subdividir, supprimir e crear novos onde julgar melhor.

§ 1.º Os membros do corpo docente, que forem vitalícios, serão aproveitados em quaesquer dos estabelecimentos da nova organização para o ensino das matérias que actualmente leccionam, podendo também ser aproveitados para o ensino de outras matérias que livremente accitarem, sem prejuizo, em qualquer dessas hypothese, dos seus vencimentos actuaes.

§ 2.º Os que não forem aproveitados de accordo com o paragraho anterior serão postos em disponibilidade, com os vencimentos integraes.

Art. 11. Para os effeitos da autorização constante da letra f) do artigo antecedente poderá o Presidente da Republica fazer na verba destinada ao ensino militar as alterações que forem necessarias para adaptalla ás despesas que resultarem da reforma.

Art. 12. Ficam vigorando como creditos especiaes para os mesmos fins para que foram votados, os saldos dos creditos concedidos pelos decretos ns. 113, de 5 de julho de 1893 e 1.923, de 21 de dezembro de 1891.

Art. 13. E' o Presidente da Republica autorizado a despendar, pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, a importância de 4.961:375\$129, ouro, e 75.471:825\$837, papel, com os serviços designados nas seguintes verbas:

	Ouro.	Papel
1.ª Secretaria de Estado.....	315:020\$000
2.ª Directoria Geral de Estatistica.....	332:592\$500
3.ª Correios — Na consignação destinada a—Vencimentos e gratificações aos agentes, ajudantes, thesoureiros e fideis no territorio da Republica—, accrescentado o seguinte: — de accordo com a tabella organizada pela Directoria Geral dos Correios para o biennio de 1904-1905. Na sub-consignação — Gratificação aos chefes de turmas da Directoria Geral e da Administração do Districto Federal, etc.. — accrescentado o seguinte: inclusive a gratificação dos fideis das succursaes na Capital Federal, a dos que		

* Decretos ns. 111, de 5 de julho de 1893 e 1.923, de 21 de dezembro de 1891. (Estes decretos vão transcriptos na nota n. 8 da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903.)

Ouro

Pag. 4

forem nomeados em comissão para o territorio da Republica e a diaria de que tratam os arts. 341 e 342 do decreto n. 2.230, de 10 de fevereiro de 1890¹, do Regulamento dos Correios. Reduzida a sub-consignação — custo de sellos e formulas de franquia — a 35:000\$, papel, e mantida a de 27:000\$, ouro. Elevada de 31:000\$, sendo: 18:000\$ para o Correio da cidade de S. Paulo e 16:000\$ para occorrer ao aluguel e adaptação tanto do edificio em que funciona a Administração de Alagoas, como de um novo predio para a agencia em Santos, Estado de São Paulo. Elevada a verba de 270:000\$, sendo destinada a importancia de 230:000\$ para construção do edificio do Correio e Telegraphos em Belo Horizonte, e a de 40:000\$ para reconstrução

¹ Regulamento n. 2.230, de 10 de fevereiro de 1890 :

« Art. 311. Aos empregados incumbidos de qualquer comissão, dentro ou fora do Estado onde tiverem exercicio, serão abonadas passagens para si, uma ajuda de custo até tres mezes de vencimento e uma diaria até 5%, do seu vencimento mensal.

§ 1.º Ao director geral e aos administradores compete fixar a ajuda de custo e a diaria.

§ 2.º Os empregados incumbidos de inspecção de agencias do Estado a que pertencem, não terão direito a ajuda de custo.

§ 3.º Por uma mesma comissão não poderá ser abonada mais de uma ajuda de custo.

Durante o mesmo exercicio financeiro cada empregado só poderá receber até duas ajudas de custo, qualquer que seja o numero de comissões desempenhadas.

Art. 342. O director geral terá direito a condução especial para uso diario, no intuito de evitar demoras no expediente a seu cargo : e, quando em serviço, fora da Capital Federal, o que ficará a seu arbitrio, conforme a necessidade da inspecção e fiscalização, perceberá as vantagens do artigo antecedente, sendo a ajuda de custo e a diaria determinadas pelo Ministro, de accordo com o mesmo art. 311. *

Ouro

Papel

do proprio federal onde funciona o Telegrapho em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, e adaptal-o ao Correio ou para a aquisição de outro predio para o mesmo fim. Elevada de 5:000\$ a consignação — Reparação e conservação dos edificios das repartições postaes e suas dependencias — para a adaptação do predio do Correio em Santos.....

130:000\$000 11.546:835\$800

- 4.^a Telegraphos — Elevada de 526:600\$, papel, sendo : na primeira divisão, augmentada de 275:000\$ a consignação — Construcções e reconstrucções — destinada a quantia de 10:000\$ para a construcção da linha que ligue a fortaleza da barra de Paranaíba á cidade do mesmo nome, a de 10:000\$ para o prolongamento da linha de Grajaú, no Estado do Maranhão, á Boa Vista, no de Goyaz, e a de 5:000\$ para o prolongamento do ramal do Cachoero do Itapemirim ao Alegre. No — Material — das linhas e estações, destinada da consignação para — Aluguel e reparação de casas — a importancia de 180\$ para aluguel da em que funciona o telegrapho semaphorico na cidade do Natal, no Rio Grande do Norte, e elevada a mesma consignação de 1:600\$ para augmento do aluguel da casa da estação telegraphica de Cuyabá, no Estado de Matto Grosso. Na 3.^a divisão, augmentada de 250:000\$ a consignação — Gratificações e ajudas de custo, para gratificações de 20 %, nos termos da lei n. 1.191, de 28 de ju-

Ouro

Papet

nho de 1904 ⁶ , aos empregados com 20 annos de serviço effectivo na repartição.....	351:134\$454	8.454:307\$000
5.º Auxílios á agricultura — Augmentada de 330:000\$, sendo 100:000\$ para distribuição de plantas e sementes aos agricultores e auxilio á Sociedade Nacional de Agricultura para a fundação de um horto (viveiro de plantas fructíferas e ornamentaes e campo de experiencias de fructicultura); 200:000\$ para auxilio aos agricultores e criadores, aos governos dos Estados e municípios, destinada essa importância, não só ao transporte e respectivos seguros de animaes reproductores de raça, adquiridos no estrangeiro ou no paiz, nos termos do art. 17 § 3º, da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903 ⁷ , como ao estudo das epizootias e molestias infecciosas dos animaes por profissionais, fornecimento e applicação dos meios prophylacticos e cura-		

⁶ Decreto n. 1.191, de 28 de junho de 1901: « Art. 1.º Fica estendida aos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos a disposição constante do n. 6 das observações geraes do decreto n. 406, de 17 de maio de 1896, consolidada no n. 1 das observações geraes do decreto n. 2.417, de 28 de dezembro de 1896, que mandou observar na Estrada de Ferro Central do Brazil o regulamento modificado pela lei n. 429, de 10 de dezembro de 1895.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario. »

⁷ Art. 17 da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903: « E' o Poder Executivo autorizado :

XXXIX. A despende até a quantia de 100:00 \$, com a aquisição de sementes e plantas do paiz e do estrangeiro, para serem distribuidas pelos agricultores, e com o pagamento da despesa de transporte, de cada a granja do productor até a fazenda do introductor, de animaes da raça cavallar, bovina, suína, lanigera e caprina, destinados á reprodução e adquiridos por fazendeiros ou criadores e estabelecimentos agricolas ou pastoris, comprehendendo esta concessão os animaes de raça que forem adquiridos no paiz e houverem de ser transportados de um Estado para outro. »

ouro

Papel

tivos em benefício da lavoura e da criação do gado e bem assim ao estudo da praga do caferiro, que se tem desenvolvido no sul do Estado do Espírito Santo, afim de serem aconselhados e fornecidos os meios de combatel-a; e 30:000\$ para a propaganda das applicações industriaes do alcool, conforme as conclusões do Congresso para esse fim reunido na Capital da Republica em 1903. Na sub-consignação—Subvenções—destinada ao Centro Industrial da Capital Federal, a de 6:000\$, concedida á Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional para o fim especial de organizar e publicar estatisticas das industrias existentes no paiz, devendo essa estatistica encerrar o nome da fabrica, sua sede, genero de producção, capital, numero de operarios, valor médio da producção, um ligeiro historico e todos os demais elementos que esclareçam o assumpto.....			815:000	480:040\$000
6. ^a Agasalho e transporte de imigrantes.....			174:755\$700
7. ^a Subvenção a companhias de navegação.....			2.800:061\$092
8. ^a Garantias de juros—Diminuida de 111:237\$464, papel, e de 258:000\$, ouro, a consignação — Estrada de Ferro Mogiana — Augmentada de 100:000\$, ouro, para a Estrada de Ferro de Alcobaca á Praia da Rainha, de 50:000\$, ouro, para a Estrada do Ferro Noroeste do Brazil e de 90:000\$, ouro, para a Estrada de Ferro de Goyaz.....			3.496:552\$013	1.322:746\$350

Ouro

Papel

9.ª Estradas de ferro federaes :

- I. Estrada de Ferro Central do Brazil (deduzidas as sub-consignações correspondentes a criação de logares de 1 segundo escriptuario, 1 terceiro escriptuario e 1 quarto escriptuario nas inspectorias do trafego ; de 1 primeiro escriptuario e 2 quartos escriptuarios na inspectorias de movimento e estabelecida importancia correspondente a 2 conductores de 2ª classe e 1 conductor de 3ª classe) : augmentada de 200:000\$ a rubrica—Material da 4ª divisão — para aquisição de material de grande tonelagem, apropriado ao transporte de manganez e outros minérios. Augmentada de 400:000\$ a rubrica — Material da 5ª divisão — na consignação destinada á conservação da linha e dos edificios, sendo destinada a importancia de 150:000\$ para conservação dos ramacs de Angra dos Reis e Lavras (pessoal e material). Assim redigida a consignação — Eventuaes : — « Para attender a qualesquer despezas imprevistas e necessarias ou a deficiencia de credito de verba, sendo 10:0 0\$ como contribuição das estradas de ferro federaes para o monumento do Visconde de Mauá » 3.4061:203\$500
- II. Estrada de Ferro D. Thereza Christina (pessoal e material) — Augmentada de 75:000\$ para a conclusão das obras do trecho interrompido entre os kilometros 98 e 105 e estudos da linha de Massiambá e Araranguá. 402:000\$ 00

	Ouro	Papel
III Estrada do Ferro Santa Maria do Uruguay (pessoal e material).....		538:000\$000
IV. Estrada de Ferro Oeste de Minas (pessoal e material).....		2.228:600\$000
10.ª Obras Federaes nos Estados: Elevada a consignação — Barra da Laguna — (pessoal e material) a 200:000\$, elevada a sub-consignação — Barras e portos do Rio Grande do Sul — (pessoal e material) a 1.000:000\$ papel, e 450:000\$, ouro — (fundo — ouro — creado na Lei da Receita). Augmentada de 800:000\$ a consignação destinada a — Estudos e construção de açudes, poços e outras obras contra os effeitos das seccas, inclusive as que facilitem o transporte por terra e por agua —; augmentada de 35:000\$ a consignação Porto do Natal — para aquisição de material fluctuante necessario á dragagem — Inculida a quantia de 100:000\$ para os estudos e execução das obras necessarias ao melhoramento do ancoradouro de Cabo Frio, á entrada da lagôa de Araruama.....	450:000\$000	4.131:792\$500
11.ª Obras Publicas da Capital Federal:		
Administração Central: Pessoal (supprimidas depois das palavras « Auxiliares do escripta » as seguintes: diarias 3\$000.....	171:450\$000	
Diarias de 8\$ ao inspector geral, 7\$ aos chefes de divisão, 6\$ aos engenheiros		

Ouro

Papel

de districtos, 58		
ao conductor		
geral dos enca-		
namentos e aos		
conductores lo-		
cnicos, 38 aos		
auxiliares de		
escripta,.....	36:500\$000	
Material (elevada		
a verba — Ex-		
peditente, publi-		
cações, e l. c. —		
a 44:000\$; re-		
duzida a d. c.		
— Serviço te-		
lephónico — a		
4:000\$; reduzi-		
da a d. c. — Lim-		
peza do edificio		
da Repartição		
e dos distri-		
ctos — a 8:400\$;		
acrescentadas		
à rubrica — Re-		
paros de pro-		
prios naciona-		
es — estas pa-		
lavras: e cons-		
trução do de-		
predio neces-		
sarios nos ser-		
vidos de obras		
publicas da Ca-		
pital Federal —		
ficando a soma		
na das verbas		
— Material — e		
— Limpeza —		
dos edificios,		
personal e mate-		
rial elevado a, 66:300\$000		
Serviços diversos, 400:000\$000		
Deposito Central, 35:645\$000		
<hr/>		
Somma da consi-		
gnação — Admi-		
nistração Cen-		
tral,.....	410:955\$000	
1.ª Divisão:		
Vigilância de mo-		
nações, Depo-		
sital: (3 zollos		
1 res, 877\$000;		
monedas, 10)		
Poder Legislativo 1.04		

Ouro

Papet

7208; trabalhos- dores, 175628\$).	39:000:000
Material	2:000\$000
Conservação dos encanamentos condutores :	
Pessoal	73:8728500
Material	13:000:000
Trabalhos de des- sobstrução de vies e outras obras(pessoal e material)	20:000\$000
Estradas de Ferro da Rio do Ouro (reduzida a verba — Estac- ções e pontes — a 16:00\$; a de Material do Movimento — a 42:000\$; elevada a verba e Com. utilicl., lubrificantes, etc., a 130:000\$; reduzida a ver- ba — Material da Via Per- manente — a 74:000\$	531:275\$000

Summa da consi-
gnação— 1ª Di-
visão— 682:117\$000

2ª Divisão :

Conservação dos trabalhos e efec- tores e traba- lhadores	42:522\$500
Conservação dos caminhos e aqueducto da Carioca	42:810\$000
Material neces- sario para a conservação das florestas e do aqueducto da Carioca	6:400\$000
Conservação do reproduçãoque dos tax e reser- vatorios, apes- so do material	54:435\$000

Ouro

Papel

Conservação e custeio da rede de distribuição (reduzida a consignação «Pessoal extra-numerário» a 40:000\$; elevada a sub-consignação «Ferramentas, remonta e aquisição de carroças e animais, forrageas e diversos necessários ao serviço» a 50:000\$)	50:000\$000
Serviço de hydro-metros (elevado o numero de officiaes mecanicos a seis, com a diaria de 6\$500 em 300 dias, e a respectiva sub-consignação a 11:700\$; reduzida a sub-consignação —Material— a 26:550\$)	50:250\$000
Inspeção de canalizações e caixas de agua domiciliares (pessoal e material)	20:000\$000
Proseguimento da rede de distribuição, penhas de agua e registro de incendio (pessoal e material necessários para o serviço)	200:000\$000
Conservação de collectores e galerias de aguas pluvias (pessoal, 54:000\$; material, ferramentas, obje-	

Ouro

Papel

ctos para expediente e diversos, 6:000\$:		
remoção de terras e resíduos extra-		
hidos das galerias, (pessoal e mate-		
rial) 9:000\$:		
construção de novos col-		
lectores e galerias (pessoal e material)		
25:000\$000	91:065\$000	
Serviços extraordinários e im-		
previstos (pessoal e material)	40:000\$000	
	<hr/>	
Somma da assignação — 2. ^a		
Divisão —.....	4.041:102\$500	
3. ^a Divisão :		
Revisão da rede, novas cavali-		
sações, aquisição de propriedades que		
interessam ao abastecimento e outros me-		
lhoramentos do serviço, taes como, constru-		
ção de pequenos reservatórios, inclusive		
o do Trapicheiro e a respectiva canalisa-		
ção, concertos em reservatórios, repara-		
ção de calçamentos necessários ao		
serviço da revisão da rede (pessoal e ma-		
terial necessários para este		
serviço.....	250:000\$ 0	2.754:205\$000

Ouro

Papel

12. ^a Esgoto da Capital Federal (reduzida a verba—« Aquisição e conservação deapparelhose moveis » a 4:000\$; a de — Eventuaes — a 2:00\$, acrescentada ao Pessoal da Repartição Fiscal — a subconsignação—Diarias — de 7\$ ao engenheiro-fiscal, 6\$ aos ajudantes, 5\$ aos auxiliares, em 300 dias; 11:00\$).....	5.302:757\$100
13. ^a Illuminação publica.....	531:273\$562	628:288\$523
14. ^a Fiscalização (augmentada de 105:000\$ a retrica — Fiscalisação as estradas de ferro — sendo: de 68:400\$ para augmento das diarias dos engenheiros fiscaes; de 9:650\$, na consignação relativa a Companhia <i>Great Western of Brazil Railway</i> , sendo: para mais um engenheiro fiscal — 9:000\$, para augmento de ajuda de custo para tomada de contas 600\$ e para augmento do expediente das estradas 50\$; supprimita a consignação de 10:650\$ referente á Estrada de Ferro Central de Pernambuco; e elevados de 2:200\$ os vencimentos do engenheiro-fiscal das Estradas de Ferro do Norte e da Tijuca, addicionada a estas a do Grão-Pará até a estação de Lização. Substituidas as consignações: Estrada de Ferro de Jaguará a Catalão, da companhia Mogyana, Uberaba a Coxim, do Banco União de S. Paulo, e Catalão a Palmas da Companhia Alto Tocantins; Estrada de Ferro Ribeirão Preto a Jaguará o ramal de Caldas (Companhia Mogyana); Estrada de Ferro de Santos a Jundiáhy, Estrada de Ferro Rio Claro		

Ouro

Papet

(Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais); Estrada de Ferro de Botucatu a Tibagy, ramal de Itararé e prolongamento a Santos (Companhia União Sorocabana e Iturana); pelo seguinte : Fiscalização da rede de viação de S. Paulo, Matto Grosso e Goyaz. Vencimento do engenheiro-chefe da fiscalização 18:000\$000. Idem de cinco engenheiros fiscaes a 9:000\$, 45:000\$. Despesas de escriptorio, inclusive pessoal e ajuda de custo para tomada de contas. 16:000\$, 79:000\$000.

Augmentada de 2:000\$ a consignação destinada á fiscalização das obras hydraulicas do cães de Santos, para aluguel de casa para o escriptorio respectivo. Na sub-rubrica — Empresas diversas —, acrescentadas as seguintes consignações: Companhia Sul e Navegação — Vencimentos do fiscal, 3:600\$. Companhia de Navegação Cruzeiro do Sul — Vencimentos do fiscal, 3:000\$. *Amazon Telegraph Company* — Vencimentos do fiscal, 6:000\$.

3:600\$000

646:510\$000

15.^a Observatorio Astronomico....

.....

87:660\$000

16.^a Repartições e logares extinctos (diminuida das sub-consignações correspondentes a um 2º official da Secretaria de Estado—de 4:000\$, e a um 2º official da Directoria Geral de Estatistica, de 3:800\$; e augmentada da de um porteiro archivista da Inspectoria Geral de Terras e Colonização, 1:560\$).....

.....

54:960\$000

17.^a Eventuaes.....

.....

150:000\$000

Art. 11. E' o Presidente da Republica autorizado :

I. A abrir o credito necessario para o pagamento das gratificações decretadas pela lei n. 1.191, de 28 de junho de 1901*, correspondentes ao exercicio de 1904, aos empregados com 20 annos de effectivo serviço na repartição.

II. A despendar até a quantia de 100:000\$, para estabelecer na fazenda de Santa Monica, no Estado do Rio de Janeiro, de propriedade nacional, campos de experiencia e de demonstração, laboratorio chimico para analyses de terras, ferragens, etc., para acquisição de gado de raça pura, estudo das molestias de que são affectados os importados.

III. A despendar a quantia de 10:000\$ em premios, á razão de 1\$ por kilogramma, aos sericicultores que apresentarem casulos de produção nacional.

IV. A despendar até a quantia de 60:000\$, para a animação da industria da seda, sendo 15:000\$ em premios, cujo maximo não exceda de 5:000\$, aos sericicultores que provarem, a juizo do Governo, ter pelo menos 2.000 pés de amoreira, regularmente tratados, devendo ser os premios proporcionaes á importancia das culturas; e 45:000\$, para auxiliar as duas primeiras fabricas que empregarem na filação unicamente casulos de produção nacional.

V. Auxiliar com 30:000\$ a Sociedade Nacional de Agricultura, para a montagem de um laboratorio onde sejam preparados os fermentos alcoolicos seleccionados para a distribuição gratuita entre os agricultores e distilladores.

VI. A entrar em accordo, na vigencia desta lei, com os attentariarios das estradas de ferro federaes, para o fim de ser substituida nellea a illuminação a petroleo pelas lampadas a alcool.

Para facilitar esse accordo, poderá o Presidente da Republica admitir que figure a compra dessas lampadas nas contas do encargo.

VII. A entrar em accordo, na vigencia desta lei, com as empresas de estradas de ferro concedidas pela União e que gozem de favores pecuniarios, para o fim de promover a substituição do petroleo pelo alcool na illuminação das estações, depósitos, officinas e dependencias.

Para facilitar esse accordo, poderá o Presidente da Republica admitir que figure a compra das lampadas nas contas do encargo.

VIII. A mandar proceder, na vigencia desta lei, a substituição nas estradas de ferro federaes dos motores a gazolina ou petroleo por motores a alcool.

IX. A despendar até 300:000\$, no exercicio desta lei, para a instalação na Capital da Republica do pavilhão brasileiro da Exposição de S. Luiz.

X. A subvencionar com a quantia de 30:000\$ annuaes a companhia de navegação que estabelecer linhas regulares de vapores

* Decreto n. 1.191, de 28 de junho de 1901. — Vide nota n. 6 a esta lei.

entre os portos do sul do Estado do Rio de Janeiro e o Districto Federal, abendo para esse fim o necessario credito.

XI. A promover os melhoramentos que facilitem a navegacao dos rios Paraguassu, na Bahia, Itapicuru, S. Bernardo e S. Graçadouro da Lagoa de Santo Agostinho, no Maranhão, Paracahyba e Igarassu no Piahy, Cuyabá em Matto Grosso, Goyana em Pernambuco, Uruguay no Rio Grande do Sul e Sant'Anna no Rio de Janeiro, podendo despendir nessas obras até 230:000 \$000.

XII. A despendar dentro do exercicio até 400:000\$ com a elevação da linha da Estrada de Ferro Central de Brazil entre S. Diogo e S. Christovão.

XIII. A fazer, conjuncta ou separadamente, as operações de credito que mais convierem, para realizar as acquisições e obras que tenham por fim melhorar e aumentar o serviço de abastecimento d'agua á Capital Federal inclusive o abastecimento da rua Viuva Garcia (Inhaúma) e do Setetiba, das ilhas do Governador e Paqueta, e do Vigario Geral em Irajá, podendo reservar, para o serviço de juros e amortização do capital que levantar ou dos titulos que emittir, a renda de todo o serviço.

XIV. A reformar o serviço de fiscalização das estradas de ferro e vias maritimas e fluvias.

XV. A estabelecer, por meio de accordo directo, o serviço de permutação de encomendas postaes (*colis postaux*) entre o Correo Brasileiro e os dos outros paizes, que fazem parte da União Postal Universal, observadas as seguintes condições:

a) direito de perceber cada um dos dois paizes permutantes metade da somma das taxas de expedição e transito maritimo, cobradas por ambos os paizes sobre todas as encomendas recebidas e expeditas;

b) facultado a cada um dos mesmos correios de cobrar ou não para si taxas addicionaes, segundo seus interesses e conforme a Convenção Postal de Washington;

c) graduado de transporte maritimo por parte das companhias que gozem de privilegio de paquetes em qualquer dos paizes, para as encomendas a expellir pelos correios brasileiros.

§ 1.º Os records existentes serão denunciados e revistos de accordo com estas bases.

§ 2.º O Presidente da Republica escolherá entre as repartições postaes da Republica as que devera ser consideradas de permuta, adquirindo, por aluguel, armazens apropriados, quando nas sedes daquellas repartições não houver o espaço sufficiente.

§ 3.º Para supprir a falta dos funcionarios do quadro indisponiveis ao desempenho desse serviço, serão nomeados outros, em commissão, observadas as disposições do regulamento approvedo pelo decreto n. 2.230, de 11 de Fevereiro de 1897.

XVI. A fazer as operações de credito necessarias para execução do serviço a que se refere o numero antecedente.

* Arts. 33, 39 e 381 a 385 deste regulamento.

XVII. A entrar em accordo com as diversas companhias de estradas de ferro com as quizes tem trafego mutuo de telegraphos, para o fim de novar os accordos ora existentes, mediante condições menos onerosas para o publico.

XVIII. A adoptar providencias e celebrar os accordos que forem necessarios para cohibir o uso da lenha como combustivel nas locomotivas das estradas de ferro sujeitas à sua administração ou fiscalização, incluindo essa prohibição nos contractos de arrendamento que tenha de celebrar.

XIX. A construir um edificio para correios e telegraphos na capital do Estado de S. Paulo, podendo para esse fim entrar em accordo com o Governo desse Estado, mediante permissão com proprio nacional e outras condições que forem julgadas convenientes.

A entrar em accordo com os governos dos Estados para auxilia-los no trabalho de civilização dos indios, podendo despendir até 50:000:000.

XX. A entrar em novo accordo com a *The National Brazilian Harbour Company, Limited*, para o fim de rescindir o contracto, com garantia de juros, para a construcção, uso e goz. das obras de melhoramentos do porto de Jaraguá, no Estado de Alagoas, abrindo o necessario credito, si fôr ajustada alguma indemnização pecuniaria.

XXI. A tornar extensiva, na vigencia desta lei, aos empregados do correio ambulante e carteiros e aos estafetas ambulantes do Telegrapho, residentes nos suburbios da Capital Federal, a concessão de assignaturas nominacs intransferiveis, nos trens de suburbios, com o abatimento de 50 % sobre os preços das passagens.

XXII. A despendir até 250:000\$ com os estudos e mais trabalhos concuerntes à exploração de minas de carvão da pedra nos Estados da Republica e a garantir, por tempo não excedente de 10 annos, o consumo do carvão nacional na Estrada de Ferro Central do Brazil, ou em outros serviços federaes e outras estradas, de accordo com as administrações destas, na proporção annual que fôr julgada necessaria, fazendo os estudos precisos para demonstrar as vantagens do emprego do mesmo carvão.

Art. 15. Continuum em vigor as disposições constantes dos ns. I, II, III, IV, XI¹⁰ (acrescentado) a autorização para abrir o ne-

¹⁰ Art. 17 da lei n. 1.115, de 31 de dezembro de 1903: « E' o Poder Executivo autorizado: »

1. A reorganizar na vigencia desta lei os serviços e repartições a cargo do Ministerio da Industria, Viagem e Obras Publicas e a alterar os respectivos regulamentos, ficando dependente do *referendum* do Congresso Nacional a execução de todas as disposições que determinarem criação ou supressão de empregos, alteração de vencimentos ou qualquer augmento da despesa total autorizada na presente lei.

§ 1.º Os empregados que ficaram excluidos por effeito das reformas ou transferencias de repartições autorizadas na presente lei serão considerados adidos, si tiverem 10 annos de serviço publico, com direito à aposentadoria.

cessario credito até 100:000\$), XII, XIII, XIV, XVI, XVIII¹¹ (acrescentando a autorização para abrir o credito necessario para execução

§ 2.º Os direitos e as vantagens da actividade e inactividade dos empregados de serviços ou empresas existentes pela União serão regulados pelos das demais repartições publicas.

II. A construir, nos limites da verba decretada na presente lei, as linhas telegraphicas destinadas a fechar os circuitos interiores da rede federal e as que forem decididas e subvencionadas pelos Governos estaduais, nos limites das subvenções por estes concedidas.

III. A abrir o credito preciso para se liquidarem definitivamente entre a Repartição Geral dos Telegraphos e as diversas administrações telegraphicas as taxas de telegraphemas officiaes transmittidos sob o regimen do tráfego mutuo e que se referem a exercícios já encerrados.

IV. A permitir que a Repartição Geral dos Telegraphos requirita directamente do Fisco Federal, por conta da renda a elle recolhida, e ás delegacias nos Estados, co pagamento com a do tráfego mutuo e mediante a discriminação que fará por occasião do ajuste de contas, a parte que pertence a cada uma das administrações congeneres, apresentando depois a cada um dos ministerios a conta para ser indemnizada da importancia dos telegraphemas officiaes por ella expedidos.

XI. A estudar, sobre a base do ponto de vista geologico industrial, os depósitos de monaxila existentes em terrenos do dominio federal, de modo a verificar a sua extensão e posição e o teor metallico das arenas.

Sómente á vista desses estudos, o Governo estabelecerá as condições de exploração, por arrendamento, fixando no prezo as installações necessarias para a extracção dos oxydes metallicos.»

¹¹ Art. 17 da lei n. 1.115, de 31 de dezembro de 1903: «E o Poder Executivo autorizado;

XII. A despende até 50:000\$ com a installação de um laboratorio destinado a experiencias de electro-metallurgia no lugar que julgar mais conveniente;

XIII. A renovar o contracto com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, respeitadas as clausulas do dito contracto e elevada a subvenção de mais 100:000\$ annuaes, augmentando as viagens a seu cargo, e abateudo as suas tarifas actuaes, taes como estão no corpo da tabela, de 50 % a parte os generos de produccão nacional e 20 % para os demais, fazendo as ditas viagens de maneira seguinte:

a) Linha do Sul—Primeira viagem do mez: S. Luiz, Tutoya, Amarracção, Canocim, Aracajú, Fortaleza, voltando pelos mesmos portos.

Segunda viagem: S. Luiz, Tutoya, Amarracção, Canocim, Fortaleza, voltando pelos mesmos portos.

Tercera viagem: S. Luiz, S. José do Rib. Mar, Primeira Cruz ou Miratiba (quando poder e Barreirinhas), voltando pelos mesmos portos.

b) Linha do Norte—Primeira viagem: S. Luiz, Guimarães, Carutapá, Tury-assá, Carutapera, Visão de Bom, voltando pelos mesmos portos.

Segunda viagem: S. Luiz, Guimarães, Carutapá, Tury-assá, Carutapera e Belém, voltando pelos mesmos portos.

c) Linha do Centro—Terceira viagem, mençoes directas: de S. Luiz a S. Bento, voltando tambem directamente a S. Luiz.

Quas viagens mençoes directas de S. Luiz a Alcantara, voltando tambem directamente a S. Luiz.

do serviço). XX¹² (excluídos os prolongamentos da Estrada de Ferro Central de Pernambuco para Pesqueira e da Contê d'Eu, e incluído o prolongamento até a cidade de Diamantina, fazendo-se a ligação das duas grandes rotas—Estrada de Ferro Central do Brazil e

d) A subvenção dada á companhia poderá ser augmentada com a de 10:000\$, por viagem, quando a Companhia se promptificie a fazer viagens regulares entre os portos de Belém, S. Luiz, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro em vapores adequados, com accommoações para 40 passageiros de ré, 300 de convés e de murcha sufficiente para fazer a viagem do Rio ao Pará pelas escalas indicadas, no máximo, em 10 dias, na forma do dispositivo final n. XV deste artigo.

e) A subvenção dos 10:000\$ por viagem poderá ser dada á mesma Companhia ou a outra qualquer que, satisfazendo ás mesmas condições, offerecer attida maiores vantagens.

XIV. A abrir o credito necessario para cumprimento da innovação a que se refere o n. XIII deste artigo.

XVI. A conceder os emprazos que facam navegação regular entre os portos de mais de um Estado e dos os faxes se que tem gozado o Lloyd Brasileiro, excepto na a subvenção.

XVIII. A construir a ligação entre a Estrada de Ferro Melhoramentos do Brazil, na estação de Belém, e a Estrada de Ferro do Rio do Ouro, na estação da Saudade, ou outro ponto mais conveniente, abandonando na primeira o trecho comprehendido entre aquella ligação e a estação de S. Francisco Xavier, que sera substituido pelo trecho correspondente da segunda.

¹² Art. 17 da Lei n. 1.115, de 31 de dezembro de 1904: « 12º o Poder Executivo autoriza: »

XX. A adoptar o alvitro que julgar mais conveniente, inclusive emissão de titulos da dívida interna ou exterior, não podendo dar garantia de juros nem subvenção, para concluir o prolongamento das estradas de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, de Pernambuco até Pesqueira; executar o ramal de Santa Anna do Livramento, o alargamento da linha da Estrada de Ferro Central do Brazil, de Taubaté a S. Paulo, e ramal da Penha; o prolongamento das estradas de Ferro Therozina Christina e Arraunguá e Massambú, e Contê d'Eu, no Estado da Parahyba, passando pela cidade de Campina Grande, no mesmo Estado, até a villa do Batalhao ou outro ponto mais conveniente; o ramal do Mundo Novo, na Estrada Central da Bahia e as Estradas de Ferro de Baturité ao Ceato, de Sobral a Therozina, e construir no Estado do Rio Grande do Norte uma estrada de ferro que, partindo do ponto mais conveniente do littoral, vá ter á região mais assolada pela seca.

XXIII. A encan por, na vigencia da presente lei, as estradas de ferro que gozem da garantia de juros, ouro, e tenham construido mais de 50 kilometros mediante o pagamento em titulos da mesma especie, cujos juros e amortização não excedam a 4 % e 3 %, respectivamente; e a contractar mediante o pagamento em titulos da mesma especie a construcção e o subsequente arrendamento definitivo, por prazo não maior de 10 annos, contados da conclusão do ultimo trecho das mesmas estradas, dos prolongamentos e ramais já decretados ou necesarios para a ligação com as estradas em tráfego; bem assim arrendar definitivamente as estradas adquiridas

Estrada de Ferro Victoria a Diamantina), XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXII, XXXIII, XXXIV, XL, XLI e XLII do art. 17 da lei n. 1.415, de 31 de dezembro de 1903¹³, destacam-

pela União. Para custear provisoriamente, enquanto não forem definitivamente arrendadas, as estradas resgatadas ou por outra forma adquiridas, poderá o Governo abrir os créditos precisos. Ficam autorizadas as operações de crédito necessárias para a execução do presente numero.

XXIV. A revêr os contractos de arrendamento das estradas de ferro federaes, alterando os seus reciprocos, para o fim de realizar a construção dos prolongamentos e ramais necessários.

XXV. A entrar em accordo com o Governo de Minas Geraes e as Companhias Muzambinho e Sapucahy, para o fim :

1º, de incorporar-se a Estrada de Ferro de Muzambinho à Minas e Rio ;
2º, de incorporar-se tambem a esta a de Sapucahy, no todo ou em parte ;

3º, no caso de não se effectuar a incorporação desta, resgatar os interesses da Minas e Rio, na zona em que lhe é tributaria.

Para estes fins e para regular os direitos da União e do Estado de Minas Geraes, na Oeste de Minas, o Governo estabelecerá as condições que convenham e os prolongamentos, ligações e arrendamento que forem acceitos, fazendo para isso as necessárias operações de crédito.

XXVI. A entrar em accordo com os Governos dos Estados e com as companhias que destes tenham concessões de estradas de ferro para o fim de incorporar estas linhas ás linhas federaes, estabelecendo as condições, os direitos e interesses da União e dos Estados, realizando as ligações e os prolongamentos necessários e fazendo o arrendamento definitivo das rédes assim firmadas.

Para as providencias de que trata este numero ficam autorizadas as necessárias operações de crédito.

Paragraphe unico. O Governo providenciara para que cesse o desviasamento das matras pelo uso da linha nas estradas de ferro brasileiras, salvo expressa autorização anterior, que não mais será dada do hoje em diante.

¹³ Art. 17 da lei n. 1.415, de 31 de dezembro de 1903 : « 15º o Poder Executivo autorizado :

XXVII. A entrar em accordo, na vigencia desta lei, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de tornar effectiva, no menor prazo possivel, a abertura da linha do mesmo Estado, podendo para tal fim conceder a cobrança das taxas de que trata o paragraphe unico do art. 7º da lei n. 3.314, de 16 de outubro de 1886 (lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, art. 22, n. XXVII) e com os recursos do n. XLI, letra b, deste artigo.

XXVIII. A conceder, na vigencia da presente lei, aos Governos es-taduaes que pretenderem executar as obras de melhoramentos de portos dos respectivos Estados, segundo os planos approvados ou que forem approvados pelo Governo Federal, os favores constantes das leis n. 1.616, de 13 de outubro de 1899, e n. 3.314, de 16 de outubro de 1886, independentemente de concorrência (lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, art. 22, n. XXVI, b).

XXIX. A entrar em accordo com a companhia concessionaria do porto da Bahia, para o fim de innovar o respectivo contracto, no sentido de revêr os estatutos, planos e organogramas approvados, podendo, si entender conveniente, conceder á cessionaria os favores do n. 2º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, ou outros que forem julgados indispensaveis para a prompta realização dos melhoramentos constantes da concessão.

do-se da quantia de 200:000\$, que por esse numero é o Governo autorizado a despende, e de 30:000\$, affin de ser entregue ao Dr. Alvaro de Oliveira como auxilio para os trabalhos da propaganda, que está

XXX. A realizar a construcção do porto de Belém, adoptando os typos convenientes nos trechos a construir entre a ponte do Arsenal de Marinha e o porto do Pinheiro, fazendo os contractos necessarios, mediante os recursos e favores comprehendidos nas leis em vigor ou applicados a portos da Republica.

XXXII. A tomar as seguintes medidas no intuito de attenuar tanto quanto possível os effeitos da secca nos Estados do Norte:

a) construir açudes e poços nos Estados assolados pela secca, de accordo com as instruções que forem expedidas;

b) construir estradas de ferro e melhorar outras vias de communicação que liguem os pontos affectados pela secca aos de facil communicação com os melhores mercados e aos centros produtores;

c) premiar aos cidadãos que construírem em terras de sua propriedade pequenos açudes ou poços, de accordo com as condições estabelecidas pelo Governo.

XXXIII. A despende, para a execução das medidas especificadas no n. XXXII, além das verbas que forem consignadas no orçamento, até a quantia de mil contos de reis, em condições ordinarias, e as que forem necessarias, em caso de calamidade, proveniente da secca.

XXXIV. A transferir a administração do Distrito Federal ou a contractar com quem melhores vantagens oferecer, sem onus para União, os serviços e as obras a que se referem o decreto n. 1.079, de 13 de setembro de 1890, e as instruções do Ministerio da Industria de 5 de setembro de 1891, podendo modificar os respectivos planos, e a abrir os creditos necessarios até 200:000\$ para a conservação das obras feitas, emquanto não for effectuada a transferencia.

XI. A abrir os creditos necessarios para:

a) supprir as deficiencias que no exercicio desta lei se verificarem na consignação da verba 11ª do art. 16 destinada á «Revisão» da rede e novas canalisações, para o fim de attender ao supprimento de aguas á Capital Federal;

b) constituir um capital de movimento para a acquisição directa aos fabricantes o fornecimento aos particulares de apparellhos necessarios á regularisação do supprimento de agua.

XII. A realizar as obras necessarias ao melhoramento dos portos da Republica, podendo, para esse fim, emitir titulos, em papel ou em ouro, que correspondam por seus juros e amortização ás responsabilidades que para cada porto possam ser providas pelas taxas que ali serão cobradas, estabelecidas nos leis e concessões em vigor:

a) as obras poderão ser executadas por administração ou por contracto, modificados ou não os respectivos planos de orçamento e podendo-se acrescentar-lhes a execução de obras fora dos casos, mas necessarias para facilitar o trafego das mercadorias para os mesmos cases e a exploração commercial delleas será estabelecida segundo o regimen que mais convenha a cada porto;

b) para as despesas que forem necessarias a melhoramentos dos portos, a que se refere a presente autorização, ficarão tambem autorizadas as necessarias operações de credito;

c) sob o regimen desta lei poderão ser realizadas as obras do porto ainda não definitivamente contractadas;

fazendo no estrangeiro, de productos do café manipulados segundo o seu processo), as dos arts. 21, 22 e 23 da mesma lei ¹⁴, e as dos ns. VIII e XXII do art. 22 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902 ¹⁵.

d) o producto das taxas especiais creadas na lei da receita, que forem cobradas nos portos dotados com verba especial na presente lei, poderá ser applicado ao desenvolvimento do serviço do melhoramento respectivo.

XII. A despesa até 200:000\$ com os trabalhos de propaganda dos productos agricolas, pastoris e mineraes que interessam ao Brazil.

14 Art. 17 da lei n. 1.115, de 31 de dezembro de 1903: «E' o Poder Executivo autorizado:

Art. 21. Continúa em vigor, na vigencia desta lei, a disposição do n. XI do art. 22 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, com as seguintes modificações:

O contratante se obrigará a fornecer transporte sufficiente e immediato a todos os produtos de produçào nacional.

Na lettra c) do artigo n. XII, substituíam-se as palavras *nos que regerem na data da lei n. 834, de 1901*, pelas seguintes: *as que vigoravam antes da lei de 11 de novembro de 1892, que regulou a cabotagem nacional*.

No lettra d), em vez de *nos portos inter-nacionais*, diga-se: *de quaisquer portos*.

Art. 22. Continúa em vigor, na vigencia desta lei, o n. XVII do art. 22 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, supprimida dessa disposição as palavras: — da renda líquida produzida pela Estrada de Ferro Central do Brazil, nos exercicios de 1902 e 1903 — e a *adica a* — abrindo para esse fim credits especiaes.

Art. 23. O Governo promoverá o aproveitamento da força hydraulica para transformação em energia electrica applicada a serviços federaes, podendo autorizar o emprego do excesso da força no desenvolvimento da lavoura, das industrias e outros quaisquer fins, a conceder favores ás empresas que se propozerem a fazer esse serviço. Essas concessões serão livres, como determina a Constituição, de quaisquer outras condições ou limitações.

Art. 24 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902: «E' o Poder Executivo autorizado:

VIII, a prorogar os contractos para condução de malas e aluguéis de casa para os serviços dos correios por espaço nunca maior de tres annos.

XXII, a entrar em accordo com os arrendatarios das estradas de ferro nacionaes, de modo a serem reduzidas as tarifas das mesmas estradas em relação ao transporte dos productos de produçào nacional:

XXVIII, a contractar com quem mais vantagens offerecer, em concorrência publica, a construcção, uso e gesto de um porto artificial na enseada de S. Domingos das Torres, Estado do Rio Grande do Sul, bem como a de uma estrada de ferro que ligue esse porto à cidade de Porto Alegre, mediante os ouros e vantagens conferidos no decreto n. 1.746, de 13 de outubro de 1899, servindo de base ao ajuste as clausulas que baixaram com o decreto n. 597 A, de 19 de julho de 1899, abditado pelo de n. 1.382, de 19 de novembro de 1891, exceto a tercia mantimento as que se referem a ger. ativa da jurisdic.

Art. 15. Fica approvado o contracto celebrado com a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, em 31 de dezembro de 1903, em virtude da autorização constante do art. 22, n. XXIII, da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902¹⁶, para o serviço de conservação do porto do Maranhão e prolongamento do respectivo caes, devendo contar-se de 1 de janeiro de 1905 o prazo de cinco annos nelle estipulado.

Art. 17. Na execução de serviços do Ministerio da Industria, a prestação de contas do primeiro adiantamento não é indispensavel para a realização do segundo, não podendo, entretanto, realizar-se o terceiro adiantamento sem que a prestação de contas do primeiro se ache liquidada, seguindo-se a mesma disposição em relação aos subsequentes.

Se o serviço continuar no anno seguinte, o segundo adiantamento do novo exercicio não poderá se realizar sem que a prestação de contas do ultimo do exercicio anterior se ache liquidada.

Art. 18. As emprezas de electricidade gerada por força hydraulica que se constituem para fins de utilidade ou conveniencia publica, pedem o Presidente da Republica conceder isenção de direitos aduaneiros, direito de desapropriação dos terrenos e benfeitorias indispensaveis ás installações e execução dos respectivos serviços e demais favores tambem comprehendidos no art. 28 da lei n. 1.445, de 31 de dezembro de 1903.

Art. 19. O Presidente da Republica é autorizado a despendar pela repartição do Ministerio da Fazenda, com os serviços designados nas seguintes verbas, em ouro, 40.501:338s166; em papel, 96.332:768s293.

	Ouro	Papel
1. Juros e mais despesas da divida externa.....	18.555:355s556	
2. Idem e amortização do empréstimo externo para o resgate das estradas de ferro encampadas.....	7.218:373s331	
3. Idem dos empréstimos anteriores de 1868, 1872 e 1897.....	2.244:070s000	8.851:420s000
4. Idem da divida interna.....		25.756:084s000
5. Pensionistas.....		6.839:994s612

¹⁶ Art. 22 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902: «E' o Poder Executivo autorizado a.....»

XXIII, a entrar em accordo com a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, para incluir entre as obrigações contrahidas pela mesma, em virtude das clausulas do decreto n. 359, de 6 de junho de 1894, a de prolongar o caes em construção até a rampa denominada do Palácio e até ao edificio do Thesouro Publico do Estado, ficando-se no respectivo contracto a quantia do serviço que debê por deante de se ser realizado em cada exercicio.»

	Ouro	Papel
6. Aposentados.....	2.752:191\$173
7. Thesouro Federal.....	1.183:305\$000
8. Tribunal do Contas—Sendo a importancia de 2:000\$ da sub-rubrica—Impressão do relatorio, das actas e publicações diversas destinadas á confecção do mesmo relatorio.—Elevada na rubrica—Material— a 11:000\$ a consignação—Diversas despesas —destinada a importancia de 8:000\$ á gratificação pela tomada de contas fóra da hora do expediente.....	411:000\$000
9. Recebedoria da Capital Federal — Augmentada de 1:000\$ para quebras ao thesoureiro	411:500\$000
10. Caixa de Amortização.....	90:000\$000	312:805\$000
11. Casa da Moeda. Assim distribuida a despesa com o material:		
Papel, pernos, lãta, livros, embrulho, impressos, etc., para o corpo da guarda e para das de festa nacional.....	15:000\$	
Concerto e reforma de moedas.....		
Asseto do edificio e despesas diversas.....		
Regentes, cadentes, Ujofol, etc.....	10:000\$	
Material para a fabricação das moedas de nickel e bronze.....	5:000\$	
Combustiveis.....	60:000\$	
Papel, tinta, oleos, vernizes, gommia (para sellos e estampilhas, etc.).....	65:000\$	
Ferro, aço, gravas, madeiras, etc.....	12:40\$	
Sarcas para condução do nickel, cobre, prata e lucas para os trabalhos de torção.....	5:000\$	
Machos e utensilios.....	20:000\$	
Materiaes para as obras.....	20:000\$	
Consignação de material.....	25:000\$	
Acumulação dos materiais em armazém (comprado).....	10:000\$	
12. Imprensa Nacional — Grátis—tinha a respectiva folha explicativa, na parte referente á seção de despesa.....	19:000\$000	761:840\$000

Quota

Pagad

pela seguinte, divididos os vencimentos em dois terços de ordenado e um terço de gratificação :

SECÇÃO DE ARTES

Officiais

Pessoal permanente

1 inspector do- cumentos das offi- cinhas.....	7:200\$
1 ajudante do inspector tech- nico.....	5:000\$
1 mestre da offi- cina de compo- sição.....	511.00
1 contra-mestre da mesma offi- cina.....	3:810\$
1 chefe de revisão	4:000\$
1 mestre da offi- cina de impress- são.....	4:200\$
1 mestre da offi- cina de fundi- ção de tipos..	4:200\$
1 chefe do serviço de sterootypia e galvanoplastia.	3:000\$
1 mestre da offi- cina de serviços accessorios...	4:200\$
1 contra-mestre da mesma offi- cina.....	3:600\$
1 mestre da offi- cina de gravura	4:200\$
1 mestre da offi- cina de impres- são lithogra- phica.....	4:200\$
1 chefe do serviço de reparos de machinas.....	3:000\$
1 idem idem de expedição.....	3:000\$
1 idem idem de pautação.....	3:000\$
1 machinista dos motores.....	3:600\$
1 chefe do ser- viço de empin- tação.....	3:000\$
1 operador ge- ral.....	4:200\$
1 agente de ab- sorvimento.....	3:000\$
1 archvista.....	3:000\$

Poder Legislativo 1 01

Outr.

Pap-1

1 ajudante do ins- pector tecnico no <i>Diário Offi- cial</i>	6:00\$
1 chefe de revisão no <i>Diário Offi- cial</i>	4:20\$
1 chefe da com- posição idem..	4:20\$
1 chefe da in- pressão idem..	4:20\$
1 escreventes ..	36:00\$ 137:24\$

Pessoal amovível :

Revisores, conferentes, che-
fes de turma, aprendizes,
empregados avulsos, ar-
tistas pagos a jornal ou
por obra feita, serventes
e gratificação aos empreg-
ados da *Tabella C* do
regulamento vigente por
serviços extraordinarios
fora das horas do expen-
dente.....

874:280\$ 1.760:340\$000

13. Laboratorio Nacional de Ana-
lyses..... 94:000\$000
14. Administração e custeio dos
proprios e fazendas nacio-
naes..... 73:840\$000
15. Delegacia do Thesouro em
Londres..... 36:600\$000
16. Delegacias Fiscaes — Elevada
a verba de 2:000\$ para au-
mentar-se a 3:600\$ a sub-
rubrica de — Moveis para a
Delegacia Fiscal de Minas
Geraes; e de 120\$ para ele-
var a 3:240 a diaria aos dois
serventes da mesma dele-
gacia fiscal..... 2.117:410\$722
17. Alfandegas — Da Capital Fe-
deral — Augmentado de 15
a 18 o numero de quotas do
thesoureiro. Augmentada de
18:705\$ a respectiva rubrica
para o augmento de 10 %
nas diarias do vigia geral,
dos manladores, canoeiros,
arrumadores, abridores e
auxiliares das capatazias, e
de 5:555\$ para augmento
de 10 % nas diarias dos
empregados na secção de

Ouro

Pag. 4

machinas das mesmas capacidades. — De Pernambuco — Augmentada de 600\$ para fardamentos dos patrões das embarcações. — De Ceará — Augmentada de 11:665\$, sendo: no pessoal das capacidades 7:665\$ para dois machinistas, a 78 diários e dois foguistas a 3\$500 diários; e no material, 4:000\$ para combustível e lubrificantes. — Do Maranhão — Augmentada de 5:610\$ para augmentar de 10 % as diárias dos tres mandadores e 50 trabalhadores das capacidades. — De Santa Catharina — Diminuida de 4:800\$, sendo substituido por este o pessoal das embarcações:

1 machinista.....	3:000\$
1 foguista.....	1:200\$
1 patrão.....	11:000\$
1 carvoeiro.....	1:000\$
2 marinheiros.....	2:160\$
2 patrões a 100\$.....	2:000\$
15 remadores a 2\$.....	30:000\$

No material, augmentada de 2:000\$ a consignação para aquisição, reparos e conservação do material, e diminuida de 2:000\$ a que é destinada a combustível e lubrificantes. Na sub-rubrica — Pessoal das Capacidades — da Alfandega de Porto Alegre — augmentada a 11:600\$ a consignação necessaria para 93 serventes com a diária de 4\$ para 300 dias. Augmentada de 20:000\$ a consignação para despesas imprevistas e supprir as previstas, urgentes, nas diversas alfandegas, sendo acrescentado o seguinte: incluido o concerto da doca do Arsenal de Marinha do

Data

Folha

Estado da Bahia, na parte correspondente ao edificio da alfandega e suas dependencias, a reconstrução da Alfandega da Parahyba, construção da de Porto Alegre e de novos armazens nas do Ceará e Alagoas, reconstrução dos da alfandega do Rio Grande, augmento da ponte de descarga da do Ceará e e outros melhoramentos de que carecem estas repartições....

818 18\$190 9.672:840\$000

18. Mesas de Rentas e Collectorias :

Do Pará — Augmentada de 11:40\$, em consequencia da transferencia da Mesa de Rendas de Cametá para Obidos, a ser distribuida a despesa :

Administrador, por-
e aluguel... 400\$

Escrivão, por-
centagem... 150\$

Guardas, soldo 1000
e gratificação 500\$... 1:000\$

Patrão de
escritor, soldo 720\$ e
gratificação 50\$... 1:000\$

Marcheiros, grati-
ficação 600\$ 600\$ 11:200\$

Materiais
de impressão de
ata, escalor
e sellos... 2:000\$

Conservação e custeio... 3:000\$ 3:000\$ 11:200\$

Do Pernambuco Augmen-
ta da de 1:72\$, sendo 1572\$ para
a pessoa da archa
baptista, a saber:

Patrões a
80\$ mens-
... 27:840\$

Ouro

Papéis

1 moço-fazendeiro		
a 1502 m.		
Salário 18000 \$		
1 foguista 300 \$		
2 machineiros 10000 \$		
10 comadotes		
a 708 m.		
Salário 8100 \$	10720 \$	
<hr/>		
De material, compreendida a conservação da lancha, excozes, combustíveis e lubrificante 4000 \$	10720 \$	
<hr/>		
De Detenção — Agenciaria do 317 m. e a 6 m. de lancha a vapor 1000 \$		
1 machinista 3000 \$		
1 foguista 1200 \$		
Combustível e lubrificantes 100 \$	8170 \$	
<hr/>		
Da For. de Iguaçu — 16 de dezembro		
1 Administrador 5		
1 escrivo 5		
4 guarda a 100 de soldo e 200 de extra 2000 \$		
4 patões de m. ca. 1000		
6 comadotes a 100 mensais, cada um 2000 \$		
Materiais e excozes 1000 \$	10720 \$	
<hr/>		
De S. Francisco — Agenciaria do 317 m. e a 6 m. de lancha		
6 guardas com 80 \$ de soldo e 100 de extra 7200 \$		
6 trabalhadores de caiaças a 25 diários 1500 \$		
1 patão de escalo a 7000 m. 5000		
6 comadotes a 100 mensais, cada um 1200 \$		
Custo do concelho de escaleiro 2000		
Aluguel de casas, expediente, etc. 1000 \$		
Porcentagens ao administrador e escrivo 1000	21600 \$	
<hr/>		
De Mato Grosso, em Bella Vista — Assim discriminada:		
1 administrador com a percentagem de 5 % 5		

	Ouro	Papel
Prescrição com a porcentagem de 1 1/2	\$	
1 sargento comandante das guardas, com 96 \$ de soldo e 18% de etapa.....	1:110\$	
2 guardas com 900\$ de soldo e 480\$ de etapa.....	12:900\$	
11 trabalhadores com a diária de 2\$	1:095\$	12:015\$
Despesa de material de expediente	1:000\$	27:415\$
19. Empregados de repartições e lugares extinctos.....		50:850\$986
20. Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e transporte — Augmentada de 8:000\$000.....		2:357:400\$000
21. Comissão de 2 % aos vendedores particulares de estampilhas		200:000\$000
22. Ajudas de custo.....		40:000\$000
23. Gratificação por serviços temporários e extraordinários.....		50:000\$000
24. Juros dos bilhetes do Tesouro.....		480:000\$000
25. Rem des empréstimos do Cofre dos Orphãos.....		650:000\$000
26. Rem dos depósitos das Caixas Economicas e Monte de Socorro.....		6:100:000\$000
27. Rem diversos.....		50:000\$000
28. Porcentagem pela cobrança executiva das dividas da União		100:000\$000
29. Comissões e corretagens....	35:000\$000	20:000\$000
30. Despesas eventuaes.....	0:000\$000	150:000\$000
31. Reposições e restituições....	50:000\$000	450:000\$000
32. Exercícios findos.....	100:000\$000	2:000:000\$000
33. Obras — Inclusive a reconstrução do proprio nacional em que funcionavam a Delegacia e a Caixa Economica do Estado do Sergipe.....		780:000\$000
34. Creditos especiaes.....	325:030\$180	
35. Serviço de estatistica commercial.....		270:000\$000

APPLICAÇÃO DA RENDA ESPECIAL

	Ouro	Papel
36. Fundo de resgate e de garantia do papel-moeda— Aumentado de 6.000:000\$, papel, proveniente da renda do território do Acre e que serão convertidos em ouro, para amortização do emprés- timo feito por este fundo, de um milhão de libras para pagamento da primeira pre- stação devida á Republica da Bolivia, em virtude do tratado de Petropolis.....	8.520:100\$000	8.950:000\$000
37. Idem de amortização dos emprés- timos internos.....	5.150:000\$000
38. Idem para a caixa de resgate das apolices das estradas de ferro encampadas.....	160:000\$000	1.658:000\$000
39. Idem para as obras de melho- ramentos dos portos.....	3.000:000\$000	3.030:000\$000

Art. 20. E' o Presidente da Republica autorizado:

1.º A abrir, no exercicio de 1905, creditos supplementares, até o maximo de 8.000:000\$, ás verbas indicadas na tabella B que acompanha a presente lei. A's verbas — Soccorros Publicos — e — Exercicios findos — poderá o Presidente da Republica abrir creditos supplementares em qualquer mez do exercicio, contanto que a sua totalidade computada com as dos demais creditos abertos não exceda o maximo fixado, respeitada quanto á verba — Exercicios findos — a disposição da lei n. 3.230, de 3 de setembro de 1884, art. 11 ¹⁷. No maximo fixado por este artigo não se comprehendem os creditos abertos nos ns. 5, 6, 7 e 8 do Orçamento do Ministerio do Interior.

2.º A liquidar o debito dos bancos, provenientes de auxilio á lavoura.

¹⁷ Art. 11 da lei n. 3.230, de 3 de setembro de 1884: « Por dividas de exercicios findos entendem-se as que tiverem por origem o pagamento de serviços prestados ao Estado em exercicios já encerrados, em virtude de autorização concedida por lei de orçamento ou por qualquer outra especial, com fundos decretados nos termos do art. 14 da lei n. 1.177, de 9 de setembro de 1862, contanto que a importancia dos serviços por pagar não exceda á consignação dos respectivos fundos.»

3.º A applicar o saldo existente das apolices emittidas de accordo com o decreto n. 4.865, de 16 de junho de 1903 ^{1º}, na compra, construção ou adaptação de predios para repartições de Fazenda nesta Capital.

4.º A amortizar as apolices ainda em circulação de emprestimo de 1868, ouro, e as do de 1897 que estiverem vencidas, dispondo para isso do que receber na liquidação de titulos pertencentes à União, em papel e em ouro, e da Estrada de Ferro União Soro-abana e Itiúba.

5.º A liquidar, de modo mais conveniente ao Thesouro Federal, o que a este devem Esbô e Comp., hoje representa los pela *Companhia City Improvement*, de Santos.

6.º A auxiliar com 10:000\$ as despesas do inquerito sobre a industria de açúcar e a mandar publicar, gratuitamente, na Imprensa Nacional, os trabalhos da Conferencia Assucareira da Bahia e da conferencia a realisar-se em Pernambuco em 1905.

7.º A permittir, na vigencia desta lei :

a) que o conselho fiscal da Caixa Economica e Monte de Soccorro, desta cidade, despenda até a importancia de 300:000\$ com as obras de accrescentamento do edificio onde funcionam esses estabelecimentos, reconhecidas necessarias aos serviços dos mesmos, correndo as despesas por conta da fundo de reserva da Caixa Economica ;

b) que o conselho fiscal da Caixa Economica de Porto Alegre despenda até a quantia de 150:000\$ para a aquisição do terreno e construção de um edificio adequado ao funcionamento da mesma Caixa, correndo essa despesa por conta dos recursos proprios desse estabelecimento ;

c) que o conselho fiscal da Caixa Economica de S. Paulo despenda até a quantia de 300:000\$ para construção ou aquisição de um edificio que possa ser adequado ao funcionamento da mesma Caixa, correndo essa despesa por conta dos recursos proprios desse estabelecimento.

8.º A pagar ao engenheiro do Ministerio da Fazenda o que fór arbitrado pelo Thesouro pelo levantamento da planta cadastral da fazenda de Santa Cruz e que está servindo de base para o aforamento e remissões de foro naquella fazenda.

9.º A reorganizar as caixas economicas, sem augmento de despesa, ficando, desde a data desta lei, limitado a 4:000\$ o maximo da importancia depositada, por cada depositante, continuando, entretanto, a abonar-se juros aos depositos já existentes, superiores à essa somma.

10. A abonar ao actual inspector da Alfandega de Santos, Antonio Roberto de Vasconcellos, uma gratificação correspondente

^{1º} Decreto n. 4.865, de 16 de junho de 1903 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a emittir até a quantia de 17.300:000\$ em apolices especiaado para serem applicadas ao pagamento das concessões de melhoramento alporto do Rio de Janeiro, adquiridas pelo Governo, mediante accordo com as empresas concessionarias.

no valor de 10 quotas annuaes, a partir de 1 de fevereiro de 1898 até 31 de dezembro de 1903, equivalente á differença entre 40 quotas que deveria receber pelo exercicio de sua commissão de Inspector e 30 quotas que foram pagas de accordo com o decreto n. 2.807, de 31 de janeiro de 1898¹⁹.

11. A abrir os creditos necessarios para pagamento das requisitorias judiciais em favor de orphãos cujos emprestimos estejam exgotados, uma vez verificadas a exactidão do deposito e a sua não retirada pelo orphão respectivo.

12. A entrar em accordo com a Associação Commercial do Rio de Janeiro para a terminação das obras do predio que a referido associação está construido á rua Primeiro de Março e para a liquidação do debito que a mesma tem com o Thesouro Federal.

a) o Presidente da Republica abrirá o credito necessario destinado a adeantar á Associação Commercial a somma de 500:000\$ para a conclusão do referido predio, concorrendo a associação para as mesmas obras com os rendimentos que actualmente recebe da parte do edificio já concluido e arrendado;

b) concluidas as obras, mandará o Presidente da Republica proceder á avaliação do edificio e o adquirirá, arrendando-o á Associação Commercial, reservadas as salas necessarias para a Junta Commercíal, Câmara Syndical e Bolsa;

c) a quota annual do arrendamento será calculada tomando-se por base a quantia paga pelo Presidente da Republica pela parte do edificio occupada pela Repartição Geral dos Correios.

13. A adquirir, por preço não excedente da avaliação feita pelo engenheiro zelador dos proprios nacionaes — 95:000\$, a ilha da Marambaia.

14. A equiparar a gratificação dos dois auxiliares da Inspectoria de Seguros á que venciam os mesmos empregados da Superintendencia de Seguros Maritimos e Terrestres, não excedendo a verba para essa despesa á quantia recolhida ao Thesouro pelas companhias fiscalizadas.

15. A adquirir por accordo com os proprietarios respectivos, ou mediante processo de desapropriação, os predios e terrenos contiguos á Casa da Moeda e que são necessarios a este estabelecimento, abrindo para isso o preciso credito.

16. A recolher á repartição dos Proprios Nacionaes todo o archivo da fazenda de Santa Cruz e edito inventario do tudo quanto nella existe; a fazer arrecadar pela Recebedoria a renda desse proprio nacional; a reduzir o pessoal, podendo applicar o producto das economias que realizar o melhoramento do mesmo proprio.

17. A expedir novo regulamento para cobrança dos impostos de consumo, podendo diminuir, razoavelmente, as multas estabelecidas e fazer outras modificações tendentes a melhor fiscalização e arrecadação dos mesmos impostos.

¹⁹ Decreto n. 2.807, de 31 de janeiro de 1898 — Reorganiza as repartições de fazenda.

18. A abrir pelo Ministerio da Fazenda os creditos necessarios para execucao das sentencas contra a Fazenda Nacional, si tiverem passado em julgado por se haverem esgotado todos os recursos permittidos no processo de execucao.

O exame das peças judiciaes para verificacao de ter sido satisfeita essa condicao, incumbe privativamente ao Ministerio da Fazendas qualquer que tenha sido o caso submettido ao julgamento do Poder Judiciario.

19. A despendar até a quantia de 100:000\$ com a reconstrucao da parte do proprio nacional onde funciona a sociedade Propagadora das Bellas Artes, nesta cidade.

Art. 21. Continúa o Presidente da Republica autorizado a conceder o premio de 50\$ por tonelada aos navios que forem construidos na Republica e cuja arqueacao seja superior a 100 toneladas, podendo abrir os creditos que forem necessarios.

Paragraphe unico. A abrir credito para ultimar as despesas com o servico da uniformizacao dos typos das apolices.

Art. 22. As despesas com funeraes dos funcionarios publicos e com o pagamento de ajudas de custo ficam sujeitas ao registro a posteriori do Tribunal de Contas, nos termos do art. 104 do regulamento que haixou com o decreto n. 2.406, de 23 de dezembro de 1896.

Art. 23. Ficam approvados os creditos na somma de 2.554.026\$763, ouro, e 31.110:599\$865, papel, constante da tabella A.

Art. 24. Continuam em vigor as disposicoes do art. 27 da lei n. 831, de 30 de dezembro de 1901¹⁹ e dos arts. 26²⁰ (ns. 15,

¹⁹ Art. 27 da lei n. 831, de 30 de dezembro de 1901: « Os trabalhos graphicos e accessorios das repartições e estabelecimentos publicos da Capital Federal, para cuja despesa são consignadas verbas nesta lei, serão executados, exclusivamente, pela Imprensa Nacional, não devendo ser ordenada nem paga despesa alguma por conta das mencionadas verbas, senão de conformidade com este preceito. Exceptuam-se desta regra os serviços peculiares da Alfandega da Capital Federal e os da Repartição de Estatística, que continuarão a ser feitos nas officinas typographicas dessas repartições.

Paragraphe unico. Só por ordem expressa do Ministro da Fazenda e nos termos determinados no decreto n. 1.541 C, de 31 de agosto de 1893, poderá ser feito na mesma imprensa qualquer trabalho para particulares, com o pagamento a prazo, e, gratuitamente, só com autorizacao legislativa.»

²⁰ Art. 26 da lei n. 1.115, de 31 de dezembro de 1903: « É o Governo autorizado :

15. A restituir ás Camaras Municipaes de Bomjardim, Rio de Janeiro, Iguape, S. Paulo, e A Prefeitura de Bello Horizonte, Minas Geraes, a importancia dos impostos e direitos aduaneiros pagos respectivamente em 1890, 1900 e 1902, pela importação de material para serviço de abastecimento de agua e desenvolvimento de força electrica, dispensadas as formalidades exigidas nos arts. 2º e 6º do decreto n. 945 A, de 4 de novembro de 1890, abrindo-se para isso os necessarios creditos.

16 e 19), 27, letras a e d, e 28 da lei n. 1145 de 31 de dezembro de 1903

Art. 25. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

TABELLA — A

Leis ns. 589, de 9 de setembro de 1850, art. 10, § 6º, e 2.348, de 25 de agosto de 1873, art. 20

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

Decreto n. 1.714 — de 15 de janeiro de 1903

CAVAL

Abro o credito especial para occorrer às despesas com a installação de colonias correccionaes... 400:000\$800

16. A liquidar suas contas com os Estados, pagando-lhes o que verificar lhes ser devido, abrindo para isso os necessarios creditos.

19. A conceder aos fideis da Caixa de Amortização a gratificação annual de 500\$, deduzida da sub-consignação destinada ao pagamento com a assignatura de notas, si a mesma sub-rubrica comportar tambem esta despesa.

Art. 27. Continuam em vigor:

a) as disposições constantes do art. 20, n. 25, da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, em relação às estradas de ferro que gozam de garantias de juros e não foram ainda encampadas, e a do art. 20, n. XIII, da de n. 953, de 29 de dezembro de 1902, na parte referente à Estrada de Ferro União Sorocabana e Itiuna;

d) as disposições dos arts. 32 e 33 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

Art. 28. A importancia das verbas votadas nas leis de orçamento para os trabalhos graphicos e accessorios das repartições e estabelecimentos federaes da Capital da Republica não sahirá do Thesouro.

A' proporção que esses trabalhos forem sendo executados pela Imprensa Nacional, na forma da legislação em vigor, e á vista da requisição da repartição respectiva e da conta da Imprensa, a esta será creditada a importancia dos serviços feitos, até o maximo das verbas votadas para cada repartição ou estabelecimento.*

<i>Decreto n. 1.898 — de 30 de março de 1903</i>	
Abre o credito supplementar ás verbas n. 14 do art. 2.º da lei de orçamento do exercicio de 1903.	232:546\$841
<i>Decreto n. 1.973 — de 21 de setembro de 1903</i>	
Abre o credito supplementar ás verbas « Secretaria do Senado » e « Secretaria da Camara dos Deputados ».....	65:249\$95
<i>Decreto n. 1.974 — de 21 de setembro de 1903</i>	
Abre o credito supplementar ás verbas « Subsídios aos Senadores » e « Subsídios aos Deputados »...	618:750\$00
<i>Decreto n. 5.048 — de 21 de outubro de 1903</i>	
Abre o credito supplementar ás verbas « Subsídios aos Senadores » e « Subsídios aos Deputados ».	618:750\$000
<i>Decreto n. 5.069 — de 21 de outubro de 1903</i>	
Abre o credito supplementar ás verbas « Secretaria do Senado » e « Secretaria da Camara dos Deputados ».....	68:000\$000
<i>Decreto n. 5.045 — de 23 de novembro de 1903</i>	
Abre o credito supplementar ás verbas « Secretaria do Senado » e « Secretaria da Camara dos Deputados ».....	80:000\$000
<i>Decreto n. 5.048 — de 23 de novembro de 1903</i>	
Abre o credito supplementar ás verbas « Subsídios aos Senadores » e « Subsídios aos Deputados »...	618:750\$000
<i>Decreto n. 5.079 — de 21 de dezembro de 1903</i>	
Abre o credito supplementar ás verbas « Subsídios aos Senadores » e « Subsídios aos Deputados ».	618:750\$000
<i>Decreto n. 5.080 — de 21 de dezembro de 1903</i>	
Abre o credito supplementar á verbas « Secretaria do Senado » e « Secretaria da Camara dos Deputados ».....	79:417\$000
	<hr/>
	3.450:213\$797
	<hr/>

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Decreto n. 1.916 — de 2 de setembro de 1903

	CURO	PAPEL
Abre os creditos de 100:000\$, papel, e de 45:000\$, ouro, aquelle supplementar á rubrica 3ª e esto á rubrica 7ª do art. 8º da lei n. 957, do 30 de dezembro de 1902.....	45.000\$000	100:000\$300

Decreto n. 5.012 — de 18 de novembro de 1903

Abre o credito supplementar á verba 4ª do art. 8º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1903.....	30:000\$000
---	-------	-------------

Decreto n. 5.178 — de 25 de março de 1904

Abre o credito supplementar á verba 7ª do orçamento do exercicio de 1903.....	20:000\$000	\$
	65:000\$000	130:000\$000

MINISTERIO DA MARINHA

Decreto n. 1.807 — de 27 de março de 1903

	PAPEL
Abre o credito extraordinario para compra de munições de guerra.....	200:000\$000

Decreto n. 5.181 — de 31 de março de 1904

Abre o credito supplementar ás verbas 26ª «Frete», etc.» e 27ª «Eventuaes», do orçamento de 1903.	170:847\$192
	370:847\$192

MINISTERIO DA GUERRA

Decreto n. 1.788 — de 9 de março de 1903

PAPEL

Abre o credito extraordinario para occorrer ás despesas motivadas pela mobilisação das forças... 1.000:000\$000

Decreto n. 5.172 — de 21 de março de 1904

Abre o credito supplementar do art. 16, § 10, da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902..... 323:572\$500

Decreto n. 5.173 — de 21 de março de 1904

Abre o credito supplementar do § 15 — Material — consignação n. 32, «Transporte de tropas, etc.», da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, art. 16..... 446:464\$562

1.770:037\$002

MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Decreto n. 4.738 — de 6 de janeiro de 1903

CUR

PAPEL

Abre o credito extraordinario de C 13.708-7-9 para pagamento devido, em Londres, aos liquidantes da Companhia da Estrada do Ferro Central de Alagoas..... 121:867\$563

Decreto n. 4.748 — de 20 de janeiro de 1903

Abre o credito extraordinario para fazer face aos *deficits* correspondentes aos 1º a 2º semestres do anno de 1902, da Estrada do Ferro Santa Maria ao Uruguay e ao 2º da de D. Theresza Christina, a cargo do Governo por força dos contractos de resgate..... 258:417\$491

Decreto n. 1.751 — de 28 de janeiro de 1903

OURO

PAZEL

Abre o credito extraordinario para prover as despezas relativas ao 1º semestre deste anno, com o custeio das estradas de ferro do Paraná e prolongamento da de D. Thereza Christina e Santa Maria ao Uruguay, resgatadas pelo Governo

..... 2.635:000\$0000

Decreto n. 1.891 — de 16 de julho de 1903

Abre o credito extraordinario para occorrer as despezas com a recepção de diversas estradas de ferro resgatadas em virtude de autorização legislativa.....

..... 43:000\$0000

Decreto n. 1.911 — de 28 de julho de 1903

Abre o credito especial para occorrer as despezas com o custeio das propriedades necessarias as obras do porto do Rio de Janeiro e serviços preliminares das mesmas obras.. ..

..... 350:000\$0000

Decreto n. 1.993 — de 9 de outubro de 1903

Abre o credito extraordinario para pagamento de despezas de custeio da estrada de Ferro Oeste de Minas. Durante o 2º semestre da corrente exercicio.....

..... 1.200:000\$0000

Decreto n. 2.091 — de 9 de outubro de 1903

Abre o credito especial para attender as despezas provenientes dos contractos de res-

	OURO	PAPEL
gato das Estradas de Ferro Central do Alagoas, Bahia ao S. Francisco e Paulo Afonso..	889\$000	73:814\$302
<i>Decreto n. 5.005 — de 20 de outubro de 1903</i>		
Abre o credito supplementar à rubrica — Gratificação adicional a carteiros — da rubrica 3ª — Correios.....	4:012\$530
<i>Decreto n. 5.021 — de 3 de novembro de 1903</i>		
Abre o credito especial para supprir as deficiencias que se verificarem na consignação da verba 11ª destinada à revisão da rede e novas canalizações..	380:00\$500
	<u>122:750\$563</u>	<u>4.945:174\$226</u>

MINISTERIO DA FAZENDA

<i>Decreto n. 4.794 — de 11 de março de 1903</i>	OURO	PAPEL
Abre o credito extraordinario para as despezas de installação e custeio da mesa do rendas creasta em Porto Acre.....	4:000\$000
<i>Decreto n. 4.805 — de 26 de março de 1903</i>		
Abre o credito extraordinario para as despesas de installação e custeio da Caixa Civil junto às forças brazileiras no territorio do Acre.....	59:000\$000
<i>Decreto n. 4.832 — de 2 de maio de 1903</i>		
Abre o credito extraordinario para pagamento das despesas relativas á renuncia do <i>Bolton Spedicate</i> , de Nova-York....	2.366:270\$200	

	OURO	PAPEL
<i>Decreto n. 4.865 — de 16 de junho de 1903</i>		
Autoriza a emissão de apolices especiaes para pagamento das concessões de melhoramento do porto do Rio de Janeiro, adquiridas pelo Governo, mediante accordo com as empresas concessionarias.....	17.300:000\$000
<i>Decreto n. 5.096 — de 31 de dezembro de 1903</i>		
Abre o credito especial para abono de porcentagens devidas aos empregados de diversas alfandegas dos Estados pelo excesso da renda de 1902 sobre a de 1901.....	264:697\$830
<i>Decreto n. 5.097 — de 31 de dezembro de 1903</i>		
Abre o credito especial para abono de porcentagens devidas aos empregados da Alfandega do Rio de Janeiro, pelo excesso da renda do exercicio de 1902 sobre a de 1901.....	106:621\$395
<i>Decreto n. 5.097 A — de 31 de dezembro de 1903</i>		
Abre o credito especial para abono de porcentagens devidas aos empregados da Alfandega de Sergipe pelo excesso da renda do exercicio de 1902 sobre a de 1901.....	7:450\$460
<i>Decreto n. 5.136 — de 20 de fevereiro de 1904</i>		
Abre o credito suplementar á verba « Alfandegas » para pagamento de porcentagens devidas a empregados de diversas alfandegas.....	239:223\$637

	OURO	PAPEL
<i>Decreto n. 5.175 — de 22 de março de 1901</i>		
Abre o credito supplementar á verba—Mesas de Rondas e Collectorias.....	700:700\$000
<i>Decreto n. 5.176 — de 22 de março de 1901</i>		
Abre o credito para pagamento de percentagens devidas a empregados de diversas Alfandegas	117:182\$469
<i>Decreto n. 5.179 — de 26 de março de 1901</i>		
Abre o credito supplementar á verba — Juros dos depositos das Caixas Economicas e Monto do Soccorro	1.500:000\$000
<i>Decreto n. 5.182 — de 31 de março de 1901</i>		
Abre o credito supplementar á verba — Alfandegas — do exercicio de 1903.....	8:442\$519
	<u>2.396:270\$200</u>	<u>20.441:327\$320</u>

RESUMO

	OURO	PAPEL
Ministerio da Justica.....	3.450:213\$797
» do Exterior.....	65:000\$000	130:000\$000
» da Marinha.....	370:847\$192
» » Guerra.....	1.770:037\$062
» » Industria.....	122:756\$563	4.915:174\$226
» » Fazenda.....	2.396:270\$200	20.444:327\$328
	<u>2.551:026\$763</u>	<u>31.110:599\$605</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904. — *Leopoldo de Bulhões.*

TABELLA — B

Verbas do orçamento para as quaes o Governo poderá abrir credito su pplementar no exercicio de 1905, de accordo com as leis ns. 353, de 9 de setembro de 1850 ; 2 348, de 25 de agosto de 1873, e 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 8º, n. 2, e art. 28 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1887.

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGCCIOS INTERIORES

Soccorros publicos.

Subsidio aos Deputados e Senadores — Pelo que fôr preciso durante as prorogações.

Secretaria do Senado e da Camara dos Deputados — Pelo serviço stenographico e de redacção e publicação dos debates durante as prorogações.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Extraordinarias no exterior.

MINISTERIO DA MARINHA

Hospitais — Pelos medicamentos e utensis.

Reformados — Pelo soldo de officiaes e praças.

Munições de bocca — Pelo sustento e dieta das guarnições dos navios da Armada.

Munições navaes — Pelos casos fortuitos de avarias, naufragios, alijamento de objectos ao mar e outros sinistros.

Fretes — Para commissões de saques, passagens autorizadas por lei, fretes de volumes e ajudas de custo.

Eventuaes — Para tratamento de officiaes e praças em portos estrangeiros e em Estados onde não ha hospitais e enfermarias, e para despesas de enterro e gratificações extraordinarias determinadas por lei.

MINISTERIO DA GUERRA

Hospitais e enfermarias — Pelos medicamentos e utensis a praças de pret.

Soldo e gratificações — Pelas gratificações de voluntarios e engajados e premios aos mesmos.

Etapas — Pelas que occorrerem além da importancia consignada.

Classes inactivas — Pelas etapas das praças invalidas e soldo de officiaes e praças reformadas.

Ajudas do custo — Pelas que se abonarem aos officiaes que viajam em commissão de serviço.

Material — Diversas despezas pelo transporte de tropas.

MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Garantias de juros ás estradas de ferro, aos engenhos centraes e portos — Pelo que exceder ao decretado.

MINISTERIO DA FAZENDA

Juros da divida interna fundada — Pelos que occorrerem no caso de fundar-se parte da divida fluctuante ou de se fazerem operações de credito.

Juros da divida inscripta, etc. — Pelos reclamados além do algarismo orçado.

Aposentados — Pelas aposentadorias que forem concedidas além do credito votado.

Pensionistas — Pela pensão, meio-soldo, montepio e funeral, quando a consignação não fór sufficiente.

Caixa da Amortização — Pelo feitto e assignatura de notas.

Recebedoria — Pelas porcentagens aos empregados e commissões aos cobradores, quando as consignações não forem sufficientes.

Alfandegas — Pelas porcentagens aos empregados, quando as consignações excederem o credito votado.

Mesas de Rendas e Collectorias — Pelas porcentagens aos empregados, quando não bastar o credito votado.

Commissão dos rendedores particulares de estampilhas — Quando a consignação votada não chegar para occorrer ás despezas.

Ajudas de custo — Pelas que forem reclamadas além da quantia orçada.

Porcentagem pela cobrança executiva das dividas da União — Pelo excesso da arrecadação.

Juros diversos — Pelas importancias que forem precisas além das consignadas.

Juros dos bilhetes do Thesouro — Idem, idem.

Commissões e corretagem — Pelo que fôr necessario além da somma concedida.

Juros dos empréstimos do Cofre dos Orphãos — Pelos que forem reclamados, si a sua importancia exceder á do credito votado.

Juros dos depositos das Calças Economicas e dos Montes de Soccorro — Pelos que forem devidos além do credito votado.

Exercicios findos — Pelas aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei, e outras despezas, nos casos do art. 11 da lei n. 2.330, de 3 de setembro de 1881.

Reposições e restituições — Pelos pagamentos reclamados, quando a importancia delles exceder a consignação.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904. — *Leopoldo de Bulhões*.

DECRETO N. 1317 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 52:652\$400, para as despezas com as obras de reparação de que necessita o predio em que está installada a Alfandega do Recife.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de cincoenta e dois contos seiscentos cincoenta e dois mil e quatrocentos réis (52:652\$400), para as despezas com as obras de reparação de que necessita o predio em que está installada a Alfandega do Recife.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1318 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por seis mezes a licença em cujo gozo se acha o inspector de Fazenda do Thesouro Federal, bacharel Luiz Vossio Brigido.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder seis mezos de licença, com o respectivo ordenado, ao inspector de Fazenda do Thesouro Federal, bacharel Luiz Vossio Brigido, em prorrogação aquella em cujo gozo se acha, para tratamento de saude onde lhe convier.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1319 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Concede a pensão annual de 600\$ á viuva e filhos de Manoel dos Santos, praça do Corpo de Bombeiros.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.^o E' concedida á viuva e filhos de Manoel dos Santos, praça do Corpo de Bombeiros, a pensão annual de 600\$000.

Art. 2.^o Reverterão em favor da viuva as partes pertencentes aos filhos, logo que estes attinjam a maioridade; e a da filha ao se casar e bem assim no caso de fallecimento de qualquer d'elles.

Art. 3.^o Fica o Governo autorizado a abrir o credito necessario para execução desta lei.

Art. 4.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1320 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por um anno a licença em cujo gozo se acha o fiel do thesoureiro da Caixa de Amortização, Francisco Barbosa dos Santos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' autorizado o Presidente da Republica a conceder a Francisco Barbosa dos Santos, fiel do thesoureiro da Caixa de Amortização, um anno de licença, com o respectivo ordenado, em prorrogação aquella em cujo gozo se acha, para tratar da sua saude onde lhe convier.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904, 16^a da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 1321 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Approva a separação das missões no Ecuador e na Colombia, estabelece duas Legações permanentes, uma em Quito e outra em Bogotá, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional approvou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.^o Ficam separadas as missões do Ecuador e da Colombia, presentemente reunidas, para serem estabelecidas duas Legações permanentes, uma em Quito e outra em Bogotá.

Art. 2.^o As legações do Brazil no Japão e nas Republicas de Venezuela, Ecuador e Colombia serão regidas por ministros residentes coadjuvados por 2.^{os} secretarios.

§ 1.^o Os ministros residentes perceberão 3:000\$ de ordenado e 3:000\$ de gratificação, sendo-lhes abonada para representação a quantia de 8:000\$000.

§ 2.^o E' fixado em 5:000\$ o vencimento annual de cada um dos 2.^{os} secretarios das legações do Japão, Venezuela, Ecuador e Colombia, sendo 2:500\$ de ordenado e 2:500\$ de gratificação.

§ 3.^o Para aluuel de casa e expediente da legação da Colombia será abonada annualmente a somma de 2:500\$, mantida igual verba para a legação no Ecuador.

Art. 3.^o E' restabelecida a classe dos addidos, sem vencimentos, nem preferencia nas nomeações de 2.^{os} secretarios.

Art. 4.^o Aos chefes de missão, tanto diplomatas de carreira, como os que tenham no posto de ministro recebido sua primeira

nomeação, contando 30 annos de effectivo exercicio, será concedida a aposentação com 12:000\$ annuaes, em moeda do paiz.

§ 1.º Os chefes de missão que contarem mais de 10 annos e menos de 30 de serviço effectivo, quando igualmente verificada a sua invalidez, serão aposentados, percebendo a quota daquelle remuneração, proporcionada ao tempo.

§ 2.º Não tem direito ao beneficio da aposentação aquelle que contar menos de 10 annos de serviço.

Art. 5.º Aos consules, vice-consules e chancelleres que contarem 30 annos de effectivo exercicio será concedida, em caso de invalidez, a aposentação com duas terças dos vencimentos que por lei perceberem na effectividade, em moeda do paiz; e os que contarem mais de 10 e menos de 30 annos de serviço serão aposentados com a quota proporcional ao tempo.

Art. 6.º Na deficiencia da verba votada, fica o Presidente da Republica autorizado a abrir creditos necessarios para execução desta lei.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1322 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1904

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores os creditos de 30:000\$, papel, e 45:000\$, ouro, sendo o primeiro complementar á verba 1ª e o segundo á verba 7ª do art. 5º da lei n. 1145 de 31 de dezembro de 1903.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores os creditos de 30:000\$, papel, e 45:000\$, ouro, sendo o primeiro complementar á verba 1ª (15:000\$000 para—Pessoal—e 15:000\$000 para—Material) e o segundo á verba 7ª do art. 5º da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904, 16ª da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Rio-Branco.